

Francisco Manuel Perfeito dos Santos Caetano

O ENSINO TÉCNICO ARTÍSTICO NO PORTO
DURANTE O ESTADO NOVO
1948 – 1973



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2009

Francisco Manuel Perfeito dos Santos Caetano

O ENSINO TÉCNICO ARTÍSTICO NO PORTO
DURANTE O ESTADO NOVO
1948 – 1973

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2009

ÍNDICE

Introdução.....	9
O Estado Da Ignorância	9
O Contexto Político Da Nação Entre 1890 E 1973	13
Do Estertor Da Monarquia À Implantação Da República	13
Finalmente A República.....	19
O Estado Novo.....	27
As Reformas Do Ensino Técnico E Artístico Na 1ª Metade Do Século XX.....	38
A Reforma De 1918.....	38
A Reforma De 1931.....	44
A Reforma De 1948.....	46
A Reforma De 1948 - Sua Implementação	47
A Reforma De 1948 E A Ascensão Social	49
A Reforma De 1948 E O Ciclo Preparatório	50
A Reforma De 1948 E Os Cursos Industriais (Artísticos).....	56
A Escola De Artes Decorativas Soares Dos Reis - Uma Escola De Ensino Técnico Artístico	59
A Escola “ Soares Dos Reis” Ou A Metamorfose Da “Faria Guimarães”	59
A Escola “ Soares Dos Reis” No Contexto Portuense Entre Os Anos 40 E 70 Do Século Xx ...	67
O Meio Envolvente.....	67
A Escola De Artes Decorativas Soares Dos Reis – O Caminho Seguro	70
Os Princípios Doutrinários	70
A Importância Do Desenho E As Novas Disciplinas Criadas Pela Reforma De 1948 ..	75
Os Novos Cursos De Artes Decorativas Ou O Ensino Técnico Artístico	96
Mobiliário Artístico.....	96
Artes Gráficas.....	103
Gravador De Bronze Cobre E Aço, Cinzelagem E Ourivesaria	112
Pintura Decorativa, Escultura Decorativa E Cerâmica Decorativa	125
Secção Preparatória Às Belas Artes.....	142

A Escola De Artes Decorativas Soares Dos Reis – A Restante Vida	152
A Relevância Do Director Numa Escola De Ensino Artístico.....	152
Os Alunos E O Espaço Escolar	172
Os Alunos A Sua Distribuição Por Sexo E Cursos Na "Soares Dos Reis"	176
Onde Nasceram E De Onde Vinham Os Alunos Da "Soares Dos Reis"	179
O Aproveitamento E A Disciplina.....	183
Os Professores E A Pedagogia.....	190
O Ensino, A Sua Eficácia, As Relações Exteriores E As Exposições.....	198
A Mocidade Portuguesa	209
Uma Escola Com Estágio Pedagógico.....	213
Os Livros Adoptados	218
Acabou O Ensino Técnico, Viva O Ensino Secundário	222
Considerações Finais	226
O Que É Insolúvel.....	226
Fontes E Bibliografia.....	236
Anexos	258
Roteiro Cronológico Da Escola " Soares Dos Reis"	258

INTRODUÇÃO

" (...) Da nossa vida a meio da jornada
Em tenebrosa selva me encontrei
Perdido era o caminho verdadeiro (...)"¹

DANTE ALIGHIERI

O ESTADO DA IGNORÂNCIA

Nunca abordamos ingenuamente um livro. Os homens sempre sentiram uma irresistível atracção pelo desconhecido, seja pelo porquê das coisas ou pelo seu passado.

Quando timidamente nos aproximamos de um romance, novela, livro de poesia ou de um texto mais ou menos científico, logo sistemático, fazemo-lo quase sempre com uma curiosidade mais motivada pelo título (para não dizer da imagem da capa), depois pelo assunto que se aborda e não tanto, infelizmente, pela perfeição e natureza da matéria exposta.

Existe sempre alguma curiosidade, um predeterminado interesse, um gosto de saber com mais ou menos entendimento ou satisfação literária aquilo que "lá no fundo" verdadeiramente nos agrada e achamos ser útil desvendar.

Foi para tentar satisfazer estes nossos reservados quanto singulares interesses e por termos constatado a diminuta abordagem sobre o ensino técnico, especialmente sobre o ensino artístico, que iniciámos este estudo sobre o *ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo (1948-1973)*. Eis o título!

Como assunto, abordaremos o ensino técnico artístico, tomando como "loja âncora" a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o tipo de ensino artístico que se praticava e quais as perspectivas sociais, laborais, económicas e artísticas que os estudantes possuíam quando frequentaram a "Soares dos Reis" durante esse período.

E depois desta jornada? Quais os resultados escolares, sociais e artísticos que tiveram? Esperamos, deste modo, ter-vos captado a atenção e para se conhecer em parte a, ou as respostas a tão pertinentes interrogações só lendo este nosso trabalho que foi feito com labor e empenho e é tudo o que honestamente vos podemos dar.

O que aqui mostramos com variados tipos de documentos e de fontes, não é a verdade total sobre o ensino técnico e artístico e muito menos sobre a escola "Soares dos Reis" e os acontecimentos nela passados, porque muitas vezes só uma infinita parte

¹ ALIGHIERI, Dante - *A Divina Comédia: Vol.. I, O Inferno, canto I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981, p. 9.

se sabe, ou porque é imperfeita ou, talvez seja este o termo mais apropriado para a caracterizar, multifacetada. Fizemos o que melhor pudemos, a maior parte das vezes é pouco e nem chega, mas foi um começo interessado e sincero.

Tendo como objectivo contextualizar o ensino num tempo histórico suficientemente amplo, pois só assim pensamos que melhor se compreendem as motivações de decisões tomadas futuramente, principiámos por abordar, no *primeiro capítulo*, os tempos conturbados do final da Monarquia e da implantação da República, porque foram destes tempos os homens que pedagógica e didacticamente se debruçaram modernamente sobre o conceito de ensino técnico artístico.

Foi a partir destas ideias vanguardistas de que o ensino devia servir o povo e guiá-lo na senda do progresso que emergiu a Reforma de 1918 que teve como mentor o Dr. Azevedo Neves. Foi desta reforma como das que se seguiram que nos debruçamos no *segundo capítulo*, com particular realce para a reforma de 1948, estrutura principal e única do “edifício” que foi o ensino técnico estadonovista durante o quarto de século (1948-73) de maior desenvolvimento em Portugal no século XX. Entenda-se aqui desenvolvimento unicamente sob o ponto de vista económico e social que não político. Para abordarmos objectivamente o que aqui nos trouxe e pretendermos saber em que termos se processou o ensino técnico e particularmente para que serviu o ensino técnico e artístico saído desta reforma (1948) obrigatoriamente teríamos que bater à porta da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – Porto, aquela, que juntamente com a escola “António Arroio” – Lisboa, ministravam este tipo de ensino artístico. Foi por aqui que iniciámos o *terceiro capítulo*.

Para além da entusiástica recepção que tivemos, da abertura total ao nível pessoal e técnico, deparámo-nos com um deficiente espólio arquivístico na “Soares dos Reis” com o qual não contávamos, mas que nos disseram ser fruto dos desmandos havidos em meados dos anos setenta, levados a cabo por pessoas não sabedoras da importância história dos documentos que destruíram ou desbarataram.

Ultrapassados estes constrangimentos, tentámos colmatá-los recorrendo a entrevistas, consulta do arquivo da escola, da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal do Porto, Arquivo Distrital do Porto e Arquivo do Ministério da Educação, que sobre o ensino técnico tem muito pouca informação comparando com a imensidão de documentos relacionados com o ensino liceal. Também neste particular a diferença de “tratamento” é patente e pouco justa.

Tentámos fazer um levantamento o mais exaustivo possível do Boletim das Escolas Técnicas, este sim, acervo vasto e de qualidade e como tal importantíssimo e indispensável para quem necessita de conhecer sobre o que “realmente” se passou entre 1948 e 1973 no ensino técnico em geral e no artístico em particular.

Neste sentido, pensámos que antes de principiarmos a caracterizar a “nova” Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, que na verdade toma esta denominação com a reforma de 1948, melhor seria voltarmos um pouco atrás, e, com “largas pinceladas”, esboçamos um pouco da história da escola Faria Guimarães (Arte Aplicada)² de quem a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis foi a sua fiel herdeira.

Pensamos também que a maneira de abordar a existência ou o nascimento de um estabelecimento de ensino para além da sua matriz seminal foi o de saber, perscrutar e entender um pouco onde essa escola se encontra e está implantada, porque urge compreender, quanto a nós, quem são as gentes de que ela (escola) se alimenta, digere e depois de uma longa e profunda deglutição, devolve a essa mesma sociedade, de preferência mais sábias, capazes e diferentes do que lá entraram.

Saber em suma qual o contexto portuense nesses tempos de exaltação estadonovista, de entre os meados do século XX e o quarto de século que se seguiu (1948-73).

Neste longo, porque necessário, *terceiro capítulo*, de entre os diversos temas desenvolvidos quisemos também destacar a importância do desenho como disciplina básica e estruturante de qualquer ensino artístico, mormente do ensino técnico artístico e realçar a utilidade e aplicação dos dois “tipos” de desenho: o estritamente geométrico e o outro com a sua capacidade de articular a percepção com o momento de cognição; um mais contido, o outro mais criativo, mas ambos necessários para a formação de quem se propôs frequentar a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

E foi precisamente nesta nova escola, que por estes anos, com novo nome e novo edifício, porque bastante remodelado e ampliado, onde foram introduzidos os novos cursos de formação e aperfeiçoamento. Ao contrário dos anteriores (arte aplicada) mais assentes no treinamento dos gestos e na mimetização das técnicas, estes novos cursos apresentavam-se bem diferentes dos anteriores, agora mais abrangentes nos currículos e acima de tudo com uma pedagogia mais centrada no indivíduo e nos seus diversos saberes.

Para além desta aposta no maior desenvolvimento cultural do estudante do ensino técnico, a reforma de 1948, foi também responsável pelo alargamento dos anos de escolaridade quer através da introdução do Ciclo Preparatório como da remodelação dos cursos agora transformados em cursos de Formação (diurnos) e Aperfeiçoamento (nocturnos) e que, no caso particular da Escola “Soares dos Reis”, se acrescentou a Secção Preparatória às Belas Artes, curso muito desejado e bastante frequentado, como se constata no texto, por alunos e alunas cujo sonho maior era a de ingressar nas “Belas Artes”.

² Sobre a Escola Faria de Guimarães (Arte aplicada) existe um profundo e completo estudo feito por: LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira - *O ensino das Artes Aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948: Reflexo no desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Vol. I, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998.

Tentamos ao longo do texto sempre que se abordavam os novos cursos sentir o seu pulsar, o interesse que eles despertavam nos promitentes frequentadores e, com o auxílio da pesquisa efectuada e através de tabelas e gráficos, mostrar o que de facto aconteceu ao longo dos anos. No que respeitou aos planos dos cursos, suas disciplinas e tempos semanais como também às condições por que passavam os alunos, concretamente quanto à pesada carga horária semanal tendo em conta a pouca idade dos estudantes, apontamos as suas consequências na frequência como no respectivo aproveitamento escolar.

Paralelamente, fomos demonstrando ao longo do *terceiro* e último capítulo, através dos indesmentíveis números estatísticos, a existência dentro de uma mesma escola de dois mundos imiscíveis (ou quase): os alunos dos cursos nocturnos ou de aperfeiçoamento a frequentar maioritariamente artes gráficas e os cursos ligados à prata e ao ouro e os alunos e alunas dos cursos diurnos de formação, mais interessados nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica como rampa de acesso às “Belas Artes”.

Por final, realçámos os muitos e diversificados aspectos que todos juntos construíram, a nosso ver, o retrato possível da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis durante esse período: a relevância do director e do papel por ele desempenhado numa escola com as características (artísticas) desta escola, o espaço escolar, o aproveitamento escolar e a disciplina, a eficácia do ensino, os professores e a pedagogia, a Mocidade Portuguesa, os livros adoptados, o fim do ensino técnico e o começo do ensino secundário.

Por opção fomos introduzindo “a condição feminina” na “Soares dos Reis” ao longo do texto e sempre que se justificava a sua presença exclusivamente nos cursos que eram frequentados em perfeita igualdade por ambos os géneros.

Como mandam as boas práticas, depois de tentar mostrar como se processou o ensino técnico artístico no Porto entre 1948 e 1973 na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis através das variadíssimas formas que esse mesmo ensino foi tomando ao longo dos anos acompanhando o evoluir da sociedade onde estava inserida, para além de consultar os “papéis”, livros e outras fontes, foram ouvidos alguns alunos e professores que frequentaram a “Soares dos Reis” no período estudado.

Terminamos com a bibliografia consultada, toda ela importante e imprescindível à feitura deste nosso modesto trabalho.

A todos devemos alguma coisa, mas à pureza afirmo que nada os compromete com os resultados que aqui apresento. Estes são da nossa exclusiva e inteira responsabilidade.

O CONTEXTO POLÍTICO DA NAÇÃO ENTRE 1890 E 1973

DO ESTERTOR DA MONARQUIA À IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Nos finais do século XIX princípios do séc. XX a prosperidade económica na Europa ficou a dever-se a diversos factores, destacando-se entre eles, o grande desenvolvimento tecnológico ligado sobretudo à lenta substituição do carvão e, ao nascimento de novas formas de energia:

" (...) O progresso técnico aparece como pano de fundo no qual tem de compreender-se o fenómeno da concentração capitalista. Não é por acaso, que este facto se afirma decisivamente num período (último quartel do século XIX), em que importantes conquistas da técnica vêm alterar toda a actividade industrial. Foi o período da chamada segunda revolução industrial em que o petróleo e a electricidade, surgem como novas fontes de energia que, a par do carvão e do vapor de água, vão aplicar-se à indústria e aos transportes permitindo a substituição do motor a vapor pelo motor a explosão e pelo motor eléctrico; em que se utilizam novas técnicas no tratamento do aço, em que a indústria química, do aço, de construção mecânica e a indústria automóvel, tornam-se, em substituição dos têxteis e do carvão, os principais ramos de actividade económica (...)"³

Foram estes aproveitamentos industriais que fizeram mover a grande roda dos negócios, que levaram à constituição de grandes empresas e, à inevitável concentração dos capitais. De sociedades agrícolas com alguma industrialização, por força da mecanização e modernização da sua agricultura e das reservas de matérias – primas necessárias ao desenvolvimento industrial, as economias inglesa, francesa e alemã (país que só mais tarde se industrializou), transformaram-se em potências industriais; em particular a Inglaterra, verdadeira detentora do maior poder económico, político e financeiro do Mundo:

" (...) O desenvolvimento da indústria em vários países, e a constituição, em alguns deles, de grandes empresas nos sectores mais importantes, são característicos do capitalismo dos primeiros anos do século XX. Conquistando os mercados internos dos respectivos países e partilhando o mundo colonial, o aumento da produção que as novas técnicas permitiam e a grande dimensão que as empresas exigiam, trouxeram às potências capitalistas a necessidade de alargar a sua esfera de acção – o que num mundo mais ou menos "ocupado" não poderia deixar de provocar conflitos (...)"⁴

A situação económica social e política portuguesa nos finais do século XIX não era muito animadora! Economicamente, corresponde ao fim de um ciclo de crescimento que vinha desde 1851, das reformas de Mousinho da Silveira e de Manuel da Silva

³ NUNES, António José Avelãs – *Os Sistemas Económicos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1975, p.164.

⁴ *Idem*, p.178.

Passos e da acção governativa como presidente do Ministério de Fontes Pereira de Melo, onde a construção do caminho-de-ferro se apresentou como paradigma desse surto desenvolvimentista, sem todavia colocar Portugal no mapa das nações europeias industrializadas, ou em vias de industrialização, pois continuou, por muitos anos a ser um país essencialmente agrícola. Para Luís Alves, citando Sandro Sideri ⁵ e Miriam Halpern Pereira⁶:

" (...) A onipresença da Inglaterra coarctou a possibilidade de Portugal avançar decisivamente para a industrialização. Essa pressão pode ser constatada na cedência colonial, na ausência de medidas proteccionistas, na especialização em produtos primários necessários ao abastecimento dos populosos centros urbanos ingleses, e tudo isso para poder dispor dos capitais necessários à política de transportes e de criação de infra-estruturas tão ao gosto da política regeneradora (...)"⁷.

Depois de alguma expansão industrial portuguesa, sobreveio a crise de 1891. Crise social, política mas também económica e cujos problemas, com que a nação se confrontou, foram vários e preocupantes: a diminuição das exportações; o aumento das importações, em especial de maquinaria e de produtos alimentares; a baixa de produção cerealífera; a diminuição das remessas dos emigrantes do Brasil que por esta época estava a atravessar uma grave crise política e económica, advinda da abolição da escravatura, seguida de uma guerra civil; e, por fim, juntou-se, entre outros, o problema do "negócio dos tabacos". Todos estes factores vieram lançar Portugal num período de estagnação económica que durou até aos anos entre as duas Guerras Mundiais:

" (...) Em 1891 o governo português desistiu da tentativa de explorar o sector do tabaco em regime de monopólio público e arrendou-o a uma companhia privada, a Companhia dos Tabacos de Portugal. Ao mesmo tempo houve uma tentativa de emitir um empréstimo público de 10 milhões de libras, com uma garantia sobre a renda do monopólio do tabaco, nos mercados de Londres e Paris. O objectivo era consolidar a dívida flutuante e ultrapassar a escassez de liquidez internacional. O empréstimo foi um fracasso em virtude da crise internacional e da perda de confiança na estabilidade da situação portuguesa (...)"⁸.

Depois da morte de D. Luís em 1889, a situação política agravou-se. A ascensão de D. Carlos ao poder, coincidiu com a tentativa de implementação do "mapa cor-de-rosa", onde se assinalou com bastante empenho, os domínios de Portugal em África, levando em linha de conta as nossas descobertas e conquistas e ligando de costa a costa as

⁵ SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo - Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

⁶ PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade de Século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

⁷ ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p.47.

⁸ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p.164.

nossas colónias de Angola e Moçambique. Quem não concordou com estas pretensões foi a todo-poderosa e nossa aliada Inglaterra que considerou estas posições do Governo Português atentatórias dos seus interesses na África Austral. Face à continuação do seu programa colonial por parte das autoridades portuguesas, o governo britânico através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros marquês de Salisbury, manifestou estranheza e lavrou um “protesto formal” reclamando:

“ (...) A imediata declaração do Governo Português de que as forças de Portugal não se permitiriam a interferir nos estabelecimentos britânicos do Chire e Niassa, nem no País dos Macondes, nem em qualquer outro que tenha sido declarado protectorado britânico (...)”⁹.

Seguiu-se a resposta das autoridades portuguesas, onde foi expressa a não concordância com o referido protectorado britânico, e estes, na “volta do correio”, enviaram a Portugal um *memorandum*, onde unilateralmente põem fim à polémica. Era o Ultimatum!

“ (...) O Governo de Sua Majestade Britânica não pode dar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português (...) o que o Governo de sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se envie ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no País dos Macondes e Machonas se retirem (...) se uma resposta satisfatória à presente intimidação não for por ele (embaixador britânico em Lisboa) recebida esta tarde; o navio de sua Majestade *Encnentreess* está em Vigo esperando as suas ordens (...)”¹⁰.

A resposta por parte do Governo Português não se fez esperar. Cedeu totalmente às exigências britânicas! A dependência política e económica que existia entre Portugal e a Inglaterra, era demasiado forte para poder ter tido outro desfecho.

Com os sonhos “cor-de-rosa” desfeitos, os problemas sociais e políticos agudizaram-se, o Partido Republicano, oportunamente, lançou-se numa campanha propagandística de indignação contra a monarquia constitucional, que culminou no Porto com a revolta de 31 de Janeiro de 1891. Esta efémera “República de oito horas” foi prontamente sufocada, tendo-se entretanto substituído o governo, mas a tão desejada estabilidade política não surgiu.

Perante esta conjuntura de crise, não se pode estranhar que economicamente este tenha sido o ano (1891-1892) que apresentou o maior saldo negativo desde o ano económico de 1880-1881, como se pode constatar no (Quadro 1)¹¹, o que significou que se tivesse novamente que recorrer a avultados empréstimos estrangeiros.

⁹ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, de 13 de Janeiro de 1890, p. 20.

¹⁰ *Idem*, pp. 21, 22.

¹¹ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno - ,ob.cit., p.263.

Quadro 1

Receitas e Despesas Públicas (valores em milhares de contos)				
Anos económicos	Despesas efectivas	Receitas fiscais	Outras receitas efectivas	Saldo
1880-1881	33	22	3	-8
1881-1882	36	25	4	-7
1882-1883	33	23	4	-6
1883-1884	34	25	4	-5
1884-1885	39	26	4	-9
1885-1886	40	27	4	-9
1886-1887	40	29	5	-6
1887-1888	43	32	5	-6
1888-1889	49	32	6	-11
1889-1890	52	32	6	-14
1890-1891	49	33	6	-10
1891-1892	53	32	5	-16

Estas debilidades financeiras já vinham de longe, pois os saldos das contas públicas de há muito que se apresentavam negativos e as causas eram muitas e variadas, como por exemplo, as especulações empresariais cujos riscos não estavam cobertos pelo capital nos bancos; a excessiva dependência comercial com a praça de Londres; o excesso de papel-moeda e os continuados pedidos de empréstimos feitos pelo Governo Português para saldar contínuos défices.

A todas estas fragilidades juntavam-se a ausência de políticas económicas capazes de modernizar a agricultura, aumentar a produtividade e relançar a indústria; não restando, por força dessa conjuntura negativa, a largas camadas da população portuguesa outra saída que a emigração que, como se pode ver no (Quadro 2)¹² sofreu um aumento substancial nestes anos finais do século XIX:

" (...) Sendo (a emigração) fruto do marasmo económico e da incapacidade da economia absorver o reduzido crescimento demográfico, permite com as suas remessas manter um certo equilíbrio nas contas do Estado e protelar o desenvolvimento capaz de a transformar em capital humano, ao serviço de um capitalismo industrial (...)"¹³

E acrescentaríamos nós, que apesar de ter sido uma fonte de rendimentos para os governos da nação, não deixou sempre de ser um acontecimento socialmente negati-

¹² ALVES, Luís Alberto Marques – ob. cit., p. 52.

¹³ *Idem*, p. 52.

vo (entre 1880 e 1911, saíram do país legalmente 846 465 portugueses), tanto pelo abandono dos campos, como pela ausência de mão-de-obra necessária a um desejável desenvolvimento económico.

Quadro 2

Emigração Portuguesa, Legal (1880-1911) (valores em milhares)			
Ano	Número de Emigrantes	Ano	Número de emigrantes
1880	12 596	1896	27 680
1881	14 615	1897	21 334
1882	18 272	1898	23 604
1883	19 251	1899	17 774
1884	17 518	1900	21 235
1885	15 004	1901	20 646
1886	13 998	1902	24 170
1887	16 932	1903	21 611
1888	23 981	1904	28 304
1889	29 421	1905	33 610
1890	20 614	1906	38 093
1891	23 585	1907	41 950
1892	21 074	1908	40 154
1893	30 383	1909	38 223
1894	26 911	1910	39 515
1895	44 746	1911	59 661

A crise financeira dos anos 90 dos finais do século XIX continuou sem fim à vista e o Partido Republicano, cujas origens remontavam a 1876 aproveitou bem estas debilidades conjunturais e foi crescendo, insinuando-se, especialmente nas grandes urbes, espalhando-se por todo o país, criando centros culturais e de instrução, mantendo forte implantação na imprensa e agitando o mais que podia o país, despertando-o para as actividades políticas e obviamente lutando incessantemente pela implantação dos seus ideais republicanos.

No lado monárquico, perante esta ameaça, imperou a falta de coesão, dividiu-se as forças partidárias que garantiam a rotatividade governamental (Partido Regenerador e Partido Progressista). João Franco separou-se do Partido Regenerador formando o seu próprio partido: o Partido Regenerador – Liberal. O ministério Regenerador, da presidência de Hintze Ribeiro, demitiu-se por não poder resolver a “questão dos tabacos”,

sucedendo-lhe um Ministério Progressista sob a direcção de José Luciano de Castro, que por sua vez cedeu o lugar novamente a Hintze Ribeiro, que se aguentou somente no poder vinte e oito dias. Perante estes desentendimentos e incapacidades, João Franco acabou por fazer uma coligação com os Progressistas e, D. Carlos, no dia 16 de Maio de 1905 encarregou-o de formar governo que, sem o saber, seria o último governo a que dava posse.

Com o pretexto dos “ Aditamentos à Casa Real”, em Maio de 1907 rebentou um surto grevista no sector industrial, nomeadamente na Covilhã, que se estendeu aos distritos de Setúbal e do Porto. Em Novembro desse ano rebentaram várias bombas em Lisboa e a 28 de Janeiro de 1908 houve nova tentativa de derrube da Monarquia. A acção foi prontamente reprimida, sendo presos perto de cento e vinte pessoas, entre elas, gente ilustre do republicanismo como Afonso Costa e Egas Moniz e ex-monárquicos como o visconde da Ribeira Brava e José de Alpoim que conseguiu fugir:

“(...) Eu, nesse ano de 1908 regressei de Vila Viçosa no dia 25 de Janeiro, por ter necessidade de estar em Lisboa, e logo a 27, encontrando-me com o conde de Figueiró, este disse-me que estivera com o José Luciano de Castro, que achava a situação cada vez mais complicada e era de opinião de que a única maneira de sossegar o País estava em demitir o João Franco e constituir-se um governo presidido por Venceslau Lima, governo em que entrassem elementos monárquicos de todas as cores (...)”.¹⁴

A agitação social e política era por demais intensa neste período, especialmente em Lisboa e, a 1 de Fevereiro de 1908, regressando do palácio de Vila Viçosa, D. Carlos desembarcou no Terreiro do Paço e, quando a carruagem que transportava o rei a rainha e restante comitiva voltavam para a Rua do Arsenal, soaram tiros, tendo o rei sido morto logo ali, assim como o príncipe herdeiro D. Luiz Filipe:

“(...) Mataram o Rei ! Continuei a correr e, entretanto na Rua do Arsenal vi as carruagens perto deste. Ninguém me impediu a passagem. Não vi viva alma até ao Arsenal, a não ser alguns polícias de revólver ainda fumegante, que de forma alguma impediram a passagem, a ponto que cheguei junto da carruagem real no momento em que esta entrava no portão exterior do edifício. Nunca me poderei esquecer do espectáculo que se me deparou: El-Rei, com a cabeça inclinada sobre o peito, as faces roxas, e um fio de sangue escorrendo-lhe do nariz e da boca, não deixa ilusão alguma quanto ao seu estado. A Rainha, de pé roxa de cor, com um olhar de terror, dizia apenas: “Mataram El-rei e o Príncipe!” O Príncipe Real, caído sobre a direita, mostrava na face esquerda uma enorme ferida (...) desapertei o colarinho e o fato do Príncipe. O coração ainda batia, mas por poucos momentos depois parava (...)”.¹⁵

No dia 2 de Fevereiro houve Conselho de Estado, João Franco foi demitido e em seu lugar foi empossado o almirante Ferreira do Amaral. D. Manuel II, que presidiu a este Conselho, subiu ao trono em Abril de 1908. Dois anos e meio mais tarde, em Outubro

¹⁴ ALMEIDA, D. José Luiz de – *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Lisboa: Edições Ática, 1947, p.96.

¹⁵ *Idem*, pp. 98-99.

de 1910, rebentou em Lisboa mais uma revolta republicana, desta vez a intentona foi bem sucedida:

" (...) A monarquia caiu por culpa dos monárquicos e suicidou-se no dia 3 de Outubro. Realizava-se no palácio de Belém, onde se encontrava hospedado Hermes da Fonseca, em jantar dado pelo presidente eleito do Brasil. Eu estava em Cascais, e, como tinha de assistir ao jantar dado pelo presidente, vim mais cedo, afim de ir a minha casa, na rua de Santo Antão, pôr uma Grã - Cruz. Quando ia abrir a porta o meu amigo José de Paiva Raposo disse-me: "Mataram o Bombarda, a revolução é hoje". Segui imediatamente para as Necessidades onde sabia que El-Rei se estava vestindo. Fui ao quarto de S.M. e foi Ele o primeiro que me disse: " A revolução é hoje, estão tomadas todas as providências e acaba-se por uma vez com este estado de coisas" (...) Afinal nenhuma providências haviam sido tomadas (...) Para defender El-Rei é enviado para as Necessidades um regimento de infantaria, e, de manhã chega a artilharia de Queluz, mas sem o Paiva Couceiro (...) haviam-se esquecido de o mandar avisar!! (...) Só pelas duas horas da tarde do dia 4, o Governo se lembra do Rei para lhe dizer que vá para Mafra. (...) Já a república fora proclamada em Lisboa quando El-Rei recebeu em Mafra, para assinar, o decreto de suspensão de garantias! (...)”¹⁶

Após dois dias de combates, sem muita resistência por parte das forças monárquicas, foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 a República Portuguesa, com forte e determinante apoio da Maçonaria, das massas populares, particularmente as que habitavam nos grandes centros populacionais como Lisboa e Porto, e, da sociedade portuguesa em geral, que exultaram de alegria quando, da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, José Relvas leu a proclamação do novo regime.

FINALMENTE A REPÚBLICA

Com o novo regime republicano, resultado de décadas de propaganda, onde se misturaram as promessas de "lavar a honra nacional" com a de melhorar o nível de vida da população em geral e em particular das classes trabalhadoras, foi intenção primeira dos novos governantes, moralizar a administração pública, e avançar, tanto quanto permitia a pouco ágil estrutura estatal, no caminho do ressurgimento económico.

Apesar dos vários e conhecidos condicionalismos foram introduzidos importantes reformas: umas monetárias, como a introdução do escudo, e outras fiscais, que no parecer de Eugénia Mata e Nuno Valério, destacam:

" (...) Em primeiro lugar, os adicionais formalmente temporários criados durante as últimas décadas da monarquia sobre a maior parte dos impostos tornaram-se formalmente permanentes. As regras da contribuição predial foram completamente revistas, com um agravamento significativo das taxas (...), abolição da

¹⁶ *Idem*, pp. 152 -153 -154.

contribuição de rendas de casas e redução dos impostos de consumo (...), contribuição de registo foi estendida às heranças para os descendentes e tornou-se progressiva (...).¹⁷

De qualquer forma pouco se alterou estruturalmente a economia portuguesa. O país continuou a ser essencialmente agrícola apesar da mão-de-obra rural, no período que medeia entre 1890 e 1911, ter diminuído de 60,71% para 56,66% em relação ao total da população activa, com o inevitável mas pouco significativo aumento na indústria que passou de 17,71% para 21,53% como se pode comprovar no (Quadro 3).¹⁸

Quadro 3

População activa por sectores de actividade económica (valores em milhares)

	Anos							
	1890	%	1900	%	1911	%	1930	%
Agricultura	1536	60.71	1508	61.37	1442	56.66	1237	49.14
Pesca	27	1.06	21	0.85	19	0.74	39	1.55
Indústria extractiva	4	0.15	4	0.16	9	0.35	11	0.43
Indústria transformadora								
Construção e obras públicas	448	17.71	455	18.51	548	21.53	468	18.60
Produção de energia e saneamento								
Transportes	52	2.05	66	2.68	77	3.02	72	2.86
Comércio	103	4.07	142	5.78	154	6.05	145	5.76
Administração pública e defesa	58	2.29	52	2.11	54	2.12	88	3.50
Serviços diversos	302	11.93	208	8.46	241	9.47	456	18.12
Total da população activa	2530	-	2457	-	2545	-	2517	-

Sintomaticamente, ao analisarmos o respectivo quadro de valores, apuramos que os sensivelmente 4% de diminuição da população ligada à agricultura correspondem aproximadamente ao aumento na indústria, o que poderá configurar uma deslocação (ligeira) da actividade agrícola para as actividades industriais.

A indústria portuguesa no princípio do século XX caracterizava-se pela sua natureza maioritariamente artesanal, ligada sobretudo aos produtos agrícolas como a cortiça, tomate e o algodão vindo das Colónias e aos produtos do mar como a das conservas de peixe. Quanto à indústria pesada, destaque-se a implementação do sector químico, especializado particularmente na produção de adubos para a agricultura. Apesar deste incremento em indústrias de apoio à agricultura, continuou porém a ser a indústria

¹⁷ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – ob.cit., p.177.

¹⁸ *Idem*, p. 251.

têxtil, a das conservas e da cortiça aquelas que mais exportavam e que mais “valor acrescentado” aduziam, dando assim um relevante contributo para o equilíbrio da balança comercial.

Politicamente, a situação não era brilhante pois os partidos republicanos não se apresentavam com práticas muito diferentes dos partidos monárquicos que os antecederam e cedo começaram as querelas, as disputas, as quebras de unidade, discrepâncias e intransigências. No entanto algumas diferenças eram visíveis; o regime republicano, tendo Afonso Costa como grande impulsionador, começou por propor e implementar reformas de índole social e outras de grande alcance político, como a autorização do divórcio, a obrigatoriedade do registo civil, o casamento civil e a lei da separação da Igreja, entre outras.

Se as outras leis não suscitaram reparos de maior já o mesmo não sucedeu com a lei da separação da Igreja do Estado que, juntamente com a extinção das ordens religiosas, provocou bastante polémica, tanto nos monárquicos como nos republicanos católicos, que não se reviam na completa laicização da sociedade portuguesa, já para não falar na maioria do povo português, rural, católico e “temente a Deus”:

“(…) – É espantoso! – exclama Junqueiro. – E note: todos os ministros acharam a lei óptima. O Camacho abraçou Afonso Costa no final da leitura: - É a melhor lei que você tem feito. O Bernardino escreveu-me: - A lei é boa, tirei-lhe as asperezas. – Eu tinha-lhe perguntado: - Bernardizaste-a? – Bernardizei-a ! Ora a lei é estúpida, dignifica o padre, e vai ferir o sentimento religioso do povo português. Resultado: a guerra civil. Se não a modificarem [a lei] temo-la, dentro de pouco tempo. O povo odiava o jesuíta, o povo não se importava com o padre... Que fez o Afonso Costa? Antes de lhe dar de comer, pespegou-lhe uma bofetada na cara e um pontapé no traseiro. E há dois dias faz uma conferência no Porto dizendo que ia acabar com o cristianismo! É tolo! (...)”.¹⁹

Estas medidas de natureza eminentemente políticas provocaram, obviamente, o agravamento nas relações entre o Estado Português e a Santa Sé, que culminou na inevitável ruptura diplomática. Todo este afã legislativo a par das medidas de contenção orçamental estendeu-se a áreas mais consensuais como a da educação e o ensino, grande paixão republicana, devidamente propagandeada ainda nos tempos da monarquia.

Em Março de 1911, seis meses após a implantação da República, foram criadas as Universidades de Lisboa e do Porto acabando-se desta forma com o monopólio da Universidade de Coimbra; nesta, substitui-se a Faculdade de Teologia e, em seu lugar surgiu a Faculdade de Letras. Em Lisboa e Porto são criados cursos superiores de Engenharia e mais tarde, em Julho de 1913, foi criado o Ministério da Instrução Pública.

¹⁹ BRANDÃO, Raul – *Memórias - Tomo II*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1999, p.115.

Apesar das reformas e do apoio popular, principalmente nos grandes aglomerados urbanos, a fragilidade das relações partidárias eram por demais notórias e cedo apareceram os desentendimentos entre os dirigentes dos principais partidos republicanos²⁰. Às lutas partidárias juntavam-se as disputas e interesses pessoais e entre desinteligências e discrepâncias várias levaram a que se formassem governos de curtíssima duração, com os problemas que daí advieram e que resultaram, no inevitável progressivo enfraquecimento político da ainda jovem República:

" (...) Junte ao movimento religioso os ódios, as paixões, a gente que conspira na fronteira. E ainda por cima não há maneira de formar um ministério homogéneo: O Afonso Costa e o Almeida não se podem ver, o Camacho não esconde o desprezo pelo António José. Faltam também os homens: o Basílio está doido, o José Sampaio (Bruno) infantil e nas mãos do António Claro (...). Caiu o ministério João Chagas, não pela atitude do António José de Almeida, nem da gente da selva, mas talvez por dificuldades externas. As despesas aumentaram. Tudo isto abana. Depois que o povo passou para o segundo plano, a república perdeu a grandeza. Basílio Teles convidado a formar gabinete, recusou, e só aceita para uma larga ditadura: - E vocês cá virão buscar-me... (...)"²¹

Não o foram buscar! Mas este "pedido" veio a ser satisfeito alguns anos mais tarde. Entretanto, Portugal preparou -se para entrar na I Grande Guerra e em 9 de Março de 1916 declarou guerra à Alemanha a pedido da sua velha aliada Grã-Bretanha.

A quinze do mesmo mês o governo chamado de União Sagrada²² tomou posse e, em Julho, uma divisão de 30 000 homens desfilaram perante Afonso Costa e Norton de Matos. Era o "milagre" de Tancos! Com a participação no esforço de guerra, as condições de vida da população portuguesa pioraram; seguiu-se uma brutal inflação, filha da escassez de alimentos, da corrupção e do açambarcamento e, em Agosto de 1916 houve vários distúrbios por todo o país e assaltos a padarias em Lisboa e no Porto. Foi a fome, proveniente da Guerra que arrastou para a pobreza e para a miséria, principalmente as classes economicamente mais débeis como o proletariado das grandes cidades, assim como os restantes trabalhadores assalariados do resto do país.

²⁰ O Partido Democrático, cujo verdadeiro nome foi o de Partido Republicano Português, dirigido por Afonso Costa; o Partido Evolucionista, dirigido por António José de Almeida e o Unionista com Brito Camacho como seu dirigente máximo.

²¹ BRANDÃO, Raul – ob.cit., p.116 e 151.

²² " Nome dado ao ministério presidido pelo evolucionista António José de Almeida, de 15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Mobilizava cinco ministros Democráticos e três Evolucionistas, com o apoio dos Unionistas. Pretendia-se um verdadeiro governo de unidade nacional e Bernardino Machado chega a sondar republicanos independentes como Guerra Junqueiro, Augusto José da Cunha e Anselmo Braancamp Freire. O chefe dos Unionistas, Brito Camacho, em nome de um ministério nacional, que requeria a participação de monárquicos e socialistas, recusa alinhar na fórmula, considerando-a como mera concentração republicana. Também os católicos não participam, dado exigirem prévia alteração da Lei da Separação. Os monárquicos nem sequer são chamados nem ouvidos. De qualquer maneira, o gabinete trata de invocar o lema da *pátria em perigo*, institui a censura à imprensa (28 de Março) e esboça uma propaganda de guerra com vários comícios oficiais. Mas, antes da partida do primeiro contingente para França, rebenta a revolta de Machado Santos (13 de Dezembro) e, face à crise dos abastecimentos, reúne-se um Conselho Económico e Social (3 de Março de 1917) que vai levar à queda do governo, dado que alguns deputados democráticos criticam imediatamente a chamada de forças vivas estranhas ao parlamento. Em 8 de Abril de 1917, surge novo gabinete, presidido por Afonso Costa, mas sem a participação dos evolucionistas que, apesar de tudo, o apoiam parlamentarmente ". in Centro de Estudos do Pensamento Político, ([http:// www.iscsp.utl.pt/18 de julhode2005](http://www.iscsp.utl.pt/18_de_julhode2005)).

Apesar das revoltas, da carestia de vida, dos assaltos e dos problemas advindos da fraqueza das instituições políticas, a entrada de Portugal na guerra, para além da exigência britânica, serviu objectivos bem determinados como foram: a oportunidade de reforçar/reconstruir uma coesão política interna, ultimamente bastante abalada e principalmente, a defesa dos interesses coloniais portugueses. Salvar as Colónias foi, em suma, o maior objectivo desta demanda por terras de França e para lá caminharam os bravos soldados, comandados garbosamente pelo general Gomes da Costa, que anos depois haveria novamente de comandar, orgulhosamente, uma outra coluna de tropas!²³ Em Abril desse ano a União Sagrada desfez-se, ficando Afonso Costa à frente do Governo, unicamente constituído pelo partido Democrático, mas com o apoio dos Unionistas, aliás os únicos partidos apoiantes da entrada de Portugal na Guerra, pois, quer os monárquicos, quer os sindicalistas (forças mais “à esquerda” no espectro partidário) foram declaradamente contra essa participação portuguesa na Guerra:

“ (...) A entrada na guerra, em 1916 – mas desde 1914 que combatíamos em Angola contra as tropas alemãs –, um dos erros mais obstinadamente levados adiante pela República, com o álibi da defesa das colónias – cuja partilha a Alemanha e a Inglaterra tinham projectado em 1898 e depois em 1913 –, acarretou dramas suplementares para as forças armadas, mandadas morrer sem glória na Flandres ou nas “epopeias malditas” dos sertões africanos, primeiro em Angola, depois em Moçambique. Destes traumas derivaria um constante mal-estar nas fileiras, entre as quais cresceria aliás a ideia de que delas devia partir precisamente o derrube do regime que, nascido das armas, com elas havia de perecer (...)”.²⁴

A 13 de Maio de 1917, sintomaticamente, durante o governo de Afonso Costa, e estando Portugal em “esforço de guerra”, os católicos, que estavam obstinadamente na oposição ao Governo proclamam o “milagre de Fátima”. Sem levarem em linha de conta o “milagre”, as greves e os motins continuaram e a 20 de Maio, o Governo decretou o estado de sítio em Lisboa. Face ao evoluir da situação e à força sempre crescente dos militares, em 5 de Dezembro de 1917 deu-se mais um golpe militar, desta vez vitorioso, chefiado por Sidónio Pais. Como primeiras medidas, mandou prender Afonso Costa, destituiu o Governo e o Presidente Bernardino Machado, e assumiu, interinamente, as funções de Presidente da República até novas eleições. Começou aqui a ditadura sidonista, denominada de “República Nova”. Mesmo antes de ser eleito Presidente da República, em eleições directas, Sidónio Pais tratou imediatamente de alterar a Lei da Separação da Igreja do Estado e, num gesto populista, decretou o sufrágio universal, alargando o direito de voto a analfabetos e às mulheres. No pouco tempo que teve em exercício de funções, promoveu, entre outras medidas, a criação da Direcção dos Serviços de Subsistência Pública, com o objectivo de contro-

²³ Gomes da Costa foi o comandante das tropas que marcharam sobre Lisboa vindas de Braga a 28 de Maio de 1926, que iria levar à Ditadura e ao Estado Novo.

²⁴ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p.184.

lar as importações e exportações dos principais géneros alimentares, implementou a Reforma do Ensino Técnico de 1918²⁵, instituiu o Ministério da Agricultura, reivindicando antiga, tentou, apesar das dificuldades económicas existentes, mecanizar a agricultura, especialmente com a importação de maquinaria agrícola, proibiu a exportação de adubos e criou leis proteccionistas dos produtos nacionais, num claro apoio ao sector agrícola e à industrialização, ancorada no desenvolvimento agrícola.

Apesar destas medidas não conseguiu evitar a deterioração da situação económica, pois Portugal continuava em guerra, nem diminuir o descontentamento e a agitação social:

“(...) Os principais problemas que Portugal teve de enfrentar durante a Primeira Guerra Mundial foram, porém de ordem económica. Podem resumir-se em dois aspectos: uma crise de escassez e inflação (...) A escassez de produtos vitais implicou uma redução do nível da actividade económica em Portugal. É claro que as actividades tradicionais que não dependiam destes abastecimentos externos, como a agricultura, prosseguiram na forma do costume, mas o abastecimento alimentar às cidades de Lisboa e do Porto e o abastecimento de combustíveis e de matérias-primas às actividades industriais modernas sofreu bastante (...)”.²⁶

Durante todo o ano de 1918 a deterioração económica e social portuguesa foi-se agravando, Sidónio Pais tornou-se Presidente da República *de jure*, houve nova tentativa militar contra o recém-eleito presidente. A Primeira Grande Guerra terminou! Foi assinado o armistício proposto pelos aliados e aceite pela Alemanha. Mas o ano de 1918 não acabou sem o assassinato a 14 de Dezembro de Sidónio Pais em plena estação do Rossio, quando se preparava para seguir para o Porto:

“(...) Morte de Sidónio. Outro assassinato! Estava exausto. Nas vésperas do assassinato chamou o Pinheiro Torres ao camarote do S.Luís para lhe agradecer não sei que discurso nas Câmaras: - Não me levanten dificuldades! - Não me levanten dificuldades! Não podia mais. Só os nervos o mantinham de pé. Noites a fio não conseguiam dormir. Era uma figura alta e distinta, adorado pelas mulheres – e que não conseguia passar sem saias à sua volta. Duma vez, um ministro (talvez Tamagnini Barbosa) foi a Sintra com papéis urgentes para ele despachar. Esperou duas horas que o recebesse – e ao entrar ainda viu a saia a desaparecer, por uma porta. Adoravam-no. Adoravam-no porque odiavam Afonso Costa – adoravam-no por causa dos padres e da religião – adoravam-no como um Messias e alguns meses depois da sua morte tinham-no esquecido ... (...)”.²⁷

Com a sua morte terminou a República Nova e regressaram os antigos partidos republicanos. Em 18 de Janeiro de 1919 começou a Conferência de Paz de Versalhes e Por-

²⁵ Decreto nº 5029 de 5 de Dezembro de 1918 que instituiu a Organização do Ensino Industrial e Comercial, da autoria do Dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves, Secretário de Estado do Comércio.

²⁶ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno - *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, pp. 181-182.

²⁷ BRANDÃO, Raul – *Memórias – Tomo III: Vale de Josafat*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000, p.86.

tugal, fazendo parte dos países “vencedores”, esteve representado por Egas Moniz, futuro Nobel da Medicina.

Nesse mesmo mês, Paiva Couceiro, restaurou, por pouco tempo, a Monarquia no Porto, seguindo-se, depois da capitulação a Norte, uma outra tentativa, também gorada, em Lisboa (Monsanto). Apesar destas tentativas monárquicas terem sido facilmente anuladas, nem assim os republicanos da Nova Velha República conseguiram superar os seus problemas internos. A economia portuguesa, sempre muito dependente do exterior, foi por esta altura bastante afectada pela crise internacional de pagamentos no ano de 1921 e, por arrastamento, a política de saneamento financeiro empreendida pelos governos republicanos agravou, ainda mais, a situação de crise verificada ao nível dos diversos sectores da actividade económica nacional.

Os governos sucediam-se uns aos outros – mais de uma dezena de governos num período inferior a dois anos – às greves juntou-se o rebentamento de bombas, os atentados, os assaltos a pessoas e bens e os tiroteios nas ruas:

“ (...) Nunca tinha sido possível a ninguém governar com as púrrias civis ou militares: um dia lembro-me bem, o pobre do Fernandes Costa foi incumbido pelo António José de formar governo – e logo no acto de posse, a púrria desceu o Chiado aos gritos de - morra o papa! E correu com o Fernandes Costa com doestos e cascas de batata, nas barbas do esquadrão da Guarda – que ficou impassível. Aquele governo tinha durado cinco minutos. Vi o homem enfiado meter-se no automóvel, com a pasta debaixo do braço... (...)”.²⁸

Face a estes acontecimentos, criou-se na população um sentimento de insegurança e instabilidade que a levou à descrença nas instituições políticas republicanas e a considerarem e reconhecerem no Exército, a única força capaz de pôr cobro a todos estes desmandos. A Primeira República estava “ferida de morte” e a contra-revolução em marcha. As forças conservadoras, particularmente os católicos, preparavam-se para viajar “à boleia” do Exército e aproveitarem todo o descontentamento e frustrações acumuladas durante estes anos. Depois de uma primeira tentativa de golpe militar de direita, liderado pelo general Sinel de Cordes, que se gorou, a 28 de Maio de 1926, uma força do Exército comandada pelo general Gomes da Costa partiu de Braga e marchando sobre Lisboa, derrubou a Primeira República e instituiu a Ditadura, sem disparar uma bala, entre aclamações e vivas populares.

Este período de trinta e cinco anos (1891-1926), foi uma época em que a sociedade portuguesa se apresentou demasiadas vezes com uma roupagem de indefinições e contradições, onde os ideais republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade germinaram e desenvolveram-se, mas não puderam, ou não tiveram força nem tempo suficiente, para se implantarem no imaginário do povo português. Apesar dos ideais

²⁸ *Idem*, p.91.

de progresso e desenvolvimento, os republicanos também não conseguiram resolver cabalmente os problemas económico-sociais mais prementes da sociedade portuguesa, os da educação, da (in) dependência da economia, da modernização da agricultura e do desenvolvimento da indústria:

" (...) Se a República foi um sonho visceralmente burguês de criação entre nós de uma ordem económico-social autenticamente libero - capitalista, que o nosso frustrado liberalismo oitocentista não lograra enraizar neste áspero solo arcaico, se, portanto, o sonho republicano luso se cifrou antes de mais numa tentativa de modernizar Portugal, ou seja, de dotar-nos de uma sociedade deveras europeia, progressista, mental, tecnológica e materialmente em consonância com a sua época e o seu continente, afinada pelo diapasão de uma Europa enfim reencontrada após os caminhos inquisitoriais e tridentinos, forçoso será então constatar que a ambiciosa revolução sonhada se gorou e a aldeia retrógrada e sonolenta venceu a cidade burguesa, mercantil e industrial, a serra do nosso espesso arcaísmo prevaleceu contra todos os anseios citadinos de mudança, progresso e modernismo (...)"²⁹

Quanto à educação, apesar de ter havido reformas em todos os sectores do ensino, desde o pré-primário até à universidade, passando pela importantíssima Reforma do Ensino Técnico de "Azevedo Neves", o regime republicano falhou na mais importante batalha educacional: o combate ao analfabetismo. Segundo António Candeias ³⁰ de 1911 (70%) a 1929 (66%) a taxa de analfabetismo diminuiu apenas 4,0%, valor inferior ao período compreendido entre 1890 e 1911, que apresentou uma taxa de diminuição de 5,6%, o que abona pouco das políticas de instrução/educação implementadas pelo regime republicano.

Quanto ao desenvolvimento industrial do país, apesar de em 1919 terem sido publicadas as Bases para um Plano Industrial que assentou basicamente na necessidade da intervenção do Estado através de uma política de crédito, confiando à metalurgia o papel impulsionador da actividade económica, os resultados também aqui ficaram muito aquém do que seria de desejável, como se pôde comprovar no Quadro 3 onde, em 1930, perto de metade da população activa do país (49,14%) ainda se dedicava à agricultura e somente 18,60 % trabalhava na indústria.

Em conclusão e de acordo com os "números" do Quadro 3, podemos afirmar que houve, durante a República, a par de uma diminuição de 7,52% da população rural entre 1911 e 1930 (tendo passando de 56,66% em 1911 para 49,14% em 1930), houve paralelamente um abrandamento de 2,93 % da actividade industrial em igual período de tempo, visto em 1911, dedicarem-se à actividade industrial 21,53% e passados dezanove anos da República, apenas 18,60% tinham a sua ocupação no sector. Apuramos igualmente, ainda pela leitura do Quadro 3, que no período entre 1911 e 1930

²⁹ MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p.200.

³⁰ CANDEIAS, António, [et al.] – *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2007, p.40.

a actividade comercial diminuiu 0,29%, que a administração pública e Defesa aumentaram 1,38% e que o sector dos serviços quase que duplicou, tendo passado de 9,47% em 1911 para 18,12% em 1930. A desertificação dos campos acentuava-se, bem como aumentava o fluxo das pessoas “a caminho” da emigração e/ou dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

O ESTADO NOVO

Arrumados que estavam os republicanos, os homens do 28 de Maio trataram de virar a página da política portuguesa e recomeçar uma nova era de paz, progresso e concórdia social. Pura ilusão! A Ditadura começou por encerrar o Parlamento, abolir a greve, proibir os partidos políticos e estabelecer a censura.

Sob a Presidência de Mendes Cabeçadas constituiu-se o primeiro governo da Ditadura a 3 de Junho de 1926, onde, entre outros, Gomes da Costa assumiu as pastas das Colónias e da Guerra, Óscar Carmona a dos Estrangeiros e Oliveira Salazar a das Finanças.

Entre dissensões várias, dias depois, Mendes Cabeçadas foi deposto e com ele saiu Oliveira Salazar que obedientemente voltou para Coimbra. O velho general Gomes da Costa assumiu a Presidência do Ministério, mas por pouco tempo pois, um mês depois, também ele foi afastado, sendo substituído pelo general Óscar Fragoso Carmona.

A substituição de Gomes da Costa não resolveu problema algum. Seguiram-se dois anos de sucessivas crises e de governos da Ditadura que não conseguiram, nem a estabilidade política, nem a económica, pois, continuaram os défices com valores bem superiores aos deixados pelos governos Republicanos.

Entretanto, Sinel de Cordes, que tinha assumido a pasta das Finanças com objectivos bem determinados, entre eles, o de diminuir o défice, falhou completamente, abrindo assim o caminho à reentrada de Oliveira Salazar que pelas suas ideias e propósitos representava, nas novas instâncias do poder, a corrente católica - conservadora, apoiante entusiástica da Ditadura.

Salazar voltou para “cumprir o seu dever” e, curiosamente, ou talvez não, foi bem aceite pelo país “bem pensante”, pois tratava-se de uma figura respeitada nos meios académicos, que nos jornais condenava fortemente o rumo que a política económica e financeira nacional levava, e também correspondia ao perfil que as classes dominantes necessitavam para debelar as sucessivas crises que sistematicamente devastavam o país:

" (...) A questão que se pode pôr é porque é que Oliveira Salazar ascendeu à pasta das Finanças naquela altura, e nas condições que foram definidas por si. Isso aconteceu porque era uma figura prestigiada, que assumira uma posição destacada na reconciliação da Igreja com a República, e que apresentara ao País um conjunto de propostas visando o equilíbrio das contas públicas, o desafogo da Tesouraria, a estabilidade da moeda e a diminuição da taxa de juro na dívida flutuante interna. (...)".³¹

A 27 de Abril de 1928 tomou posse da pasta das Finanças e discursando, proferiu então a lapidar frase que fielmente o retrata:

" (...) Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o país estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça, quando chegar à altura de mandar (...)".³²

Começou aqui a sua escalada no Poder que o levará ao cume do regime que comportará o seu nome e durará quarenta ininterruptos anos. As reformas que se seguiram, umas já propostas pelos partidos republicanos, outras constantes no conjunto de medidas por ele avançadas, consolidaram o poder de Salazar, que a par deste afã reformista e implementador, ia publicando sucessivos discursos programáticos, verdadeiras traves mestras ideológicas da Ditadura Nacional:

" (...) No segundo semestre de 1929 os resultados começaram a aparecer. De acordo com as contas provisórias de 1927-1928 e 1928-1929, publicadas em suplemento ao Diário do Governo de 26 de Janeiro e 24 de Agosto de 1929, as despesas diminuíram num valor aproximado de 200 000 contos, as receitas aumentaram numa importância superior a 300 000 contos, cifrando-se o saldo positivo em 285 mil contos. A política de rigor orçamental de igual modo teve êxito noutras rubricas (...) A orientação que Oliveira Salazar imprimiu ao Ministério contou com o apoio da censura, que não deixava os seus opositores discordarem livremente das medidas tomadas (...)".³³

Com os mecanismos da censura dominados e sem oposição política, Salazar teve a vantagem, que outros não tiveram, de levar por diante as suas ideias e ver coroados os seus esforços sem que o rebuliço da vida política portuguesa o impedisse. Conseguiu equilibrar as contas públicas sem protestos nem greves, pois estavam proibidas e conseguiu ser prontamente obedecido como tinha pedido:

" (...) Apesar de ter sido a sua mais clamorosa proeza, o equilíbrio financeiro não merece honra. Com um poder ditatorial sólido, qualquer contabilista o faria. A dificuldade de lançar impostos e cortar despesas está apenas em que às vezes as vítimas se revoltam. Se existe a garantia de que elas não se revoltam ou de que, se se revoltarem, serão devidamente reprimidas, a dificuldade desaparece. A força das armas é o

³¹ MADUREIRA, Arnaldo – *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, pp.19-20.

³² Frase proferida a 27 de Abril de 1928 por Oliveira Salazar, no discurso da tomada de posse enquanto futuro responsável pela pasta da Finanças.

³³ MADUREIRA, Arnaldo, ob.cit., pp.168,169.

remédio ideal para o défice do Estado e do orçamento, para a dívida externa ou interna, para a inflação e para a maioria dos males económicos, excepto para o subdesenvolvimento e o desemprego, ou seja, para a pobreza (...).³⁴

Enquanto no mundo se instalou o caos financeiro por força da Grande Depressão de 1929-1935³⁵, as democracias liberais como a Alemanha, a Itália, e em certa medida a Espanha, começavam a transformar-se em fascismos de vários matizes. Por cá, a caminho do país se transformar num fascismo de tipo corporativo, consolidou-se a ditadura financeira de Oliveira Salazar que, com a liquidez apresentada nas contas públicas e assegurada a paz política por todos os meios ao seu alcance, se lançou num grandioso plano de obras públicas:

" (...) O impacto da grande Depressão na economia portuguesa foi bastante suave, porque a diminuição do produto interno bruto foi pequena e as actividades rurais absorveram o desemprego (...) Os principais objectivos da política económica portuguesa da década de trinta foram os de promover o crescimento económico e preservar o equilíbrio entre a oferta e a procura. Par se atingirem estes objectivos de longo prazo, foram tomadas medidas de curto prazo no sentido de pôr em prática um relativo controlo da actividade económica por parte do Estado, de estimular a produção e o investimento e de conter o consumo (...).³⁶

Apesar do enorme volume de obras públicas executadas, o crescimento económico não acompanhou proporcionalmente os investimentos realizados. Não acompanhou porque o regime assim o quis, porquanto, sempre exerceu o controlo de toda a actividade económica através de sucessivas autorizações administrativas. Aparentemente, estas posições tutelares e controleiras visavam resguardar a economia portuguesa da crise internacional, vivida nos anos 30, face à reconhecida exiguidade do mercado interno, protegendo-o das investidas de capitais estrangeiros. Este controlo, que primeiramente foi aplicado aos grandes projectos de investimento industrial, foi instituído em 1931, para mais tarde ser alargado aos outros sectores de actividade e ficou conhecido por "condicionalismo industrial"; consistindo basicamente num conjunto de disposições legais que enquadravam toda a actividade industrial, designadamente, quanto à expansão e instalação de unidades industriais.

³⁴ VALENTE, Vasco Pulido – *Retratos e Auto-retratos: Ensaios e Memórias*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992, pp.85,86.

³⁵ A crise económica desencadeada a partir de 1929, aquando da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, reflectiu a crise mais geral do capitalismo liberal e também da democracia dita liberal. No período entre as Guerras Mundiais (1919-1939), a economia procurou encontrar caminhos para a sua recuperação, a partir do liberalismo de Estado, ao mesmo tempo que se consolidava o capitalismo monopolista. Mesmo nos EUA, as leis anti-monopólios perdiam o efeito e grandes empresas industriais e bancárias tomaram conta do "cenário" económico, protegidas pela política não intervencionista do Estado adoptada principalmente a partir de 1921. Ao produzirem cada vez mais, as empresas criaram uma superprodução que não conseguiram escoar, principalmente quando a Europa recuperou financeiramente e voltou a produzir, diminuindo concomitantemente as importações provenientes dos EUA, o que levou a que o dólar e as acções das empresas americanas descessem drasticamente, ocasionando a falência de muitas empresas e o empobrecimento das populações.

³⁶ MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, ob. cit., p.191.

Esta postura proteccionista, aliás de acordo com o articulado no Art.º 34.º da Constituição de 1933³⁷, conduziu inevitavelmente a economia obsoleta portuguesa ao marasmo e à apatia, transformando-a numa economia que se pautava pela contenção nos investimentos, ensimesmada, sem capacidade de competir com as economias estrangeiras, apresentando-se sóbria nos investimentos, respeitadora das tradições e pouco aberta às inovações tecnológicas e empresariais; um pouco, aliás, à imagem e semelhança do seu chefe:

" (...) ...Uma sociedade espessamente imóvel, rotineira, sem cultura alguma, religiosa, conservadora e, presume-se, muito naturalmente "salazarista" (...) bem no fundo o ruralismo imobilista do ideal campónio, sempre virado para o seu couto de terra e o plantio das suas couves, mesmo insuficientes para o passado normal de uma família, nos recantos das urbes, era aquele que melhor exprimia o sentido da mentalidade salazarista. Em suma, este modelo político-social português estava mais apegado ao ruralismo passadista do "Ancien Regime" do que aos ebulientes estilos futuristas e desenvolvimentistas em voga após a grande crise do capitalismo de 1929 (...)"³⁸.

Todavia, e apesar de Portugal continuar a ser um país triste, ronceiro e apegado às milenares tradições, foi durante os finais dos anos trinta e princípio dos anos quarenta, que o governo português começou lentamente a fomentar o crescimento industrial, primeiramente pela via da mecanização da agricultura, em especial nos campos do Ribatejo e Alentejo. Foi um pouco a contra gosto que Salazar fez esta concessão desenvolvimentista ao grupo dos industriais, cada vez mais numerosos e reivindicativos que defendiam, obviamente, uma maior aposta na industrialização como veículo de desenvolvimento do país e, como a única via capaz de tirar Portugal do ancestral atraso económico e social:

" (...) A modernização capitalista da agricultura, através de aumentos de produção e de produtividade (pela generalização da mecanização e uso de fertilizantes químicos, pela reestruturação fundiária, pela rega, pela racionalização de culturas) através da dispensa do excedente de mão-de-obra, resultante da própria racionalização das explorações, do fornecimento de comida e matérias-primas abundantes e baratas, através da sua constituição em principal mercado da produção industrial, tomando a agricultura, assim, o decisivo suporte viabilizador da modernização e crescimento industrial. Em suma, a "reforma agrária e agrícola" que pregava Ezequiel de Cantos desde os alvares da I República e que Eugénio Castro Caldas actualizaria mais explicitamente em termos de suporte de industrialização nas propostas contidas no I e II Planos de Fomento (...)"³⁹.

Contra esta ideia de modernização/mechanização da agricultura se opuseram, declaradamente, os latifundiários Ribatejanos e Alentejanos, mas também os grandes lavra-

³⁷ CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA de 1933, Art.º 34.º - "O Estado promoverá a formação e o desenvolvimento da economia nacional corporativa, visando que os seus elementos não tendam a estabelecer entre si concorrência desregrada..."

³⁸ MEDINA, João - *História de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994, pp. 221, 222.

³⁹ ROSAS, Fernando - *Salazarismo e Fomento Económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p.21.

dores do Norte, que suspeitavam, com razão, que num futuro mais ou menos próximo teriam de se confrontar, não só com os elevados investimentos da mecanização, como ainda, abdicar dos baixos custos da mão-de-obra. Mas foi nestas encruzilhadas que sempre deram jeito um regime ditatorial e, apesar das oposições internas, o que estava decidido superiormente avançou; lentamente, mas avançou!

Com a Europa mergulhada na II Guerra Mundial e, apesar da crise de bens alimentares a que as populações, especialmente nas grandes urbes, estavam sujeitas, Portugal começou por tirar partido da sua aparente neutralidade, por um lado, exportando, principalmente bens alimentares e matérias-primas essenciais ao desenvolvimento bélico das nações em conflito, como o volfrâmio e, por outro, captando enormes fluxos de capitais provenientes das populações em fuga do teatro de guerra, que aqui se refugiavam e que, dessa forma, contribuíram decisivamente para o primeiro “superavit” nas contas do Estado em muitos anos.

Desta forma, conseguiu-se que o processo inflacionista fosse controlado bem mais facilmente do que durante a I Grande Guerra e, aproveitando a forte acumulação de capitais propiciados pela conjuntura internacional, o Governo lançou-se na construção de vias de comunicação e, sobretudo, nas tão desejadas infra-estruturas hidráulicas que no futuro mais potenciariam a imprescindível electrização do país.

Sintomaticamente, em 1946 veio o subsecretário da indústria, Eng. Ferreira Dias, o homem que saudaria a Guerra como “a minha aliada nesta campanha de mostrar aos portugueses o caminho da indústria”⁴⁰ apresentar um Programa de Reorganização Industrial que foi aceite, tendo o Estado mais uma vez passado a conceder facilidades aos capitalistas que investissem em “indústrias de base”, sendo, a partir daqui que a burguesia industrial, sempre protegida pelo “guarda-chuva” estatal, se lançou, um pouco tardiamente mas de forma decidida, na industrialização:

“ (...) É uma industrialização tardia que, mesmo quando arranca sustentadamente, a partir da segunda metade da década de 50, se faria sem reforma agrária, sem recurso ao défice orçamental ou às reservas de ouro e divisas, de alguma maneira viabilizada artificialmente pela regulamentação administrativa da oferta, pela reserva estatal dos mercados e pela anulação policial das reivindicações do trabalho (...)”⁴¹.

Em finais de 1952 foi aprovado o I Plano de Fomento para vigorar entre os anos de 1953-1958, verdadeira pedra angular no desenvolvimento económico português e cujos pontos chaves propostos foram basicamente os mesmos que o “desenvolvimentista” Eng. Ferreira Dias, tinha, anos antes, defendido: fomento da agricultura, sua

⁴⁰ *Idem*, p. 69.

⁴¹ *Idem*, p. 61.

modernização e mecanização, conclusão das indústrias base , instalação da siderurgia e o aumento da produção hidroelétrica.

Os obstáculos e condicionamentos postos à industrialização do país ao longo dos anos por Salazar foram parcialmente removidos, mantendo-se no entanto o condicionalismo industrial, e por via deste abrandamento, os defensores da industrialização e da modernização do aparelho económico, depois desta batalha ganha, reforçaram o seu poder político congregando-se em volta de Marcelo Caetano, candidato a “delfim” de Salazar e putativo líder desta corrente reformista.

No IV Congresso da União Nacional ⁴² em Junho de 1956, reflectindo já o poder cada vez maior da corrente reformista dentro do regime salazarista, o discurso de encerramento foi da responsabilidade de Marcelo Caetano. Para além do relevo dado a Marcelo Caetano neste congresso da União Nacional e do confronto político entre a doutrina situacionista e o movimento reformador, o que de importante houve foram as propostas saídas do congresso, todas elas com a “marca” indelével da corrente reformista, que se consubstanciaram em: aumentar, ainda mais, os factores de produção, no seguimento, aliás, dos objectivos do I Plano de Fomento em curso, ampliar e fortalecer o fomento Ultramarino e, como pedra basilar dessas sugestões, implementar e modernizar o ensino profissional, com o objectivo reafirmado de apoiar e qualificar o desenvolvimento da indústria portuguesa.

O I Plano de Fomento cumpriu-se a bom ritmo e de forma sustentada, a que não faltou a prévia, como necessária, alteração no sistema de ensino técnico e profissional como foi a Reforma do Ensino Técnico saída do Decreto nº 37029 de 25 de Agosto de 1948, mas também pela real evolução da produção industrial, como se pode constatar no (Quadro 4)⁴³, que nos mostra já um país a percorrer, lento mas decidido, o caminho da indústria.

⁴² Durante o Estado Novo, depois de terem sido ilegalizados os partidos e associações políticas que se opunham ao novo regime, foi criada em 1932 uma força política denominada União Nacional que se transformou no partido político único do regime.

⁴³ MOURA, Francisco Pereira de [et al.] – *Estudo sobre a Indústria Portuguesa: II Congresso da Indústria Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1957, p. 45.

Quadro 4

Índices de produção industrial em Portugal (1933-1955)

A preços constantes de 1953 = 100

	Anos					
	1933	1940	1945	1950	1953	1955
Indústrias extractivas	27	75	42	173	100	110
Produtos alimentares e bebidas	68	92	91	105	100	124
Têxteis e vestuário	-	64	79	97	100	118
Madeira, cortiça e mobiliário	-	90	65	89	100	100
Química e petróleo	43	45	70	79	100	113
Produtos minerais não metálicos	32	40	66	81	100	108
Metalúrgicas, metalomecânicas e material eléctrico	25	38	57	80	100	130
Indústrias transformadoras diversas	44	65	74	85	100	108
Electricidade	30	46	55	94	100	173
Índice Geral da produção industrial	43	60	72	92	100	120

Assim se manteve este ritmo de desenvolvimento económico durante a prossecução do II Plano de Fomento que entrou em vigor em Abril de 1958 com um espaço temporal de aplicação entre 1959 e 1964. As particularidades deste Plano de Fomento foram, entre outras, a rega no Alentejo, o plano de viação rural, a arborização do território nacional, construção de barcos de pesca e a criação da Siderurgia Nacional, assim como de estaleiros navais para apoiar a renovação da Marinha Mercante.

Apesar deste surto de desenvolvimento, politicamente o país sofreu alguns sobressaltos dignos de registo e definidores em certa medida da cada vez menor implantação da doutrina salazarista no seio das classes populares e principalmente na pequena e média burguesia.

A campanha para a Presidência da República em 1958, protagonizada pelo candidato apoiado pelas forças da oposição General Humberto Delgado, foi paradigmática da situação de precariedade do regime pois, apesar de lhe ter sido oficialmente atribuído 25% dos votos entrados nas urnas, o apoio popular, à candidatura de Delgado, foi de tal forma avassalador por todo o país, que deu lugar à acusação feita pelos seus apoiantes e estribada na observação imparcial dos correspondentes estrangeiros, que o acto eleitoral foi fraudulento.

Apesar de não ter sido possível provar tais manipulações, a resposta de Salazar a estas acusações foi bastante esclarecedora. Alterou de pronto o processo de eleição do Chefe de Estado, deixando de ser como tinham sido as de 1958, eleições directas, passando a ser de futuro da inteira responsabilidade da Assembleia Nacional onde, como se sabe, apenas existia a União Nacional. No seguimento da cada vez maior contestação ao regime, nesse mesmo ano, D. António Bispo do Porto protagoniza mais um caso de “rebeldia” ao escrever, a 13 de Julho de 1958, um importante e desasombrado documento dirigido ao Sr. Presidente do Conselho, defendendo abertamente a doutrina social da Igreja e contestando a situação político-social e religiosa até aí seguidas pelo governo da Nação:

“ (...) Como bispo, sinto a tremenda responsabilidade de amanhã, no meio de eventual catástrofe – não cultivo “a visão catastrófica dos acontecimentos”, mas não posso também aceitar a tática de avestruz que infelizmente vejo difundida de mais – os católicos não poderão dizer que a culpa foi nossa, por termos inibido da formação e acção políticas. Em consequência e à luz de tudo quanto escrevi, condensarei aquilo que desejaria perguntar a V.Ex^a. em quatro pontos: Primeiro – Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja ensine livremente e por todos os meios, principalmente através das organizações e serviços da Acção Católica e da imprensa, a sua doutrina social? Segundo – Tem o Estado qualquer objecção a que a Igreja autorize, aconselhe e estimule os católicos a que façam a sua formação cívico – política, de forma a tomarem a plena consciência dos problemas da comunidade portuguesa, na concreta conjuntura presente e estarem aptos a assumir responsabilidades que lhes podem caber como cidadãos católicos? Terceiro – Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos definam publicamente e propaguem o seu programa ou programas, politicamente situados *hic et nunc* (...), Quarto – Tem o Estado qualquer objecção a que os católicos, se assim o entenderem e quando o entenderem, iniciem um mínimo de organização e acção políticas afim de estarem aptos, nas próximas eleições legislativas ou quando o julgarem oportuno, a concorrer ao sufrágio, com programa definido e com os candidatos que preferirem (...)”.⁴⁴

As repercussões sociais e políticas desta missiva na sociedade portuguesa de então foram enormes e, um ano depois D. António foi afastado compulsivamente da sua

⁴⁴ D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, nascido a 10 de Maio de 1906 na freguesia de Milhundos, no concelho de Penafiel filho de Manuel Ferreira Gomes e de D. Albina de Jesus Ferreira Gomes. Em 1916 começou o curso de preparatórios do Seminário do Porto onde, em 1925, concluiu o Curso Teológico. Rumou para Roma e aí se doutorou em Filosofia na Universidade Gregoriana. D. António de Castro Meireles ordenou-o presbítero em 22 de Setembro de 1928. No ano seguinte foi nomeado professor, onde também desempenhou funções de prefeito, vice-reitor e reitor, no Seminário de Vilar, no Porto, onde seu tio, cônego, era reitor e a quem sucedeu no cargo. Nomeado, em 1936, cônego capitular da Sé do Porto, exerceu ainda, nesta cidade, as funções de assistente da Liga Católica Masculina e da Liga Universitária Católica (Secção de Engenharia). Em 15 de Janeiro de 1948 foi eleito bispo titular de Rando e coadjutor, com futura sucessão, do bispo de Portalegre. A 12 de Outubro de 1952 fez a entrada solene na Sé do Porto como seu bispo da qual tinha tomado posse por procuração a 14 de Setembro. Excelente conhecedor do latim, do grego, do francês e do inglês e dotado de grande cultura, interessou-se não só por questões históricas mas também por problemas de índole social. No Porto, como já em Portalegre, promoveu a organização dos arquivos e a defesa do património artístico das igrejas. Coincidindo com a campanha da candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e, no exercício do magistério episcopal e em defesa da doutrina social da Igreja Católica, teve a coragem frontal de, numa carta dirigida a Salazar (então, chefe do Governo), tecer críticas contundentes relativas à situação político-social e religiosa do País, o que lhe veio a acarretar a necessidade de viver exilado. Durante o exílio teve residência em Espanha, República Federal Alemã e França, tendo o Papa João XXIII nomeando-o membro da Comissão Pontifícia de Estudos Ecuménicos para a preparação do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. Após o afastamento político do ditador Salazar (ocorrido em 1968), e no seguimento da denominada primavera marcelista, regressou a Portugal em 18 de Junho de 1969, dez anos após o começo do exílio, tendo retomado o governo da diocese portugalense onde procedeu a uma ampla e dinâmica reestruturação. Foi ainda galardoado com a Grã-Cruz da Ordem de Liberdade (logo em 1976) e da Ordem Militar de Cristo. Faleceu no dia 13 de Abril de 1989.

diocese, ficando pelo exílio durante dez longos anos, só tendo regressado a Portugal no dia 18 de Junho de 1969 já no consulado de Marcelo Caetano.

Ainda não estavam saradas estas “feridas” de finais da década de 50 quando, em Março de 1961, deflagrou a Guerra Colonial com os ataques de grupos independentistas africanos, nomeadamente da UPA⁴⁵ e do MPLA⁴⁶, no norte de Angola e na cidade de Luanda. Depois deste conjunto de reveses políticos, o regime salazarista estava de tal forma abalado que encetou a inevitável fuga em frente e marchou para a guerra “depressa e em força”, nas palavras de Oliveira Salazar, não levando sequer em linha de conta que as outras potências coloniais europeias, como a Bélgica, França e Inglaterra tinham já, a seu tempo, “concedido” a independência às suas antigas colónias e que a política externa dos Estados Unidos da América era, em 1961, nitidamente a favor das independências dos povos coloniais, particularmente os africanos.

Salazar “orgulhosamente só”, posto perante o dilema da “entrega” das colónias, defendeu contra tudo e todos, qual batalhador incansável do conceito de Portugal como sendo uma nação superior, una e indivisível, do Minho a Timor e acrescido do dever civilizacional para com os povos das nossas províncias do Ultramar conferido por séculos de cristão convívio e amizade.

Autista político “filho” do dogmatismo ideológico, Salazar não quis, ou não conseguiu, entender os ventos da história e deste modo arrastou centenas de milhares de pessoas para uma aventura sem saída e um país para o “poço sem fundo” da guerra. E, como sempre, para que uns embarquem nesta deriva belicista, foi necessário que muitos fiquem em terra a cuidar dos gados e a amassar o pão.

Quanto ao cumprimento do II Plano de Fomento continuou em bom ritmo (ainda não afectado pelas futuras restrições orçamentais), com a electrificação da via-férrea entre Lisboa e Porto, a construção de estaleiros navais, a adjudicação, em 1957, da ponte da Arrábida sobre o rio Douro, que viria a ser inaugurada em 1963 e muitas outras infra-estruturas constantes no Plano. No entanto, para fazer face às despesas militares com a Guerra Colonial, foi criado em 1965, um Plano Intercalar de Fomento que continuou a dar prioridade ao sector industrial, agora como fonte de exportação, ao contrário de até ali, maioritariamente virado para o desenvolvimento interno. Fomentou-se o investimento privado, comprometendo-se o Estado, mais uma vez, a proteger esses investimentos, a controlar os salários e continuar a construir as infra-estruturas necessárias ao país, afim de promover as tão necessárias exportações, principalmente

⁴⁵ UPA – União dos Povos de Angola, comandada por Holden Roberto.

⁴⁶ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, sendo seu presidente Agostinho Neto.

nos sectores siderúrgicos e navais que, com a entrada de Portugal na EFTA⁴⁷, se encontravam em bom ritmo de expansão.

Foi neste quadro de crescimento económico sustentado que Oliveira Salazar desaparece da cena política, depois de quarenta anos a “servir Portugal”, em consequência de uma queda em Agosto de 1968 de que resultou um hematoma cerebral a que se seguiu uma hemorragia cerebral violenta que definitivamente o incapacitou. Viria a morrer, pensando que ainda era Presidente do Conselho, a 27 de Julho de 1970. Rapidamente foi substituído!

Depois de muito hesitar, Américo Tomás, Presidente da República, acabou por nomear, a 27 de Setembro de 1968, Marcelo Caetano, antigo “delfim” de Salazar, para a Presidência do Conselho de Ministros:

“ (...) Os marcelistas chegavam enfim, ao topo do poder executivo – Tinham um programa de “abertura” e “descompressão” do regime, com laivos tecnocráticos e desenvolvimentistas, que não era um puro e simples continuismo pós-salazarista. Esse programa de reformas começou tímida e parcialmente a ser executado, com a preocupação, inicialmente de dar óbvios sinais de alguma abertura no campo político e das relações laborais, de mostrar um maior empenho no domínio social e mais claramente, um novo dinamismo industrializante e desenvolvimentista (...)”.⁴⁸

Tendo começado verdadeiramente uma nova etapa política, denominada pelos homens do novo regime de “evolução na continuidade”, cedo acabou por se perceber ser cada vez menos evolução, pois não apresentavam uma definição doutrinal e estratégica forte, e mais continuidade, particularmente na abordagem à problemática da Guerra Colonial, que se arrastava havia já sete anos e sem que se vislumbrasse qualquer resolução política nem militar:

“ (...) Mantendo a guerra sem soluções credíveis a curto prazo, os discursos e até a revisão constitucional de 1971 subsumiam-se totalmente no facto dramático da sua continuação (...) Mesmo que ele (Marcelo Caetano) não o entendesse, e não entendeu, a guerra colonial era o nó górdio do projecto reformador, porque o seu peso esmagador sobre todos os aspectos da vida das pessoas e do país a colocava-a no centro de qualquer proposta sobre o futuro (...)”.⁴⁹

As despesas com a Guerra Colonial repercutiam-se nas contas públicas tendo estas apresentado um saldo negativo substancial. Ao mesmo tempo, o governo mantinha os programas de investimento, destacando-se, pelo seu relevo social, a aposta na educa-

⁴⁷ EFTA- (Associação Europeia de Comércio Livre), foi fundada em 1959 para promover a cooperação económica entre países da Europa ocidental e como resposta à criação do Mercado Comum. Portugal esteve entre os seus fundadores assim como a Grã-Bretanha, Suíça, Áustria, Suécia Noruega e Dinamarca.

⁴⁸ ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires – *A Transição falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p.12.

⁴⁹ *Idem*, p. 19.

ção, a extensão da previdência aos rurais em 1970 e o reforço dos dinheiros para a segurança social, embora 44% da população ainda não lhe ter acesso.

Apesar do défice público, deu-se início ao III Plano de Fomento (1968-1972) apresentando como linhas mestras a investigação e a internacionalização da economia portuguesa, agora cada vez mais aberta ao exterior. Como resposta às políticas recentemente seguidas o crescimento económico apresentou taxas bem elevadas, a partir da década de sessenta, a que não foi estranho, em boa verdade, a internacionalização da economia portuguesa, pela primeira vez inserida num conjunto de nações europeias a competir abertamente e sem condicionalismos num mercado livre e próspero.

Com o ano de 1973 veio a crise petrolífera que afectou bastante a economia portuguesa por força das posições políticas do governo, ao tomar partido no conflito israelo-árabe através da cedência da base das Lajes aos EUA de que resultou no apoio militar efectivo a Israel. Como represália, os países árabes decidiram boicotar Portugal no que concerne ao fornecimento de petróleo, o que causou um impacto económico bastante negativo, pois sempre estivemos totalmente dependentes da importação de energia petrolífera. O efeito do boicote na taxa de inflação fez com que ela disparasse para os 25%, a balança comercial negativa atingiu o défice de 28 milhões de contos e o país entrou inevitavelmente em recessão.

Face a este cenário “depressivo”, a política reformista e desenvolvimentista não teve condições para prosseguir e soçobrou, pois não cumpriu minimamente os objectivos a que se propôs. Sendo certo que em grande parte se deveu a factores exógenos, não se podem no entanto descurar os factores endógenos, interiores ao próprio regime, que segundo Fernando Rosas:

“ (...) Entre 1968 e 1970, tudo indicava que Marcelo Caetano iria “levar por diante o processo de transição” mas, a partir de 1970, o Presidente do Conselho constatou a inviabilidade de se proceder à liberalização mantendo a Guerra Colonial. Não encontrando uma solução política para a guerra, quando “ainda dispunha de algum tempo e espaço para o fazer”, deixou cair por terra o seu programa reformista (...) Na verdade, ao que tudo indica, Marcelo Caetano queria apenas empreender todo um conjunto de reformas que modernizassem o país, mas que não pusessem em causa, pelo menos a curto prazo, nem o regime nem a Guerra Colonial (...)”.⁵⁰

Esgotado historicamente, vazio no plano político, económico e social, a transição pacífica do regime “salazarista” para o “marcelismo” falhou! Cumpriu-se, mais uma vez, o pensamento de Tocqueville⁵¹ de que não se podem reformar as ditaduras.

⁵⁰ *Idem*, p. 73.

⁵¹ “ (...) Vinte anos antes, nada se esperava do futuro; agora nada dele se teme. A imaginação, apoderando-se antecipadamente desta felicidade próxima e inaudita, torna insensível aos bens que já se têm e precipita para as coisas novas (...), in TOCQUEVILLE, Alexis de – *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Fragmentos, 1989, p. 118.

AS REFORMAS DO ENSINO TÉCNICO E ARTÍSTICO NA 1ª METADE DO SÉCULO XX

A REFORMA DE 1918

Foi neste quadro político, económico e social que emergiram as reformas educativas como respostas em cada tempo ou época, com mais ou menos celeridade, às alterações havidas na sociedade portuguesa. Foram e serão sempre apresentadas, as reformas no ensino, como veículos de mudança e de ruptura dentro de um contexto maior de transformação e de ruptura de um regime com o outro que o antecedeu.

As reformas educativas de 1918, 1931 e 1948, todas elas diferentes, porque produtos de épocas dissemelhantes, bem marcadas politicamente - a de 1918 com a I Grande Guerra, a de 1931 com a ascensão da ditadura e implementação do Estado Novo e a de 1948 com o pós guerra - e intimamente ligadas às opções de desenvolvimento económico que foram sendo tomadas.

Perante estes panoramas políticos, económicos e sociais, o comportamento no terreno das reformas de ensino, particularmente de ensino técnico, teria que ser diverso como foi, quer na abordagem ao estado do ensino como nas transformações propostas e efectivamente operadas.

A reforma de 1918, protagonizada pelo Dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves foi a reforma das boas intenções democráticas, da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Uma reforma muito coerente com o pensamento republicano e bem estruturada nos conceitos como na sua aplicabilidade. Azevedo Neves soube “ler” as necessidades do país e construiu uma reforma do Ensino Técnico virada para resolver o atraso constante, metódico e regular desta área do ensino. A revolução republicana estava ainda bem viva e, apesar da I Grande Guerra e das dificuldades económicas, que foram muitas, conseguiu-se porém que ela prevalecesse. Foi uma reforma generosa, franca e liberal que careceu de um maior apoio financeiro, que não teve, e cujos resultados se diluíram na voragem das lutas políticas, das capelinhas, das invejas e de incompetências várias que desvirtuaram as ideias nobres que presidiram à sua feitura.

Esta reforma, instituída pelo Decreto nº 5029 de 5 de Dezembro de 1918, que deu ao ensino técnico uma bem estruturada organização, um código e um estatuto da educação técnica que não era comum em Portugal nos princípios do século XX, cotejando com outras que a precederam, sobressai, para além dos bons intentos e propósitos democráticos, a igualdade de género nas oportunidades, nos direitos e deveres do ensino. Quanto às ideias de qual deve ser o papel da escola, o preâmbulo do Decreto é bastante esclarecedor:

" (...) O valor de um povo, o seguro caminhar na senda do progresso, a harmonia de intuitos capazes de conduzir à finalidade histórica da raça, tem uma só origem, e em só um fundamento imutável através dos tempos: o ensino. É na escola que está a força o direito e o futuro de um povo (...)"⁵²

Quanto à função da escola e da sua ligação com a sociedade, Azevedo Neves não pode ser mais explícito e inovador: "(...) O que eu muito desejava conquistar com a reforma era uma comunhão de interesses entre a escola e o meio, entre a escola e as associações de classe respectiva(...)"⁵³. E acrescenta de uma forma digna e corajosa mas também, porque não escrevê-lo, utópica:

" (...) Na escola, a democracia será perfeita; o Estado protegerá o aluno pobre, mas sempre premiando o trabalho e distinguindo o melhor aplicado (...)"⁵⁴

Ao se estudar qualquer reforma deparamo-nos com duas situações muito típicas, uma, a das reformas se sucederem entre elas sem as anteriores terem sequer tempo de vingarem para, em seguida serem reformadas antes mesmo de se mudarem os dirigentes que as propuseram. Outra situação é a falta de aplicação das notáveis ideias que sempre comportam, e, dos extraordinários, inovadores e progressistas diplomas que as compõem.

Esta reforma não obedece a tais premissas, foge completamente à regra e felizmente foi aplicada não pelo tempo necessário há mudança que o país precisava, mas suficiente para se aquilatar da sua importância. Esta reforma tem ainda uma particularidade que outras não tiveram, que foi o do ensino técnico ficar integrado na Secretaria de Estado do Comércio – mais tarde Ministério do Comércio e Comunicações. Tal medida, foi muito defendida na altura com argumentos poderosos como o do financiamento ao ensino industrial e comercial ser maior e bem melhor aproveitado, se estiver num "ministério" de ideias e práticas mais ligadas às necessidades e realidades da vida e não estar, como anteriormente, diluído no Ministério da Instrução Pública onde só se irá teorizar. Em suma este tipo de ensino, deveria, no pensamento do seu mentor, ser prático e capaz de "levantar as forças industriais e comerciais da nossa terra", ser eficaz, democrático e formador de jovens para a vida:

" (...) É preciso educar e instruir a classe operária e a isso visa esta organização, que foi elaborada sob o ponto de vista mais democrática e tem por fim criar bons operários modernos (...)"⁵⁵

⁵² Decreto nº 5029 de 5 de Dezembro de 1918, p.23.

⁵³ *Idem*, p.23.

⁵⁴ *Idem*, p.24.

⁵⁵ *Idem*, p.25.

Foi pois para responder “na prática” ao que tão diligentemente enumerara no preâmbulo do decreto, que o legislador fixa de uma forma clara, coerente, simples e exequível os princípios gerais/estruturais e particulares de todo o desenvolvimento do ensino técnico industrial, comercial e artístico, nas suas mais diversificadas vertentes (alunos, professores, funcionários, tipos de instalações, formação de professores, financiamento dos diversos cursos...).

Quanto à estrutura, o Ensino Técnico apresentava-se dividido em duas grandes áreas: *O Ensino Industrial*, que era ministrado nas Escolas de Artes e Ofícios - Escolas Industriais - Escolas Preparatórias e Escolas de Arte Aplicada - que compõem o ensino básico os Institutos Industriais - o ensino médio e o Instituto Superior Técnico que compreendia o ensino superior. Quanto ao *Ensino Comercial* ele era ministrado nas Aulas Comerciais, Escolas Comerciais, Institutos Comerciais e Instituto Superior de Comércio; sobre o qual não desenvolveremos quaisquer considerandos visto estar fora do âmbito deste trabalho.

As *Escolas de Artes e Ofícios* eram destinadas a ministrar o ensino elementar sob uma forma prática e acessível, aos indivíduos que se consagram às profissões artísticas e industriais. São cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento. Podem ser criadas a pedido de um fabricante ou fabricantes, associações locais de turismo, associações industriais de patrões ou de operários no entanto os custos destas escolas eram suportados pelas entidades promotoras, ficando sujeitas à fiscalização do Estado. As Escolas de Artes e Ofícios criadas e os respectivos cursos foram: *Tecelagem* – Braga, Lamego, Guimarães, Covilhã, Gouveia, Alhandra, Lisboa e Porto, *Fabrico de mantas* – Terroso; *Chapelaria e Passamanaria* – Braga; *Ourives* – Gondomar e Porto; *Tapeçaria* – Arraiolos e Évora; *Rendas e Bordados* – Peniche, Vila do Conde, Setúbal, Niza, Figueira da Foz, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Horta; *Montador de Electricista* – Porto e Coimbra; *Canteiros* – Pêro Pinheiro, Batalha e Estremoz; *Vidreiro* – Marinha Grande; *Cerâmica* – Coimbra, Porto, Vila Nova de Gaia, Miranda do Corvo, Caldas da Rainha, Ílhavo, Sacavém e Estremoz; *Embutidores e Artefactos de verga* – Funchal – Madeira; *Serralharia* – Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, *Indústria do couro* – Alcanena e Guimarães; *Fabrico do papel* – Tomar; *Doçaria* – Aveiro, Viseu, Évora, Santarém, Beja, Setúbal, Elvas e Faro; *Mobiliário* – Porto, Braga e Évora.

Podiam ser admitidos a estes cursos, mesmo indivíduos analfabetos e estas escolas não podiam ser frequentadas por mais de 15 alunos por classe. Quanto ao horário de funcionamento era distribuído nos dois turnos: diurno e nocturno e nalgumas disciplinas (que não especifica) poderiam vir a ser dominicais, conforme as condições locais da profissão.

De realçar, que passadas mais de noventa anos, as localidades referidas, bem assim como os respectivos cursos, desenvolveram com êxito assinalável pequenas e médias indústrias, quase todas relacionadas com os cursos acima descritos, o que prova o conhecimento profundo que Azevedo Neves possuía das necessidades nacionais:

"(...) O ensino profissional pode e deve compreender a feição artística, na especialidade oficial designada para cada escola, de modo que mais se coadune com o interesse das indústrias locais, ou que mais se julgue conveniente estabelecer para criar qualquer ramo de reconhecida utilidade(...)".⁵⁶

As *Escolas Industriais* destinavam-se à preparação de aprendizes e operários modernos, ou seja, operários com uma educação elementar geral e uma educação manual suficiente. De um grau superior às *Escolas de Artes e Ofícios*, exigia-se para o seu ingresso o ensino primário. Além de ministrarem cursos de *Aprendizagem*, serviam também para dar cursos de *Aperfeiçoamento* aos operários que pretendam instruir-se, ou ainda aperfeiçoar-se na sua arte ou ofício. Resumindo: as Escolas Industriais preparam aprendizes em cursos de aprendizagem e operários em cursos de aperfeiçoamento, mas de uma forma global e não "embrutecedora" nas aprendizagens:

" (...) Do ensino resulta a profissão. O progresso tem uma unidade social, um factor elementar que é o operário, quer seja o operário de mãos calejadas em trabalhos rudes, quer seja o operário que despense as suas horas em pesquisas científicas (...)". É necessário dar à classe operária o que lhe é devido, mas é indispensável primeiro que tudo, instruí-la convenientemente (...)".⁵⁷

As Escolas Industriais criteriosamente distribuídas pelo território nacional, coincidindo basicamente, a excepção do Funchal, com as zonas mais industrializadas do país, passaram a ser as seguintes: *António Augusto de Aguiar* – Funchal; *Francisco de Holanda* – Guimarães; *Afonso Domingues* – Lisboa; *Machado de Castro* – Lisboa; *Marquês de Pombal* – Lisboa; *Fonseca Benevides* – Lisboa; *Faria de Guimarães* – Porto; *Infante D. Henrique* – Porto e *Avelar Brotero* – Coimbra:

" (...) Para que uma escola seja boa não basta possuir bons professores e mestres, é indispensável que seja dotada de máquinas e utensílios modernos e inteiramente semelhantes aos que se empregam na indústria. É preciso que haja boas oficinas. Este ponto é fundamental (...)".⁵⁸

O ensino ministrado nos cursos de Aprendizagem das Escolas Industriais, compreendiam três graus: O primeiro grau – *Preliminar* (1 ano), destinava-se a estabelecer a ligação entre a escola primária e o grau geral. O segundo grau – *Geral* (4 anos), somente admitia alunos com 13 ou mais anos e servia para ministrar a educação geral

⁵⁶ *Idem*, p.27.

⁵⁷ *Idem*, p.28.

⁵⁸ *Idem*, p.29.

a todos os operários e aprendizes. Por último, o terceiro grau – *Complementar* (2 anos) – destinava-se a preparar operários modernos, que tivessem completado com aproveitamento o grau geral. Todos os cursos de Aprendizagem eram ministrados no turno diurno, excepto os de Aperfeiçoamento que podiam ser nocturnos. Iremos encontrar, curiosamente, bastante similitude com esta estrutura organizacional, mais tarde, na Reforma do Ensino Técnico de 1948.

Estes cursos, espinha dorsal desta Reforma, possuíam um conjunto de disciplinas e matérias que obviamente iam ao encontro da filosofia que presidiu à sua criação e que eram: No primeiro grau – *Preliminar* (1º ano) compreendia as seguintes disciplinas: Língua Pátria; Noções de Aritmética e Geometria; Elementos de Desenho Geral; Trabalhos Oficiais em madeira, ferro, modelação e pintura; Noções de costura, bordados, rendas e cartonagem para o sexo feminino. No segundo grau – *Geral* (4 anos), compreendia as disciplinas de Língua Pátria; Aritmética e Geometria; Princípios de Física e Química e Noções de Tecnologia; Geografia e História; Língua francesa; Desenho Geral especializado; Trabalhos Oficiais masculinos e femininos (os Trabalhos Oficiais serão sempre de acordo com a especialização do desenho: ao desenho de construção corresponderá trabalhos oficiais em madeira, ao desenho mecânico corresponderá trabalhos oficiais em metal...).

No terceiro grau – *Complementar* (2 anos), como grau especializado compreendia vários cursos com várias disciplinas dirigidas especificamente às diversas profissões escolhidas pelos alunos principalmente aquando da frequência do curso Geral.

Houve ainda lugar a uma particularidade de muito interesse, porque reflectia a preocupação de Azevedo Neves com a ligação ao mundo do trabalho, detalhe esse que mais uma vez só se veio a reproduzir na Reforma de 1948 que eram, na Reforma de 1918, as *Cartas Patentes*: As Escolas Industriais concediam "cartas patentes" (uma espécie de diploma de aptidão profissional), aos alunos habilitados com o curso Complementar, que tivessem completado 18 anos de idade e que provassem haver tido uma prática de pelo menos três anos na indústria e que fossem aprovados num exame que compreendia, uma prova prática e outra oral sobre assuntos da profissão, precedidas ambas por uma prova de Desenho.

Quanto às *Escolas de Arte Aplicada* foram criadas, uma em Lisboa e outra no Porto⁵⁹ e tinham como objectivo ministrar o ensino de desenho especializado e o oficial necessário aos artistas das artes industriais. Para o seu ingresso precisavam da aprovação

⁵⁹ Pelo Decreto-lei n.º 1.027 de 5 de Novembro de 1914 foi exposto: "parecendo conveniente que a nova Escola de Arte Aplicada do Porto receba o nome de um portuense que haja dado realce à Arte nacional naquela cidade". No seguimento deste preâmbulo o ministro decreta – que o estabelecimento de ensino se passe a chamar: Escola de Artes Aplicadas Soares dos Reis e a cujo cargo está a leccionação de quatro cursos de desenho especializado, assim como a manutenção das oficinas de pintura decorativa e de talha. Terá vida curta e será anos mais tarde anexa à já existente Escola Industrial Faria de Guimarães, que passará a denominar-se Escola Industrial Faria de Guimarães (Arte Aplicada).

no curso Geral das Escolas Industriais e quanto aos planos de ensino, duração dos cursos, assim como as disciplinas para estas escolas, desde a sua criação não foram muito claros nem objectivos. Neste particular sempre enfermaram de algumas deficiências, mais por via de sobreposições com os cursos das Escolas Industriais e os de Artes e Ofícios e principalmente devido há pouco clara divisão entre o ensino para um ofício e o do ensino artístico enquanto tal. Esta pendência levará o seu tempo a ser dirimida.

As *Escolas Preparatórias* (4 anos), só existentes em Lisboa e Porto (*Escola Rodrigues Sampaio*, em Lisboa e *Escola Preparatória, do Porto*), eram exclusivamente destinadas a ministrar o ensino geral, mas os alunos eram canalizados, não para uma via profissionalizante, como nos cursos ministrados nas Escolas Industriais, mas sim para os cursos dos Institutos Industriais e Comerciais (cursos médios).

As habilitações necessárias para o ingresso nestas escolas, eram a aprovação no grau complementar da instrução primária, sem limite de idade e o ensino nelas ministrado compreendiam as seguintes disciplinas: Desenho Geral; Língua Pátria; Aritmética Geometria e Elementos de Álgebra; Língua francesa; Língua inglesa; Princípios de Física e Química; Elementos de Ciências Naturais; Geografia Geral; Elementos de História Universal; Trabalhos Manuais; Noções de Comércio; Escrituração e Contabilidade Comercial; Estenografia e Dactilografia (somente para o acesso aos Institutos Comerciais).

As Escolas de Arte Aplicada instituídas no âmbito desta reforma foram somente duas: uma em Lisboa e outra no Porto - Fonseca Benevides e Faria Guimarães, respectivamente, que trinta anos depois se transformariam, passando entretanto por outras denominações e moradas, na Escola de Artes Decorativas António Arroio - Lisboa e Escola de Artes Decorativas de Soares dos Reis - Porto.

Como epílogo, pensamos ter havido nesta Reforma de 1918 e do seu mentor Dr. Azevedo Neves, uma ideia meritória de formar os jovens com uma preparação mais adequada às necessidades de uma nação que se pretendia dinâmica, democrática, industrializada e preocupada em fazer "português" com beleza e qualidade e como corolário da apresentação desta Reforma achámos melhor encerrar com as palavras, infelizmente tão actuais, do seu autor:

"(...) Tomar o ensino útil é torná-lo prático, é criar técnicos e não parasitas. É fundamental que se compreenda bem nitidamente que todo o indivíduo sem competência técnica prática (junto de propósito os dois vocábulos) é uma perfeita inutilidade para o caminhar do progresso, para a marcha da civilização e constitui um peso para o Estado. O país carece essencialmente de técnicos e não de diplomados. É pela gente com cérebro, e com cérebro capaz de ser praticamente utilizado, que uma nação demonstra o seu valor. A nossa instrução até hoje tem sido essencialmente destinada a produzir diplomados. Procura-se o diploma e não a competência; procura-se o lugar, a competência virá mais tarde. Os alunos saem das escolas sem nenhuma competência técnica, mas com profundos conhecimentos decorados, fixados por qual quer modo. É preciso

acabar de vez com este lamentável estado de cousas, e muito se tem conseguido recentemente, graças ao desenvolvimento de certos organismos do ensino... um ensino útil e prático é proveitoso para o comércio e para a indústria, que não procuram nunca os diplomados, mas tão-somente os competentes, e constitui uma fonte de riqueza para o Estado; um ensino destinado a fabricar diplomados só é prejudicial. Tais são as bases em que assenta este projecto de decreto (...).⁶⁰

A REFORMA DE 1931

Em 1930 e 1931, é publicado um conjunto de disposições legais reformadoras do ensino técnico que, de uma forma autoritária, modificou totalmente o sentido, o rumo e a estrutura da Reforma de 1918. Gustavo Cordeiro Ramos tinha chegado ao Ministério da Instrução Pública e com ele a política do Estado Novo:

"(...) A Nação, tem o direito de esperar do Estado uma assistência efectiva à instrução profissional e bem assim os recursos extraordinários que neste momento lhe são indispensáveis. Mas - note-se bem - é preciso que seja a Nação a esperá-lo. Que ela sinta e compreenda a suprema utilidade dessa instrução e nenhum governo saberá recusar-lhes os meios de a valorizar (...).⁶¹

Com o advento da ditadura, estando ministro Gustavo Cordeiro Ramos, cria-se a Direcção Geral do Ensino Técnico, sendo seu titular o Eng. Francisco José Nobre Guedes, futuro Comissário da Mocidade Portuguesa e um dos, senão o principal ideólogo desta Reforma. Procedendo-se de imediato, de acordo com as linhas programáticas do Estado Novo à politização do ensino, e à centralização dos poderes sob o pretexto de dificuldades financeiras ao desmembramento do edifício escolar vindo da I República. Os Decretos nºs 18420 de 4 de Junho de 1930 e o 20420 de 21 de Outubro de 1931 procuram uniformizar os diversos tipos de escolas, cursos e procedimentos pedagógicos vindos da reforma de 1918 e posteriores alterações, extinguindo e transformando umas e criando outras, com o objectivo de rentabilizar o ensino técnico, ao mesmo tempo que impõe a ideologia "estadonovista" à escola e a todos aqueles que a "habitam", especialmente o corpo docente, demasiado republicano para os gostos da época.

Com alguns, poucos, elogios à reforma de 1918, lá se vai difundindo que se deve ao Dr. Azevedo Neves o último e importante diploma referente ao ensino técnico, no entanto, os regulamentos a que este antelóquio doutrinário deu origem, deformaram porém muitos dos seus princípios e até nalguns pontos o negaram.

⁶⁰ Organização do Ensino Industrial e Comercial. Parte III do Relatório, In, Decreto nº 5029, de 5 de Dezembro de 1918, publicado no Diário do Governo, I série, nº 263 de 5 de Dezembro de 1918.

⁶¹ Preâmbulo do Decreto nº 20420 de 21 de Outubro de 1931. p.8.

Contudo, declara-se que o seu todo actual (o produto do diploma de 1918) não satisfaz, é desarmónico, embaraçado, com defeitos graves comprovados e lacunas que não se justificam. Foi com estas intenções de reorganização, como pretendendo pôr a casa em ordem, que este diploma de 1931 aparece e se apresenta, apontando o caminho, traçando metas, sendo claro nos objectivos.

Quanto ao pensamento de qual deve ser o papel da escola e dos seus intervenientes no novo panorama político do país, este Decreto é muito claro e elucidativo como seria de esperar:

" (...) O ensino técnico profissional, considerado há longos anos como um dos órgãos vitais de todo o povo moderno (...).Dispondo como sabemos de sólidos alicerces, representados por uma tradição de seriedade, de labor consciencioso e de fé... o nosso ensino industrial carece, neste momento, em primeiro lugar, dum certo desafio financeiro (...). Sabemos já como dentro do campo propriamente pedagógico ele soube cumprir a tarefa que se lhe impunha [diploma de 1918], a de criar no país um ensino que não existia e de que ele necessita como base. Mas ainda, no mesmo campo, uma nova hora vem de soar para todo o mundo industrial: a hora da tecnologia, cujo estudo alcança hoje uma importância decisiva na formação profissional e na prática de todos os mesteres (...). O ensino, tanto no ramo industrial como no comercial, fica orientado no sentido duma mais acentuada profissionalização, definindo-se nitidamente os ofícios para que habilita cada escola e a sua composição de disciplinas e oficinas (...)"⁶²

Paralelamente, volta-se a fomentar o ensino profissional com ligação privilegiada às indústrias mais modernas da altura: metalurgia, metalomecânica e electricidade e, quanto ao ensino técnico artístico, passou a ensino industrial dado na Escola Industrial Fonseca Benevides (Arte Aplicada) em Lisboa e na Escola Faria Guimarães (Arte Aplicada) no Porto, onde se ministravam, entre outros cursos, o Curso Complementar de Habilitação às Belas Artes (somente para os cursos de Pintura e Escultura), que tinha uma duração de cinco anos lectivos e cuja habilitação exigida para a matrícula, aos alunos ordinários como aos alunos extraordinários, simplesmente a 4ª classe do ensino elementar ou seu equivalente.

Pouco mais há a dizer sobre esta reforma, que sob o pretexto da contenção de despesas do início, foi vegetando ao longo dos anos trinta e quarenta, até ser substituída pela Reforma de 1948, que se inicia com uma mudança não despicienda de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional, estando seu titular o Prof. Dr. Fernando de Andrade Pires de Lima e como seu autor e ideólogo o responsável pela Direcção Geral do Ensino Técnico, o Dr. Carlos Proença.

⁶² *Idem*, pp.9-12.

A REFORMA DE 1948

Por superior indicação do Ministério da Educação Nacional, *post tantos tantos que labores*, fazem publicar em 25 de Agosto de 1948⁶³ o diploma mais estruturante do ensino técnico da segunda metade do séc. XX, que levou a germinar sete longos anos, entre comissões de reforma, pareceres da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, e, obstáculos vários, entre eles a facção conservadora da situação, mais ligada ao chefe do Governo, António de Oliveira Salazar, que não via com bons olhos a abertura do ensino, mesmo que técnico, às classes mais desfavorecidas da sociedade.

No entanto, apostavam nele outras forças, mais "europeias", ligadas aos sectores técnicos e industriais, aos planos de fomento, à expansão da energia eléctrica como factor de crescimento da sociedade capitalista e "desenvolvimentista" do Estado Novo, que levaram a sua avante contra o grupo da "lavoura".

Este diploma, não sendo uma criação contra outro Decreto como foi o de 1930/31, marca no entanto um corte com as concepções do passado. Esta foi uma reforma de pendor tecnocrático mas também humanista, em parte devido às ideias dos seus mentores, em especial do Dr. Carlos Proença, não perdendo no entanto a marca ideológica do Estado Novo, que a suporta, principalmente pela necessidade de acompanhar o desenvolvimento económico e social do país.

É um diploma que aposta no desenvolvimento extraordinário das construções escolares por todo o país e onde se destaca a elevação da escolaridade básica (a elevação para quatro anos do ensino primário é uma das lutas ganhas por este sector reformista do Estado Novo); como no aumento – na prática – da escolaridade obrigatória com a introdução do Ciclo Preparatório, verdadeira jóia da coroa desta reforma. Foi mesmo esta inovação – o Ciclo Preparatório – que fez esta reforma ser diferente de todas as outras, pois com ela a formação geral dos jovens é incentivada, assim como o prosseguimento de estudos.

Enquanto na reforma de 1931 os cursos industriais habilitavam operários e aprendizes de artes aplicadas, nesta reforma de 1948 pretendia-se ir mais longe, ambicionava-se formar pessoas e, deliberadamente, os cursos passaram a denominar-se cursos de formação e no caso particular das "escolas de artes" a formarem estudantes de artes decorativas. A diferença, cremos, não foi só semântica visto o diploma apresentar-se sob uma forma humanista o que não sucedia na reforma anterior, mais adequado ao país que se estava a transformar económica e socialmente, mas que continuava politicamente imobilizado, conservador e retrógrado:

⁶³ Decreto-Lei nº 37029 de 25 de Agosto de 1948, promulga o estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial.

" (...) É tempo, pois, de fornecer às escolas técnicas os meios de vária ordem que lhes faltam, para que o ensino atinja toda a eficácia indispensável à realização deste programa: chegou o momento de não só anunciar nos discursos ou inscrever nas leis, mas efectivar na prática, os dois maiores direitos que em nosso parecer ao homem podem ser assegurados: o direito ao trabalho e o direito à instrução – o pão do corpo e o do espírito para todos os portugueses (...)"⁶⁴

Este diploma vinga, porque as forças mais desenvolvimentistas derrotam os conservadores e imobilistas do regime, que demorada luta deram nas discussões do diploma ao longo dos anos.

Quanto ao pensamento dos reformadores de 48 sobre o papel da escola na sociedade portuguesa ela é clara: "(...) Educar é conduzir de dentro para fora, é trazer à superfície o que está latente no próprio ser (...) assim se distingue sem equívoco a educação do ensino(...)"⁶⁵. Como estava distante o ensinar, como sinónimo de treinar exaustivamente técnicas para se ser um operário capaz. E mesmo quando lançam algumas farpas à longa tradição escolar portuguesa de privilegiar quase exclusivamente a especulação intelectual em detrimento do valor do ensino técnico aproveitam esse facto, e bem, para citar Ruskin:

"(...) Esforçamo-nos a separar o trabalho intelectual do trabalho manual. Queremos que uns homens vivam exclusivamente a pensar e outros exclusivamente a trabalhar manualmente: àquele chamamos uma pessoa culta e a este um operário. No entanto, o operário devia também pensar e a pessoa culta trabalhar manualmente e assim, ambos seriam pessoas no melhor sentido (...)"⁶⁶

É bastante curioso que os ideólogos desta reforma chamem à colação John Ruskin, poeta romântico do século XIX, desenhador e pintor de mérito, crítico de arte, que dava ênfase, nos seus escritos, à sensibilidade subjectiva e emotiva, em contraponto com a razão; tendo sido, aliás, inspirador do movimento Arts & Crafts.

A REFORMA DE 1948 - SUA IMPLEMENTAÇÃO

Tendo-se apurado da necessidade imperiosa de implementar o ensino técnico tal como na década de trinta, fez-se depender essa aplicação de uma reforma cuja preparação se inicia nos princípios da década de quarenta, com a saída do decreto-lei 31 431 de 29 de Junho de 1941. Cria-se, para tal, a comissão de reforma do ensino técnico, pon-

⁶⁴ PROENÇA, Carlos – "Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico", In, *Boletim de Acção Educativa Escolas Técnicas*, Vol.I, nº 3. Lisboa: DGETP, 1947. p.27.

⁶⁵ *Idem* – "O Ensino no Quadro da Educação Nacional", In, *Boletim de Acção Educativa Escolas Técnicas*, Vol.I, nº 1. Lisboa: DGETP, 1947. p.8.

⁶⁶ *Idem*, p.13.

tificada por Francisco Leite Pinto, engenheiro, professor catedrático da Universidade Técnica, personalidade muito conceituada no meio académico, político e científico e que anos mais tarde (1955-1961) será ministro da educação.

Durante três longos anos esta comissão trabalha na proposta e apresenta-a em Julho de 1944 ao ministro Mário de Figueiredo, que por sua vez envia o relatório para a Câmara Corporativa. A morosidade continua e, quase seis anos passados após a nomeação da Comissão, entre 22 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1947 o projecto é finalmente debatido na Assembleia Nacional. Os decretos n.º 37028 de 25 de Agosto de 1948 em conjunto com o n.º 37029 da mesma data, instituem o novo Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial.

Pelo meio há as habituais dificuldades sempre que se inicia ou se quer alterar algo e a reforma de 1948 não foge à regra, mais ainda, porque teve lugar numa época determinada cujos contornos procurámos descrever em capítulo anterior.

Um dos aspectos centrais que suscita tanta controvérsia entre os eleitos do Estado Novo e que se reflecte obviamente na morosidade da sua regulamentação é a introdução do Ciclo Preparatório de dois anos que na prática aumenta a escolaridade obrigatória, quando a política na altura é precisamente contrária a esses desideratos.

Como é sabido, o interesse das medidas educativas da ditadura sempre foi, dissimuladamente, valorizar o analfabetismo e principalmente o de impedir o acesso ao ensino dos filhos das classes mais desfavorecidas.

Com a reforma de 1948 existe essa contradição, por um lado permanecem os três anos como escolaridade obrigatória, por outro implementa-se um regime de estudos onde na prática se aumenta essa mesma escolaridade, facilitando-se por esta via o acesso, ao longo dos tempos dificultado, aos filhos das classes trabalhadoras a um ensino técnico já não exclusivamente preparador de operários especializados, como a reforma de 1931, mas um ensino, tal como foi dito, que começa no Ciclo Preparatório que apresenta um carácter tendencialmente mais cultural, abrangente e humanista.

É a esta nova filosofia de ensino técnico considerada demasiado progressista, que o sector mais retrógrado do regime se opõe, mas ao qual os reformadores, com tacto, respondem, introduzindo no Ciclo Preparatório disciplinas mais vocacionadas à formação geral dos jovens estudantes em detrimento de outras mais práticas cuja carga horária diminuiu.

O ministro Pires de Lima, a propósito de algumas críticas surgidas na Assembleia Nacional vem a terreiro afirmar, que o ensino técnico tem uma vocação democratizante e que o seu incremento não é desgarrado dos desígnios nacionais, como seja a industrialização em curso no país.

Perante este cenário, Carlos Proença e Leite Pinto, os verdadeiros propulsores desta reforma, personalidades claramente afectas ao regime, mas por outro lado ligados ao

espírito europeu, citadino e desenvolvimentista, defendem, cada um à sua maneira, o carácter humanista da reforma, contra o parecer dos sectores mais conservadores *da situação*, receosos que a frequência do ensino em geral e do ensino técnico em particular, dê aos filhos dos trabalhadores conhecimentos técnicos e culturais capazes de, no futuro, já não se inserirem ordeiramente na sociedade portuguesa, no lugar que lhes era ancestralmente destinado pelo regime, ou seja, operários. Contra estas concepções conservadoras, Carlos Proença e Leite Pinto avançam com a reforma e Marques de Carvalho, como relator da Comissão de Educação, acaba por vir esclarecer a génese da reforma quanto ao carácter generalista do Ciclo Preparatório:

"(...) O ciclo preparatório deve ter um carácter geral porque a Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1938) sublinha que a cultura geral facilita tanto a mobilidade horizontal isto é a capacidade de adaptação a vários tipos de trabalhos como a vertical – a ascensão na hierarquia das empresas. Ora isto corresponde a um conceito de escola estimulante e não estratificada. De escola a rasgar horizontes ao espírito de iniciativa e não a hipotecar o aluno às tarefas mecanizadas (...)"⁶⁷

Perante estas posições tão claras, estava dado o mote para a ala mais conservadora do regime não pôr mais obstáculos e os renovadores avançarem com o seu projecto de reforma do ensino técnico, fazendo vingar a grande novidade da mesma: o Ciclo Preparatório, com a duração de dois anos, ao qual se acedia com a 4ª classe do ensino primário e a porta aberta para se prosseguir os estudos nos cursos de formação ou de aperfeiçoamento conforme os casos.

A REFORMA DE 1948 E A ASCENSÃO SOCIAL

Mais do que a implantação do Ciclo e por via disso o aumento da escolaridade, o interesse manifestado pelos reformadores foi o de construir um tipo de ensino que ao mesmo tempo formasse operários qualificados, e os preparasse para tarefas mais nobres, responsáveis e dignas na divisão social do trabalho. Neste domínio, de resto, a posição da comissão de reforma é clara:

" (...) Visto não reçar que o ensino técnico seja um cadinho das aspirações sociais (...) é bom que assim suceda, dado o valor económico da promoção dos melhores (...) o ensino técnico deve assegurar o robustecimento das classes médias pela ascensão dos mais aptos de entre os que só podem contar com o seu trabalho (...)"⁶⁸.

⁶⁷ GRÁCIO, Sérgio – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal – 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 126.

⁶⁸ *Idem* – *Política Educativa como Tecnologia Social: As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986. p.76.

Para a época, estas posições da comissão de reforma são entendidas como demasiadas progressistas, o que não corresponde totalmente à verdade, pois a natureza do ensino técnico limita e retarda a ascensão social e o paralelismo entre este e o ensino liceal só muito mais tarde se vem a concretizar. O que se deve realçar, apesar das limitações e das oposições, é que a frequência das escolas técnicas criou nos alunos e alunas que as frequentaram aspirações de ascensão social em relação ao estrato social de onde provinham e superiores às reais possibilidades oferecidas pela estrutura social de origem, reflectindo-se, na prática, numa mudança da estrutura social.

Dito de outra forma: com a frequência das escolas técnicas os filhos dos operários e das classes médias baixas já não querem seguir a profissão dos pais e como tal anseiam e concorrem a profissões mais rendosas e de maior reputação na sociedade:

" (...) O ensino técnico representou para as linhagens populares um meio de ascensão social para os que estavam em situação de imobilidade social por duas gerações e de prudente investimento de consolidação das posições alcançadas para os que à segunda geração já haviam ascendido socialmente (...)"⁶⁹.

Pode-se então afirmar que a contribuição maior que a reforma de 1948 trouxe, para além da implementação e consolidação do ensino técnico, acompanhando de muito perto o desenvolvimento industrial do país e a abertura, ainda que tímida, à Europa e ao Mundo, foi a de facilitar o acesso à instrução e ao ensino a uma larga camada de jovens, permitindo deste modo que os filhos das classes menos favorecidas alcançassem posições sociais, económicas e políticas mais destacadas na "nova" sociedade portuguesa.

A REFORMA DE 1948 E O CICLO PREPARATÓRIO

A verdadeira inovação da reforma de 1948, como já foi referido, é sem sombra de dúvida a criação do Ciclo Preparatório do ensino técnico, com dois anos de duração e uma frequência exclusivamente diurna, podendo matricular-se no 1º ano os candidatos que tenham sido aprovados no respectivo exame de admissão, depois de obviamente terem concluído com aproveitamento a 4ª classe de instrução primária, e cuja idade não ultrapasse os doze anos até ao dia 1 de Outubro do ano da matrícula.

Foi dada tal importância ao acesso ao Ciclo Preparatório elementar de educação e pré-aprendizagem que se instituiu para ele e a mais nenhum curso, um exame de admissão, com três provas: prova escrita, constituída por um ditado de um texto de 120 a

⁶⁹ CRUZEIRO, M. E., ANTUNES, M.L. (1977) " Uma aproximação à análise do sistema de ensino secundário em Portugal – desigualdades regionais", In *Análise Social*, nº 49, p.88.

150 palavras, redacção sobre um tema corrente do conhecimento directo dos alunos e resposta a dez perguntas de aritmética, mais a prova prática de Desenho de um objecto de uso comum e ainda, a prova oral, bastante completa, que consistia na leitura e análise ideológica de um trecho simples, num interrogatório sobre noções muito sumárias de História e Geografia de Portugal e por fim, perguntas sobre aritmética e geometria.

Para se ser admitido no "Ciclo", o estudante candidato, no conjunto de todas as provas do exame de admissão não podia ter nenhuma nota *mau*, *nem* duas *mediocre*, excepto neste último caso se tiver uma nota de *bom* ou *muito bom*.

Depois de ter passado por esta prova de selecção, o estudante é confrontado com dois anos de estudo de 29 horas semanais no 1º ano, 30 horas no 2ºano e com um currículo recheado de disciplinas marcadamente de formação geral, tais como: Língua e História Pátria com 5 horas no 1º e 2º ano, Ciências Geográfico - Naturais (4+4), Matemática (3+3), Religião Moral (2+1) e Canto Coral (1+1), que perfazem 51,7% das horas totais semanais no 1º ano e 46,7% no 2º ano. O currículo é completado com as disciplinas de Educação Física (2+2), Desenho (6+8) e Trabalhos Manuais (6+6).

Se é notório o peso das disciplinas de formação geral num curso técnico, não é menos verdade que os reformadores não descuraram as disciplinas mais técnicas e de entre elas, destaca-se a disciplina de Desenho com um "peso" do total de horas semanais de 20,7% no 1º ano e de 26,7% no 2º ano e a disciplina de Trabalhos Manuais com 20,7% do total de horas semanais no 1º ano e de 20,0% no 2ºano. No conjunto destas duas disciplinas, a ocupação semanal dos jovens alunos do ciclo é de 41,4% no 1º ano e de 46,7% no 2º ano, sabendo que nas disciplinas de formação geral" o valor ronda os 51,7% no 1º ano e os 46,7% no 2º ano, conclui-se da justeza e do equilíbrio da reforma no que concerne aos tempos semanais distribuídos pelas diversas disciplinas.

Perante estes dados pode-se dizer que o ciclo preparatório foi um meio muito eficaz de elevar a formação cultural dos jovens que a ele tinham acesso, sem no entanto descurar-se a preparação de uma aprendizagem profissional, como claramente é referido no artigo 25º do Decreto-lei nº37029 de 25 de Agosto de 1948:

"(...) Na execução dos programas deve facilitar-se quanto possível a manifestação de tendências e aptidões especiais dos alunos com o fim de os orientar na escolha da profissão(...)".⁷⁰

Para se entender melhor as implicações sociais e educativas da criação do Ciclo Preparatório, é altura de examinarmos os programas das diversas disciplinas que o com-

⁷⁰ Portaria nº 13800 de 12 de Janeiro de 1952 que aprova os programas do ensino profissional industrial e comercial, p.17.

põem, e ao começar-se pelo programa de Língua e História Pátria, percebe-se logo que a ideia geral é o de transmitir aos jovens portugueses os conceitos de amor à pátria e à tradição e o que os jovens devem começar a ler:

" (...) São primeiro os contos da tradição nacional - o que o povo português tem contado e recontado e é património comum das gerações e traço indelével de lusitanidade (...) Não contos obscenos nem tristes que atormentam querem-se narrativas serenas de leitura repousante sem fantasmas nem dragões discretamente edificantes - com moralidade implícita nada mais(...)"⁷¹

De seguida, aborda-se o inesgotável Cancioneiro Popular e porque estamos a tratar de poesia alvitram os programadores: "(...) *Não há que impor compreensão estética da Poesia pura (...)*". Devem os professores sugerir outros assuntos, mais simples, ritmados, poemas com estribilho que se prestem à leitura coral é o que se recomenda. Quanto à literatura mais adequada para os jovens estudantes, recomenda-se o olhar para o passado glorioso dos portugueses:

"(...) Temos de refazer a Jornada da Índia em caravelas de aventura reconduzindo os heróis aos cimos lendários de onde são para que de lá com remozada voz concitem de novo a juventude ao apreço dos grandes cometimentos(...) Deve ser um livro belo amplo sedutor pequeno mundo real com recantos de fantasia em que o juvenil leitor caminhe com a curiosidade estimulante de quem vai à descoberta (...)"⁷²

De seguida, e ainda no âmbito da literatura, porta aberta para o mundo, apontam-se ideias muito precisas como deve ser o livro de leituras para estes anos de tenras formações. Continuando na abordagem programática da disciplina mais marcadamente ideológica do ciclo preparatório - Língua e História Pátria - deparamo-nos com o pouco rigor exigido na ortografia, sugerindo o reformador:

"(...) Impõe-se ao professor uma atitude de requintada bonomia na apreciação, correcção e crítica dos erros ortográficos; o mestre, aqui, mais do que em qualquer outra circunstância, emenda, aconselha, corrige sugestiona - ajeita; não censura, não ralha não pune (...) Mas isto não quer dizer que deva ter-se por somenos extirpar da escola secundária o desleixo da recta ortografia que ameaça generalizar-se e é vilipendioso (...)"⁷³

Quanto à gramática, as posições programáticas são muito claras, como de resto em todo o programa, e vão no sentido de os conhecimentos exigidos deverem ser confirmados e ampliados do aprendido na instrução primária, mas sem que exista uma tirania gramatical, que no entender dos orientadores do programa, corrompe o ensino da língua mãe. A língua deve ser um processo de expressão que se apura praticando-a,

⁷¹ *Idem*, p.17.

⁷² *Idem*, p.18.

⁷³ *Idem*, p.19.

muito mais que reflectindo-a e, para que não restem dúvidas quanto à importância do correcto uso da língua portuguesa, adiantam:

" (...) Importa de facto reconhecer que a capacidade de falar a língua nacional com desembaraço clareza e poder de comunicação objectivo primordial do seu ensino ,é, antes de tudo o produto de um hábito que se contrai como todas as reacções automatizadas pela frequência não pela análise discursiva e teórica dos movimentos encadeados que o compõem mas tão-somente pela prática, pelo exercício e pela sua continuada repetição a cada momento mais firme mais perfeita e liberta de desvios enreda dores (...)" .⁷⁴

Perante tão clara apologia da acção em detrimento da contemplação, não se estranha que as sugestões programáticas sobre tarefas complementares a serem implementadas por esta tão importante disciplina, sejam as reportagens e entrevistas e o jornal das turmas, a ida a espectáculos desportivos ou a paradas da Mocidade Portuguesa, a prática de intercâmbios escolares, a organização e administração da biblioteca de turma, visitas de estudo a fábricas, oficinas, ateliers, estúdios, jardins públicos, todas as actividades que fomente a observação directa no exterior, em contacto com as realidades envolventes:

" (...) Todavia, não haverá lição mais rica de ensinamentos do que a que pode colher-se da observação das fainas, transcendentais ou humílimas, por via das quais o homem frui os benefícios da civilização(...)" .⁷⁵

No que concerne à outra "metade" da Língua Portuguesa, o programa de História começa por veicular claramente as ideias chave do Estado Novo sem delongas nem sofismas:

" (...) Portugal não é um país pequeno! A metrópole os arquipélagos as províncias do ultramar – tudo é Portugal. Ao princípio eram os lusitanos. Viriato e os senhores do Mundo. A luz do Evangelho. As invasões dos bárbaros. Os mouros e a cruzada de Espanha (...) Requerem-se para tal textos dos melhores autores nacionais e ilustrações magníficas. Uns e outros hão-de invocar casos autênticos e só esses de lealdade e coragem de heroísmo e dedicação à Pátria amor de Deus e do próximo, abnegação, maternidade exemplar, fidelidade à palavra dada, defesa dos fracos, espírito de sacrifício e firmeza de convicção (...) Não se discute a Pátria não se discute a Família (...)" .⁷⁶

Em comparação com o programa de Língua Portuguesa, onde se apela à aventura à descoberta e ao contacto com o mundo, no programa de História tudo é resumido, contido, restritivo, reduzido ao menor denominador comum e para que não restem dúvidas esclarece-se: tudo aqui está dito com clareza e firme propósito, do que se pretende dos jovens estudantes do ensino técnico.

⁷⁴ *Idem*, p.20.

⁷⁵ *Idem*, p.20.

⁷⁶ *Idem*, p.23.

Em relação às disciplinas de Ciências Geográfico-Naturais, Matemática, Educação Física e Canto Coral, destaca-se a preocupação no programa de Ciências de proporcionar ao aluno uma visão global da realidade física que o envolve, tendo em conta a sua idade e interesses, fomenta-se a prática laboratorial com experiências adequadas, incrementam-se visitas de estudo para conhecer as rochas, plantas e animais no seu habitat. Com esta programação reafirma-se o conceito sempre presente dos orientadores programáticos em fazer sair o aluno das paredes da escola e clarificam a ideia acrescentando:

" (...) Para que os métodos da escola de trabalho possam ser praticados, teremos ainda de transformar a sala de aulas de ciências geográfico - naturais. O seu paradigma terá de afastar-se do auditório académico, onde se lê ou prelecciona, e intensificar-se com o laboratório a oficina, locais próprios para actividades mais completas, onde não falem mesas suficientemente amplas para nelas montar experiências (...) organizar trabalhos colectivos ou individuais, sem excluir o desenho a leitura e a escrita (...)." ⁷⁷

Este apelo à experimentação, à descoberta, à interdisciplinaridade, é algo que está sempre presente nos programas do ciclo preparatório, como se de um molde se tratasse. Quanto à disciplina de Matemática, realça-se a sua importância em qualquer curso, pelo seu valor social, educativo e material, reafirma-se que a Matemática " (...) *não pode deixar de constituir um dos escopos essenciais do ensino no ciclo preparatório* (...) " ⁷⁸ e como tal, deverá a sua aprendizagem constituir mais uma série de experiências vividas pelo aluno, dentro dos seus múltiplos centros de interesse.

Se em relação às disciplinas de formação geral os orientadores dos programas prezam, fomentam e sugerem que o caminho no Ciclo Preparatório seja uma aula aberta à experimentação, e até nalgumas disciplinas, à liberdade de criação, em relação às disciplinas essencialmente práticas como os Trabalhos Manuais e o Desenho, os programadores vão mais longe, pois fomentam deliberadamente a assunção, por parte do aluno, das suas capacidades de criação, aparecendo o Desenho como a disciplina a que o aluno se pode socorrer para atingir esse fim.

Deste modo, a disciplina de Desenho e de acordo com a programação, aparece como imprescindível em toda a duração do ciclo preparatório, cuja finalidade mais relevante é o de dar ao aluno um meio de expressão pessoal, como também, a seu tempo, um meio de representação, e uma técnica, que não sendo espartilho criativo, ajude a contextualizar a ideia, ponto de partida e chegada do acto criativo. O próprio programa confirma e esclarece:

⁷⁷ *Idem*, p.26.

⁷⁸ *Idem*, p.28.

" (...) De uma maneira geral poderemos dizer que o desenho terá o fim de coordenar o espírito, a vista e a mão numa acção de conjunto com o propósito imediato de ensinar a ver e a intenção determinada de preparar através da expressão gráfica a educação plástica e artística dos alunos (...) Como forma de expressão os Trabalhos Manuais Educativos estarão intimamente ligados a essa outra (disciplina) que se contém no Desenho (...)"⁷⁹

Quanto à novel disciplina de Trabalhos Manuais Educativos, como veremos adiante, tem muito pouco em comum com a disciplina de Oficinas da reforma de 1931. Como o próprio nome indica - Trabalhos Manuais Educativos percebe-se que há uma nova intenção e que altera substancialmente o anterior conceito da disciplina de Oficinas da Reforma de 1931, que era um espaço onde se "treinavam" jovens para a vida oficial. O conceito agora é outro, é o de educar através da experimentação e do trabalho manual e, como no próprio programa se aponta, a interdisciplinaridade é um dos meios para que ele seja uma forma de expressão e tenha utilidade. É elucidativo que, quando se traçam os objectivos da disciplina de Trabalhos Manuais Educativos esclarece-se: este conceito já foi apresentado no programa da disciplina de Desenho onde se afirma que os contactos entre as duas disciplinas será quase permanente e mais tarde, nos anos dos Cursos de Formação, se insistirá bastante nessa ligação. Enquanto disciplina autónoma, os Trabalhos Manuais Educativos, para além da interdisciplinaridade, dá também lugar à satisfação individual do aluno, mas com as regras necessárias e mais indicadas a quem manuseia e transforma materiais plásticos como o barro, ceras ou plasticinas; materiais semiplásticos como papel, cartão, ou arame, ou ainda materiais rígidos como a madeira e metais. Todas estes materiais requerem o conhecimento de técnicas várias e uma preparação adequada para o fim em vista, no entanto, de uma maneira geral, nos Trabalhos Manuais Educativos a construção de qualquer objecto tridimensional é precedida por um projecto feito pelo aluno com a autonomia possível: "(...) *Nem sempre a chamada expressão livre significa que os alunos façam o que querem sem guia ou sugestão alguma. Em todo o caso haverá o cuidado de dar ao aluno certa liberdade na expressão das suas ideias construtivas (...)*"⁸⁰

Apesar deste novo, diferente e progressista de olhar a forma e a função de uma disciplina como os Trabalhos Manuais Educativos, a equipa de programas não deixa de referir, como se fosse um distante eco vindo da reforma de 1931: "(...) *Serão cuidadosamente notadas as preferências naturais, além do que os alunos deverão ser sujeitos a provas psicotécnicas organizadas pelos peritos do Instituto de Orientação Profissional(...)*"⁸¹ e mais à frente ameniza esta orientação profissional precoce acrescentando:

⁷⁹ *Idem*, p.34.

⁸¹ *Idem*, p.35.

" (...) Neste 2º ano o aluno ter-se-á em regra fixado numa directriz de trabalho que não se pretende seja já de orientação profissional mas quase o que significa que mesmo durante o aluno poderá desviar-se de uma finalidade prematuramente seguida se verificar que houve erro ou precipitação de julgamento (...)"⁸²

Pretende-se com isto dizer que apesar do Ciclo Preparatório não ser verdadeiramente o começo do ensino profissional, a disciplina de Trabalhos Manuais Educativos pode servir como preparação para uma futura orientação profissional. Sintetizando, pode-se dizer que o Ciclo Preparatório não foi só entendido pelo seu carácter de formação geral, mas também pelo seu provável papel de antecâmara de uma aprendizagem profissionalizante que irá mais tarde desenvolver-se e aprofundar-se nos "Cursos de Formação", mais propriamente chamados: Cursos Industriais e Comerciais de Formação, em particular na vertente artística com os Cursos de Artes Decorativas que irão, em capítulos seguintes, ter um maior desenvolvimento de acordo com os objectivos deste trabalho.

A REFORMA DE 1948 E OS CURSOS INDUSTRIAIS (ARTÍSTICOS)

O Ensino Profissional Industrial (de que faz parte o ensino das Artes Decorativas) e Comercial abrangem dois graus de ensino: o 1º grau, constituído pelo ciclo preparatório elementar " (...) *de educação e pré - aprendizagem geral* (...)", como se afirma logo no n.º1, do Artigo 1º, do Decreto n.º 37029 e o 2º grau, que compreende na prática três cursos exclusivamente nocturnos: os Cursos Complementares de Aprendizagem, os Cursos de Mestrança e o Ensino de Aperfeiçoamento:

" (...) Ministrados paralelamente e em correlação com a iniciação profissional realizada em oficinas fábricas estabelecimentos comerciais e semelhantes e destinam-se a facultar aos aprendizes e praticantes a educação geral e técnica que associada à prática obtida fora da escola lhe confira a conveniente aptidão profissional(...)"⁸³

E um curso exclusivamente diurno - os Cursos Industriais e Comerciais de Formação. Os Cursos Complementares de Aprendizagem, como o próprio nome indica, são cursos nocturnos onde se exige como habilitação mínima para o seu ingresso a 4ª classe de instrução primária ou equivalente, e a idade mínima para a matrícula, igual para a admissão no aprendizado das profissões correspondentes; nas profissões onde não esteja estabelecido idade mínima, os candidatos só serão admitidos desde que completem treze anos até ao início do ano escolar em que efectuarem a matrícula.

⁸² *Idem*, p.35.

⁸³ DL n.º 37029 de 25 de Agosto de 1948, capítulo III, Art.52º.

Os Cursos Complementares de Aprendizagem criados pela reforma são: Serralheiro, Electricista, Carpinteiro-Marceneiro, Entalhador, Vidraria, Estucador-Formador, Ceramista, Cinzelador, Compositor-Tipógrafo, Impressor-Tipógrafo, Encadernador, Fiandeiro, Tecelão Mecânico, Tintureiro, Filigranista, Oleiro, Canteiro e Comércio.

A implementação destes cursos que abarcam desde a indústria metalomecânica, eléctrica, construção civil, têxtil e artes gráficas e um só do comércio, vêm realçar o paralelismo da reforma com a crescente industrialização do país pois, com estes cursos, tenta-se dar resposta à necessidade do aumento de competências por parte dos operários jovens a iniciar a sua vida produtiva nas empresas.

A maioria dos Cursos Complementares de Aprendizagem possuem uma duração de quatro anos, tendo os de Oleiro, Canteiro e Filigranista três anos de duração e o de Cinzelador cinco.

A todos os cursos é ministrado um conjunto de disciplinas de "carácter geral" tais como: Português e História de Portugal, presente em todos os cursos no 1º 2º e 3º anos, com excepção nos cursos de Filigranista, Oleiro e Canteiro em que só há no 1º e 2º anos, visto estes cursos terem só três anos. A Matemática está presente em todos os cursos nos dois primeiros anos com excepção dos cursos de Filigranista, Oleiro e Canteiro que não têm simplesmente a disciplina, o que se estranha, principalmente no curso de Canteiro onde os conhecimentos de geometria são bastante necessários. A estas duas disciplinas estruturantes, juntavam-se no 1º e 2º anos Religião Moral e no 3º e 4º anos Noções de Higiene e Formação Corporativa.

No conjunto, estas disciplinas de "carácter geral" têm um peso no currículo de 46,1% no 1º ano, 38,5% no 2º ano, 23,0% no 3º ano e entre 7,0 a 14,0% no último ano dos cursos. Pretende-se, obviamente, através dos conteúdos destas disciplinas fornecer aos jovens operários habilitações suficientes de base teórica, religiosa e política (Religião Moral e Formação Corporativa) e a conveniente aptidão profissional. Quanto aos outros cursos nocturnos criados pela reforma de 1948, o Ensino de Aperfeiçoamento e o Curso de Mestranga, o primeiro acompanha de muito perto o modelo dos Cursos Complementares de Aprendizagem:

" (...) Quando daí não resulte qualquer inconveniente podem, no ensino de aperfeiçoamento ser adoptados os planos dos cursos complementares de aprendizagem (...)"⁸⁴

O que difere substancialmente dos Cursos Complementares de Aprendizagem é a matrícula nos cursos do Ensino de Aperfeiçoamento ser feita, como refere o artigo 78.º, por disciplinas, tendo em conta as precedências fixadas nos respectivos planos e

⁸⁴ *Idem*, Art.76º.

a idade de ingresso que é alargada para os quinze anos; mantem-se como habilitação de ingresso a 4ª classe de instrução primária ou equivalente:

" (...) Provem encontrar-se ocupados em trabalho relacionado com o objecto do respectivo ensino e de entre esses os mais velhos (...) ".⁸⁵

Os Cursos de Mestrança destinam-se a proporcionar a operários com habilitação suficiente, ou seja a 4ª classe de instrução primária ou equivalente e, pelo menos, oito anos de exercício efectivo de uma profissão relacionada com o curso que desejam prosseguir. Estes cursos têm como principal objectivo fornecer a operários já com experiência: " (...) *Instrução geral e técnica necessária ao exercício das funções de contramestres mestres e chefes de oficina* (...) ".⁸⁶

Nos Cursos de Mestrança foram criados apenas quatro opções: Técnicos de Moagem, Topógrafo, Encarregados de Obras e Construção Civil. Ao contrário dos outros cursos nocturnos, já não se exige para o seu ingresso limite de idade, mas em contrapartida reclama-se um maior conhecimento técnico da profissão, o que não será de estranhar tendo em conta a finalidade deste cursos que é a de preparar indivíduos para enquadrar e dirigir outros operários mais jovens ou menos habilitados.

Nestes cursos de "complemento de formação", mais uma vez cabe ao Estado iniciar o processo, ficando a criação de outros cursos dependentes dos conselhos escolares, de entidades várias interessadas no desenvolvimento do ensino e de propostas das comissões de patronato que existem em todos os cursos criados no âmbito desta reforma como órgãos dinamizadores, auxiliares do funcionamento e promotores do bom funcionamento dos cursos mas, salvo raríssimas excepções, pouco ou nada fizeram.

Não cuidando aqui dos cursos Comerciais, por ser assunto que não cabe no âmbito deste trabalho, iremos mais adiante tratar com alguma profundidade os cursos leccionados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis nos regimes de Aperfeiçoamento e de Formação, incluindo a Secção Preparatória às Belas Artes.

⁸⁵ *Idem*, capítulo V, Art.79º.

⁸⁶ *Idem*, capítulo VI, Art.84º.

A ESCOLA DE ARTES DECORATIVAS SOARES DOS REIS - UMA ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO ARTÍSTICO

A ESCOLA “SOARES DOS REIS” OU A METAMORFOSE DA “FARIA GUIMARÃES”

A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, criada pelo decreto da Reforma de 1948, digna sucessora da Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada), começou por reflectir a herança da sua antecessora já com créditos firmados no ensino artístico no Porto desde 1884:

“ (...) A Escola [Industrial Faria de Guimarães] foi criada oficialmente por Decreto de 3 de Janeiro de 1884. A tardia abertura em relação à data da sua criação oficial justificou-se pela dificuldade em encontrar instalações e equipamentos minimamente adequados. Enquanto a Escola Infante D. Henrique e a Escola Passos Manuel de Gaia recebem o indispensável apoio, a primeira do Museu Industrial na época situado no Palácio de Cristal e a segunda da Fábrica de Cerâmica das Devesas, a Escola Faria de Guimarães, mais tarde denominada de Artes Decorativas Soares dos Reis, acabou por ver retardada a sua abertura para 12 de Janeiro de 1885, pois não consegue instalações que possibilitem o arranque da sua actividade em data anterior (...)”.⁸⁷

Como se atesta, a “Faria Guimarães” iniciou a sua idade escolar com alguns constrangimentos de espaço visto ter estado primeiramente aboletada numa casa de habitação situada no Campo 24 de Agosto sem o mínimo de condições para o seu funcionamento, situação que se irá prolongar durante anos, mas desde o início procurando responder às preocupações, aos interesses e acima de tudo às necessidades sentidas pelas classes dirigentes, de assegurar um ensino profissional e artístico que desse resposta à crescente industrialização do país, principalmente na região Norte e particularmente no Porto, que nos finais do século XIX contava já com um conjunto importante de indústrias e, para retribuir à procura e ao gosto de uma burguesia endinheirada ligada ao rápido progresso industrial do Norte.

“ (...) Através de 55 anos lectivos, pois abriu em 1884, tem vindo a Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada) a fornecer conhecimentos profissionais a alunos de ambos os sexos, em cursos diurnos e nocturnos(...)”.⁸⁸

⁸⁷ SERRALHEIRO, J. Paulo, [et.al]- *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Secundária Soares dos Reis, 1985.p.49.

⁸⁸ *Boletim da Escola Industrial Faria Guimarães* (Arte Aplicada), Ano I Nº 1, 1884 a 1939, Porto, Edições Marânus, 1939. p.13.

Foi, para assegurar a qualidade de mão-de-obra, tão necessária a esse surto de desenvolvimento industrial que foi criada legislação apropriada⁸⁹ e daí resultando a criação de Escolas de Desenho Industrial intimamente ligadas aos novos conceitos de Desenho e das Artes Aplicadas, no rasto, aliás, do que se fazia nos países mais desenvolvidos da Europa industrializada, como a Grã-Bretanha, onde tinha sido criado o Departamento of Science and Art, com o objectivo principal de desenvolver e articular a educação técnica e artística com o conhecimento científico.

Este conceito não foi totalmente assumido pelas elites lusas, no entanto, dando prioridade na prossecução dos objectivos da Reforma de 1884, à criação das Escolas de Desenho Industrial. Foi neste contexto que a Escola Industrial Faria Guimarães começou a sua actividade escolar não em 1884, por dificuldades de instalações, mas sim em 12 de Janeiro de 1885, iniciando as suas actividades com 144 alunos todos do sexo masculino e distribuídos pelas aulas de desenho industrial:

" (...) Esta escola apenas leccionava a aula de desenho industrial que incluía o desenho, grau elementar ou geral e o desenho, grau industrial ou especial (...)"⁹⁰

O grau elementar ou geral destinava-se especialmente aos alunos com idades até aos doze anos, idade que se considerava anterior à sua entrada na aprendizagem para uma profissão. O grau industrial ou especial, como o próprio nome indica, destinava-se aos aprendizes ou operários das várias indústrias da região que quisessem ou pudessem evoluir nos seus saberes a fim de melhorar, assim o esperavam, com certeza, a sua relação contratual com o empregador. O ensino de grau elementar do desenho era leccionado em regime diurno e tinha os seguintes objectivos programáticos:

" (...) Habituar o aluno a desenhar à vista (sem auxílio de compasso, régua, e a reprodução de figuras planas ou de três dimensões, usando os modelos sólidos estampados ou quadros parietais; aproveitando e alternando os diversos métodos sólidos estampas ou quadros parietais; aproveitando e alternando os diversos métodos de ensino (ditado, de memória, de invenção, a tempo fixo, etc.), conforme a índole, aptidão e preferência dos alunos (...)"⁹¹

Quanto ao ensino de grau industrial, leccionado em regime nocturno, estava vocacionado, como já referimos, para indivíduos já integrados na indústria, enquanto aprendizes ou mesmo mestres, e tinha, necessariamente, objectivos mais específicos:

⁸⁹ *Decreto criando Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1888 de 3 de Janeiro de 1884, art. 3.º, p.4 e o *Regulamento Geral das Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial*. de 6 de Maio de 1888, publicado no Diário do Governo n.º 103 de 7 de Maio de 1888, art.º 1.º Cap. I.

⁹⁰ LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira – *O Ensino das Artes Aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948: Reflexo no desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998, p. 59.

⁹¹ "Regulamento Geral das Escolas Industriais e de Desenho Industrial" de 6 de Maio de 1884, publicado em *Diário de Governo*, n.º 103 de 7 de Maio de 1884, Cp. II, art.º 4.º.

incluía o Desenho Geométrico ou rigoroso com o auxílio de régua, compasso, transferidor, esquadro, duplo-decímetro e outros instrumentos considerados necessários à sua execução; abordava o Desenho de Ornato abrangendo nesta designação os elementos ornamentais naturais, geométricos e a combinação de ambos; o estudo da perspectiva, das aguadas; a Modelação em cera ou barro de figuras animais, flores e frutos; o Desenho à vista de máquinas e aparelhos industriais, com a elaboração de cortes e planos.

O ensino de grau industrial ou especial dividia-se em ornamental, arquitectura e mecânico e tinha a duração de dois anos, tantos como o grau elementar. Quatro anos mais tarde, em 1888,⁹² a Escola Industrial Faria de Guimarães sofre a sua primeira alteração funcional e curricular ao incorporar as aulas de Aritmética e Geometria Elementar, Química industrial e o Francês e anexa-se à escola uma biblioteca, um pequeno laboratório e oficinas, convenientes para o desenvolvimento do ensino manual:

" (...) Apesar da criação destas disciplinas em 1888/89, só funcionaram nesta escola a aula de desenho e a disciplina de Aritmética e Geometria Elementar. A cadeira de Desenho industrial foi desdobrada, tendo o professor italiano Silvestre Silvestri sido encarregado do ensino do Desenho Ornamental. No ano lectivo de 1890/91, já funcionou todo o plano curricular aprovado em 1888 (...)."⁹³

Entre 1891 e 1893 são criados o Curso Geral Elementar para alunos de ambos os sexos, com a duração de dois anos e que compreendia o ensino de Desenho e de Trabalhos Manuais e os Cursos Industriais de Pintor Decorador, Tecelão, Formador e Estucador. Entretanto e passados que foram quatro anos, com os problemas económicos do país a sobreporem-se aos ideais desta reforma e por não se dispor de verbas consideradas necessárias à sua realização prática, o currículo sofre reformulações:

" (...) O decreto de 14 de Dezembro de 1897 vem assim unificar toda a legislação referente ao ensino técnico e determina que a Escola Faria de Guimarães seja, de novo, uma Escola de Desenho Industrial, uma vez que aí se ministrava unicamente o ensino do desenho (...)."⁹⁴

Os cursos, fruto da reforma de 1897, compreendiam o Curso Geral com o ensino de Desenho Elementar e a duração de dois anos e o Curso Especial com a disciplina de Desenho Ornamental e Modelação com a duração de três anos. Mais tarde, em 1901 nova reforma, nova reorganização. Pelo decreto de 24 de Dezembro de 1901 determina-se que passe a haver somente e apenas o Curso de Desenho Industrial com a duração de cinco anos:

⁹² Decreto criando Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial". Lisboa: Imprensa Nacional, Decreto de 13 de Julho de 1888, Art.º 4.º, p. 9.

⁹³ LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira, ob. cit., p. 66.

⁹⁴ *Idem*, p. 71.

" (...) Num curso serão ministradas as disciplinas de desenho geral elementar, desenvolvidas durante dois anos, a disciplina de desenho ornamental, desenvolvida nos três anos seguintes e a disciplina de trabalhos oficinais a iniciar no segundo ano da disciplina de desenho geral elementar. Continuava em vigor a carga horária semanal... e os programas aprovados em 1893 (...)".⁹⁵

Continuavam a ser praticados, indo ao encontro da lei no espírito e na forma, os cursos gerais de Desenho Elementar como preparação geral para uma profissão e os cursos especiais já com uma vertente de aprofundamento dos ensinamentos do desenho e perfeitamente adequados às diferentes profissões dos alunos. Em 1918 foi apresentada, não uma nova reorganização do ensino industrial, mas sim uma verdadeira e profunda reforma do ensino técnico,⁹⁶ através do Decreto n.º 5.029 de 5 de Dezembro de 1918, versando a organização do Ensino Industrial e Comercial, sendo seu mentor o Secretário de Estado do Comércio, Dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves e tendo na altura, sido criada na Secretaria de Estado do Comércio, a Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial para acompanhar a implementação desta tão estruturante reforma. Nessa reforma a Escola Faria de Guimarães passa a Escola Industrial:⁹⁷

" (...) art. 23º - As escolas industriais, preparatórias e de arte aplicada serão destinadas: a) As escolas industriais, a preparar aprendizes em cursos de aprendizagem e operários em cursos de aperfeiçoamento; b) As escolas preparatórias a ministrarem o ensino geral e aplicado preparatório para as carreiras técnicas e para a admissão nos institutos industriais e nos institutos comerciais; c) As escolas de arte aplicada ao ensino especializado de artes industriais (...)".⁹⁸

Logo em seguida, passa a ministrar os Cursos de Aprendizagem sempre em horário diurno e os de aperfeiçoamento em regime nocturno.

Os Cursos de Aprendizagem compreendem três graus: o preliminar – destinado a estabelecer a ligação entre a escola primária e o grau geral com a duração de um ano e onde se leccionavam as disciplinas de Língua Pátria, Noções de Aritmética e Geometria, Elementos de Desenho Geral, Trabalhos Oficinais em madeira, ferro, modelação e pintura e Noções de costura, Bordados, Rendas e Cartonagem para o sexo feminino. O segundo grau, geral, com a duração de quatro anos, compreende já, para além da Língua Pátria, Desenho Geral especializado, Língua Francesa, Geografia e História, Aritmética e Geometria, Trabalhos Oficinais masculinos e femininos, sempre de acordo com a especialização do Desenho, ou seja: ao desenho de construção corresponderá trabalhos oficinais em madeira; ao desenho mecânico corresponderá trabalhos ofic-

⁹⁵ *Idem*, p. 72.

⁹⁶ "Organização do ensino industrial e comercial, aprovada pelo Decreto n.º 5.029, de 5 de Dezembro de 1918", publicado no *Diário do Governo*, n.º 263, I.ª Série de 5 de Dezembro de 1918.

⁹⁷ *Idem*, p.2092.

⁹⁸ *Idem*, p. 2092.

nais em metal... O Curso Complementar destinava-se a preparar operários modernos e que tivessem completado com aproveitamento o grau geral e tinha a duração de dois anos, tendo sido leccionados na "Faria Guimarães".

Não descurando o ensino diurno, apesar da continuada precariedade das instalações⁹⁹, a escola viu-se obrigada a que as oficinas de marcenaria não fossem utilizadas nos Cursos de Aprendizagem comprometendo-se logo que a escola estivesse instalada em edifício próprio e adequado às necessidades dos cursos que lecciona, a colocá-las em funcionamento:

" (...) O ensino ministrado nos cursos de aperfeiçoamento das escolas industriais destinados aos operários que nelas pretendam aperfeiçoar-se ou instruir-se, compreenderá determinadas disciplinas de especialização, cuja natureza dependerá da localidade em que se encontra a escola (...)." ¹⁰⁰

Quanto aos Cursos de Aperfeiçoamento, iniciaram-se logo no ano-lectivo de 1918/19 em regime nocturno dentro do espírito da lei e do legislador e a Escola Industrial Faria Guimarães através do seu Conselho Escolar, determinou a constituição de quatro cursos de aperfeiçoamento com a duração de cinco anos:

" (...) O curso especial de desenho industrial, destinado a pintores, decoradores e outras artes afins; o curso especial de cinzelagem e ourivesaria destinado a cinzeladores, ourives; o curso especial de marcenaria e carpintaria e o curso especial complementar destinado aos indivíduos que desejam instruir-se nas disciplinas que o constituem e que podem contribuir para o aperfeiçoamento da sua profissão (...)." ¹⁰¹

Com o passar dos anos o ensino na "Faria Guimarães" foi-se entrelaçando cada vez mais com as realidades sociais e económicas da região e respondendo às solicitações dentro das suas possibilidades. Desta troca mútua de interesses realça-se, por volta de 1921, a parceria com a Associação de Ourives do Porto:

"(...) A Associação criou prémios especiais para os alunos com melhor aproveitamento e por tal facto foi essa associação louvada em portaria do Governo [foi louvada pelo patriótico auxílio prestado ao desenvolvimento do ensino técnico]. Porém a ligação da Associação à escola era, nesta época mais vasta (...). Terá sido mesmo por diligências e pressão [desta Associação] que se criou em 1919 o Curso de Cinzelagem na Escola Industrial de Faria Guimarães (...)." ¹⁰²

⁹⁹ "(...) Quanto à Escola Faria Guimarães, essa irá continuar a debater-se com dificuldades de espaço às quais por volta de 1917 irão juntar-se outras. Com efeito a partir daquela data o senhorio do casarão que servia de instalação à escola resolve vendê-lo (...) a escola recebe ordem de despejo, recusando-se o novo proprietário a receber as rendas pagas pela escola (...) a ideia de ocupar o Asilo das Raparigas Abandonadas [no Campo 24 de Agosto, bem perto das actuais instalações], que entretanto a Câmara havia posto à venda, surge como solução possível. Apela-se às autoridades municipais e ao governo central, contudo a situação mantém-se(...)", In *Boletim da Escola Industrial Faria Guimarães (Arte Aplicada)*, ob. cit., p. 50.

¹⁰⁰ Organização do ensino industrial e comercial, aprovada pelo Decreto n.º 5.029 de 5 de Dezembro de 1918, ob. cit., p. 2092.

¹⁰¹ *Idem*, p. 2093.

¹⁰² LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira, ob.cit. p. 79.

Esta ligação frutuosa com a indústria e seus industriais manteve-se ao longo dos anos, servindo até em reivindicações mútuas ao governo, como por exemplo para a abertura de cursos nocturnos de Cinzelagem que beneficiariam os alunos e a indústria dos ourives. Não tendo ficado por aqui as relações entre as duas instituições foram alargadas, quer no apoio de matérias-primas, bastante dispendiosas, como de professores especializados, muitas vezes, inteiramente custeadas pela Associação.

Entretanto, a escola, muda em 1922 de instalações, passando a ocupar o edifício n.º 422 na Rua de Santo Ildefonso, bem no centro do Porto, onde tinha estado instalado o Liceu Alexandre Herculano e, em 1925, reorganiza os seus estudos introduzindo os cursos labores femininos, costureira de roupa branca, bordadeira – rendeira e modista de chapéus e de vestidos, acompanhando a procura feminina de emancipação e a conquista da mulher ao direito ao trabalhos fora da sua condição de “doméstica”.

Não satisfazendo de forma alguma esta sua segunda morada visto não possuir as condições mínimas de higiene e segurança e sendo acanhados para o número de alunos e alunas que afluíam cada vez em maior número à escola, a sua direcção continuou a desenvolver esforços, na procura de um espaço mais capaz:

“ (...) Na verdade o velho edifício de Santo Ildefonso era um casarão de três andares... não dispunha de instalações adequadas... as oficinas de labores femininos e de costura eram divididas por uma barreira de rede... as alunas amontoavam-se nesta dependência da escola, como aliás sucedia nas oficinas de cinzelagem onde a impureza do ar era acondicionada [ordenada] dada a pouca altura do tecto... aproveitavam-se cantos e recantos, subiu-se até às águas-furtadas e até se chegaram a instalar serviços escolares nos subterrâneos (...)”.¹⁰³

Por fim, em Dezembro de 1927 foi autorizada a compra das instalações de vetusta fábrica de chapéus, situada no n.º 49 da Rua Firmeza, pertença da extinta Sociedade Indústria Firmeza e, em 1928, é oficialmente inaugurada com a devida pompa e circunstância a Escola Industrial Faria de Guimarães.

Na altura da reforma do ensino técnico de 1931¹⁰⁴, de acordo com as linhas programáticas do Estado Novo, procedeu-se à uniformização dos diversos tipos de escolas, cursos e procedimentos pedagógicos vindos da reforma “progressista” de 1918. Extinguíram-se umas, transformaram-se outras, criaram-se algumas e modificaram-se cursos com o objectivo de rentabilizar o ensino técnico, ao mesmo tempo que impunham a nova ideologia aos alunos, à escola e especialmente ao corpo docente, demasiado republicano para os gostos dos governantes da época:

¹⁰³SERRALHEIRO, J. Paulo, [et al.] – *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Secundária Soares dos Reis. 1985, p.51.

¹⁰⁴ “Decreto n.º 20.420” de 21 de Outubro de 1931, *Diário do Governo*, I Série n.º 243, de 21 de Outubro de 1931.

" (...) [com] esta escola visa-se em especial a preparação profissional com o ensino feito por professores e mestres em aulas teóricas, práticas, experimentais, de desenho, em oficinas e escritórios, atendendo-se simultaneamente [conjuntamente] à educação geral julgada indispensável (...) ".¹⁰⁵

Quanto à Escola Industrial de Faria Guimarães, muda de nome, passa a denominar-se Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada)¹⁰⁶ implementando-se desde logo o ensino de Cinzelador; Ourives; Gravador de Aço; Marceneiro; Entalhador; Pintor-Decorador; Tecelão-Debuxador; Modista de Vestidos; Bordadeira; Rendeira; Costureira de Roupas Brancas e pela primeira vez o Curso de Habilitação às Escolas de Belas Artes. Menciona ainda que na organização dos cursos ministrados nesta escola, em todos eles foram leccionadas as disciplinas de Português e Matemática; a disciplina de Francês só não figurava no Curso de Ourives e a Geografia e História estava somente ausente nos Cursos de Tecelão-Debuxadora, Modista de Vestidos e Costureira de Roupas Brancas, o que atesta a importância dada à cultura geral no ensino técnico para além da mera aprendizagem dos ofícios.

O espírito da reforma e dos seus legisladores foi o de não se descurar a "educação geral do espírito", embora tenha sido outra a prática seguida em particular na Escola Industrial de Faria Guimarães, que fez jus, para o bem e para o mal, ao cognome de "Arte Aplicada", que lhe foi apostado aquando da reforma de 1930, com os posteriores ajustamentos do decreto n.º 20.420 de 21 de Outubro de 1931.

A luta de quem ensinava e dos que aprendiam, na procura de aliarem à riqueza dos materiais com que trabalhavam a beleza artística dos objectos que criavam nem sempre foi conseguida, de tal modo que nos finais dos anos quarenta em plenos trabalhos da reforma de 1948, uma individualidade de reconhecido mérito artístico e pedagógico, o pintor Lino António, director que foi da Escola António Arroio nos princípios dos anos cinquenta, ao analisar o problema do ensino das artes decorativas em Portugal referia e sugeria:

" (...) É chegado o momento de encarmos com coragem e decisão um dos problemas de ensino dos mais importantes para a vida das artes nacionais: o das artes aplicadas à indústria ou melhor o das artes decorativas. Todos nós sabemos que as duas escolas de Arte Aplicada que actualmente existem no País [Escola António Arroio - Lisboa e Escola Faria Guimarães - Porto] são unicamente embriões de escolas dignas desse nome, ... o que de facto nos falta é o apetrechamento conveniente e as instalações necessárias a um ensino profícuo das artes industriais, bem assim a necessária coordenação de elementos artísticos e científicos a fim de podermos realizar em toda a sua plenitude obras de arte... É, pois, urgente tanto sob o aspecto económico como cultural, que se vitalizem as indústrias de arte para as quais temos as melhores condições (...). No nosso modesto entender, hoje, mais do que nunca, é para as indústrias de Arte que os

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 2293-2294.

¹⁰⁶ "(...) Art.º 362 - São anexadas: (...) À Escola Industrial de Faria Guimarães do Porto, a escola de arte aplicada da mesma cidade.(...)", In "Decreto n.º 18420" de 4 de Junho de 1930, *Diário do Governo*, I.ª Série de 4 de Junho de 1930, p. 1027.

países que não podem rivalizar nos outros campos industriais terão necessidade de se voltar (...) A única forma de o fazermos é, sem dúvida, a de organizarmos, apetrecharmos e dotarmos as actuais escolas de Arte Aplicada, de molde a que elas sejam de futuro, não só [mas também] o manancial onde se irão buscar os operários, artífices e artistas destinados às indústrias (...)"¹⁰⁷

Foram estes recados, feitos no âmbito da nova reforma do ensino técnico que despontava, que em boa medida foram ouvidos. Passámos, muito lentamente, registe-se, de um ensino centrado no "treinamento" de gestos e técnicas mimetizadas, como maioritariamente se centrava o ensino na Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada), para outra, mais integrada na sociedade (politicizada do Estado Novo) mais abrangente nos conteúdos programáticos, mais centrada no indivíduo e nos seus saberes, sem no entanto descuidar os saberes tecnológicos tão necessários de aprendizagem, apesar de tudo, de uma profissão.

Foi neste entendimento do que deveria ser o ensino técnico a ministrar em Portugal a partir da segunda metade do século vinte, que o mentor desta reforma de 48, o Director Geral do Ensino Técnico, Dr. Carlos Proença refere:

" (...) Os valores económicos não são valores absolutos, o homem não é apenas produtor, não vive para trabalhar, embora tenha de trabalhar para viver... o homem social e real, de carne e osso, define-se profissional... por isso a escola profissional oferece à acção educativa possibilidades e perspectivas verdadeiramente privilegiadas. Ela é, por excelência, a escola educativa, formadora de homens (...)"¹⁰⁸

E para que ficasse bem clara a filosofia subjacente à reforma no que concerne ao lugar dos jovens nas escolas, enquanto estudantes, e o que o Estado (Novo) pretendia deles no futuro enquanto homens. Carlos Proença socorrendo-se das palavras do professor romeno Manöilesco, expõe-nos e mais adiante acrescenta de forma lapidar e definitiva:

" (...) A sociedade de amanhã será sem dúvida animada pelo que podemos chamar o "espírito de oficina", isto é, um espírito feito de firme adesão ao trabalho positivo, do sentido das responsabilidades e de respeito pela hierarquia funcional. Mas este espírito nunca poderá confundir-se com o espírito limitado e terra-a-terra dum praticismo levado ao extremo (...). Se no lugar do "homo politicus" colocássemos, como alguns querem, o "homo economicus", passaríamos de uma abstracção a outra abstracção, porventura ainda mais nefasta, e a escola que sobre ela se construísse nem sequer como vimos, mereceria tal nome... concluindo, fixemo-nos nesta certeza: fazendo dos seus alunos bons homens do ofício, a escola técnica há-de simultaneamente educá-los para o nobre e tão esquecido "ofício do homem". Só assim ela será realmente, na preciosa imagem de Salazar, "a sagrada oficina das almas" (...)"¹⁰⁹

¹⁰⁷ LINO, António – "O Problema das Artes Decorativas em Portugal", In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa*, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, 1947, nº2, Vol. I. pp. 19,20.

¹⁰⁸ PROENÇA, Carlos – "O Ensino Técnico no Quadro da Educação Nacional". In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção educativa*, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1946, vol. I, nº 1, p. 12.

¹⁰⁹ *Idem*, pp. 17,18.

Foi entre recados políticos e posturas teóricas e pedagógicas de como o ensino técnico deveria ser e estar que se reforçou, nos conteúdos programáticos dos cursos de Artes Decorativas, com novas disciplinas e dando maior destaque a outras, alargando deste modo a importância que vinha de anteriores reformas.

Uma das disciplinas que desta reforma saiu fortalecida, como mais à frente abordaremos com alguma profundidade, foi o desenho, nas suas variadas formas e aplicações; ele foi, é e será sempre, neste tipo de ensino artístico, a trave mestra de onde tudo parte e tudo se cria.

A ESCOLA “ SOARES DOS REIS” NO CONTEXTO PORTUENSE ENTRE OS ANOS 40 E 70 DO SÉCULO XX

O MEIO ENVOLVENTE

É com este espírito de uma maior abertura “para as coisas do espírito” que a nova Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (1948) se insere, num contexto social, económico e artístico obviamente diferente da Escola de Artes Aplicadas Faria Guimarães.

A sociedade portuense reflecte obviamente as alterações provenientes do pós-guerra (II Guerra Mundial - 1939-1945), e, por esta altura, o paradigma do ensino técnico muda totalmente, como adiante aprofundaremos ao analisarmos os cursos de índole artística (Artes Decorativas) “dentro” da Reforma de 1948.

O Porto e seus arredores (Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia), segundo o censo de 1950, possuía uma população de 634 858¹¹⁰, o que representava ao tempo 8,08 % da população de Portugal continental; no entanto, para igual período de tempo, o mesmo território, traduzia nas importações nacionais 31,2% e nas exportações 39,4% de mercadorias, ou seja, para uma população inferior a 10% do todo nacional, o Porto e seus arredores, apresentavam um valor superior a um terço dos valores de importação e exportação reunidos do comércio especial de Portugal continental. Por outro lado, para a mesma população e em igual período a região do Porto contribuiu em impostos e outros rendimentos para a Fazenda Pública um valor real de 22% do total nacional.

¹¹⁰ - DURIUS, *O Porto em 1950, 1955*, p.14.

Quanto á indústria, não nos alongando quanto aos números, diversidade e distribuição geográfica, podemos expressar, socorrendo-nos do mesmo censo de 1950,¹¹¹ que o Porto e seu distrito representavam, quanto ao consumo de energia eléctrica, o valor de 29,2% do todo nacional,¹¹² sem contarmos com o consumo de outras fontes de energia (carvão e produtos petrolíferos), que à época representavam uma considerável fatia dos consumos de energia principalmente no desenvolvimento industrial.

Como corolário, destacamos o progresso acelerado da implantação das indústrias na região do Porto, arrastando com isso o inevitável aumento de população, que devido às transformações havidas na agricultura afluía à cidade e seus arredores afim de ingressar no “exército” de trabalhadores que alimentavam as florescentes indústrias portuenses. De realçar, que datam precisamente desta época os primeiros investimentos de vulto da banca portuense nas indústrias da região, o que por si só reflecte a confiança do grande capital na pujança e no valor das mesmas.

Esta indústria, ainda sinónimo de fábrica, de ofício duro e braçal, onde a máquina não suaviza suficientemente o trabalho, mas que a espaços e ao longo desta década se vai alterando e melhorando a organização, o controlo e os processos de trabalho dentro das fábricas. É nestes anos 50 que se começa a “voltar a página”, quanto ao papel social do homem dentro das organizações, valorizando-o, indo ao encontro, por um lado, dos conceitos humanistas cristãos e por outro, respondendo às lutas operárias, maioritariamente organizadas pelo Partido Comunista. É também por esta época o incremento de associações de índole cultural como por exemplo: a Fundação do Teatro Universitário do Porto (1948), instituição de reconhecido mérito no nascimento do teatro independente no Porto; o Clube Português de Cinematografia (1945) que deu lugar ao Cineclube do Porto (1948), considerado o primeiro cineclube português. Num quadrante de maior intervenção social, são realizadas no Porto em 1948 as Semanas Sociais Portuguesas, organizadas pela Acção Católica Portuguesa, que tiveram como objectivo, entre outros, “o desenvolvimento duma sã e benéfica acção social...”. A par do desenvolvimento industrial, associativo, cultural, das preocupações sociais, das lutas e das greves que se fizeram sentir, toma forma uma crescente oposição ao regime, de que é expressão o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que se irá concretizar no Porto (1949) num grande apoio à candidatura de Norton de Matos e que irá atingir o auge em 1958, na campanha eleitoral do General Humberto Delgado. A par deste surto desenvolvimentista o regime do Estado Novo vai construindo a “sua obra”: é inaugurada a primeira ligação aérea Porto - Lisboa (1947); é aprovado o projecto detalhado, em sessão da Câmara Municipal do Porto, do Parque da Cidade (1948); edifica-se o Mercado do Bom Sucesso (1952), obra dos arquitectos Fortunato

¹¹¹ - *Idem*, p.34.

¹¹² - *Idem*, p.31.

Leal, Cunha Leão e Moraes Soares; o Palácio de Cristal (construído em 1865) é demolido, e substituído por uma moderna construção em “calote esférica”, obra do arquitecto José Carlos Loureiro, denominada Pavilhão dos Desportos (1954); é lançado o Plano Regulador da Cidade do Porto, assim como é diligenciada com carácter de urgência a construção de Bairros Sociais (1956), com o objectivo, numa primeira fase, de ser atacada a crescente insalubridade das “ilhas” do Porto; é inaugurado o Hospital Escolar de S. João (1959); com o crescimento das áreas urbanas que circundam o Porto, são alargados os transportes urbanos para fora da cidade; constrói-se o Palácio da Justiça do Porto (1961), de autoria do arquitecto Rodrigues Lima e onde irão colaborar com trabalhos de pintura, talha, tapeçaria, vitral e escultura, entre outras áreas, vários professores e alunos e principalmente o director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, escultor Sousa Caldas que concebe uma escultura de João das Regras.

No plano cultural, por estes anos, a par das tertúlias de café, espaços de “cavaqueira” mas também de grande dinâmica cultural e política, existem no Porto uma plêiade de intelectuais que enriquecem a vida portuense com o seu labor e servem, obviamente, de modelo para as gerações mais novas. Entre muitos outros exemplos destacamos: a estreia literária de Sophia de Mello Breyner Andersen (1944); instala-se na cidade Ilse Losa (1949), que foi a vários títulos, literariamente original, inovadora e contribuiu, de forma decisiva, para a renovação da literatura portuguesa dirigida aos mais pequenos; Eugénio de Andrade (1951), dos maiores poetas portugueses de sempre; Agustina Bessa - Luís edita os primeiros “Contos Impopulares” (1951); sai a lume a primeira edição no Porto da “História da Literatura Portuguesa” de autoria de Óscar Lopes e António José Saraiva” (1955), e tantos outros que estiveram sempre presentes na vida cultural, literária e cívica do Porto.

Quanto às artes plásticas e ao cinema, começamos por destacar o cineasta Manoel de Oliveira, depois do documentário “Douro, faina fluvial” de 1931, que provocou um verdadeiro impacto na época, principalmente pela beleza da sua fotografia, assina em 1942, “Aniki-BóBó”, a sua primeira longa-metragem, que é uma viagem à infância de certos rapazes e raparigas da cidade do Porto e passados catorze anos, volta a deslumbrar-nos com o documentário, “O Pintor e a cidade” (1956), que é uma deambulação pela “sua” cidade do Porto através do olhar de um pintor – António Cruz – figura principal deste documentário e considerado um dos maiores aquarelistas portugueses, que pintou e amou a cidade do Porto como só os grandes artistas o sabem fazer. Continuando a falar de pintores marcavam presença nesta época: Dórdio Gomes, Augusto Gomes, Joaquim Lopes, Júlio Resende, Fernando Lanhas, e tantos outros como os arquitectos Armindo Losa, Chorão Ramalho, Carlos Ramos, Rogério de Azevedo, Fer-

nando Távora, Viana de Lima e os escultores Barata Feyo, João Fragoso, Arlindo Rocha e muitos, muitos outros que fizeram escola, deixaram obra e discípulos.

Muitos destes artistas e outros que como alunos ou professores estiveram de uma forma ou outra ligados às Escolas “Faria de Guimarães” e/ou “Soares dos Reis” destacamos, os arquitectos Marques da Silva, Heitor Bessa, Fernando Nápoles Tudela e Teixeira Lopes; os pintores Júlio Resende, Coelho Figueiredo, Manuel De Francesco, Esmeralda Calvário, Isolino Vaz, António Cruz, Domingos Pinho, António Quadros Ferreira, Emerenciano, Sobral Centeno e Graça Morais, os escultores Sousa Caldas, que foi o primeiro Director da Escola Soares dos Reis, Manuel Pereira da Silva, Álvaro Camarinha, Zulmiro de Carvalho, Lagoa Henriques, Alberto Carneiro, Carlos Barreira, José Rodrigues e tantos outros que com o seu exemplo de homens, mulheres e de artistas inseridos nos movimentos sociais, económicos e culturais que se desenvolveram na cidade do Porto durante as décadas de 40 a 70 que marcaram, moldaram e construíram os alunos e alunas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

É neste contexto de desenvolvimento social, económico e cultural que temos que entender as alterações de um tipo de Escola que passou de “Artes Aplicadas” como era a Escola Faria de Guimarães para uma outra de “Artes Decorativas” mais apostada no desenvolvimento cultural do aluno, acrescentando-lhe ou pretendendo acrescentar uma mais-valia cultural e estética, não descurando todavia, a sua correcta e por vezes exhaustiva aprendizagem das técnicas.

É na sequência e das consequências destas transformações que iremos analisar as repercussões da Reforma de 1948, as pessoas que proporcionaram essa mudança, e tratar aprofundadamente, tanto quanto possível, as novas disciplinas, os novos cursos e dar corpo e “voz” aos novos desafios que uma nova e profunda Reforma sempre conduz.

A ESCOLA DE ARTES DECORATIVAS SOARES DOS REIS – O CAMINHO SEGURO

OS PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS

Como vimos, a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis nasceu no contexto da Reforma de 1948 e do desenvolvimento do ensino técnico como alavanca prioritária e necessária na projecção da indústria nacional e sendo parte activa da componente social, económica e cultural duma região que labuta e prospera dentro dos condicionamentos do Estado Novo, mas adaptando-se aos novos ventos que o final da Guerra (1939-45) trouxe ao país.

E como de um passe de mágica se tratasse, os alunos e alunas da Escola Industrial Faria de Guimarães (Arte Aplicada) passaram a frequentar a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, por força do Decreto-Lei n.º 37.029 de 25 de Agosto. Corria o ano de 1948. Novo nome, novo patrono¹¹³, novos conceitos pedagógicos, novos desafios, nova escola.

Em relação aos cursos ministrados na “nova” Escola “Soares dos Reis”, caracterizavam-se, para além do Ciclo Preparatório que aqui teve guarida e desenvolvimento, nos Cursos de Formação, Cursos de Especialização e Secção Preparatória para os cursos de Pintura e Escultura das Escolas de Belas-Artes.

Quanto ao Ciclo Preparatório, que aqui começou como secção da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, com director próprio, mas que respondia no Conselho Escolar perante o director Sousa Caldas¹¹⁴ e que mais tarde passou a denominar-se de Escola Técnica Elementar Ramalho Ortigão¹¹⁵ aqui se foi desenvolvendo acanhadamente, até lhe ser atribuído um espaço próprio o que viria a suceder só no ano de mil novecentos e cinquenta e oito.¹¹⁶

Para a implementação cabal e correcta dos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento, Cursos de Especialização e Secção Preparatória para os cursos de Pintura e Escultura das Escolas de Belas-Artes, que correspondiam internamente aos anseios sentidos por professores e discentes da escola, e externamente à sociedade civil portuense como aos interesses da tutela em desenvolver de forma correcta a implementação do Estatuto e da Reforma, deparavam-se com um edifício que apresentava manifestas

¹¹³ O mais correcto seria afirmar que foi feita a reposição de um nome anteriormente utilizado, visto que, pelo Decreto-Lei n.º 1.027 de 5 de Novembro de 1914 foi exposto: “parecendo conveniente que a nova Escola de Arte Aplicada do Porto receba o nome de um portuense que haja dado realce à Arte nacional naquela cidade”. No seguimento deste preâmbulo o ministro decreta – que o estabelecimento de ensino se passe a chamar: Escola de Artes Aplicadas Soares dos Reis e a cujo cargo está a leccionação de quatro cursos de desenho especializado, assim como a manutenção das oficinas de pintura decorativa e de talha. Terá vida curta e será anos mais tarde anexa à Escola Industrial Faria de Guimarães (Artes Aplicadas), pelo “Decreto-Lei n.º 18.420” de 4 de Junho de 1930, publicado no *Diário do Governo*, I série, n.º 128 de 4 de Junho de 1930.

¹¹⁴ De acordo com a Acta nº 1 de 11 de Dezembro de 1949, do livro de actas da Secção de Curso do Ciclo Preparatório: “(...) Aos onze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, reuniram numa das salas desta Escola em cumprimento de uma ordem de serviço, todos os professores e mestres que constituem os cursos de Desenho e Trabalhos Manuais do Ciclo, sob a presidência do Director de Curso, o professor efectivo Excelentíssimo Senhor [José Maria de] Sá Lemos, e na presença dos professores provisórios, Luiz Reis Teixeira, Manuel Pereira da Silva, Mário Truta, Eduardo Tavares, e dos mestres Francisco da Cruz Louro, Davide França e Domingos Valente. (...) Em seguida foi proferida uma exposição, esclarecendo os fins desta reunião para melhor orientação e coordenação do referido Curso. (...) Sendo de seguida tratado a extensão da matéria de Desenho Geométrico, para o 1º e 2º ano, excluindo-se os problemas que não tivessem finalidade prática para este referido curso (...)”.

¹¹⁵ É logo na Acta nº3 de 18 de Dezembro de 1950 que a Secção de Curso do Ciclo Preparatório da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis se passa a denominar: Escola Técnica Elementar Ramalho Ortigão e só em 1958 deixará as instalações da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Esta Escola, começou por ser a única Escola Técnica Elementar da Parte Oriental da Cidade e com a reforma de 1968 passou a Escola Preparatória Ramalho Ortigão.

¹¹⁶ Acta nº26 de 31 de Julho de 1958 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis: “(...) Atendendo a que com certeza a Escola Técnica Elementar Ramalho Ortigão passará em breve a funcionar nas novas instalações, o senhor Director manifestou o seu agradecimento a todos os professores e mestres dessa Escola, pela colaboração que nunca lhe negaram, trabalhando sempre com a maior dedicação pelos problemas do ensino. De modo especial o senhor Director referiu-se ao Director do Ciclo Preparatório, Professor Joaquim Fernandes Gomes, já antigo professor desta Escola, testemunhando-lhe o seu pesar pelo afastamento a que de novo se vê obrigado e ao Professor Gastão Seixas cuja actuação dentro desta Escola é de louvar pelo interesse manifestado e colaboração prestada nos trabalhos realizados no decorrer deste ano-lectivo (...)”.

insuficiências para responder a esses desideratos de uma forma satisfatória, mais ainda, numa Escola de Ensino Artístico como a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Foi, já com a Reforma em movimento e efectuação que começaram as tão necessárias obras no velho edifício da Rua Firmeza:

" (...) Em 1950, por altura da visita que fez à Escola, durante a Exposição de Trabalhos Escolares, onde se apresentavam os primeiros ensaios relativos ao Ciclo Preparatório, o senhor Dr. Carlos Proença, ilustre Director Geral do Ensino Técnico, anunciou, perante o Director da Escola, Corpo Docente e Directores de outras escolas da região nortenha, a próxima construção do novo edifício da Escola (...). Não foi sem emoção que esta grata notícia foi recebida. O sonho de tantos anos tomava forma... Das velhas paredes do antigo edifício da fábrica de chapéus, nada já existia. No sítio onde havia a antiga Fonte Firmeza e uma secular Arca-de-Água levantou-se agora, na sua imponência, ocupando o gaveto das ruas de D. João IV e da Firmeza, o moderno corpo do edifício destinado à Educação Física. A ligação com o pavilhão principal de aulas, com entrada pela Rua da Firmeza e o pavilhão das Oficinas, de frente para a Rua de D. João IV, faz-se através de uma galeria coberta que limita um atraente átrio empedrado (...)"¹¹⁷

De acordo com os princípios doutrinários da Reforma e as suas dinâmicas foi dada substantiva importância às construções escolares, por todo o país, e neste caso concreto, da ampliação da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, tiveram, pese embora a existência de um edifício já com longos anos de uso intensivo, que adequar os seus espaços e a sua traça arquitectónica ao ensino artístico que nele se queria desenvolver:

" (...) Colhe-se em todas as instalações do moderno edifício uma impressão de agrado. Tudo foi estudado de modo a permitir bom aproveitamento e conveniente orientação dos vários serviços. Dotou-se a Escola com os indispensáveis elementos de trabalho, de modo a conduzir a uma educação técnica profissional eficiente (...)"¹¹⁸

Os frutos deste espaço amplo, arejado e mais adequado a um ensino que se queria artístico no saber fazer e com uns laivos de cultura geral no ser, começaram a aparecer, espalhados pelo novo edifício, trabalhos de bastante qualidade técnica e artística, realizados pelos alunos sob a orientação de seus professores e mestres.

" (...) As paredes do refeitório decoradas a fresco com motivos realizados por grupos de alunos; na galeria de acesso ao pavilhão de aulas, sobressai um painel em alto-relevo de cerâmica policromada; no recreio coberto e sobre a entrada da biblioteca, destacam-se decorações em mosaico, aqui e acolá; na escadaria principal, encontram-se peças de mobiliário delicadamente trabalhados (...)"¹¹⁹

¹¹⁷ *Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Porto. Oficinas de Composição Impressão e Gravura da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1958, p. 10.*

¹¹⁸ *Idem, p. 11.*

¹¹⁹ *Idem, p. 12.*

Para culminar estas intervenções artísticas nada mais apropriado que um baixo-relevo em cantaria, alusivo às Artes de autoria do seu director, o escultor Sousa Caldas e exposto na esquina da rua Firmeza com a rua de D. João IV.¹²⁰

Foi nesta entidade pedagógica distinta, onde se entrelaçam o saber fazer, sob o ponto de vista técnico, e o saber criar algo de belo e artístico, que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, entra na segunda metade do século vinte de “cara lavada” no que ao edifício diz respeito e com nova organização curricular.

Como foi referido, o decreto n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948 que promulgou o estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, vulgo reforma de 1948, veio instituir uma nova organização no Ensino Técnico com reflexos óbvios no ensino ministrado na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Particularmente no que concerne ao ensino artístico, estabeleceu-se que os três anos de duração, passavam a ter uma duração de quatro anos, tendo em conta as suas características e o interesse em se formar especialistas com um elevado nível de preparação, de forma a responderem cabalmente às necessidades e interesses das forças económicas.

Quanto à organização e génese dos cursos artísticos ministrados nas ainda denominadas escolas de artes industriais, conveniente será destacar o parecer, interessado e conhecedor do, então director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, escultor Sousa Caldas, dado enquanto vogal da Comissão da Reforma de Ensino Técnico:

“ (...) A um grupo de actividades profissionais de cunho designadamente artístico corresponde certo número de cursos que seriam professados nas escolas de arte industriais. Referem-se eles à pintura decorativa, litografia, gravura de aço e metais, cinzelagem, escultura decorativa, de madeira e pedra, e cerâmica. Tais cursos, seriam precedidos pelo curso pré-profissional e teriam a duração de 4 anos. Na sua composição tivemos em vista robustecer a formação artística e profissional e juntar-lhe os elementos indispensáveis à formação intelectual e moral dos alunos. Além da Língua Pátria, que seria ministrada como cultura insubstituível, haveria dois anos de Língua Francesa, disciplina absolutamente necessária para a consulta de elementos da especialidade, e dois anos de Matemática. A preparação plástica seria iniciada com a disciplina de Desenho de Observação e completada com os desenhos especializados, dos quais sobressaem o Desenho

¹²⁰ Neste belo painel de cantaria, o ambiente é grego, a coluna (que representa a arquitectura) define o espaço onde a deusa Íris - mensageira alada dos deuses, pousando delicadamente os seus pés sobre a árvore da sabedoria, ocupa o lugar central do painel. As outras três deusas ou musas representam Hebe, com o vaso - deusa da juventude, filha legítima de Zeus e Hera, aquela que ao servir o néctar e ambrósia aos deuses é vista também como a deusa da imortalidade, a que concede a força com que os deuses não envelhecem e a quem os mortais recorrem para obter a juventude; o que faz dela, de acordo com a mitologia grega, uma das deusas da beleza. As outras duas deusas representam as belas-artes, concretamente a pintura e a escultura. Este conceito de belas artes está associado à ideia de que um certo conjunto de suportes e manifestações artísticas é superior aos demais. Até meados do século XIX as academias classificavam as artes em basicamente dois tipos: as belas artes, constituídas exclusivamente pela pintura, escultura e o desenho, todas elas subordinadas à arquitectura e, as artes aplicadas ou artes secundárias que devido ao facto de serem praticadas por trabalhadores eram simplesmente desvalorizadas. Curiosamente, Sousa Caldas representa somente a arquitectura, pintura e a escultura, deixando “cair” o desenho e ignorando totalmente a representação das artes aplicadas, num painel dedicado a uma escola de Artes Decorativas. Contradições!

de Figura e o Desenho de Ornato e ainda com a Modelação e a Composição Decorativa, conforme os cursos. A Composição Decorativa teria no Desenho de Figura a disciplina de motivo central. No curso de Pintor Decorador seria ministrada também a Arquitectura de Interiores para compreensão e utilização das superfícies a decorar. O curso de Ceramista Decorador indispensável no nosso país, mas com conhecimentos suficientes para garantir a existência duma cerâmica nacional com as suas características perenes de beleza, tem que comportar não somente o Desenho de Ornato, mas também o Desenho de Figura, a Modelação, numa parte de composição decorativa, com o estudo da História de Arte, e ainda a Física, a Química e a Tecnologia tão necessárias ao estudo da pintura e da olaria. Na Escultura Decorativa, com diferenciação nos trabalhos oficinais, renasce uma forma de ensino outrora ministrado no Instituto Industrial e Comercial do Porto, suprimindo certamente por não se coadunar com a índole daquela escola. Abrangendo a talha e a cantaria artística, prende-se com a tradição dos nossos santeiros, tão injustamente desaparecidos ou esquecidos. Se lhes dermos a preparação profissional de que necessitam, a produção poderá elevar-se a um plano de honrosa dignidade. Neste curso, além do Desenho de Observação e de Ornato e da Modelação, não pode dispensar-se o Desenho de Figura, o estudo dos panejamentos, a composição e a História de Arte. O desenvolvimento da litografia em Portugal, de que Domingos Sequeira, o grande desenhador, foi o animador mais entusiasta, justifica a manutenção dum curso especial. Esta profissão, pelas suas múltiplas aplicações, é complexa e obriga a uma preparação aturada dos que nela se iniciam. É uma indústria de largo futuro, que carece de ser aperfeiçoada, o que se consegue desde que os aprendizes possam colher o máximo de rendimento nas nossas escolas de ensino técnico profissional. O ensino a ministrar deveria compreender, além das disciplinas de carácter cultural, o Desenho de Figura, o Desenho de Letra e a composição decorativa no sentido publicitário. Os cursos de Cinzelador e de Gravador de Aço e Metais têm inquestionável justificação, tanto mais que, há muitos anos vários industriais do Norte os acarinhavam com prémios pecuniários, atendendo aos serviços que prestam à indústria de ourivesaria, tão desenvolvida naquela zona. Para que os planos dos cursos que apresentamos à Comissão de Reforma possam ter o rendimento previsto e desejado, é indispensável que, simultaneamente, se façam instalações próprias, modestas embora, mas que satisfaçam e permitam a efectivação de novo plano de estudos. Não valerá a pena mexer no que está desde que não haja probabilidades de melhorar (...).¹²¹

Relativamente ao parecer deste relator tão informado quanto influente, como atrás ficou bem explícito, a escola de que foi durante anos seu director, beneficiou de profundas obras de ampliação e remodelação, não tão modestas como preconizava enquanto relator, felizmente, para o bem dos alunos, dos cursos ministrados e concomitantemente da qualidade de ensino. No que diz respeito aos cursos e sua génese os pareceres do professor e escultor Sousa Caldas foram na sua totalidade levados à prática como adiante se irá confirmar.

Os novos cursos ministrados a partir do ano lectivo de 1948-49 ainda são, quanto aos conteúdos, pouco precisos, atingindo a sua especificidade e clareza com a publicação da Portaria 13.800 de 12 de Janeiro de 1952 em que foram aprovados os Programas do ensino profissional industrial e comercial.

Quanto à abertura do ano lectivo de 1948/49, para além de continuarem a funcionar todos os cursos diurnos e nocturnos instituídos pelo decreto n.º 20.420 de 20 de

¹²¹ "Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico". Separata do volume I, *Escolas Técnicas, Boletim da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio*. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1947, pp. 182-183.

Outubro de 1931¹²², deu-se início, ao abrigo do decreto n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948, aos novos cursos de formação e aperfeiçoamento a que se acrescentava as especializações de Serralheiro de Arte e Ourives¹²³. Quanto a estas especializações, depressa passaram a cursos de Aperfeiçoamento tal como a todos os cursos de Formação que tinham o seu equivalente curso de Aperfeiçoamento e só a de Ourives teve estabelecimento, tendo em conta a tradição e implantação desta indústria na região de influência da escola.

Ao nível dos cursos em estudo e antes de os aprofundar quanto à sua génese e prática posterior, útil será registar, a cessação dos cursos de Tecelão - Debuchador, Costureira de Roupa Branca, Modista de Vestidos e Bordadeira nesta nova Reforma de 1948, reflectindo assim, não só a alteração do gosto dos consumidores como a modificação profunda havida com a industrialização das confecções e dos tecidos e a massificação do pronto-a-vestir, levou a que, por um lado, aos inevitáveis ajustes e rearranjos das indústrias do sector, com o objectivo de responder aos novos desafios que a sociedade portuguesa em geral e a sociedade portuense em particular propunham¹²⁴, e por outro à definição destas artes (modistas, costureiras e bordadeiras) até aí leccionadas na Escola Faria de Guimarães.

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO E AS NOVAS DISCIPLINAS CRIADAS PELA REFORMA DE 1948

Apesar da inadiável necessidade de se implementar esta Reforma, os novos cursos ministrados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis só começaram a entrar em funcionamento a partir do ano-lectivo de 1950/51 e, outros bem mais tarde como o curso de Ourivesaria que só arrancou em meados dos anos sessenta.

Talvez não seja surpreendente que os novos cursos na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis passassem a ser somente os de Mobiliário Artístico, Gravador Químico, Consultor Tipógrafo, Impressor Tipógrafo, Desenhador Gravador Litógrafo, Encaernador Dourador, Cinzelagem, Gravador de Bronze Cobre e Aço, Ourivesaria Pintura Decorativa, Escultura Decorativa, Cerâmica Decorativa e a Secção Preparatória para os cursos de Pintura e Escultura das Escolas de Belas Artes porque simplesmente,

¹²² Os Cursos de Habilitação às Belas Artes, Cinzelador, Ourives, Gravador de Aço, Marceneiro, Entalhador, Pintor-Decorador, Modista de Vestidos, Tecelão-Debuxador, Bordadeira Rendeira e Costureira de roupa branca, continuaram a ser leccionados na "nova" escola até, obviamente, os alunos do último ano concluírem os cursos, tendo os restantes passados com as respectivas equivalências para os novos cursos ao abrigo do decreto n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948.

¹²³ Decreto nº 37 029, de 25 de Agosto de 1948, publicado no Diário do Governo nº 198, I série, de 25 de Agosto de 1948, Mapa nº 1. Distribuição dos cursos pelas escolas industriais e comerciais.

¹²⁴ PEREIRA, Armando Gonçalves – "O interesse nacional da indústria", In *A Indústria do Norte, Boletim Mensal da Associação Industrial Portuense*, Ano 100.º, Maio-Junho 1949, n.º 353 e 354, Empresa Guedes, Porto, 1949, pp. 40-41.

estes eram os cursos que verdadeiramente “interessavam” à cidade do Porto e às indústrias do Norte do país.

Retomando agora o que atrás nos propusemos abordar quanto à importância do Desenho neste tipo de ensino, salientamos que esta tendência para a defesa e implementação do Desenho como espinha dorsal do ensino artístico sempre foi reivindicada desde os tempos mais remotos, quer no estrangeiro como por pensadores portugueses de reconhecido mérito intelectual.

Curioso será pensarmos que estas presunções, para não ir mais atrás no tempo, já existiam em Francisco d' Olanda ¹²⁵, onde o Desenho para ele seria sempre um meio de exprimir sentimentos e não somente um exercício de mão ou, em Ribeiro Sanches¹²⁶, quando defendia nas “cartas sobre a educação da mocidade” a importância de os jovens se “adestrarem” na aprendizagem do Desenho Geométrico, como em Machado de Castro,¹²⁷ distinto escultor e teorizador de temas de arte, que defendava que o Desenho era uma disciplina essencial na aprendizagem dos estudantes.

Mais perto de nós António Arroio,¹²⁸ no seu extenso e completo Relatório sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial de 1911 abordava a necessidade do Ensino do Desenho, dividindo-o em “Desenhos de Indústria” e “Desenhos de Arte”:

¹²⁵ Francisco d' Olanda, (Lisboa, c. 1517 - Lisboa, 1585), humanista e pintor português. Considerado um dos mais importantes vultos do renascimento em Portugal, também foi ensaísta, arquitecto e historiador. Francisco de Holanda começou a sua carreira como iluminurista, na sequência daquela que era já a carreira de seu pai, António d'Olanda, iluminador régio. Estudou na Itália entre 1538 e 1547, época em que frequentou o grupo de Vitória Colonna, personagem notável do renascimento italiano, o que lhe proporcionou o convívio com grandes artistas do seu tempo, como Parmigianino, Giambologna e, principalmente Miguel Ângelo, que nele despertou o fervor pelo classicismo. Regressando a Portugal, obteve vários auxílios da parte do cardeal-arcebispo de Évora e dos reis D. João III (1521-1557) e de D. Sebastião (1568-1578). In: WIKIPÉDIA: A enciclopédia livre. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Holanda. 18-03-2006,19:05).

¹²⁶ António Nunes Ribeiro Sanches (Penamacor, 7 de Março de 1699 – Paris, 14 de Outubro de 1783) é um médico português e grande intelectual, considerado por muitos como um verdadeiro enciclopedista (médico, filósofo, pedagogo, historiador, etc.), escreve largas dezenas de manuscritos, sob a influência do *pedagogismo* no século das Luzes, dos quais apenas nove foram publicados em vida, a maioria continua nos arquivos. Na medicina, onde se distinguiu na venereologia, sendo por isso também chamado o *médico dos males de amor*, escreveu a pedido de D'Alembert e Diderot para a Enciclopédia. O seu nome está na primeira fila dos grandes mestres do pensamento europeu da sua época, o Marquês de Pombal vai aproveitar muito do seu saber para implementar a sua acção cultural e científica, na sua tarefa de modernização de Portugal, In NABAI, João Maria - Ribeiro Sanches: Um estrangeirado na Europa das luzes (1699-1783), (http://www.vidaslusofonas.pt/ribeiro_sanches.htm. 18-03-2006,19:45).

¹²⁷ Joaquim Machado de Castro, escultor e estatuariário. Nasceu em Coimbra a 19 de Junho de 1731, faleceu em Lisboa a 17 de Novembro de 1822. Era filho de Manuel Machado Teixeira, organeiro e escultor, que, segundo dizia Machado de Castro, era dotado dum engenho e habilidade enciclopédica, e de sua primeira mulher, D. Teresa Angélica Taborda. Seu pai, reconhecendo-lhe bastantes aptidões, mandou-o para os gerais chamados do Pátio aprender gramática latina com os padres jesuítas. Ao mesmo tempo que o jovem educando exercitava o espírito com o estudo dos livros, aprendia em casa com o pai os processos de moldar, e exercitava-se na arte de escultura (...). Foi um dos maiores e mais renomados escultores portugueses. Para além da escultura, descrevia extensamente o seu trabalho, do qual se destaca, a extensa análise sobre a estátua de José I que se situa na Praça do Comércio em Lisboa, intitulada: *Descrição analytica da execução da estátua equestre*, Lisboa 1810. A (*Descrição*), consiste no relato pormenorizado, feito ao estilo e à execução técnica, levada a cabo no que é considerado o seu melhor trabalho, a estátua equestre do Rei D. José I de Portugal datada de 1775, como parte da obra de reconstrução da cidade de Lisboa, seguindo os planos de Marquês de Pombal, logo após o Terramoto de 1755. As partes da construção estão detalhadas e ilustradas, incluindo variados planos e componentes utilizados para a sua execução. In: AMARAL, Manuel - Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume IV, págs.659-662.<http://www.arqnet.pt/dicionario/machadocastro.html>. 18-03-2006,20:57.

¹²⁸ António José Arroio (1856 — 1934) foi um engenheiro, político e professor que, para além da sua carreira técnica como engenheiro, foi autor de obras sobre literatura, música, artes plásticas e sobretudo promotor do ensino técnico e das artes aplicadas. In: © Escola Secundária António Arroio.http://www.antonioarroio.org/estrugraf/lateral_iger/hesc/hesc_main.html. 20-03-2008,09:05.

" (...) Faço aqui a divisão que no estrangeiro encontrei estabelecida para os desenhos, em duas categorias completamente separadas [sublinhado nosso] pelo seu espírito, métodos e aplicações: *desenhos de indústria* e *desenhos de arte*. Esta divisão, que entre nós se não faz rigorosamente, também no estrangeiro só muito tarde se fez, quando verificado que, da sua não existência, resultavam muitos inconvenientes para a indústria; antes da sua separação, que em rigor está longe de ser absoluta e nunca o poderá ser, isto é, antes dos dois ramos do seu ensino serem processados em escolas separadas, sob a direcção de pessoais docentes diversos e diversamente orientados, acontecia, por exemplo, achar-se um artista a dirigir o *desenho de indústria*, e os resultados mostrarem que essa direcção era errónea. Porque o artista nem tem a compreensão das necessidades industriais, nem pode conceber a pedagogia respectiva; o seu espírito, dirigido num caminho de processos intuitivos, é completamente avesso a esse outro campo de actividade mental (...)"¹²⁹

Esta divisão entre o desenho racionalista e geométrico, própria do iluminismo e, essa outra de inspiração naturalista, já preconizada aliás, pelo pintor português renascentista Francisco d'Olanda, manteve-se durante séculos. Estas duas correntes de pensamento e opinião, existentes ao longo dos anos na sociedade portuguesa, tiveram ambas defensores capazes e bem documentados:

" (...) Todo o *desenho de indústria* tem um carácter de aplicação e só um caso encontrei, do antigo processo conhecido entre nós, em que as máquinas figuram como bonitas aguadas coloridas e, sem cotas, prontas a serem encaixilhadas. Permita-se-me que chame a atenção para o que disse atrás, quando apontei o *ensino da construção da Escola Industrial de Bruxelas* (N.º 6). Aí faz-se o desenho da construção da casa como verdadeiro desenho de indústria; concebem-nos como, entre nós, (Marquês de Pombal e Infante D. Henrique), é concebido o desenho mecânico. Suponho que esse desenho deve, nas nossas escolas, substituir o desenho de arquitectura. Em Berlim (na Baugewerkschule) vai fazer os desenhos de arquitectura como se fazem, nos cursos das Belas Artes (n.º 29) da relação anexa); e, perguntando aí qual o destino que tomavam os rapazes ao sair da escola, responderam-me que se faziam *desenhadores*. Nem outra coisa me podia responder. Ora, desenhadores é o que nós também fazemos nas nossas escolas industriais. Falta-nos porem, evidentemente, o industrial que execute o trabalho de construção e faça o croquis, ou organize o desenho rigoroso, que o desenhador copia. Por isso digo que, nas escolas industriais, devemos ensinar essa profissão industrial que nos falta, deixando às Belas Artes o estudo do aspecto artístico da questão e reorganizando o nosso curso de desenhadores de obras publicas que, só como está, não satisfaz às necessidades da pratica. (...)"¹³⁰

Foi também este o entendimento de Joaquim Vasconcelos (1841-1936)¹³¹, e dos republicanos do seu tempo quanto ao ensino das Artes onde, no seu livro: "A reforma das Belas Artes" nos finais do século XIX, nos caracteriza este tipo de ensino de medíocre, defendendo em particular o ensino do desenho como meio para se ultrapassar certos constrangimentos de índole industrial, privilegiando deste maneira o conceito de fazer

¹²⁹ ARROYO, António José – *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p.316.

¹³⁰ *Idem*. p.317.

¹³¹ Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), intelectual português de formação alemã, casado com Carolina Michaelis, os seus interesses científicos, repartem-se pela Pedagogia, o Desenho e a História da Arte.

com rigor para produzir melhor, numa ligação clara entre o ensino o desenvolvimento económico do país, assunto, aliás, muito debatido e sempre presente nesta geração de finais do século XIX:

" (...) Quanto à Inglaterra, factos há que também surpreendem pelo seu rigor e contrastes. Ao passo que na arquitectura e nas artes do mobiliário se dá respectivamente um renascimento maravilhoso dos lindos estilos da Rainha Ana (século XVII) e Luís XVI inglês; que Morris e outros, inspirando-se nos primitivos florentinos, geram esse movimento de arte decorativa que, por seu turno, provoca o aparecimento do estilo novo inglês; as escolas dependentes de South Kensington Museum, e outras ainda, conservam-se dentro da tradição clássica. A influência deste estabelecimento no ensino geral é deveras profunda. Como exemplo citarei um compêndio de estilização, recomendado e vendido dentro do museu, embora proveniente da *Society of Arts*, e que não passa de um apanhado dos dogmas do classicismo, expostos com todas as regras de construção mais rigorosas. Desta curta exposição quero apenas deduzir que há um grande movimento de renovação em tudo quanto toca às artes industriais; que as correntes mais variadas de estilização se cruzam e combatem; que os métodos pedagógicos mais diversos se convertam em actividade dentro do mesmo país e de todos os países, e, finalmente, que a emancipação geral em todo o mundo, está muito longe de se poder considerar um facto. (...)"¹³²

Esta concepção do desenho vista apenas pelo seu lado utilitário e prático, como contributo para o aperfeiçoamento da indústria, vigorou durante muitos anos no ensino em Portugal, relegando para segundo plano o "outro" desenho onde predominam as teorias da percepção da forma e da psicologia da criança.

Em 1947, José Pereira¹³³, professor metodólogo do 5.º grupo, num artigo publicado no Boletim das Escolas Técnicas, reconhece que o ensino do desenho geométrico permanece rígido, mecanicista e é na sua essência pouco ou nada criativo.

Esta "escola" de ver o desenho já não faz parte nem se enquadra nessa outra visão defendida pelos puristas do séc. XIX mas sim, numa moderna concepção alicerçada na necessidade de se ensinar os alunos não só fazer e fazer bem, mas antes de tudo a aprender e compreender o que estão a desenhar:

" (...) Vamos tratar da geometria, tomando-a como produto de observação das formas das coisas e consequentemente do desenho geométrico, com o fim de expor uma tentativa de método pedagógico para as nossas escolas. (...). Não sabemos ainda ao certo o que essa reforma nos indicará, mas fazendo fé no que já foi publicado [Ciclo Preparatório], esse grau vem a ser a base dos cursos profissionais, um ciclo de estudos comuns de educação e aprendizagem geral assumindo também características de orientação profissional e consequentemente tendo em vista despertar e robustecer nos alunos a tendência para a expressão activa do saber, proporcionando, através da diversidade dos trabalhos escolares a experiência pessoal que lhes permita tomar consciência das suas próprias aptidões e poder escolher a sua carreira futura. Foi nesta base que nos sugeriu a ideia de estudar a adaptação da geometria e do desenho correlativo às necessidades impostas pelas directrizes do novo ciclo de estudos. Os alunos, em assuntos geométricos, têm sido convida-

¹³² ARROYO, António José – *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, p.321.

¹³³ José Pereira, metodólogo do 5.º grupo e professor efectivo da Escola Industrial Afonso Domingos.

dos a traduzir sem ter anteriormente ocasião de compreender as realidades traduzidas. Ora, devemos concordar que *só faz bem as coisas quem bem as compreende*; isto em todos os actos da nossa vida. O desenho geométrico, tal como se ensina actualmente, com obediência a um programa rígido, abstracto, composto apenas de séries abundantes de problemas, em muitos dos quais não entra a mais pequena parcela de raciocínio e que muitas vezes nada demonstram, é todo inacessível aos alunos de pouca idade (...).¹³⁴

Defendendo estas novas ideias, destaca a relação íntima entre o desenho natural das coisas e a sua relação geométrica e não o inverso, como que a afirmar que primeiro está a natureza e só depois a ordem que a geometria encerra:

"(...) O que se impõe é despertar a curiosidade do aluno e assim desenvolver-lhe o poder de observação visual e inteligente sobre todas as coisas que o rodeiam, não só na aula como fora dela. Por intuição nata, toda a criança, quando desenha, faz uso da linha, como envolvente dos corpos (...). Todos nós sabemos também que a linha, partindo do objecto material, se liberta pouco a pouco das influências físicas para subir às concepções intelectuais e passa a ser a admirável transformadora de conceitos espirituais; assim, a linha, sendo filha do movimento, é a mãe do desenho (...)."¹³⁵

Na mesma linha de pensamento do professor José Pereira, Calvet de Magalhães, também este metodólogo do 5.º grupo, artista plástico e principal mentor das disciplinas de Trabalhos Manuais e de Desenho no Ciclo Preparatório, apresenta de igual modo, às finalidades "específicas" do desenho, um entendimento que vai muito além das concepções geometrizarantes decorrentes do pensamento Pestalozziano¹³⁶. Para Calvet de Magalhães o desenho é um dos pilares do ensino a par da língua portuguesa:

" (...) Considerado como meio de expressão, o desenho exige uma metodologia comparável à da língua materna; por isso, é também grave erro considerável como ramo «especial» do ensino. Esta denominação deixa supor que o ensino de desenho escapa aos princípios fundamentais da pedagogia geral, constituindo ele, entretanto, um ramo educativo completo, pois visa, a um tempo, a educação de um sentido, da razão e de um sentimento (...). Depois de encorajado o desenho como meio de expressão, chega o momento azado para a escolha de um modo de representação pelo qual o professor dirigirá a educação gráfica dos alunos pelo conhecimento do processo técnico mais conveniente. Vem no momento próprio, porque o desenho livre, nesse momento sofre uma crise aguda que faz com que o aluno não mais se satisfaça com o que desenha. É a passagem dos interesses gerais (o desenho não passa dum aspecto particular dos interesses). A observação dos progressos do aluno nas suas formas de expressão gráfica verificou que ele persiste nos seus simbolismos como suficientes para conter todo o significado das suas ideias; mas, à medida que estas

¹³⁴ PEREIRA, José – "Estudo de uma nova orientação do ensino inicial de geometria e do Desenho correlativo". In: *Escola Técnicas, Boletim de Acção Educativa*. Lisboa: Sociedade Astória, Lda., 1947, vol. I, n.º 2, p. 28-29.

¹³⁵ *Idem*, p. 30-31.

¹³⁶ Johann Heinrich Pestalozzi (Zürique, 1746 - Brugg, 1827), foi um pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional e da pedagogia moderna, influenciando profundamente todas as correntes educacionais: "A vida educa. Mas a vida que educa não é uma questão de palavras, é sim de acção. É actividade." In: WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Heinrich_Pestalozzi, 08-05-2006).

ganham em complexidade e conteúdo, o aluno sofre uma desilusão com os seus desenhos e procura a técnica que lhe permita maior riqueza de expressão, abandonando o primeiro meio. É o período crítico em que o amor do aluno pelo movimento e a vida, a sua ilusão pelas cores, o cenário do seu contorno lhe sugerem motivos que ele quer, mas não pode representar. A terceira finalidade específica do desenho é a tendência de carácter sentimental. Aparece como meio de expressão rítmica do sentimento, como manifestação estética, instrumento de educação estética intencional. Como meio de expressão pessoal (maneira de projectar fora de nós ideias, criações ou estados afectivos que provocam nos outros expressões, conceitos ou comoções), o desenho é cultivado pelos professores de temperamento artístico, talvez os que encerram mais profundo significado pedagógico, sem querer com isso menosprezar a importância do desenho como habilidade. A grande dificuldade que encerra esta concepção do desenho (considerado como uma linguagem primária mediante a qual as ideias, pensamentos e sentimentos do autor podem ser comunicados aos demais e compreendidos por estes) é a que acompanha todas as artes expressivas, isto é, saber como desenvolver a técnica adequada ao fim, residindo aí justamente a dificuldade que jaz no fundo de todos os métodos ideados nos ensinos correspondentes. Como meio de representação, o desenho é, no aspecto que se propões principalmente assegurar, a exactidão e o rigor da representação das costas vistas, o mais cultivado pelos professores. No ponto de vista puramente escolar, trata-se apenas de um modo racional de representação, e o seu ensino deve concorrer para que intervenha o maior número possível de faculdades mentais. O modo baseado sobre a *razão* não deve ser eclipsado pelo que somente responde a um móvel emotivo. Em outros termos: o aluno deve ser levado a justificar a sua maneira de desenhar, tomando mais razoável possível a intervenção dos processos. Esta concepção do desenho, segundo Locke, propõe-se «dar ao aluno toda a capacidade possível para que ponha no papel quanto se apresenta ao seu olhar, de modo tolerável». Como meio para outros fins, é indubitável a importância disto, pois o pintor não consegue o seu fim se não sabe desenhar, isto é sem uma técnica de representação não há maneira de conseguir a obra artística. No entanto, como fim em si mesmo, carece de valor, pois não é estímulo das faculdades inventivas nem imaginativas, dependendo o seu valor utilitarista justamente da exclusão destes factores puramente subjectivos. (...).¹³⁷

Foi na contemplação afinal destas duas tendências que na Reforma de 1948 se construíram os currículos dos cursos de Artes Decorativas no prolongamento, aliás, como já atrás aludimos, da relevância que iam tendo as artes decorativas na Europa.

Nesta ordem de valores, privilegiou-se para os primeiros anos do Ciclo Preparatório o pensamento *calvetiano* e manteve-se, para os cursos de formação e aperfeiçoamento, com as devidas adaptações e melhoramentos, a corrente mais “geometrizantes” que defendiam o ensino do desenho ligado ao treino vocacional onde, novamente, passados cinquenta anos aproximadamente, o desenvolvimento económico do país se apresentava como uma preocupação constante nas mentes destes reformadores.

Com efeito, a importância dada ao desenho foi tal que uma larga maioria dos cursos ministrados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis tinham seis ou mais disciplinas de desenho ou dele dependentes, a saber: no curso de Mobiliário Artístico (veja-se quadro 5), ao longo dos quatro anos do curso de formação existiam três dis-

¹³⁷ MAGALHÃES, M. M. Calvet - “O primeiro ano de desenho do ciclo preparatório”. In: *Escolas Técnicas, Boletim de acção educativa*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral de Ensino Técnico Profissional, 1950. Vol II, n.º 8, pp. 26-27.

ciplinas exclusivamente de desenho e outras três dele dependentes o que num universo de quinze disciplinas representavam 40,00 % das cadeiras deste curso; nos de Artes Gráficas (veja-se o quadro 8), sete num total de dezasseis disciplinas representando assim 43,75%; nos cursos de Gravador, Cinzelagem e de Ourivesaria (veja-se Quadro 11) eram seis num total de quinze disciplinas o que representava 40,00% e nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa (veja-se Quadro 15) as disciplinas de desenho ou afins oscilavam entre sete e oito para um total de dezoito ou dezanove disciplinas o que representavam 38,89% e 42,10% respectivamente.

Para além das diversas disciplinas de desenho ou afins e das elevadas percentagens que possuíam em relação ao conjunto das outras disciplinas que estes cursos possuíam no seus curricula, o que importa verdadeiramente saber é como estas disciplinas de desenho eram ensinadas nestes “novos” cursos artísticos.

No Desenho de Ornato, os alunos eram convidados ao estudo das formas no espaço, suas proporções valores e cores, à representação das diversas matérias a lápis, esfu-minho, aguadas ou guache, desenho de composições variadas, entre elas naturezas mortas e desenhos vários de sólidos geométricos com o intuito da observação da perspectiva e posterior desenvolvimento para formas ornamentais. Ainda à aprendizagem da técnica dos desenhos de mestres de pintura e da escultura, o desenho de memória, a sua simplificação ou estilização de forma a ser posteriormente utilizados na ornamentação de uma superfície ou objecto:

“ (...) Se for necessário para melhor compreensão da perspectiva das proporções e do equilíbrio, recorra-se ao fio de prumo, à bitola de papel e às proporções marcadas com o polegar sobre o lápis empunhado verticalmente; mas convém ir pondo de lado este sistema, levando-se o aluno a observar gradualmente pela sua própria intuição tendo em conta que a disciplina é dada paralelamente no decorrer do ensino.

Todos os modelos serão estudados em todos os seus perfis com intensidade ou sombras de sombras diferentes. A geometria será lembrada com lições no quadro. Os modelos deverão ter proporções que permitam a sua observação a distância. (...)”¹³⁸

Seguia-se o desenho de elementos naturais e geométricos do ornamento, onde se aplicava o claro-escuro, o valor da cor, se estudava a ornamentação de um objecto ou superfície nos vários estilos de ornamento, os elementos vegetais como folhas, frutas e flores, como também o estudo de animais segundo o esqueleto, os gessos que estavam ao dispor para se entender as formas dos animais como o modelo vivo caso fosse possível. O Desenho de Ornato não era simplesmente a cópia à mão livre, era muito mais: a partir da observação e do desenho livre, recriava-se livremente o ornamento adaptado à sua função:

¹³⁸ “Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial”. Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 106.

" (...) Em Desenho de Observação e Ornato as aulas eram mistas dadas pela professora Marília Falcão¹³⁹ das 9 às 11 horas da manhã. A sala estava bem apetrechada com estiradores e armários e nós tínhamos uma capa onde guarda os vários trabalhos que iam realizando. Fizemos inúmeros registos de observação de objectos e de raminhos, mas também improvisado como por exemplo, a professora amarrotava um papel e nós tínhamos que o desenhar a grafite ou com pincel e água-tinta, sobre diversos suportes. Outras vezes a partir dos trabalhos tinha que se criar padrões para serem adequados a papel de parede, tecidos (...)"¹⁴⁰

Havia também em Desenho de Observação e Ornato uma verdadeira interdisciplinaridade, onde se elencavam saberes de outras cadeiras e das técnicas mais utilizadas noutros mesteres, como o exemplo atrás descrito do fio-de-prumo, como ainda, trazendo para a aula e para as suas práticas a discussão sempre actual quanto à natureza das artes aplicadas pelos estudantes e o papel do professor nas suas variadas e diversificadas aprendizagens:

" (...) As técnicas não podem ser limitadas. O professor deverá não só permitir, mas aconselhar a variedade do material: sépia, sanguínea, pastel, lápis de cor, guaches, aquarela, etc., e todas as variedades de que o mercado está enriquecido. A luta com a matéria é um aprendizado indispensável. Uma nova técnica é um novo meio de expressão, um meio de exprimir aquilo que ainda não se pode dizer ou se dizia defeituosamente... só valem as técnicas que auxiliem a expressão do pensamento (...)"¹⁴¹

A estes conceitos, novos no ensino das artes aplicadas ou decorativas, juntava-se a insistência na condenação do "fazer pelo fazer", a excessiva mecanização dos gestos técnicos e apelava-se acima de tudo à imaginação e à expressão livre do aluno.

Em síntese, podemos sublinhar que em Desenho de Observação e Ornato a norma era a simplificação/estilização sempre precedida da ideia que a forma teria de se adaptar a uma função; a criatividade do aluno como valor quase absoluto, por oposição à cópia, e o saber fazer bem e com beleza artística. Em certa medida, nesta disciplina como noutras já abordadas, vislumbra-se nestas preocupações técnicas e estéticas as bases daquilo que décadas mais tarde se passou a denominar de Design. Não estando este conceito no programa oficial, fazia no entanto parte daquilo que modernamente se designa por programa oculto de uma dada matéria ou disciplina.

No ensino da disciplina de Desenho de projecção e Perspectiva, se a vertente artística/criativa estava realmente esbatida se não mesmo ausente, ela era compensada pela presença do desenho na sua vertente científica, rigorosa, geométrica e "pestalo-

¹³⁹ Marília Pinheiro Farinas de Almeida Sousa Meneses Falcão, professora de Desenho de Letra, Ornato e Desenho Geral na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no ano lectivo de 1969/70.

¹⁴⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

¹⁴¹ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial". Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s. d.], p. 107.

ziana". Os conceitos eram ministrados de uma forma muito precisa de como representar os corpos nos planos de projecção:

" (...) Partindo da projecção num plano, levar-se-á o aluno a compreender a necessidade de vários planos de projecção para definir sem deformação o modelo. O aluno faz à mão livre um esboço dos projecções do modelo e apõe as respectivas medidas; a partir desse esboço executa o desenho rigorosamente, em tamanho natural e em escalas simples, quer de redução, quer de ampliação. Nos dois últimos períodos de cada ano cobrir-se-ão alguns desenhos à tinta-da-china. Os desenhos de perspectiva axonométrica serão executados à régua e à mão livre, depois de o aluno ter adquirido a técnica necessária. As primeiras noções de perspectiva devem ter como finalidade levar o aluno a observar, medir e proporcionar os objectos (...)"¹⁴²

Todas estas noções, práticas e conceitos passavam, ao longo dos dois primeiros anos dos cursos, por aturados e exaustivos exercícios em papel "cavalinho", com a utilização de lápis de gravite, régua T, tira-linhas, compasso e posteriormente todo o desenho era passado a tinta-da-china sem o mais leve borrão ou mancha.

Estas "exigências" obrigavam, principalmente da parte do(a)s jovens aluno(a)s, a uma atenção e rigor extremo na execução dos desenhos que se queriam e exigiam sem mácula nem falhas. Ainda em Desenho de Projecção e Perspectiva abordava-se, com a profundidade possível, as projecções ortogonais nos planos horizontal e vertical, projecções de cilindros e demais sólidos geométricos, projecções axonométrica e de modelos dados pelas suas projecções ortogonais, projecções da esfera, assim como esboçar, medir e cotar os desenhos, executar os planos de nível de frente e de perfil, seccionar sólidos e aprender a projectá-los nos mais variados planos e ainda, planificar os sólidos tanto completos como seccionados e por fim aprender a dominar na perfeição os cortes em qualquer peça ou objecto e ainda empregar correctamente os diversos tipos de sombras que os objectos possuem.

Todo um programa de desenho rigoroso, como se constata, dado num curso de formação e aperfeiçoamento a alunos com idades compreendidas entre os 12 e os 13 anos de idade e o que se patenteia e destaca é o alto grau de exigência que os programas destes cursos de Artes Decorativas possuíam. Basta referir que matéria muito idêntica a esta só era estudada, há altura, no 3º ciclo dos liceus (6º e 7º ano) a alunos já com 16 ou 17 anos de idade aproximadamente.

No Desenho da Letra, disciplina "capitular" para alunos que acabado o seu curso de formação e aperfeiçoamento poderiam enveredar, com êxito, pelas diversas profissões ligadas quer às Artes Gráficas como à Publicidade, ela era ministrada dentro dos parâmetros tecnológicos muito precisos na altura (meados do século XX) e que basicamente, no que ao ensino da disciplina respeita, não se afastavam muito dos ensinamentos transmitidos aos aprendizes copistas nos mosteiros da Idade Média.

¹⁴² *Idem*. 108.

Começavam pelo estudo e análise dos diversos caracteres e letras nos seus elementos construtivos, abordavam exaustivamente os diferentes ritmos entre a letra caligráfica e a letra desenhada, como a sua disposição gráfica, dos períodos e dos parágrafos, a distância a que as letras são visíveis, assim como a necessidade física de tipos de letra diferente consoante as idades dos leitores e a densidade dos textos:

“(...) Neste ano [primeiro] o aluno aprende as noções elementares de preparação equilíbrio e arranjo de blocos de letras, acompanhando a evolução gradual dos caracteres como uma representação gráfica que incluirá todos os materiais e técnicas possíveis da pintura (...) No segundo [e último] ano o aluno aprende as variantes fundamentais dos alfabetos clássicos e prática as modalidades de letras manuscritas (...)”.¹⁴³

Entre este ambiente de “copistas e iluminadores” medievais, os alunos, pacientemente lá iam fazendo exercícios práticos com os vários tipos de letras clássicos e suas variantes, os alfabetos mais necessários e empregues, à altura, nas artes decorativas, debruçavam-se sobre a importância das Capitulares no começo de um texto, como ainda na criação de ex-líbris, iluminuras, prospectos, marcas de fábrica, diplomas e cartazes de publicidade:

“(...) Nas aulas de Desenho de letra com o Professor Coelho de Figueiredo aprendíamos a desenhar primeiro as letras à mão livre e só depois é que se aperfeiçoavam com a régua e o compasso. Por último fazíamos estudos para capas de livros, cartazes, prospectos/desdobráveis, capas para discos, embalagens variadas. Todos estes estudos (maquetas) eram pintados preferencialmente a guache (...)”.¹⁴⁴

Em Desenho de Figura, disciplina abordada no 3º e 4º ano dos cursos de formação, os alunos começavam pelo estudo de modelos em gesso maioritariamente clássicos (gregos e romanos), com representação dos seus volumes onde, tratavam exaustivamente da expressão gráfica do movimento, estudo do modelo vivo do esqueleto, da nomenclatura e proporção do corpo humano segundo os cânones egípcio, greco-romano, e ainda os cânones elaborados desde Leonardo Da Vinci até ao do arquitecto Corbusier (Séc. XX). Os estudos evoluíam para os esqueletos e massas de vários animais como o cão, o gato e o cavalo, estudo do movimento e das diferentes posições das mãos, esboço e desenho de memória com a utilização de modelos vivos que assumiam, bastas vezes, posições variadas na sala de aula e onde os alunos e alunas se revezavam. Primeiro, fazendo de modelo, para, em seguida, trocarem e desenharem os colegas e vice-versa.

¹⁴³ *Idem*.p. 110.

¹⁴⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

" (...) Eram muito artísticas as aulas com o professor Isolino Vaz, ele dava um ambiente artístico à aula. Umas das muitas experiências de que me recordo eram os registos gráficos com os colegas da turma. O aluno ou aluna colocava-se no meio da sala "em pose" durante poucos minutos de seguida afastava-se e nós tínhamos que executar o desenho de memória. Desenhávamos também bastante os belíssimos gessos que a Escola possuía assim como a caveira humana e a partir daí recriávamos os músculos até se parecer com uma pessoa (...)"¹⁴⁵

Na disciplina de Composição Decorativa abordada maioritariamente também no 3º e 4º ano dos cursos de formação e aperfeiçoamento (5º e 6º), privilegiava-se o estudo e a prática da arte decorativa na verdadeira concepção em que o programa da disciplina a colocava, ou seja, "no sentido assumido em nossos dias pela arte decorativa":

" (...) Na prática dos misteres artísticos, considera-se em geral como arte decorativa aquela que aceita como razão determinante um pressuposto funcional, utilitário e prático, material e espiritualmente necessário, e que tenta realizá-lo num plano de equilibrada beleza, em que todos os elementos da obra se combinam em orquestração arquitectónica perfeita. A transformação completa da arte decorativa nestes últimos anos não está apenas nas aparências; tem causas profundas: reflecte as novas razões de ser e a função social do móvel, do utensílio, do livro e do quadro na vida. As artes decorativas, mais do que todas as outras, estão ligadas à existência quotidiana e sofrem a influência das suas constantes modificações. No sentido assumido em nossos dias pela arte decorativa, trabalha-se eficazmente sob a preocupação, não da decoração meramente accidental, mas das formas orgânicas; não da fantasia que se pode pôr num móvel, mas da correlação da sua estrutura com a necessidade a que corresponde (...)"¹⁴⁶

Esta louvável preocupação em dar uma base teórica para além da necessária prática, reflectia-se positivamente nos trabalhos desenvolvidos na disciplina de Composição Decorativa, pois associavam-se essas mudanças de gosto, e muito bem, às constantes alterações sociológicas, económicas, tecnológicas e políticas a que as sociedades estão sempre sujeitas.

" (...) Os problemas criados por uma necessidade razoável solicitam soluções razoáveis, e não se pode assimilar o rigor dessas soluções ao capricho da moda. A constante evolução das artes decorativas corre paralela à constante evolução da sociedade, dos costumes e, sobretudo, da ciência e da técnica. Se a janela hoje é larga não é porque ontem fosse estreita. Os primeiros responsáveis dessa mudança são, por um lado o higienista, exigindo a insolação das habitações, e, por outro lado, o engenheiro, engendrando um modelo de construção e um material que suprimem as superfícies sustentadoras e reduzem ao mínimo os pontos de apoio. O decorador não tem por missão imaginar disfarces. Seria interpretar mal uma fórmula, confundir arte e disfarce. Deve recusar o emprego doutros meios que não sejam os da sua arte. A sua missão consiste em suprimir qualquer objecto de fealdade certa e de utilidade duvidosa (...)"¹⁴⁷

¹⁴⁵ *Idem. Ibidem.*

¹⁴⁶ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial". Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 109.

¹⁴⁷ *Idem.* p.110.

Para além do reforço teórico que estes programas apresentam, nesta, como noutras disciplinas já aqui abordadas, nota-se que sempre esteve presente e foi motivo de preocupação e de estudo o conceito seminal da interdependência entre a forma a função e a beleza que os objectos devem possuir e “transportam”, ou seja, estes programas de 1952, retomam e reforçam conceitos já muito caros ao movimento South Kensington dos princípios do século XX, em que se defendia o desenvolvimento das artes e ofícios como treino vocacional para a melhoria da qualidade estética e funcional dos objectos.

Apesar da ideia e da prática existir nos programas oficiais de educação técnica e artística nos anos sessenta do século anteriormente citado, estas concepções “fariam plenamente o seu caminho” com a introdução da disciplina de Design:

“ (...) A primeira necessidade dum desenho decorativo são ou vigoroso é a aptidão para o uso. O nosso erro nas artes decorativas foi supor que havia incompatibilidade, conflito inevitável entre as faculdades artísticas dum lado e as faculdades mecânicas, científicas ou comerciais doutro, que, de facto a arte decorativa e o bom senso não tinham nenhuma relação. Ora o certo é que não se pode (em arte aplicada) conceber arte sem bom senso, nem bom senso sem arte. O vaso destinado a conter água, alimentos, etc., e que preenche harmonicamente os desideratos de estabilidade, solidez e comodidade práticas requeridas pelo emprego a que se destina, satisfará também o senso estético; daí o encanto especial das jarras e das olarias primitivas ou populares. Seria grave erro crer que a composição decorativa consiste simplesmente num jogo mais ou menos hábil de linhas e de manchas de cor. No verdadeiro sentido tem a composição decorativa por fim a criação de modelos de projectos desenhados; projectos, quer de ornamentos destinados a uma superfície definida quer de objectos de três dimensões. E não serão belos uns e outros se não se adaptam organicamente às necessidades que levaram a criá-los. Podem não ter ornatos, pois mais vale, em todos os casos, um volume nu do que um volume ornado sem justificação e sem gosto. As suas proporções e formas podem bastar para lhe conferir beleza ornamental, tornando-se então por si próprio um ornamento, e adornando de qualquer modo o espaço (...)”.¹⁴⁸

Além disso e para que se não pense que estaríamos perante conceitos dogmáticos, sem alternativa nem evolução, estáticos nos princípios e monótonos na forma os professores e mestres nas aulas incentivam a utilização por parte dos alunos de diversas técnicas na manufactura do objectos com vista, sempre, à sua utilidade e beleza:

“ (...) Podem empregar-se todos os elementos, desde que sirvam apenas de pretexto à composição. Podem deformar-se, transformar-se, tornar-se por vezes irreconhecíveis (salvo em certos casos: cartazes, etc.). O valor ornamental dum elemento não é sempre de primacial importância na composição decorativa (...). Os temas serão apresentados ao aluno como um problema simples, completo, claro e limitado a um objecto. Nas técnicas serão indicadas as formas geométricas correspondentes. Exemplo: pintura mural, cercadura, jogo de fundo. O tema ou os temas, compostos com muito cuidado, analisam-se em comum com os alunos: as dimensões, material, diferentes modos de decorar, exemplos de harmonias, etc. A correcção deve incidir

¹⁴⁸ *Idem* p. 110.

sobretudo na compreensão do tema, na qualidade e na atracção do motivo, na busca de uma harmonia de colorido feliz e de uma composição bem adaptada ao destino do objecto. (...)”¹⁴⁹

Tiveram ainda estes cursos a disciplina de Modelação, charneira entre os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas de desenho e as oficinas, o alfa e o ómega deste ensino das artes decorativas.

Começavam os alunos pelo estudo dos elementos naturais, partindo depois para a modelação simples, em barro ou noutro material de igual plasticidade, de folhas, cópias preferencialmente de modelos em gesso, estudo da ordem geométrica dos vegetais, modelação de figuras em baixo e alto-relevo com a utilização dos desenhos anteriormente executados e, a partir das formas da natureza ou de trabalhos de imaginação que o aluno tenha executado, se partiria para a realização do objecto que possa e deva ter função e proveito:

“ (...) O objectivo desta disciplina é desenvolver a expressão tridimensional, tendo em vista a orientação do aluno, tanto quanto possível, no sentido da resolução de problemas concretos. O professor deverá ter em conta a autonomia do aluno quanto à concepção e execução dos trabalhos concretos que se propõe realizar, intervindo mais por argumentação à volta dos erros que no decorrer do trabalho se verificarem do que por eliminação prática dos mesmos. Consoante os trabalhos, o professor elucidará os alunos, utilizando elementos documentais indispensáveis, para que não sobrevenha o cansaço mental e, consequentemente, a perda de entusiasmo e interesse (...)”¹⁵⁰

Para além da importância extrema e necessária, como aliás foi evidenciado, do ensino do desenho, outra vertente de estudo não menos indispensável e relevante surgia como representante de um mais actualizado ensino artístico em escolas com estas características e finalidades que era o ensino da História da Arte.

Dada a natureza específica da disciplina de Noções de História da Arte, pedra angular da defendida “elevação” cultural que os mentores desta reforma quiseram imprimir a estes cursos técnicos artísticos, ela abrangia matéria tão completa e vasta quanto as imensas reivindicações que ao longo dos anos foram feitas por pensadores, artistas e professores para que esta disciplina de ensino artístico fosse efectivamente leccionada, como se comprova por esta carta enviada no ano de 1908 ao então reitor do Liceu Central Manuel II – Porto, pelo professor Joaquim Vasconcellos precursor e defensor do ensino da História de Arte em Portugal:

“ (...) Já em sessão do conselho do Liceu, agradei a honra de me haverem convidado para colaborar no programa que convém organizar, no intuito de satisfazer os vários fins do problema educativo que a Circular de 25 de Outubro de 1906 da Direcção Geral de Instrução Publica recomenda a atenção do corpo docente dos Liceus. – Hoje renovo o meu agradecimento e repito que apenas sobre um dos pontos do programa da

¹⁴⁹ *Idem* p. 111.

¹⁵⁰ *Idem* pp. 111 e 112.

circular mo posso pronunciar com conhecimento de causa; o que se refere à visita dos alunos aos nossos monumentos nacionais. Não pertengo ao grupo dos professores que leccionam ciências físicas e naturais, nem ao grupo que ensina geografia e história. A esses especialmente compete responder. Como adjunto me considero pois, somente, como vogal suplementar a quem os seus estudos especiais sobre a história da arte e das indústrias portuguesas, feitos há dezenas de anos, dão voto no problema educativo. É unicamente como escritor e pedagogo, que tenho sido nesses assuntos de educação artística, que posso prestar algum serviço; como professor do Liceu não poderia ter competência numa matéria que em nenhum Liceu do reino é ensinada [sic]. Devo dizer, a propósito, que semelhante matéria – estudo dos Monumentos Nacionais, portanto estudo da Arte, em geral, e das suas varias manifestações decorativas – é hoje ensinada unicamente na Escola de Belas Artes de Lisboa, em três cadeiras, segundo a última organização (Reforma de 14 de Novembro de 1901). A Escola irmã do Porto não tem esse ensino, nem sombra d'ele. Estão no mesmo caso as duas Escolas ou Academias politécnicas de Lisboa e Porto, os dois institutos industriais das mesmas cidades e ainda todas as Escolas Industriais do Reino, apesar de serem de fundação recente (1883 - 1884)(...)”.¹⁵¹

A sua indignação, para além de genuína era profundamente alicerçada nas insuficiências do ensino artístico em Portugal, em particular o da História da Arte, comparando-o com os ensinamentos europeus, principalmente com o alemão que conhecia particularmente bem:

“ (...) Há mais de 25 anos que o ensino da história começou a ser facultado na Alemanha aos dois sexos, de modo a ligar os factos políticos com as tradições, as manifestações da arte, e com os costumes sociais. O que foi história, segundo a ideia limitada do cronista, transformou-se na pintura da civilização de um país. Os alemães criaram o termo: *Culturgeschichte* para caracterizar esse novo processo de escrever e de ensinar a história. Assim vemos, por exemplo, já numa obra notável de E. *Döring*: *Lehrbuch der Geschichte der alten Welt für höhere Schulen* (manual da história do mundo antigo para escolas secundárias, Frankfurt 3ª.ed. M. Diesterweg, 1880) a história política dos povos orientais, dos gregos e dos romanos, ligada à mitologia, à história da arte e ao quadro da civilização antiga. Ilustram os volumes gravuras dos mais famosos monumentos, reproduções das mais célebres estátuas e pinturas murais; são chamados a depor os produtos afamados da arte cerâmica, que tão fielmente nos descrevem as cenas da vida íntima dos antigos. Os trajes, os utensílios domésticos, a vida do palco e da oficina, nada falta nesse compêndio de história. O estudo da arquitectura vai, por exemplo, até à análise das plantas dos edifícios (templos, teatros) e dos seus elementos construtivos (sistema das três ordens). E contudo esta obra nunca deixa de ser um compêndio de história, com o carácter de texto para o ensino secundário (für Höhere Schulen) (...)”.¹⁵²

E para terminar, lança um repto respaldado pela certeza do que afirma e perfeitamente ciente da necessidade imperiosa que o que sugere possa e deva ser implementado:

“ (...) A inclusão do ensino da História da Arte no programa dos liceus centrais seria evidentemente o meio mais eficaz de interessar o aluno no estudo dos monumentos nacionais e, por meio deles, no estudo de

¹⁵¹ VASCONCELLOS, Joaquim de, *O Ensino da História da Arte nos Liceus e as Excursões Escolares*, Porto, Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1908.p.28.

¹⁵² *Idem*. P. 29.

todas as tradições pátrias, no estudo do nosso solo, dos nossos costumes, da história íntima da família portuguesa. Não é uma utopia (...)”.¹⁵³

Mais perto dos tempos da discussão e implementação da reforma de 1948 e tendo tido parte activa nela, o professor Armando Figueiredo de Lucena,¹⁵⁴ num artigo para o Boletim das Escolas Técnicas manifesta-se também claramente a favor da introdução nos currícula da disciplina de História da Arte:

“ (...) Em Portugal existe, de longa data, uma grande crise de cultura estética que afecta quase todas as camadas sociais e de que resultam, por um lado, a insuficiência do meio e, por outro, certo estado de confusão. O mal vem de longe e, principalmente, parte das primeiras horas escolares. Nem no ensino primária nem no liceal como no técnico, e até nalguns sectores do universitário, uma só palavra se diz, uma demonstração se faz com destino a despertar a sensibilidade artística ou a colocar, de qualquer modo, os variadíssimos problemas da Arte em geral. (...) Seguindo o exemplo de Carlos Magno, que, em 787, com grande espanto de todos os seus estados, decretava que, a partir dessa época, todos aprendessem a ler, também nós poderíamos impor, não só (como Léon Laborde preconizara em França) a obrigação de todos aprenderem a desenhar, como também o estudo da estética, proporcionado, bem entendido, aos diversos graus de ensino (...)”.¹⁵⁵

Não sem antes de defender com coerência a elevação estética e cultural dos “operários de amanhã” numa perspectiva muito própria da época em que o ensino técnico seria a antecâmara da profissão, conclui com um sentimento de esperança, também esta alicerçada no saber de experiência feito, em que o ensino da História da Arte seja uma realidade no ensino, particularmente no ensino artístico:

“ (...) Ainda espero ver um dia no programa das nossas escolas o ensino da estética e da História da Arte, adaptado, já à capacidade e às exigências mínimas dos alunos (...)”.¹⁵⁶

A resposta a estes anseios, vindos de há muito, tiveram o seu epílogo no programa de Noções de História da Arte para os cursos de formação e aperfeiçoamento do ensino técnico artístico, algo inédito entre nós pois nunca em qualquer tipo de ensino técnico nem nos três ciclos do ensino liceal da época esta disciplina constava nos currícula, nem tais matérias com o rigor e a extensão deste programa se abordavam sequer. Relativamente ao programa da disciplina de Noções de História de Arte ele começava com uma alargada e esclarecedora introdução, referindo:

¹⁵³ *Idem*. P.30.

¹⁵⁴ Armando Figueiredo de Lucena (1886-1975), professor, pintor e historiador de arte. Formado em pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa entre 1952-56.

¹⁵⁵ LUCENA, Armando de – *A acção na defesa do folclore e das indústrias nacionais*. Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa, Lisboa: Sociedade Astória, Lda, 1996, Vol.I, nº1, p. 65.

¹⁵⁶ *Idem*, p.66.

" (...) Dada a natureza especial desta disciplina, a transmissão de conhecimentos deve fazer-se por maneira simples e intuitiva, em que a sugestão das ideias e os aspectos das formas sejam de preferência dadas pela imagem. A observação vale sempre mais do que as palavras; a exposição da matéria dará, por isso, maior rendimento e reduzirá o esforço do professor e alunos se for acompanhada, nas aulas ou em gabinetes apropriados, de projecções luminosas dos motivos a estudar ou de outras formas de reprodução gráfica. Por outro lado, naquilo em que as representações locais dos museus, dos monumentos e das colecções acessíveis possam contribuir para o esclarecimento do assunto e para a formação da cultura, são de aproveitar as visitas e excursões, tendo em atenção as possibilidades horárias dos respectivos planos de cursos (...)"¹⁵⁷

Onde se defendia o carácter geral dos conteúdos, pois era comum a todos os cursos e destinados à elevação da formação cultural dos alunos, deixando no entanto para o professor a possibilidade de o aprofundar nas matérias que entendesse e consoante as necessidades e as particularidades de cada um dos novos cursos que constituíam o ensino das Artes Decorativas:

" (...) No tocante à história geral das artes, deve considerar-se que os factos não aparecem isolados na vida dos povos, antes são consequência directa do meio. Convém, por isso, esclarecer as causas mais próximas do desenvolvimento das actividades artísticas, colocando-as no respectivo quadro da civilização, especialmente nas suas épocas mais representativas(...)"¹⁵⁸

E também se aludia, de acordo aliás com a estrutura ideológica e política do Estado Novo ao tão necessário quanto obrigatório, olhar sobre a "evolução da nacionalidade portuguesa" os seus feitos e os seus valores:

" (...) Não seria fácil, nem porventura possível, ordenar o ensino da história da arte em correlação com a evolução da nacionalidade portuguesa, como se recomendou para a história geral. Mas nem por isso deixa de considerar-se impróprio que no estudo a realizar se desarticule o património artístico nacional da herança dos demais povos do Ocidente, que tantas vezes o inspirou e enriqueceu. Por isso, ao estudar-se qualquer ciclo de arte, seja em que lugar e tempo for, haverá sempre ensejo de focar, com a posição devida, o valor da contribuição portuguesa, por tantos títulos notável e frequentemente valorizada por aspectos indiscutivelmente originais (...)"¹⁵⁹

Feitas estas recomendações, os alunos começavam a abordar nos dois anos de estudo (3º e 4º ano) nos cursos de formação e no 5º ano nos cursos de aperfeiçoamento os estados primitivos da arte nos tempos pré-históricos, assim como o significado das pinturas rupestres, a origem, procedência e tipos das artes primitivas, quanto à técnica como também ao seu significado artístico. Seguidamente estudavam a Arte Egípcia, começando com uma breve resenha histórica, a religião suas imagens e simbologia, a

¹⁵⁷ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial". Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 100.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 101.

¹⁵⁹ *Idem*. p. 102.

arquitectura, pintura, hieróglifos, a cerâmica e o vidro e por fim os efeitos na arte egípcia com a denominação Persa e a conquista Romana. Passava-se em seguida às Civilizações da Calábria, Assíria, Fenícia estudando-se, entre outras, a escultura e arquitetura.

Nas civilizações Cretenses e Micénicas abordava-se para além da religião, da arquitetura, as ruínas de Tróia a escultura, pintura, bronzes, jóias e a cerâmica. De uma forma mais aprofundada estudava-se a civilização grega, o enquadramento geográfico do povo Helénico, os Dórios e Jónios, o conceito helénico da vida, bem como as ordens arquitectónicas, os templos, estádios e teatros.

Quanto ao estudo da riquíssima cultura grega, destacava-se as esculturas de Egina e de Olímpia, a obra dos escultores Fídias e Policleto, Prexíteles e Lisipo, os vasos gregos e as suas composições decorativas, os bronzes e as jóias. No estudo da civilização da Estrúria, os túmulos, a pintura mural tumular, os bronzes etruscos bem como a escultura e a cerâmica. Antes de concluírem o 3º ano com um estudo aprofundado da civilização romana, reservava-se "somente oito lições para o ensino da antiguidade oriental" (China, Índia e Japão) o que era manifestamente muito pouco para tão vastas, ricas e antiquíssimas civilizações.

No estudo da civilização romana começava-se pela abordagem dos conceitos políticos e sociais dos romanos, com a análise da casa romana, arquitetura, escultura, edifícios públicos e termas, palácios e templos, assim como as particularidades da escultura romana face à grega, como ainda a pintura mural, mosaico, mobiliário, bronzes jóias, vidro e as jóias. Aludia-se ainda, ao terminar o ano lectivo, à decadência da civilização romana como ao seu império, o advento do cristianismo e o feudalismo, como a fazer a ponte para o início do 4º e último ano de estudos onde se começava precisamente com a arte românica, seus templos e mosteiros, a simbologia cristã, as imagens religiosas e os templos existentes em Portugal do período românico.

Na arte gótica seguia-se o mesmo percurso, abordando a construção das catedrais, o naturalismo na arte desse tempo, a imaginária iconográfica, os vitrais, a miniatura e as letras iluminadas e por fim o estudo e os exemplos do estilo gótico em Portugal. Abordava-se ainda a arte bizantina e muçulmana e a sua influência, particularmente esta, em Portugal.

No Renascimento realçava-se os descobrimentos portugueses e o que trouxeram para o enriquecimento da estatuária e da arquitetura em Portugal (estilo manuelino), a importância dos caracteres móveis e a imprensa (não nos podemos esquecer dos Cursos de Artes Gráficas ministrados na Escola), a pintura e os pintores renascentistas no mundo e a pintura e a arte portuguesa do século XVI.

Já o 4º ano ia a meio quando se começava a abordar a arte francesa do tempo de Luís XIV, a arquitetura e as artes decorativas do palácio de Versalhes, estilo regência de

Luís XV e Luís XVI, a preponderância da linha curva, os estilos Rocaille e as obras de ourivesaria de Germain e de Meissonier.

Em meados do terceiro período, os alunos debruçavam-se sobre o barroco português do século XVII e seguintes, e os estilos D. João V e D. Maria I, a serem abordados "e praticados" exaustivamente na disciplina de Mobiliário Artístico.

Ainda restava tempo suficiente para a Revolução Francesa e a sua evolução até ao estilo Império. Mesmo no final do ano e depois de tanta matéria abordada, ainda se arranjava umas aulas para se falar do desenvolvimento das artes gráficas e das tendências actuais da Arte Decorativa.

Eis o programa mais ou menos resumido de Noções de História de Arte no ensino técnico para os cursos de artes decorativas nas escolas de Lisboa e do Porto, bastante longo e completo até ao século XVIII mas incompleto e deficiente, pois não abordava nenhum dos movimentos artísticos dos séculos XIX e XX.

Para os mentores do programa de Noções de História de Arte o ensino da arte contemporânea, moderna, arte nova, arte deco, construtivismo, impressionismo, expressionismo, futurismo, neo-realismo, cubismo e outros "ismos" a resposta que deram foi: "e aos costumes disse nada".

Falha grave quanto desnecessária tendo em conta a importância artística e social desses movimentos artísticos, assim como da sua assinalável influência que tiveram nas artes nacionais e nos contactos e conhecimentos que os jovens alunos já possuíam quer através de estampas e livros e de uma ou outra exposição de arte moderna que ia aparecendo no Porto e em Lisboa.

Apesar desta amputação programática terá sido positivo e enriquecedor a existência desta disciplina nestes cursos? Sem dúvida! No entanto em vez de dois anos devia Noções de História de Arte ter tido pelo menos mais um ano lectivo e assim talvez houvesse tempo para abordar a matéria que assumidamente não a quiseram ou não puderam explicar com mais detalhe e rigor. Na reforma de 1948 foram também criadas novas disciplinas, umas respondendo aos conceitos "higienistas" muito em voga nesta época como foram as disciplinas de Noções de Higiene e Educação Física que tinham como divisa "mente sã em corpo sã".

Não sendo de todo ingénuas estas pretensões, em boa verdade se pode dizer que depois do seu arranque bastante politizado ele se foi esbatendo ao longo dos anos, passando ambas as disciplinas a ocuparem um espaço útil e necessário na formação integral do indivíduo.

Numa primeira fase, Noções de Higiene pretendeu transmitir conceitos básicos de higiene ao pequeno "exército" de filhos do povo que a tutela achava que não possuíam "maneiras nem asseio":

" (...) O primeiro objectivo da introdução de uma disciplina de higiene nos cursos técnicos é o de promover a criação de hábitos, conduzir os alunos à adopção de práticas perfeitas sob o ponto de vista da saúde, esclarecê-los sobre os perigos a que estão expostos e as maneiras de se defenderem, substituir as falsas noções tão generalizadas por noções exactas, criar novos indivíduos uma consciência perfeita em relação às actividades vitais do seu organismo (...)"¹⁶⁰

Avançando na cruzada purificadora dos corpos, porque das almas iremos abordar mais adiante, sugeriam que se devia evitar muitas teorizações sobre o alcance das especulações higienizantes, o que se tornava necessário e urgente era começar desde cedo a esfregar e desencasquetar:

" (...) Todo o ensino deverá ter uma função eminentemente prática, despido de aparato científico, mas esclarecido por noções exactas constantemente baseados nos indispensáveis conhecimentos científicos (...)"¹⁶¹

Para conseguirem os fins em vista, aconselhavam os professores a repetir os ensinamentos, insistir nos saberes, esclarecê-los e fortifica-los com numerosos exemplos, de forma a transformá-los em actos mecanizados.

Para além de abordarem a extrema importância da prevenção quanto aos acidentes de trabalho e intoxicações profissionais a "bateria de exercícios" assentava praticamente na importância de uma boa limpeza da pele, banhos frequentes, higiene da visão, ouvidos, boca e dentes, escolha apropriada de vestuário e calçado, cuidados com a alimentação, higiene da habitação e na oficina de trabalho e por último doenças infecto-contagiosas. Não esquecer que por esta altura (meados do século vinte ainda existia em Portugal uma elevada percentagem de casos de tuberculose).

A ausência total de qualquer menção ou palavra sobre educação sexual dos jovens que os estabelecimentos de ensino oficial (o Estado), tinham a seu cargo era norma a seguir escrupulosamente, quer sob o ponto de vista meramente informativo como o da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Sobre este assunto assentava uma pesada pedra que ainda hoje não se moveu completamente e já passaram sessenta anos aproximadamente.

A disciplina de Educação Física, também comum a todos os cursos de formação, tinha o estatuto de disciplina obrigatória, mas nos começos da implantação da reforma e até meados da década de sessenta o seu enquadramento, directrizes e prática lectiva era mais da responsabilidade da Mocidade Portuguesa do que propriamente da Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional e muito menos da escola como provam estes ofícios:

¹⁶⁰ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial". Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 20.

¹⁶¹ *Idem*, p. 23.

" (...) Com referência ao ofício de V^a. Ex^a. [Secretário Inspector da Organização Nacional Mocidade Portuguesa] nº 690/51 – Sec. 1^a R. T. (Confidencial) de 18 do mês em curso [Abril], tenho a honra de prestar as seguintes informações acerca do professor de Educação Física em serviço nesta escola [nome do professor], na parte relativa à alíneas mencionadas por V^a. Ex^a.: a) bom; b) boa; c) bom; d) bom; e) faltas justificadas em 1950, 3 dias e 1 tempo; licença não teve; motivos evocados quanto às faltas justificadas: doença e motivos de força maior; f) boas; g) tem colaborado nas actividades solicitadas por esta Direcção; h) tem cumprido e defendido os princípios estabelecidos; i) o seu comportamento é considerado bom. (...)".¹⁶²

Face ao exposto o director escultor Sousa Caldas tinha amiúde que prestar contas ao responsável da Mocidade Portuguesa, apesar de ser um homem politicamente de acordo com os "princípios estabelecidos" não devia ver com muito agrado tanta dependência ou tão pouca liberdade para gerir a "sua" escola e daí, de quando em vez emitir respostas deste teor:

" (...) Rogo a V^a. Ex^a. [Delegado Regional da Mocidade Portuguesa], se digna providenciar no sentido de que os alunos desta escola que vão ser submetidos à inspecção do Centro de Medicina Desportiva sejam atendidos com a máxima brevidade [sublinhado nosso], a fim de não deixarem de comparecer às aulas, pois que têm provas de frequência que se iniciam às 15 horas (...)".¹⁶³

Para fecharmos este capítulo da Educação Física sublinhar apenas que a assiduidade dos alunos a esta disciplina sempre foi particularmente muito baixa, apesar da escola ter óptimas instalações para a sua prática nomeadamente um amplo ginásio.

Como exemplo desta baixa assiduidade constatamos que no ano-lectivo de 1968-69 para uma população escolar diurna (Educação Física não era leccionada nos cursos de formação) de 278 alunos, sendo 177 masculinos e 101 femininos, somente existia um horário de Educação Física masculino com 18 horas assumido pelo professor Óscar de Almeida que leccionava a duas turmas do 1º ano, duas do 2º ano e uma do 3º ano, perfazendo 18 alunos (55,36%) num total de 177.

Só um pouco mais de metade dos alunos que deviam ter Educação Física é que efectivamente tiveram a disciplina. Nas alunas, para uma população de 101 alunas que no ano lectivo frequentava a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, nos cursos de formação, também só existiu um horário de Educação Física feminino com apenas 8 horas, que foi assumido pela professora Maria Brandão Araújo Seara de Carvalhinho Alves Costa que leccionava a duas turmas do 1º ano, uma do 2º ano e outra do 3º ano, perfazendo 52 alunas (51,48%) num universo de 101 alunas.

¹⁶² De acordo com o ofício nº 548/51 de 12 de Abril de 1951, enviado pelo Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis ao Secretário Inspector da Organização Nacional Mocidade Portuguesa.

¹⁶³ De acordo com o ofício nº 607/51 de 28 de Abril de 1951, enviado pelo Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis ao Delegado Regional da Mocidade Portuguesa.

Continuou a verificar-se no sector feminino a baixa frequência das alunas a Educação Física. Falta de motivação? Pouca apetência pelo exercício físico? Ou no caso das raparigas, repulsa pela indumentária, usada com carácter obrigatório, que constava de uns calções azuis com elástico a apertar as pernas, que por sua vez eram cobertos com uma mini - saia também da mesma cor, uma camisola branca com o emblema da Mocidade Portuguesa ao peito e a completar o equipamento umas meias e sapatilhas brancas com um elástico no peito do pé?

Não cremos que a diminuta frequência tenha sido do equipamento, o dos rapazes, da camisola de manga curta até às sapatilhas “sanjo” passando pelos calções, tudo era branco e nem mesmo assim os motivava mais.

Para além destas, na reforma do ensino técnico em 1948 aparece-nos uma nova disciplina de seu nome Formação Corporativa, “irmã mais nova” de uma outra leccionada no 3º ciclo dos liceus (Organização Política e Administrativa da Nação) e onde se exaltava a doutrina política do Estado Novo.

Por detrás da capa inovadora, reformista e dinâmica, sustentada pelo sector renovador (económico) do regime, aparece em todo o esplendor a dimensão política, ideológica e doutrinária do Estado Novo. Exaltando a Nação e o estado autoritário sem subterfúgios, o programa da disciplina de Formação Corporativa apresenta-nos um conjunto de orientações, normas, deveres e obrigações a seguir sem omissões, distanciamentos ou discordâncias:

“ (...) O Estado Corporativo [leia-se Estado Novo] apoia-se ideologicamente numa determinada concepção sociológica e numa determinada concepção de vida. À luz de uma e de outra organiza ou deixa que se organize a convivência dos portugueses. Importa radicar na juventude o espírito corporativo, esclarecendo-a acerca dos seus fundamentos, precavendo-a contra os seus desvios ou deformações, informando-a das suas realizações e das possibilidades do seu desenvolvimento futuro. A escola profissional, empenhada em preparar o interventor económico, não pode esquecer o interventor político, o cidadão plenamente consciente das suas responsabilidades. Por isso desejável é que os alunos saiam da escola aptos a compreender o significado e o valor das instituições que disciplinam a vida cívica do povo português e, sobretudo, tão capazes de se desempenharem cabalmente dos seus imprescritíveis deveres de cooperação social, como de usarem e defenderem, por intermédio dessas instituições, as suas liberdades e direitos. Esta disciplina destina-se, pois, a auxiliar a formação da consciência cívica dos alunos (...).”¹⁶⁴

Para que não restem quaisquer dúvidas quanto ao âmbito da disciplina (obrigatória para todos os cursos de formação) e seu alcance político e ideológico, o programa reafirma:

¹⁶⁴ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial”. Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 23.

" (...) Esta disciplina destina-se, pois, a auxiliar a formação da consciência cívica dos alunos. Sem ela o programa educativo da escola profissional ficaria incompleto. O ensino há-de desenvolver-se em plano adequado à compreensão dos alunos, devendo o professor recorrer com frequência a analogias e exemplos extraídos da vida corrente, às mais salientes e conhecidas lições da história e ao confronto das realidades sociais e políticas portuguesas com as de outros povos contemporâneos, dominados por ideologias inconciliáveis com o espírito ocidental e cristão, raiz mais forte do corporativismo português (...)"¹⁶⁵

Perante tão esclarecedores propósitos, os alunos durante o 4.º e último ano tinham que estudar afincadamente a "natureza social do homem", os grupos sociais, a família, a profissão que iam desenvolver, a comunidade nacional e a sociedade religiosa assim como as normas de conduta. Em a "Nação e Estado", analisava-se as doutrinas individualistas, a organização do estado corporativo, suas vantagens, a paz social e o justo equilíbrio dos vários elementos estruturais da Nação. Valoriza-se as antigas corporações medievais das artes e ofícios, que vinha muito a propósito em cursos como os ministrados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, a doutrina da igreja católica e a revolução nacional (Estado Novo).

Seguidamente, abordava-se a constituição de 1933 e as suas características principais, o Estatuto do Trabalho Nacional, onde se explanava sobre os organismos corporativos, os Grémios, Casas do Povo e Federações, como que a preparar o aluno para a vida, transmitindo-lhe, nesta disciplina, breves noções sobre a legislação referente ao organismo corporativo que o ia representar/enquadrar na sua futura profissão.

Eram pois assim "risonhos e francos" os conteúdos programáticos da disciplina de Formação Corporativa na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – Porto e em todo o ensino técnico, no país de Salazar.

OS NOVOS CURSOS DE ARTES DECORATIVAS OU O ENSINO TÉCNICO ARTÍSTICO

MOBILIÁRIO ARTÍSTICO

No curso de Mobiliário Artístico, fiel depositário dos cursos de Marceneiro e de Entalhador, houve a preocupação nítida e visível nos novos conteúdos, de aligeirar a profunda especialização das técnicas de marcenaria e entalhe, sem no entanto as pôr totalmente de parte. Propôs-se, antes sim, novos objectivos, um maior entendimento e empenhamento no modo e no uso dessas mesmas técnicas para, através delas, se pretender alcançar a beleza artística nos objectos produzidos na oficina. Deixou-se a

¹⁶⁵ Idem, p.23.

velha pedagogia do “fazer por fazer”, para uma outra de compreender o que se estava a fazer e entender para que servia o que se estava a executar, sem no entanto descuidar os correctos preceitos das técnicas e a beleza intrínseca que um objecto de Arte transporta.

Quadro 5
Mobiliário Artístico – Currículo

	horas semanais			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português	3	2	-	-
Francês	3	5	-	-
Noções de História de Arte	-	-	2	2
Matemática	3	2	-	-
Desenho de Observação e de Ornato	8	8	-	-
Desenho de Projecções e Perspectiva	2	2	-	-
Desenho do Mobiliário	-	-	12	10
Modelação	4	4	4	-
Arquitectura de Interiores	-	-	-	4
Orçamentos e Contas de Obras	-	-	-	2
Religião e Moral	1	1	-	-
Formação Corporativa	-	-	-	1
Noções de Higiene	-	-	1	-
Educação Física	1	1	1	-
Oficinas e Tecnologia	15	18	20	22
Total	40	43	40	41

Face ao exposto verificamos, para além do aumento da escolaridade de cinco para seis anos (dois anos de Ciclo Preparatório mais quatro anos de Curso de Formação) nos novos cursos a introdução, entre outras, da disciplina de Noções de História de Arte, como atrás se fez referência assim como das disciplinas de Noções de Higiene e Formação Corporativa. Para além da manutenção das disciplinas de Português, Matemática e Francês, destaca-se a ausência da disciplina de Geografia e História neste plano curricular, que se explica visto a sua matéria constante, já ter sido anteriormente desenvolvida nos dois anos do Ciclo Preparatório.

Quanto à disciplina de Modelação e Composição, passa simplesmente a Modelação, agora com um percurso de três anos e com o objectivo de desenvolver a expressão tridimensional:

“ (...) Tendo em vista a orientação do aluno, tanto quanto possível, no sentido da resolução dos problemas concretos. O professor deverá ter em conta a autonomia do aluno quanto à concepção e execução dos trabalhos concretos que se propõe a realizar, intervindo mais por argumentação à volta dos erros que no decorrer do trabalho se verificarem do que por eliminação prática dos mesmos. Consoante os trabalhos, o

professor elucidará os alunos, utilizando elementos documentais indispensáveis, para que não sobrevenha o cansaço mental e, conseqüentemente, a perda de entusiasmo e interesse (...).¹⁶⁶

Na nova disciplina de Arquitectura de Interiores, somente leccionada no último ano do curso sobressai o estudo dos pavimentos, trabalhado dos tectos, portas, janelas, umbrais, frisos e painéis. Os fogões de sala, a importância da disposição mobiliária; o espaço a ocupar pelo móvel na habitação assim como o estudo da cor, o seu papel no conjunto mobilado; as pinturas murais, tapeçarias, iluminação, etc.... Uma disciplina, como se constata, virada para a aplicação global e prática de todos os ensinamentos apreendidos ao longo do curso de Mobiliário Artístico.

As disciplinas baseadas no desenho – pedra mestra no ensino de qualquer curso de índole artística – permanecem apesar das necessárias adaptações e actualizações quer quanto aos currículos quer às designações; o Desenho Geral passa a Desenho de Observação e Ornato; o Desenho de Projecções, transforma-se em Desenho de Projecções e Perspectivas e o Desenho Profissional e Estilos, converte-se em Desenho de Mobiliário. Se o Desenho de Projecções e Perspectiva é idêntico aos do curso de Pintura Decorativa, já o Desenho de Observação e Ornato, como o Desenho de Mobiliário, apresentavam as suas diferenças óbvias: o Desenho de Observação e Ornato desenrolava-se ao longo dos dois primeiros anos do curso e abordava uma longa, vasta e aprofundada matéria, que ia desde o estudo das formas no espaço, aos elementos naturais e geométricos do ornamento, passando pela análise aprofundada dos desenhos dos grandes mestres segundo a óptica do professor, que exemplificava como estes seriam aplicados às artes decorativas. E foram mais longe nas indicações pedagógico - didácticas, pois sugeriam a utilização de saberes de outras disciplinas e de técnicas mais utilizadas noutros mestres:

" (...) Se for necessário recorrer, para melhor compreensão da perspectiva, das proporções e do equilíbrio, ao fio de prumo, à bitola do papel e às proporções marcadas com o polegar sobre o lápis empunhado verticalmente (...).¹⁶⁷

Ou ainda, fazendo referência quanto à natureza das técnicas a aplicar pelos estudantes e o papel dos professores no seu enquadramento:

" (...) As técnicas não podem ser limitadas. O professor deverá não só permitir, mas aconselhar a variedade do material: sépia, sanguínea, pastel, lápis de cor, guaches, aquarela, etc., e todas as variedades de que o mercado está enriquecido. A luta com a matéria é um aprendizado indispensável. Uma nova técnica é um

¹⁶⁶ Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial". Portaria n.º 13 800, 12 de Dezembro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.]. p. 117.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 117.

novo meio de expressão, um meio de exprimir aquilo que ainda não se pode dizer ou se dizia defeituosamente... só valem as técnicas que auxiliem a expressão do pensamento (...)"¹⁶⁸

A estes conceitos, novos no ensino das artes aplicadas ou decorativas, juntava-se a insistência na condenação do "fazer pelo fazer", a excessiva mecanização dos gestos e técnicas e apelava-se à imaginação e à expressão livre do aluno:

" (...) Como desenho de ornato entende-se, não a simples cópia à mão livre de modelos de gesso, mas o desenho de flora ou fauna natural, como fonte de recriação ornamental, amparada aqui e acolá por um exemplo de gesso, sem contudo se confinar à simples cópia, quase limitada ao estudo das relações do preto e do branco / o claro - escuro. Os gessos de estilo não devem coarctar as tendências naturais dos alunos, provocando uma enfadonha mecanização da expressão ornamental, pois não podem esperar-se grandes revelações e apreciáveis dons de estilo, de personalidade e de invenção de um aluno que se tenha limitado a aglutinar sem sentido várias unidades da composição clássica (...)"¹⁶⁹

No Desenho de Mobiliário, disciplina cimeira deste curso artístico, desenvolvia-se ao longo dos 3.º e 4.º anos os variadíssimos estilos, mas também a estética, assim como os hábitos sociais das gentes nos variados períodos da história a que os estilos dizem respeito, numa perfeita quanto necessária simbiose, para que o aluno soubesse, o que desenha, para quem desenha e porque é que desenha o objecto que lhe foi destinado:

" (...) O estudo dos estilos de mobiliário será feito em presença de bons exemplares, executando os alunos composições dos casos mais típicos, pelo estudo das dimensões e proporções mais convenientes para as funções estéticas e utilitárias dos diferentes móveis (...)"¹⁷⁰

Era com este rigor e preocupação artística que na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis se encarava o ensino de Mobiliário Artístico, onde pontificava em Oficina de Mobiliário o Mestre Artur da Silva dos Santos Ferreira, filho de marceneiro e, enquanto aluno nocturno da Escola Faria Guimarães (paralelamente exercia a sua actividade de entalhador /marceneiro), concluiu o Curso de Entalhador e de Marceneiro. Tendo começado por leccionar Trabalhos Manuais, fixou-se mais tarde, a partir de 1956 a leccionar a disciplina de Oficina de Mobiliário no Curso de Mobiliário Artístico.

Quanto aos espaços oficiais a Escola "Soares dos Reis", mesmo antes da profunda remodelação havida na década de cinquenta do século XX, sempre possuiu espaços apropriados ao bom desenvolvimento das actividades leccionadas:

¹⁶⁸ *Idem*, p. 117.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 118.

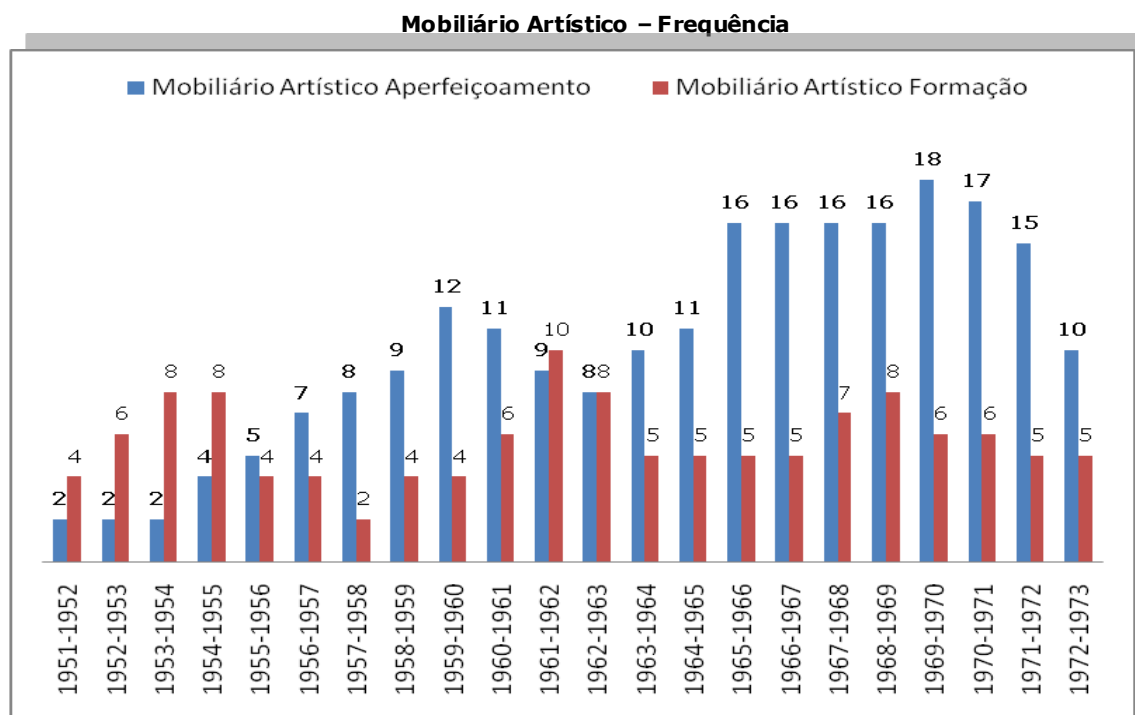
¹⁷⁰ *Idem*, p. 119.

" (...) Sim a Escola [Soares dos Reis] tinha boas oficinas, boas áreas e bons artistas (...). Estava muito bem apetrechada de ferramentas e de maquinaria, o Sousa Caldas quando podia gastava dinheiro em equipar as oficinas (...)"¹⁷¹

No que respeita à frequência do curso de Mobiliário Artístico ao longo destes 22 anos (veja-se o Quadro 6), num total de 349 alunos, 224 (64,18%) pertenciam aos cursos de Aperfeiçoamento, o que significa que estes estudantes, paralelamente às suas profissões, previsivelmente como aprendizes, cursavam a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis num horário pós-laboral.

Os restantes 125 (35,81%) frequentavam o curso de formação leccionado somente no horário diurno. Ao analisarmos o (Quadro 6), apuramos também que o número de alunos por ano lectivo era bastante reduzido (o número máximo atingido nos anos abrangidos por este estudo foi de 24 alunos nos anos lectivos de 1968-69 e 1969-70, o que proporcionava obviamente uma maior qualidade de ensino pois desta forma aumentava a disponibilidade e acompanhamento do professor nos trabalhos desenvolvidos ao longo das aulas:

Quadro 6



¹⁷¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Artur da Silva dos Santos Ferreira (1921 - 2005), aluno da Escola Industrial de Faria de Guimarães (Arte Aplicada) onde conclui os cursos de Entalhador em 1937 e o de Marceneiro em 1953. Professor de Mobiliário Artístico na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis entre 1956 e 1991 de onde se aposenta.

Quanto à relação entre alunos da formação e do aperfeiçoamento só até meados dos anos 50 a formação superou os estudantes nocturnos do aperfeiçoamento e no ano-lectivo 1961-1962 o número de alunos do curso de formação voltaram momentaneamente a superar novamente os alunos do curso de aperfeiçoamento o que não representava a regra mas sim a excepção no resto dos anos. a diferença entre frequência nocturna (aperfeiçoamento) e diurna (formação) acentuou-se a favor dos alunos “da noite” nos anos sessenta, para ir diminuindo gradualmente até meados dos anos setenta, e cair acentuadamente no ano lectivo de 1972-1973, o que não deixa de ser singular tendo em conta que neste mesmo ano uma nova reforma do ensino (reforma Veiga Simão) se perfilava no horizonte. Significaria esta descida um desajustamento das matérias às necessidades dos alunos e da sociedade?

Quanto à frequência das aulas principalmente por parte dos alunos dos cursos de Aperfeiçoamento, neste como nos outros cursos ministrados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, constatamos o esforço dispendido por estes estudantes ao “espreitar”, como exemplo, o horário de 30 horas semanais do professor Artur Ferreira, no ano-lectivo de 1969-70 (Quadro 7), para verificarmos que depois de um período de oito horas de trabalho, ainda frequentavam, para além das outras disciplinas do curso, as aulas de Oficina de Mobiliário umas vezes das 18 às 20 horas, outras das 20 às 22 horas, para, de imediato, correrem para os transportes, chegarem, bastas vezes, depois da meia-noite a casa, e em seguida levantarem-se de manhã cedo para ir para o trabalho.

Quadro 7

Oficina de Mobiliário – Horário Semanal (ano de 1969-70)									
oficinas de mobiliário	ano	turma	horas semanais de aulas						número de alunos
			2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	sábado	
artístico	1º	4ª	14-16	14-16	14-16	14-16	14-16		4
“	2º	7ª	14-16	14-18	16-18	14-18	14-18		1
“	4º	10ª	14-19	16-19	14-19	16-19	14-19	11-13	1
“	6º	27ª		20-22		18-20			5
“	5º	26ª			18-20		18-20		2
“	4º	23ª	18-20		18-20				5
“	3º	21ª	18-20				18-20		6

Tentando dar uma resposta quer para o número diminuto de alunos neste curso como para o declínio acentuado a partir de finais dos anos sessenta, o Professor Artur Ferreira foi de opinião:

" (...) O curso de Mobiliário já era mais leve que o de Marceneiro e Entalhador, que eu tirei os dois [Marceneiro e o de Entalhador], apesar de ser puxado [principalmente] para os alunos da noite (...) para o fim os estudantes [anos 70] cada vez se interessavam menos pelo trabalho na oficina (...)"¹⁷²

Por fim e quanto às particularidades da forma como o ensino era praticado na Oficina de Mobiliário e por extensão ao curso de Mobiliário Artístico elas não se afastavam obviamente dos princípios gerais da Reforma (1948):

" (...) O Mobiliário Artístico introduz e executa o projecto, [realiza] a parte de marcenaria e a de entalhador, mas para mim entalhador é entalhador e o marceneiro é marceneiro. Concorro que o entalhador deva ter conhecimentos da parte prática, de como se executa o projecto de marcenaria (...)"¹⁷³

Como corolário de todos estes procedimentos praticados com regras e bases pedagógicas precisas podemos, através de um relatório de final do ano lectivo de 1952-53, mostrar, como que a confirmar, que já se utilizavam as boas práticas da reflexão pedagógica sobre o trabalho efectuado, como forma de melhorar o que tivesse corrido menos bem, preparando porventura outras abordagens metodológicas, outras atitudes, tanto na vertente teórica como prática, como ainda nos indicia a metodologia empregue (já com conceitos inovadores mais tarde aplicados no Design), nas disciplinas de Desenho de Mobiliário e Arquitectura de Interiores do curso de Mobiliário Artístico:

" (...) Para dar cumprimento à ordem de serviço nº 1169 de 19 de Maio passado, e do corrente ano lectivo [1952-53], tenho a honra de enviar a V.Ex^a [Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis] o relatório, nela pedido, referente às disciplinas por mim regidas no ano que agora finda. Curso de Mobiliário Artístico – Desenho de Mobiliário, 4º ano. – Recapitulando elementos dados no ano anterior procedeu-se ao estudo dos estilos e desenho de mobiliário salientando-se as características principais dos estilos da Idade Média, do Renascimento francês, inglês e português; Rústico e Moderno. De todos estes estilos foram feitos os respectivos "croquis" de composição; pormenores de desenho de construção em tamanho natural, projectos na escala 0,10 por metro [1/10], e finalmente desenhos geométricos e perspectivas aguareladas. Composição: - Em presença dos casos mais típicos demonstrou-se o estudo das melhores dimensões, proporções e ornamentos mais convenientes na função estética e utilitária dos móveis. Pormenores de construção: - Em tamanho natural executaram-se desenhos de perfis, molduras malhetes e ligações necessárias destinadas a um bom e perfeito acabamento do mobiliário a executar. Neste capítulo foi também demonstrada a preferência das madeiras mais apropriadas tanto no que diz respeito aos estilos como às respectivas secções para painéis prumos e entalhos. Projectos: - finalmente projectaram-se desenhos geométricos e perspectivas aguareladas tendo em atenção as cores e características aplicadas conforme os estilos. Arquitectura de Interiores, 4º ano. - seja permitido notar que o tempo para esta disciplina é bastante escasso: - Duas sessões semanais de duas horas. - é quase materialmente impossível colher resultados satisfatórios, em tão pouco tempo, dada a vastidão do programa desta disciplina. Sugere-se pelo menos três sessões semanais de duas horas. Partiu-se de elementos de proporções e composição de mobiliário de pavimentos,

¹⁷² *Idem. Ibidem.*

¹⁷³ *Idem. Ibidem.*

paredes, tectos, portas, janelas, umbrais, pisos e painéis. Estudou-se a disposição mobiliária a um fim prático atendendo-se à parte funcional, ao ambiente e à estética. Seguidamente procedeu-se ao estudo dos diversos elementos componentes, bem como nos desenhos geométricos e perspectivas aguareladas. Executaram-se maquetas em períodos de tempo determinado. Plantas com distribuição de móveis, localização de portas e janelas e demais elementos como: fogões de sala, quadros, papéis pintados e pinturas murais. A meio do segundo período escolar, elaborou-se um centro de interesse [sic] em que a turma trabalhou por equipas executando-se em algumas oficinas os alguns elementos por especialidades. Foram dados temas que esquiçados e coloridos constituíram maquetas executadas em seis sessões de duas horas. Os temas constaram de: Salas de estar, quarto de dormir, escritórios, restaurantes regionais, salas de turismo, salas de música e salões. Eis o que se oferece relatar relativamente ao ano lectivo de 1952-1953 nas disciplinas de Desenho de Mobiliário e Arquitectura de Interiores. Julho de 1953, [Arquitecto] José Emílio da Silva Moreira (...).¹⁷⁴

ARTES GRÁFICAS

As Artes Gráficas aqui abordadas, abrangem por compreensibilidade de estudo e de análise, os cinco cursos que ao longo dos anos laboraram na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis: Desenhador Litógrafo, Gravador Fotoquímico, Compositor Tipógrafo, Impressor Tipógrafo e Encadernador - Dourador.

Apesar de todos eles pertencentes à indústria gráfica, têm porém diferenças substanciais de técnicas, e apesar de não serem matéria de estudo deste trabalho abordaremos no entanto os seus aspectos essenciais para a melhor percepção do peso e da importância que estes cursos tiveram na caracterização da imagem, na dinâmica pedagógica e educativa, como também na qualidade do serviço (social e económico), que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis prestou à comunidade portuense e ao país:

" (...) A indústria gráfica é constituída pela integração de vários ramos especializados, contribuindo para o mesmo fim, isto é, a formação do livro e, paralelamente, das múltiplas formas de impressos, para cuja execução contribuem as indústrias básicas do papel, do tipo, das tintas e das máquinas gráficas. É assim que, apoiadas nas indústrias básicas, encontramos as indústrias de impressão, encadernação e reprodução fotomecânica (...). Por sua vez, as indústrias de impressão subdividem-se, conforme os métodos de trabalho aplicados, nas especializações de tipografia, litografia¹⁷⁵ e ocografia¹⁷⁶ (...). Considera-se ainda que a

¹⁷⁴ Relatório manuscrito pelo Professor José Emílio da Silva Moreira, dirigido ao Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis em Julho de 1953.

¹⁷⁵ LITOGRAFIA é um tipo de gravura. Esta técnica de gravura envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre uma matriz (pedra calcária) com um lápis gorduroso. A base desta técnica é o princípio da repulsão entre água e o óleo. Ao contrário das outras técnicas da gravura, a Litografia é planográfica, ou seja, o desenho é feito através da acumulação de gordura sobre a superfície da matriz, e não através de fendas e sulcos na matriz. A litografia foi usada essencialmente no início do século 19, e permitia a impressão de jornais, cartazes, mapas, etc., sobre plástico, madeira, papel e tecido, sobre uma superfície plana. Hoje em dia é usada somente com fins artísticos ou artesanais.

¹⁷⁶ OCOGRAFIA é o nome genérico dado à impressão não planográfica, mas sim em oco (sulcos) como nas técnicas de ROTOGRAVURA, onde os elementos de impressão são escavados e onde a tinta não é espalhada mas sim depositada nos sulcos e alvéolos da trama de gravação, em quantidade proporcional à sua profundidade, de acordo com os valores de tom

formação do livro tem o seu final na indústria de encadernação, actividade antiga e de grande prestígio artístico (...).¹⁷⁷

Alguns destes cursos vieram da Escola Industrial Infante D. Henrique por troca com os Têxteis; as Artes Gráficas começaram a ser instaladas na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis durante o ano de 1955, cujo edifício, ainda por concluir, teve de ser adaptado às necessidades específicas de instalação destas valências:

" (...) O Senhor Director deu conhecimento ao Conselho [Escolar] que lhe tinha sido entregue pelo Delegado da Junta de Construções Escolares para o Ensino Liceal e Técnico, senhor Engenheiro Vasco de Magalhães, um estudo das modificações que a Junta entendia fazer no pavilhão de oficinas da Escola pois se tinha verificado ser impossível manter no primeiro piso as oficinas de Artes Gráficas por falta de resistência dos respectivos pavimentos para a instalação das máquinas apropriadas (...). Como a solução indicada [pela Junta], não era a mais aconselhável para o bom funcionamento dos serviços escolares, o senhor Director apresentou ao Conselho um estudo elaborado pelo arquitecto Bruno Reis, trabalho em que nas suas linhas gerais, se mostram as modificações e adaptações que seria vantajoso efectuar a fim de se melhorarem as instalações de algumas oficinas (...).¹⁷⁸

O estudo de tão conceituado arquitecto, para além da vantagem de corresponder às necessidades de quem estava "no terreno", não implicava aumento de custos para a tutela. Este estudo representava, segundo o Conselho Escolar da "Soares dos Reis" uma resposta mais adequada ao melhor acondicionamento dos cursos de Artes Gráficas em algumas instalações e oficinas, como as de Cinzelagem e Gravura que não tinham iluminação natural suficiente e em certa medida vinha complementar/melhorar o projecto vindo da Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional.

Propunha-se ainda criar novas dependências como o espaço para o museu escolar, depósito de modelos, arquivos, salas de estudo de alunos e sala de funcionários. Perante estas posições divergentes consubstanciadas pelo projecto apresentado pela escola e principalmente pelas alterações e críticas implícitas ao projecto oficial, a Junta de Construções para o Ensino Técnico não só não deu provimento a qualquer proposta de alteração ao projecto oficial (o que era normal e esperado) como insistiu, através de ofício, na utilização do recinto do recreio coberto para aí se instalar provisoriamente as oficinas de Artes Gráficas:

a reproduzir. CALCOGRAFIA é um sistema de impressão por ranhuras. O suporte é realizado sobre uma folha de cobre ou de zinco, com uma agulha de aço, muito afiada, usada como se de um lápis se tratasse. Depois da gravação da imagem pretendida sobre a placa de zinco, esta é coberta com uma camada fina de cera, afim de manter a imagem. As partes a imprimir são descobertas e banhadas numa imersão de três partes de água e uma parte de ácido nítrico. A decapagem vai corroer as partes que ficaram desprotegidas. Após a limpeza da placa, esta é colocada na máquina onde vai ser realizada a impressão.

¹⁷⁷ GUIMARÃES, Armindo de Sousa – *Possibilidades e Perspectivas Actuais das Artes Gráficas e o seu ensino na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis*. Porto: [s.n.], 1962. p.10.

¹⁷⁸ Acta nº3 de 30 de Novembro de 1955 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

" (...) Aberta a sessão e depois de lida e aprovada a acta da sessão anterior, o senhor Director comunicou ao Conselho [Escolar] que tinha recebido o ofício, número cento e noventa e quatro de oito de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e seis, da Direcção Geral do Ensino Técnico ao qual se apensavam cópias de outros tocados entre aquela Direcção Geral e a Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário. Por esses ofícios a Escola tomou conhecimento que a Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário estava autorizada pela Direcção Geral do Ensino Técnico, a instalar, com carácter provisório, as máquinas das oficinas gráficas segundo o projecto apresentado por essa mesma Junta de Construções não se tendo em atenção, por razões que se conhecem, a sugestão feita pela Escola (...)"¹⁷⁹

Apesar da não concordância com tal solução, a direcção da escola, embora cumprindo com as determinações superiores, como era seu dever, encetou de pronto adaptações e melhoramentos de espaços já existentes mantendo-se todavia, como era obrigação, a fidelidade ao projecto oficial.

Entre outras alterações, melhoramentos e adaptações das instalações destacamos, pela importância que foi dada pela direcção da escola á instalação eléctrica, mesmo arriscando ser acusada de estar a proceder a arranjos não constantes no projecto inicial, assim como pela minúcia, preocupação e clareza técnica do relatório da implantação de material e distribuição de luz nas diversas dependências das oficinas dos cursos de Artes Gráficas, o que só mostra o empenho e interesse que a direcção sempre teve pelo estabelecimento destes cursos na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.¹⁸⁰ Depois da "luta" pela melhoria e adaptabilidade das futuras instalações às características dos cursos de Artes Gráficas, veio a lume a necessidade de o Conselho Escolar se debruçar sobre os currículos dos cursos; não os de formação pois estes eram da responsabilidade da tutela e já estarem estabelecidos pela Portaria 13 800 publicada no "Diário do Governo" nº 8, 1ª série, de 12 de Janeiro de 1952, mas sim os de Aperfeiçoamento:

" (...) O senhor Director comunicou ao Conselho que iam funcionar no presente ano lectivo [1956/57] os cursos de Formação de Artes Gráficas. Contudo, se todos os cursos [de Formação] tinham planos de estudos aprovados, o mesmo se não podia dizer dos cursos gráficos em regime de Aperfeiçoamento. Por esse motivo submetia à aprovação do Conselho um projecto de planos de estudo para os cursos de Aperfeiçoamento das seguintes especialidades: Desenhador e Gravador Litógrafo, Gravador Fotoquímico, Compositor

¹⁷⁹ Acta nº6 de 9 de Fevereiro de 1956 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

¹⁸⁰ Relatório de dez páginas apresentado à Direcção da Escola em Maio de 1955 por Tércio Miranda: " (...) O encargo cometido pelo Snr. Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, no sentido de organizar a montagem dos seus novos cursos de Artes Gráficas, é um trabalho ingrato e de muita responsabilidade. Era relativamente simples a organização de um ateliê para a laboração industrial. Mas tratando-se, como agora do estabelecimento de Aulas Oficinas, onde a implementação de maquinismos, material diverso e utensílios tem de ser considerada sob o ponto de vista pedagógico e didáctico, é preciso ponderar todos os recursos numa frequência imprevista e os conceitos numa distribuição de trabalho cuja acção terá de ser simultaneamente múltipla e variada (...) O problema da luz nos estabelecimentos gráficos tem merecido em vários países tais atenções que coloca os resultados da produção industrial sob a influência directa do princípio da iluminação (...) O factor luz, seja natural ou seja artificial, tem importância indiscutível nas Artes Gráficas (...) conclui-se, pois, que a boa iluminação na indústria do livro [Artes Gráficas] conduz: 1º- a um maior rendimento de trabalho e produção; 2º- a uma produção mais esmerada; 3º -a uma diminuição do número de acidentes (...). São [estas] as razões apresentadas que, servindo para advogar a iluminação proposta para as dependências onde vão funcionar os cursos de Artes Gráficas, devem servir [também] para orientar o projecto definitivo (...)"

Tipógrafo, Impressor Tipógrafo e Encadernador Dourador. O Conselho aprovou os planos apresentados depois de terem emitido a sua opinião e dado a sua concordância quanto aos tempos atribuídos às oficinas e aos mestres das oficinas (...). Foi resolvido que fossem enviados à Exma. Direcção Geral para estudo e ratificação os planos dos Cursos assim constituídos (...)”¹⁸¹

Os mestres contratados para assegurarem o ensino oficial dos cursos de Artes Gráficas foram, primeiramente: Manuel Pedro Batista Monteiro em oficina de Composição Tipográfica e Maria Alzira Monteiro da Cunha em oficina de Gravura Química; as outras oficinas foram de seguida asseguradas por Eduardo Augusto Marques em oficina de Impressão Tipográfica, Fernando António da Silva Mesquita em oficina de Litografia e pela mestra Joaquina de Lourdes Baleizão Pézinho em Caligrafia.

Quadro 8
Artes Gráficas – Planos dos Cursos

	Desenhador Grav.Litógrafo		Gravador Fotoquímico		Compositor Tipógrafo		Impressor Tipógrafo		Encadernador Dourador	
	form. 4 anos	aperf. 6 anos	form. 4 anos	aperf. 6 anos	form. 3 anos	aperf. 5 anos	form. 3 anos	aperf. 5 anos	form. 3 anos	aperf. 4 anos
Português	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Francês	*	*	*	*	*	*	*	*		
História de Portugal a)		*		*		*		*		*
Noções de História de Arte	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Elementos de Física e Química	*	*	*	*	*	*				
Introdução às Ciências Naturais a)		*		*		*		*		*
Química Aplicada			*	*						
Matemática	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Desenho Geral a)		*		*		*		*		*
Desenho de Observação e de Ornato	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Desenho de Projecções e Perspectiva	*	*								
Desenho de Figura	*	*	*	*						
Desenho de Letra	*	*			*	*				
Composição Decorativa	*	*							*	*
Caligrafia	*	*								
Religião e Moral	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Formação Corporativa	*		*		*		*		*	
Noções de Higiene	*		*		*		*		*	
Educação Física	*		*		*		*		*	
Oficinas e Tecnologia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

a) Estas disciplinas, só eram frequentadas no 1º ano dos cursos de Aperfeiçoamento para os alunos que não tivessem concluído com aproveitamento o Ciclo Preparatório. Se o tivessem concluído ingressavam directamente no 2º ano do curso de Aperfeiçoamento.

Deram também o seu precioso contributo, ao longo dos anos, entre contra mestres e mestres de Artes Gráficas: Serafim Américo de Sousa Marques e José Fernando Lopes Cardoso em oficina de Gravura Química, Alfredo Manuel da Costa Lopes e em oficina de

¹⁸¹ Acta nº13 de 27 de Setembro de 1956 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Composição, Afonso de Jesus Nogueira e António Vieira Aguiar em oficina de Impressão Tipográfica, entre outros e para assegurar a supervisão e se iniciarem os trabalhos oficinais de uma forma segura e coordenada, foi primeiramente contratado o técnico Tércio Fernandes da Silva Miranda, o mesmo que elaborou o relatório para a instalação da luz nas oficinas de Artes Gráficas.

Foi perante estes anseios legítimos, lançados *Urbi et Orbi*, de formar técnicos e cidadãos prontos a servir a indústria, “à cidade (do Porto) e ao mundo”, que se iniciaram no ano lectivo de 1956-57 as aulas de Artes Gráficas na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Mais tarde, no ano lectivo de 1958-59, para ocupar o lugar deixado vago pelo anterior responsável das Artes Gráficas foi superiormente aprovada a proposta de contratação do licenciado em Ciências Físico-Químicas, Armindo de Sousa Guimarães pessoa estudiosa e de relevo nas áreas gráficas, que com o seu saber veio trazer uma melhoria substancial na preparação dos alunos principalmente na ligação, sempre indispensável neste tipo de ensino, entre o que a escola ensina e o que o mercado de trabalho quer ou está preparado para receber:

“ (...) Dada a sua formação técnica e profissional, muito há a esperar nos serviços que lhe vão ser atribuídos, procurando-se [com a contratação], uma sólida preparação para os alunos das Artes Gráficas de modo a fazer deles técnicos conscientes, úteis à indústria, á cidade e ao país [sublinhado nosso] (...)”.¹⁸²

E tão autênticas e verdadeiras foram as aspirações postas nestes cursos que passados somente quatro anos sobre o arranque, foram localmente reconhecidos por uma distinta editora e livraria da cidade do Porto, ao instituir um prémio ao mérito demonstrado pelos melhores alunos em Artes Gráficas:

“ (...) Foi lida seguidamente ao Conselho [Escolar] uma carta da Excelentíssima Senhora Dona Júlia Pinheiro Nunes Lello, viúva do falecido editor - livreiro Raúl Reis Lello, sócio da Livraria Chardon desta cidade. Nesta carta pretende a aludida Senhora homenagear a memória de seu falecido esposo, instituindo no presente ano lectivo cinco prémios, de quinhentos escudos cada, para galardoar os cinco mais classificados finalistas dos cursos de Desenhador Gravador Litógrafo, Gravador Fotoquímico, Compositor Tipógrafo, Impressor Tipógrafo e Encadernador Dourador (...). O Conselho registou com viva satisfação este nobre e significativo gesto (...). E constitui, ao mesmo tempo, um incentivo ao estudo e ao trabalho, que tanto dignifica quem pratica iniciativas desta natureza (...)”.¹⁸³

Quanto aos cursos e seus currículos verificamos que os de formação dois - Desenhador Gravador Litógrafo e Gravador Fotoquímico - tinham uma duração de quatro anos e três respectivamente - Compositor Tipógrafo, Impressor Tipógrafo e Encadernador

¹⁸² Acta nº 28 de 3 de Março de 1959 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

¹⁸³ *Idem*.

Dourador, apenas três anos, apresentando para além da duração, diferenças substanciais quanto ao conjunto das disciplinas.

Como características distintivas (veja-se o Quadro 8), sobressaem a distribuição criteriosa dos vários “tipos” de desenho conforme as características dos cursos e a sua óbvia adequação àquilo que deles se exigia e, não se entendendo muito bem a ausência da disciplina de Francês para o curso de Encadernador Dourador.

Entre outras minudências, realça-se que todos os cursos de formação e de aperfeiçoamento de Artes Gráficas possuem no seu plano de estudos as disciplinas de Português, Noções de História da Arte, Matemática, Desenho de Observação e de Ornato, Religião Moral, com plano de estudos idênticos a todos os cursos leccionados na “Soares dos Reis”, e Oficinas e Tecnologia estas sim completamente diferenciadas, variando obviamente nas matérias abordadas de acordo com o curso a que se destinavam. Estas cinco disciplinas funcionavam como a espinha dorsal destes cursos de Artes Gráficas a que se podia acrescentar o Francês com a excepção já apontada.

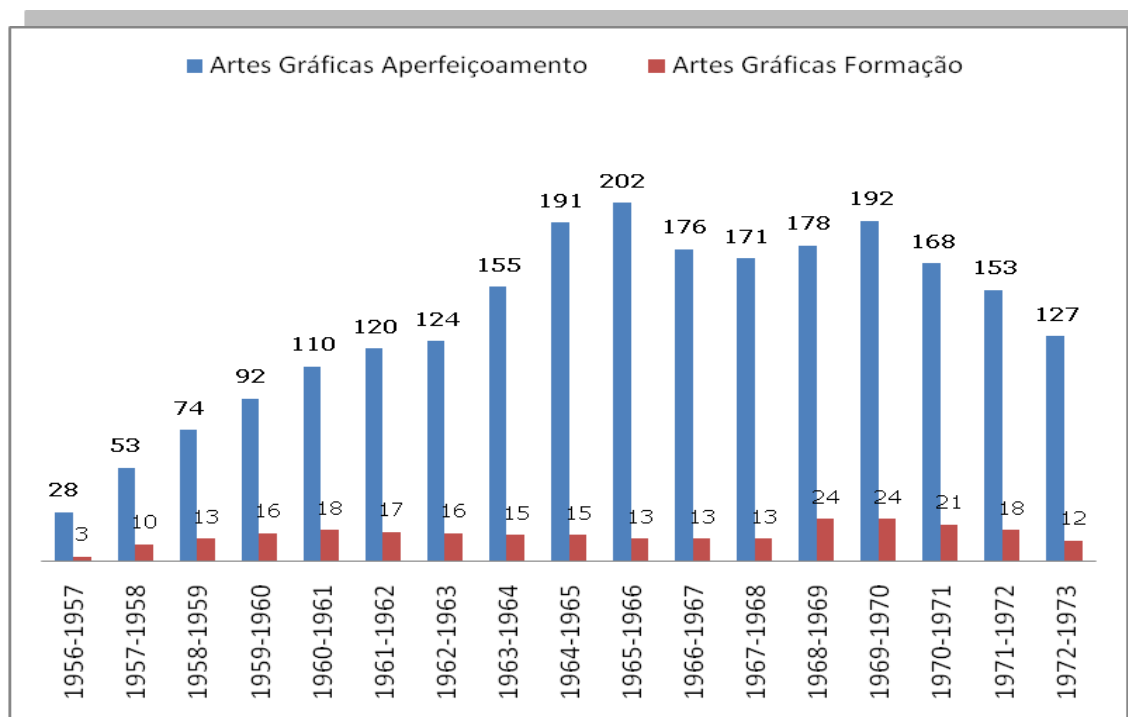
Destacar ainda as seis “modalidades” de desenho que integravam os currículos e que a disciplina de Formação Corporativa estava ausente nos cursos de Aperfeiçoamento, ou seja, os mentores da reforma estadonovista abdicavam dela na preparação política dos jovens operários e aprendizes, mas mantiveram a disciplina de Religião Moral. Quanto à Educação Física e Noções de Higiene os alunos dos cursos nocturnos também foram dispensados da máxima romana “mente sã em corpo sã”, mantendo-se unicamente estas disciplinas para os alunos da formação.

Todas estas ausências disciplinares se podem fundamentar, talvez, na excessiva carga horária que os alunos tinham que suportar principalmente os dos cursos de aperfeiçoamento, conforme opinião expressa pelo director Álvaro Gomes em relatório enviado à Direcção Geral do Ensino Técnico no ano lectivo de 1968-69:

“ (...) Muitos dos alunos matriculados interrompem os seus cursos por causas diversas e não os retomam. Em especial o serviço militar, relativamente aos alunos dos cursos de Aperfeiçoamento, impede-os de completarem os cursos, pois dificilmente um aluno, entrado na escola aos 14 ou 15 anos, pode completar os 6 anos de duração do curso antes da sua incorporação no Serviço Militar. Contudo verifica-se que mesmo assim alguns, após o tempo de serviço nas fileiras, procuram terminar os seus estudos recuperando com o seu esforço, agora interessado, o atraso a que voluntariamente ou não estiveram sujeitos (...)”.¹⁸⁴

¹⁸⁴ Relatório da actividade escolar enviado à Direcção Geral do Ensino Técnico do ano lectivo de 1968/69, segundo os termos da alínea u) do artº 103º do Estatuto do Ensino Técnico. P.3.

Quadro 9
Artes Gráficas - Frequência escolar



Quanto à frequência dos cursos de Artes Gráficas, tendo começado no primeiro ano somente com 3 alunos nos cursos de formação e 28 no de aperfeiçoamento no conjunto dos cinco cursos oficialmente constituídos, num total de 2575 alunos, ao longo dos 17 anos que abrange este estudo, somente 261 (10,14%) pertenciam aos cursos de formação, os restantes 2314 (89,86%) respeitavam ao “exército” nocturno dos cursos de aperfeiçoamento o que significava que estes cursos sempre tiveram maior procura porque os jovens trabalhadores procuravam na escola, concretamente nos cursos de Artes Gráficas a sua elevação social e laboral:

“ (...) Quando entrei para aqui [escola “Soares dos Reis”] já era profissional, isto é, trabalhava numa empresa gráfica [aprendiz de Desenhador Litógrafo na Litografia Nacional]. O equipamento na Escola não era muito moderno, as oficinas lá fora já eram mais avançadas, embora a diferença não fosse assim tão grande (...). Agora eu vim para a Escola para receber ensinamentos que facilitasse a minha vida profissional e a escola dava-nos valor perante os outros trabalhadores (...) A mim serviu-me muito o ter tirado os cursos que tirei, pois aprendi muita coisa na escola que consegui aplicar na oficina onde trabalhava (...)”.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a José Fernando Lopes Cardoso (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu os cursos de Aperfeiçoamento de Pintura Decorativa em 1958 e o de Gravador Fotoquímico em 1963. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola de Oficina de Gravura Química.

O esforço que despendiam todas as noites, semanas, meses e anos a fio era naturalmente com o propósito, de no futuro serem recompensados, às vezes com algum prémio como foi o caso do aluno José Fernando Lopes Cardoso:

" (...) Ex. mo Senhor [José Fernando Lopes Cardoso], tenho o prazer de comunicar a V. Ex.^a que, por indicação do Ex. mo Senhor Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, deliberou esta Associação conferir - lhe o prémio "INÁCIO ALBERTO DE SOUSA" de Esc. 2.500\$00. Este prémio deverá ser entregue a V. Ex.^a durante a sessão solene comemorativa do 116º aniversário da fundação desta Colectividade [Associação Industrial Portuense], que terá lugar no próximo dia 3 de Maio, pelas 21.30 horas. Agradeço pois a V. Ex.^a o favor de comparecer na sede desta Associação, sita à Rua de Mouzinho da Silveira, 228, naquele dia e hora. Cumprimentando V. Ex.^a, subscrevo-me com elevada consideração, O Presidente, Mário Borges, Engenheiro (...)"¹⁸⁶

Mas principalmente com a melhoria das condições de trabalho e a subida na hierarquia das empresas, com a concomitante melhoria salarial. Eram com certeza estes, entre outros, os objectivos legítimos destes rapazes e raparigas que frequentavam durante anos a fio, muitas vezes com longas interrupções, a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis:

" (...) É certo que há um acordo colectivo de trabalho que obriga as entidades patronais a concederem facilidades aos aprendizes que frequentam os cursos nocturnos e determina a obrigação de todos os aprendizes o fazerem, até um determinado grau. Mas sabe-se da relutância com que a maioria dos industriais o faz, e até das dificuldades criadas por muitos, que vão até à completa obstrução. Além disso, mesmo que, por parte da entidade patronal, haja toda a colaboração possível, é indispensável que por parte de muitos dos estudantes - aprendizes haja uma grande força de vontade e uma capacidade de resistência física, para, poderem aguentar, quase todos os dias, o trabalho e o estudo, até às 22 e 23 horas, sem a refeição da noite (...)"¹⁸⁷

Como é óbvio, já o exprimimos, o resultado destas condições de trabalho repercutiam-se na ausência de tempo de estudo disponível que se limitava exclusivamente ao apreendido durante as aulas, e que se reflectia negativamente no rendimento escolar que era bastas vezes insuficiente, o que levava inevitavelmente ao abandono escolar. Continuando a analisarmos a realidade vivida na " Soares dos Reis" (Quadro 9), apuramos mais uma vez o incremento da frequência a partir dos finais dos anos 50, principalmente "à custa" dos cursos de aperfeiçoamento, atingindo um patamar máximo entre 1965 e 1970 o que coincide com a frequência de outros cursos de aperfeiçoamento leccionados na escola.

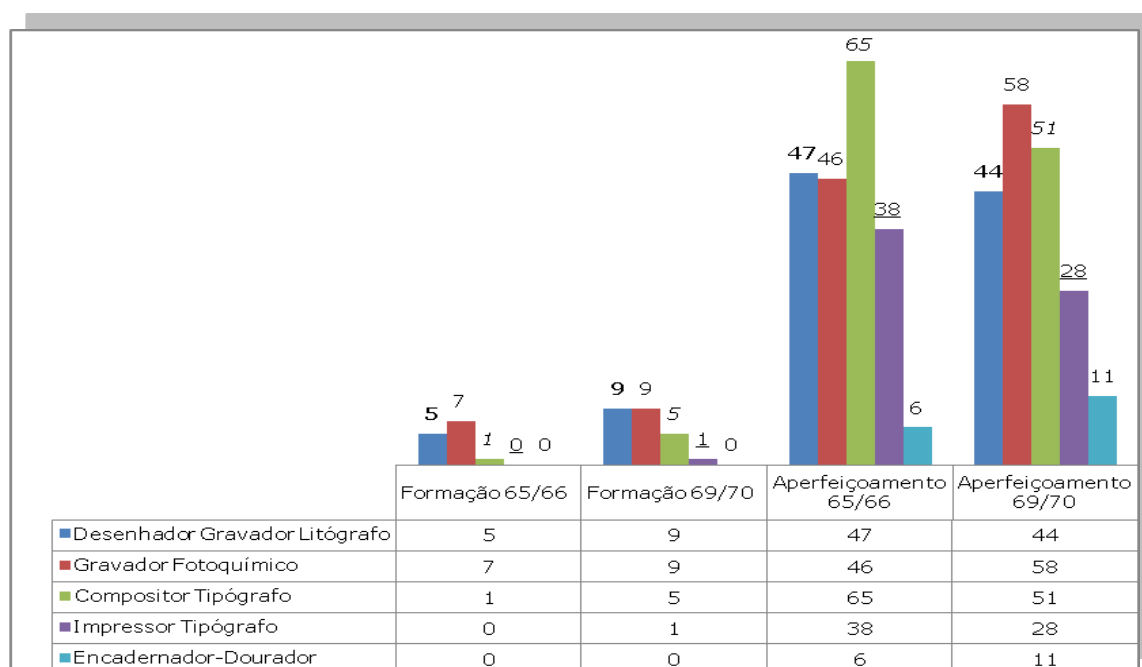
A procura focalizada nestes cursos por parte dos jovens trabalhadores, por um lado, cremos, espelhava as qualidades pedagógicas existentes na escola e ao mesmo tempo

¹⁸⁶ O fício da Associação Industrial Portuense com a Ref.^a A-65-1055 de 20 de Abril de 1965.

¹⁸⁷ GUIMARÃES, Armindo de Sousa – *Possibilidades e Perspectivas Actuais das Artes Gráficas e o seu ensino na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis*. Porto: [s.n.], 1962. p. 42.

reflectia, sem dúvida, a procura que os industriais de Artes Gráficas exerciam sobre os estudantes da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde a contratação de doze aprendizes por parte da Empresa Gráfica do Bolhão feita em 1960 serve como mero exemplo e reflectem por um lado, que os conteúdos ministrados na escola estavam adaptados ou em sintonia com as necessidades da indústria e por outro o prestígio que a escola possuía nas empresas sediadas no Porto e seus arredores.¹⁸⁸

Quadro 10
Artes Gráficas – frequência por cursos nos anos lectivos de 1965/66 e 1969/70



No caso particular dos cursos de formação a baixa frequência escolar manteve-se quase inalterável ao longo do período em estudo, o que se depreende que as Artes Gráficas eram cursos mais “apetecíveis” e necessários para aqueles que já tinham uma profissão, e da escola tiravam o necessário para complementar e valorizar a sua prestação laboral. Pelo contrário, estes cursos de Artes Gráficas eram menos “apetecíveis” para os que à partida necessitavam de um diploma para se candidatarem a um emprego como eram os que sendo alunos da formação frequentavam estes cursos e que talvez se deparassem com mais dificuldades de empregabilidade que os seus colegas dos cursos de aperfeiçoamento que laboralmente já possuíam uma situação segura, apesar dos condicionalismos que esta “estabilidade” representava.

¹⁸⁸ Acta nº34 de 26 de Setembro de 1960 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Quanto à distribuição dos alunos pelos diversos cursos de Artes Gráficas como podemos constatar no Quadro 10, que nos apresenta a frequência escolar dos cursos nos anos lectivos de 1965/66 e 1969/70 estava longe de ser homogénea. Nestes dois anos que balizam o patamar máximo de frequência escolar nos cursos de Artes Gráficas, apurámos novamente enormes discrepâncias, aliás já referidas, entre a frequência dos cursos de formação e de aperfeiçoamento, e entre si, a predominância do curso de Compositor Tipógrafo, principalmente nos meados dos anos sessenta do século passado para, já nos finais da década em apreço ceder a liderança para o curso de Gravador Fotoquímico, fruto provavelmente da evolução tecnológica das Artes Gráficas.

No outro extremo da frequência escolar temos o curso de Encadernador Dourador, praticamente inexistente na modalidade de formação e mesmo na de Aperfeiçoamento a sua prestação (numérica) é quase irrelevante quando comparada com a dos outros cursos: seis alunos (2,97%) em 1965/66 e onze alunos (5,75%) em 1969/70. Apesar do pouco interesse despertado ao longo dos anos pela população escolar por este curso, ele veio no entanto a ocupar um lugar de destaque nas saídas profissionais dos alunos que o frequentavam revelando um elevado grau de empregabilidade. Estes cursos eram frequentados na sua totalidade, a haver excepções não encontramos nem nos foi relatado nenhuma, por alunos vindos quase na totalidade de instituições de assistência, nomeadamente das Oficinas de S. José, Asilo de S. João, Asilo Profissional do Terço e Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Sintra.

Em síntese, podemos adiantar que devido à acção desempenhada por professores e mestres ao longo dos anos, apesar dos constrangimentos e de alguns escolhos prontamente superados, foi possível à escola cumprir com o que lhe era pedido, tendo em conta os perigos que normalmente se encontram quando uma entidade, com as características da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, se propõe a orientar jovens não só para os formar em técnicos aptos a enfrentar a evolução das tecnologias e as necessidades do mundo do trabalho, como também na preparação de criadores de Arte.

GRAVADOR DE BRONZE COBRE E AÇO, CINZELAGEM E OURIVESARIA

Os cursos de Gravador de Bronze Cobre e Aço, Cinzelagem e o de Ourivesaria foram pela sua prática e implantação no tecido escolar e na sociedade, dignos legatários dos antigos cursos de Gravador de Aço, Cinzelador e Ourives (1931).

Estes novos cursos, subsidiários da indústria da prata e do ouro sempre fizeram parte, a par dos cursos de Artes Gráficas, de uma das vertentes mais respeitadas, reconhe-

cidas e representativas da qualidade do ensino profissionalizante praticado na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis:

" (...) Aqueles cursos que eram mais ligados à mão como era o caso da Ourivesaria, Cinzelagem etc.... Penso que preparavam bons artífices (...)"¹⁸⁹

Parecidos nas designações, os cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Cinzelagem e o de Ourivesaria eram, na sua génese, suficientemente diferentes tanto no número de anos de frequência, nas disciplinas e ainda nas disposições de carácter pedagógico neles praticados.

Com efeito, enquanto nos antigos cursos (1931) se entrava com a instrução primária e se concluída o curso depois de o frequentar com aproveitamento durante 5 anos, nos novos cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Cinzelador e de Ourivesaria, saídos da reforma de 1948, para além da instrução primária era necessário ter concluído com aproveitamento o ciclo preparatório (2 anos), e de seguida frequentar durante 4 anos, no caso dos cursos de formação ou durante 6 anos nos de aperfeiçoamento para os alunos que ingressassem unicamente com a instrução primária. O tempo de permanência nestes cursos podiam ser reduzidos para 5 anos se os estudantes ingressassem com o ciclo preparatório e assim desfrutavam do direito de ingressarem no 2.º ano dos cursos pretendidos.

Com a Reforma de 1948¹⁹⁰ o leque das disciplinas ministradas, com frequência diversa e espaçadas durante os anos dos cursos, aumentou introduzindo-se nos novos planos de estudo as cadeiras de Francês, Inglês, Noções de História da Arte e as Ciências Naturais, acrescentou-se o número disciplinas "subsidiárias" do desenho e criaram-se novas cadeiras, umas de temática política e religiosa como a Formação Corporativa e a Religião Moral, e outras em que se evocava o correcto e sã desenvolvimento do corpo como em Noções de Higiene e Educação Física (veja-se o Quadro 11).

Quanto às novas disciplinas introduzidas nestes novos cursos "da prata e do ouro" destacamos, como já o fizemos para os cursos de Artes Gráficas a introdução do Francês, Inglês, Noções de História da Arte, entre outras, onde o objectivo era nitidamente ampliar a cultura geral dos jovens que frequentavam o ensino técnico como já referimos anteriormente, mas também o facto das disciplinas como Noções de Higiene, Formação Corporativa e Educação Física serem exclusivamente destinadas aos alunos

¹⁸⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho(1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

¹⁹⁰ DL n.º 37029 de 25 de Agosto de 1948.

dos cursos de formação, e estarem arredadas dos planos de estudo dos alunos dos cursos de aperfeiçoamento.

Se quanto à Educação Física se compreende essa preocupação na medida em que as aulas destes cursos se processavam em horário pós-laboral, frequentados maioritariamente, senão não na totalidade, por jovens operários que quando entravam na escola tinham já percorrido pelo menos oito horas de labuta diária, compreendemos menos, à luz dos princípios expressos na reforma, a ausência das disciplinas de Noções de Higiene e menos ainda da Formação Corporativa.

Terá sido por entenderem que os trabalhadores - estudantes dispensavam a promoção e criação de hábitos de higiene e a adopção de práticas adequadas sob o ponto de vista da saúde? Foi por considerarem que os jovens estudantes nocturnos já se encontravam devidamente preparados ideologicamente e conhecedores da concepção sociológica do Estado Corporativo? Ou mais prosaicamente foi uma opção em não sobrecarregar a já de si pesada carga horária como anteriormente se sugeriu?

Quadro 11
Gravador de Bronze, Cobre e Aço, de Cinzelagem e de Ourivesaria – Planos dos Cursos

	Gravador de Bronze Cobre e Aço		Cinzelagem		Ourivesaria b)	
	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos
Português	*	*	*	*	*	*
Francês	*	*	*	*	*	*
História de Portugal a)		*		*		*
Noções de História de Arte	*	*	*	*	*	*
Introdução à Física e Química a)				*		
Elementos de Física e Química	*	*	*	*	*	*
Introdução às Ciências Naturais a)		*				*
Matemática	*	*	*	*	*	*
Desenho Geral a)		*		*		*
Desenho de Observação e de Ornato	*	*	*	*	*	*
Desenho de Figura	*	*	*	*	*	*
Desenho de Letra	*	*				
Modelação	*	*	*	*	*	*
Composição Decorativa	*	*	*	*	*	*
Religião e Moral	*	*	*	*	*	*
Formação Corporativa	*		*		*	
Noções de Higiene	*		*		*	
Educação Física	*		*		*	
Oficinas e Tecnologia	*	*	*	*	*	*

a) Estas disciplinas, só eram frequentadas no 1.º ano dos cursos de Aperfeiçoamento para os alunos que ingressavam com a instrução primária. Para os que possuísem o Ciclo Preparatório podiam ingressar no 2.º ano de qualquer curso de Aperfeiçoamento.

b) O curso de Ourivesaria teve os primeiros alunos na modalidade de Formação, só no ano lectivo de 1965-66.

Quanto à carga horária o curso de aperfeiçoamento de Gravador de Bronze, Cobre e Aço tinha ao longo dos 6 anos do seu currículo (14+13+18+18+18+18)¹⁹¹ 99 horas (168 no de formação) assim como o curso de Cinzelagem (14+12+18+17+17+18) possuía 96 horas (170 no de formação) e em Ourivesaria (14+13+18+18+18+18) ocupava 98 horas (169 no de formação), de trabalho e de estudo pós- laboral, o que sem pôr em perigo o espírito da reforma se compreendia e se aceitava essa redução horária nos planos de estudo entre os cursos de formação e os de aperfeiçoamento:

" (...) Eu não tive nem Formação Corporativa nem Educação Física [nem Noções de Higiene], essas cadeiras eram para os de dia, que tinham todas as oportunidades e que não aproveitavam, durante a noite eram aqueles que realmente sabiam o que queriam e queriam [sic] trabalhar (...)”¹⁹².

Já no que respeita aos cursos de formação (veja-se o Quadro 12), o aumento da carga horária havida nas cadeiras a serem leccionadas nos novos cursos levou a que tivessem também aumentado obviamente a escolaridade para os alunos do ensino técnico, contando obviamente com os dois anos do ciclo preparatório.

Quadro 12
Carga horária comparativa dos cursos de Gravador de Bronze Cobre e Aço, Cinzelagem e de Ourivesaria (formação)

	Reforma de 1931						Reforma de 1948				
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	total	1.º	2.º	3.º	4.º	total
Gravador de Bronze Cobre e Aço	22	30	36	37	39	164	42	44	42	40	168
Cinzelagem	22	36	39	37	30	164	42	42	43	43	170
Ourivesaria	22	32	36	31	23	144	42	42	42	43	169

Desta forma nos cursos de formação de Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Cinzelagem e de Ourivesaria, a carga horária semanal passou a ser no 1.º ano de 42 horas; no 2.º ano entre 42 e 44 horas; no 3.º ano oscilava entre 42 e 43 horas para no 4.º e último ano os cursos apresentarem uma diferença entre 40 e 43 horas.

Com tudo isto o que nos oferece realçar é que apesar da redução de um ano escolar neste novo e reformulado ensino técnico, conseguiu-se não só aumentar os ensina-

¹⁹¹ Os números correspondem à carga horária semanal nos seis anos dos cursos de Aperfeiçoamento.

¹⁹² Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho(1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Licenciou-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

mentos ligados ao desenvolvimento cultural dos alunos, aumentar a carga horária semanal através de novas disciplinas, manter a mesma exigência técnica através do aumento do número de disciplinas de desenho e tudo isto sem diminuir o número de horas dedicadas às oficinas.

Deste modo e para dar prossecução aos novos planos de estudo, tendo em conta a maior exigência imprimida por esta reforma a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para além das alterações havidas no velho edifício da fábrica dos chapéus, como atrás já fizemos referência, não só teve que se apetrechar nas salas de aulas ditas normais como, nas salas específicas de desenho (Desenho de Letra, Desenho de Figura, Desenho de Observação e Ornato, Composição Decorativa) e principalmente nas Oficinas onde as máquinas e ferramentas não sendo obsoletas careciam de renovação e adaptação às novas exigências do ensino:

" (...) As oficinas, apesar da Escola ter 120 anos e de estarem lá no fundo [sic] eram boas e actualizadas, como também os equipamentos, pena que para o final [finais dos anos sessenta] a estrutura dirigente da escola não soubesse aproveitar as potencialidades do equipamento par o engrandecimento da classe de Ourivesaria (...)"¹⁹³

Ou ainda de uma forma concreta e sucinta respigamos aqui a opinião de outro antigo aluno, este da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis:

" (...) Eu entro para a Soares dos Reis porque fui orientado para tirar um curso ligado à indústria de Ourivesaria. A minha mãe é que me mandou para lá. A Escola era um mundo [sic], lembro-me dos cartazes das ferramentas, das oficinas que eram uma coisa exemplar! Porque nós fomos numa altura [1953/54] em que estava tudo novo (...)"¹⁹⁴

Talvez não sejam surpreendentes estas opiniões tão entusiastas vindas de alunos que passaram na escola os seus anos de "mocidade", onde tudo foi belo e agradável principalmente as memórias. No entanto, nem tudo eram rosas por estes tempos, a Escola até ter as novas oficinas com os demais espaços, teve que travar algumas contendas com a tutela no que respeita às necessidades das áreas específicas e pela correcta utilização das mesmas:

¹⁹³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

¹⁹⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Licencia-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

" (...) Pelas obras em curso, de construção dos novos pavilhões das oficinas e de educação física, e em face do respectivo projecto, verifica-se que deve ter havido interpretação errada quanto à instalação da oficina de gravura. Há a parte de gravura que diz respeito à secção de artes gráficas, que existe no projecto, mas faltam as instalações referentes à oficina de gravura de bronze, cobre e aço, que fazem parte dum grupo independente, distinto, mais ligado à ourivesaria, cinzelagem e artes afins. Para evitar que as instalações das oficinas fiquem incompletas, parece-me que ainda é tempo de fazer um estudo dentro do que está previsto de modo a remediar a falta verificada de instalações próprias para a oficina de gravura de bronze, cobre e aço (...)"¹⁹⁵

Apesar destes contratempos, já atrás referidos, e da ignorância dos técnicos das construções escolares, a direcção resolveu continuar a apetrechar-se com o objectivo expresso de não "perder o comboio" do progresso e de encurtar as diferenças entre o que se ensinava na Escola e a realidade da indústria de ourivesaria.

" (...) Com a finalidade de se melhorar os acabamentos dos produtos manipulados na oficina de Cinzelagem, é não só urgente a Escola adquirir ferramentas, maquinaria e utensílios como ainda contratar um contra-mestre com prática profissional de ourives de prata (...)"¹⁹⁶

Estas necessidades aliás legítimas como encorajadoras quanto à pretendida qualidade do ensino praticado na escola, vão ao encontro da natureza social dos alunos que se candidatavam aos cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Cinzelagem e de Ourivesaria, maioritariamente na modalidade de aperfeiçoamento e correspondia por um lado á crescente procura de aprendizes para esta muito particular indústria e por outro, muitos deles seguiam uma tradição familiar, passada de pais para filhos, que vinha de longe e desde sempre representou numericamente uma larga fatia nas matrículas efectuadas nestes cursos:

" (...) A minha opção pela Escola foi a de que meu pai [Domingos Inácio dos Santos (1903-2000)] já trabalhava como Cinzelador de Ourivesaria e tinha a sua Oficina. Ele por sua vez também já tinha frequentado a Escola [Faria de Guimarães] à noite claro! Eu segui-lhe o exemplo mas fui para de dia. Eu praticamente nasci e vivi no interior da Oficina daí eu amar esta classe de Ourives (...)"¹⁹⁷

Só no ano lectivo de 1950-51 os primeiros alunos se matricularam nos novos cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço e de Cinzelagem, convivendo todos eles com os seus colegas que concluíam os antigos cursos (1931) e transitando outros, com as respectivas equivalências, para os novos cursos.

¹⁹⁵ Correspondência Expedida, Ofício N° 704-51 de 22 de Maio de 1951, enviado ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional.

¹⁹⁶ Acta nº 28 de 11 de Dezembro de 1969 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

¹⁹⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

O novo curso de Ourivesaria que começou, como já anteriormente referimos, por ser proposto como uma especialização subsidiária da Cinzelagem¹⁹⁸, depressa se transformou por proposta e insistência da direcção da escola, primeiro em curso de aperfeiçoamento e mais tarde em curso de formação dando os primeiros passos nos anos lectivos de 1963-64, inicialmente na vertente de aperfeiçoamento cujo Plano de Curso foi aprovado pela Junta Nacional de Educação em 16 de Setembro de 1963, e depois na modalidade de formação no ano lectivo de 1965-66. Também neste curso (veja-se o Quadro 13), tal como nos outros, reflecte-se a diferença entre a frequência da formação e a dos cursos de aperfeiçoamento, muito mais elevada para estes.

Os alunos, maioritariamente do sexo masculino, cedo começaram por optar por estes cursos de aperfeiçoamento que, considerados globalmente, foram frequentados por 1091 alunos (409+310+282) num universo de 1344 estudantes matriculados ao longo dos vinte e três anos que abrange este estudo, o que corresponde a uma percentagem de 81,18% da totalidade de alunos matriculados nos três cursos. Percentagem perfeitamente elucidativa e arrasadora que nos mostra a apetência por estes cursos nocturnos e o papel e importância que eles desempenharam social e economicamente na sociedade portuense de então.

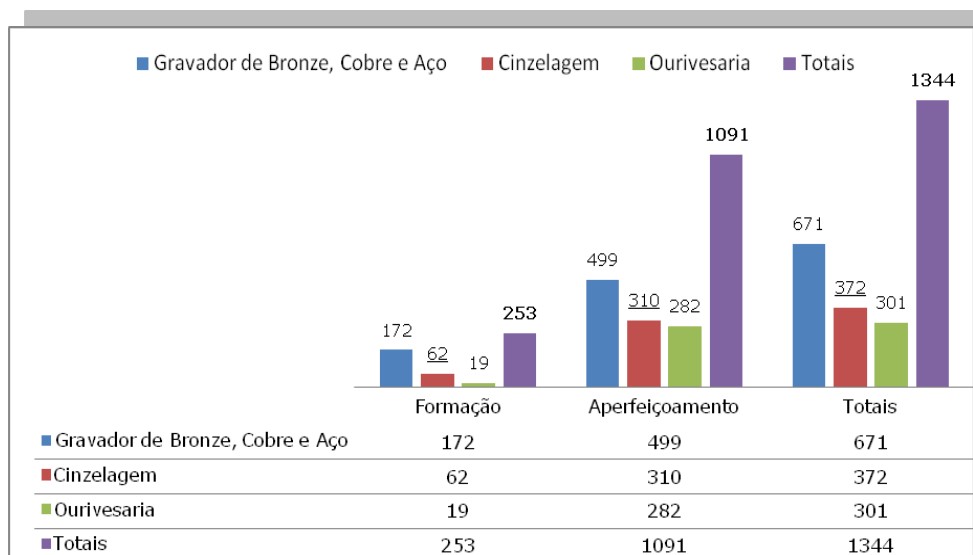
Já quanto à relação de frequência entre os diversos cursos, ela foi sendo diversa ao longo dos anos, todas eles dissemelhantes, com as suas diferentes necessidades, modas e exigências, fruto das dinâmicas sociais e das alterações havidas na sociedade portuguesa em geral e na portuense em particular:

" (...) Naquela época [anos 50] está-se nos anos do pós Guerra e havia certas forças do capital em que necessitavam de investir em objectos de valor, de Arte (...) a nossa classe de Ourives teve na altura e durante a década seguinte uma procura extraordinária, mas como a indústria é muito cíclica quer nos investimentos como na produtividade isto reflecte-se no número de empregados que necessitamos. Há dez anos maus para um ano bom e se calhar isso contribui para a diminuição dos aprendizes (...)" ¹⁹⁹

¹⁹⁸ Esta especialização era designada como Curso de Cinzelagem (Ourives) no Decreto nº 37029 de 25 de Agosto de 1948, publicado no Diário de Governo nº 198, Iª Série de 25 de Agosto de 1948 e onde se acrescentava que neste curso se podiam admitir candidatos habilitados com aprovação no 2º ano do curso de Cinzelagem.

¹⁹⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

Quadro 13
Totais da frequência dos cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço,
de Cinzelagem e de Ourivesaria



Se por um lado o curso de Gravador de Bronze, Cobre e Aço com 671 alunos na sua totalidade (172 em formação + 499 em aperfeiçoamento), foi sempre aquele que ao longo dos anos mais alunos atraiu (49,92%), não é menos certo que nas décadas de cinquenta até meados da de sessenta do século XX o curso de Cinzelagem com 372 alunos na sua totalidade (62 em formação + 310 em aperfeiçoamento) apesar de menos frequentado (27,68%), ombreou com o de Gravador principalmente no curso nocturno de aperfeiçoamento.

Com a introdução do Curso de Ourivesaria nos inícios da década de sessenta, fruto, por um lado dos pedidos da Direcção da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e também dos interesses da indústria local, mais concretamente dos industriais de ourivesaria, que de uma forma interessada e continuada sempre apoiaram a escola "Soares dos Reis" e em particular estes cursos:

" (...) Todavia, em regime de aperfeiçoamento, a maior frequência regista-se nos cursos de [Artes] Gráficas e no de Ourivesaria, neste último devido à acção desenvolvida pelo Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte que tem fomentado a frequência do curso auxiliando, por diversas formas, os alunos, equipando a respectiva oficina e pagando a mestres especializados (...)"²⁰⁰

Dentro deste espírito de fomentar, apoiar e desenvolver estes cursos o Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte não foi ao longo dos tempos o único patrocinador destes cursos e de quem os frequentava pois, por exemplo, já em 1960 o industrial e

²⁰⁰ Relatório da actividade escolar enviado à Direcção Geral do Ensino Técnico do ano lectivo de 1965/66, segundo os termos da alínea u) do artº 103º do Estatuto do Ensino Técnico. P.4.

banqueiro Afonso Pinto de Magalhães²⁰¹ para além de ter instituído um prémio de 1500.00 escudos anuais: " (...) *Para distinguir o melhor aluno finalista destes cursos que se distinguisse pelo aproveitamento e comportamento impoluto (...)*" ²⁰², também doou ouro para a cunhagem de medalhas alusivas às Comemorações Henriquinas em 1960.

" (...) O senhor Director manifestou seguidamente o desejo que o Conselho [Escolar] se juntasse ao agradecimento ao senhor Afonso Pinto de Magalhães pela generosa oferta de ouro [sublinhado nosso] necessário para a cunhagem das medalhas que foram oferecidas a Suas Excelências os Senhores Presidente da República e do Conselho²⁰³. A atitude do senhor Afonso Pinto de Magalhães, disse, constitui um exemplo edificante e um estímulo para esta Escola e demonstrou um alto espírito de compreensão pela causa do ensino (...)" ²⁰⁴.

Estas ofertas feitas pela Direcção da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis eram comuns e representavam, por um lado uma forma de estar "com a situação" e de agradecimento pelos apoios que o poder político lhe ia concedendo mas também de publicitar e de se afirmar como escola de excelência face ao panorama nacional:

" (...) Junto tenho a honra de remeter três facas para cortar papel, em prata, com o peso de 95 gramas cada uma, que o Conselho Administrativo deste estabelecimento de ensino pede licença para oferecer a V. Ex^a. (...)" ²⁰⁵.

Ou ainda, uma encomenda de peças (em prata) feita por Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães bastante curiosa, tendo em conta o perfil do encomendador, professor, inspector e metodólogo da disciplina de Desenho no ensino técnico, artista plástico, jornalista, publicista e teorizador do ensino artístico e como tal profundo conhecedor das qualidades pedagógicas e artísticas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, como da destinatária do dito pedido que não era nem mais nem menos que a sua digna congénere Escola de Artes Decorativas António Arroio:

" (...) Para os devidos efeitos, informo V.Ex^a que não pode ser dado ainda cumprimento à ordem dada pelo Exm^o Inspector Calvet de Magalhães, referente ao pedido de algumas peças feitas em prata na Oficina de Cinzelagem e destinadas à Escola de Artes Decorativas António Arroio, de Lisboa, por ainda não haver verba

²⁰¹ Afonso Pinto de Magalhães foi um empresário e banqueiro portuense, fundador, entre outras empresas, do Banco Pinto Magalhães e da SONAE. Foi ainda presidente do Futebol Clube do Porto entre 1967 e 1972.

²⁰² Acta nº39 de 25 de Setembro de 1961 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

²⁰³ Estas medalhas foram totalmente concebidas e executadas por alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e oferecidas ao Presidente da República General Óscar Fragozo Carmona e ao Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar por altura das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960).

²⁰⁴ Acta nº33 de 4 de Agosto de 1960 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

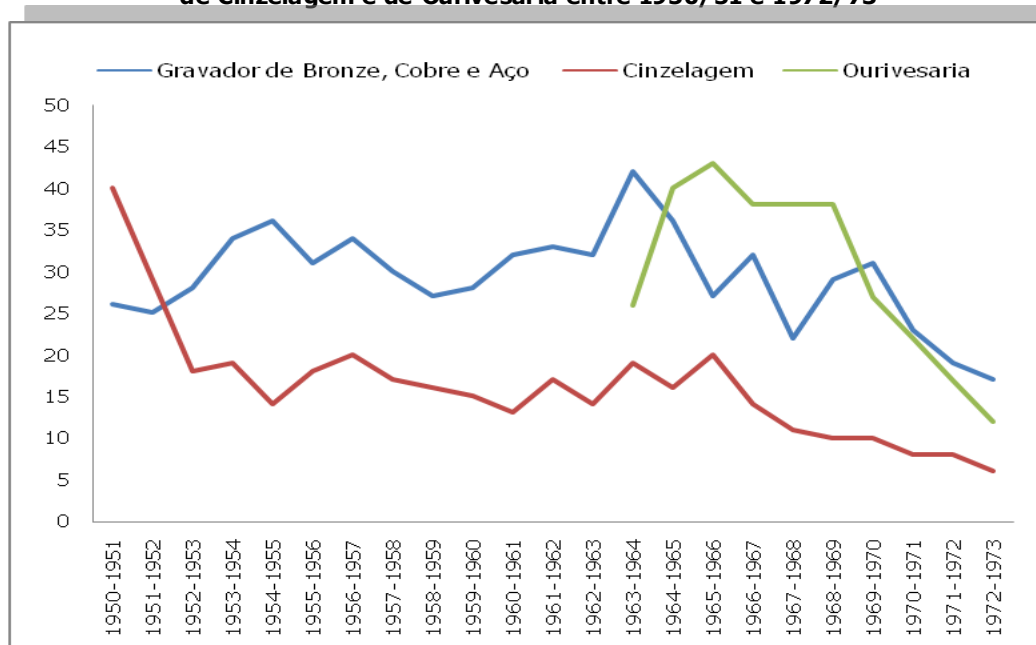
²⁰⁵ Correspondência Expedida, Ofício N.º 520-51 de 7 de Abril de 1951, enviado ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional.

reservada à moldagem dos referidos trabalhos, mal ela [a prata] chegue envidaremos todos os esforços para que tal desiderato se confirme (...).²⁰⁶

Perante estes pedidos honrosos, apoios diversos e demais interesses, a par também dos reajustes curriculares havidos no princípio da década de sessenta, a relação da frequência entre estes cursos alterou-se profundamente, passando Ourivesaria a ter uma afluência de 301 alunos na totalidade (19 em Formação + 282 em Aperfeiçoamento) o equivalente a 22,40 % no conjunto total de anos, relegando o curso de Cinzelagem para uma participação nitidamente minoritária.

Na análise feita à variação da frequência destes três cursos ao longo dos anos, como se pode ver no Quadro 14, para além de se notar nitidamente a quebra acentuada da frequência do curso de Cinzelagem nos inícios da década de sessenta, em proveito do curso de Ourivesaria que ultrapassa largamente nesse período os outros dois cursos, correspondendo desta forma quer aos apoios que teve, bem como à correcta implementação no contexto preciso de uma escola de ensino artístico.

Quadro 14
Frequência dos cursos de Gravador de Bronze Cobre e Aço,
de Cinzelagem e de Ourivesaria entre 1950/51 e 1972/73



Apesar do crescimento e expansão nos princípios dos anos sessenta, época em que houve uma maior afluência a estes cursos globalmente considerados, com particular destaque para os cursos de Ourivesaria e Gravador de Bronze, Cobre e Aço, a queda lenta e progressiva da frequência a partir de finais desta década não pôde ser evitada

²⁰⁶ Correspondência Expedida, Ofício Nº 737-51 de 2 de Junho de 1951, enviado ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional.

como aliás veio a suceder de igual modo nos cursos de Mobiliário Artístico e de Artes Gráficas, pelas mesmas razões atrás já referidas e a que, mais uma vez, não serão de estranhar as alterações substanciais havidas na sociedade portuguesa de então e dos novos paradigmas educacionais que Veiga Simão imprimiu ao ensino português nesta altura.

Quanto ao *modus operandi* desenvolvido nestes cursos realçamos as diferenças havidas entre si, principalmente ao nível dos conteúdos programáticos na disciplina de oficinas onde, no curso de Gravador de Bronze, Cobre e Aço se começava por privilegiar o ensino da forma como melhor se serrava e limava, o polimento duma das faces de um cubo de aço, por exemplo, a classificação e preparação das ferramentas mais utilizadas como as talhadeiras e buris, estes de preferência feitos pelos alunos, exercícios de corte em aço ou em qualquer metal, o conhecimento das propriedades dos metais, exercícios de corte em aço ou em qualquer outro metal, conhecimento dos minérios constituintes dos metais e as operações metalúrgicas associadas à produção dos vários metais, aprendizagem de como se tempera os aços e o conhecimento imprescindível como ele se comporta relativamente à pressão exercida nas máquinas de estampagem, execução de pequenas peças - baixos-relevos a partir de desenhos simples de plantas ou qualquer outra composição para mais tarde os alunos se abalançarem na feitura de matrizes ou cunhos, tanto em positivo como em negativo em aço ou de qualquer outro metal, dependendo da matéria prima em que tinha sido feita a estampagem.

Na oficina de Cinzelagem elegia-se primeiramente o estudo das propriedades dos metais mais utilizados no ofício de Cinzelador, assim como os conhecimentos inerentes à densidade dos metais para na presença de qualquer modelo o aluno saber, aproximadamente, o peso depois de fundido em qualquer metal, começava-se na bancada a cercar (serrar) em chapa qualquer composição geométrica, de linhas rectas ou curvas, planos lisos e fundos rebaixados a fosco, abordava-se a extracção dos minérios, metalurgia dos metais, a classificação das ferramentas, princípios de levantar na chapa e com o tempo insistia-se na continuação destes exercícios com a finalidade de os alunos adquirirem a tão necessária firmeza de mão e por fim já devidamente exercitados, levantarem em chapa a cinzel executando modelos compostos pelo aluno como também saberem retocar peças saídas da fundição:

" (...) A primeira vez que contactei com os materiais foi um deslumbramento e uma dificuldade pois tinha um degrauzinho junto da bancada para chegar ao torno, pois aquilo estava feito para uma altura que não era a nossa. E lá comecei a limar um cubo de ferro com dificuldade, mas consegui (...)"²⁰⁷

²⁰⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço

Eram pois assim que se desenrolavam as aulas nas oficinas pois os testemunhos de alunos que frequentaram a “Soares dos Reis” mesmo que as suas vivências tenham sido espaçadas no tempo (décadas de distância) coincidem nos modelos e nas práticas oficinais:

“ (...) Nas oficinas, nos primeiros anos tínhamos uma quantidade de exercícios práticos mas sem responsabilidade. Fazíamos chapas de metal, curvas e contra-curvas... Era a adaptação aos materiais e às ferramentas que é o que falta aos alunos nos dias de hoje. Aprendíamos a distinguir entre as diferenças de moldagem dos vários metais como o cobre, prata, bronze (...).”²⁰⁸

Todas estas aprendizagens, porém, eram precedidas de uma aturada e completíssima bateria de ensinamentos transmitidos nas diversas disciplinas de Desenho que estes cursos possuíam no seu plano de estudos:

“ (...) Cada aluno tinha a sua bancada para trabalharmos no metal, no entanto nas aulas práticas de Desenho não se usava o estirador mas sim cavalete que eram postos em redor do objecto a desenhar (...).”²⁰⁹

A complexidade e especificidade dos projectos eram abordados invariavelmente na disciplina de desenho de observação e ornato como na de composição decorativa onde se abordavam, entre outras matérias, a natureza e a arte decorativa, se estudava composição ornamental e estilização das formas, as formas artísticas, o estudo do objecto, quanto à forma e sua ornamentação bem como a composição geral para serem modeladas em barro, cera ou plasticina:

“ (...) Onde hoje é a cantina, antigamente existia um horto e uma estufa onde encontrávamos imensas plantas com e sem flor. Então nós íamos a essa estufa e escolhíamos a planta, trazíamos o vaso para a sala de Desenho, desenhávamos, por exemplo uma folha e a partir daí fazíamos a composição. Depois dávamos a estilização necessária e concebíamos o modelo para depois aparecer num balde para gelo, por exemplo (...).”²¹⁰

Esta metodologia do projecto fazia com que a disciplina de composição fosse preferencialmente também leccionada pelo professor de modelação. No curso de Cinzelagem, a disciplina de modelação possuía certos objectivos particulares, concernentes á delicadeza da execução dos objectos bem como ao facto dos objectos serem geralmente de pequeno formato e mais importante ainda estarem nas dimensões em arte final

em 1958. Licenciou-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

²⁰⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ *Idem.*

muito próximos da realidade para que não houvesse grandes discrepâncias entre os ensinamentos da escola e a oficina da vida. Nesta obrigatória interdisciplinaridade a importância do projecto era relevante e não se ficava por uma mera indicação, apresentava-se como uma ajuda fundamental na estruturação das acções a implementar e adaptado e recriado a cada peça ou objecto a ser posteriormente executado nas oficinas:

" (...) Primeiramente havia todo um trabalho de aprendizagem como ter segurança no fazer o Desenho, depois é que se passava à parte oficial (...) O projecto era desenhado, por exemplo uma jarra. A forma era à vontade do aluno. O aluno fazia o projecto, estudava a forma e depois era preciso planificar essa forma, encontrar o volume no espaço, dimensioná-lo e depois de planificado e encontrada a espessura do objecto, vinha para a oficina para ser produzido (...)"²¹¹

Tal estrutura em cadeia interligada entre si e dependente uma da outra não era mais que o natural desenvolvimento das técnicas de representação rigorosa que este género de produtos carecia e que por via desta necessidade funcional era de extrema importância que os alunos apreendessem estes procedimentos para assim partirem, por exemplo, da projecção num plano para, de seguida, definirem sem qualquer deformação o modelo, *alma mater* da peça ou objecto:

" (...) Apesar de haver grande preocupação com o projecto ele não era dado na mesma sala. Era dado em salas diferentes. O espaço do sector do projecto e o oficial deveria ser o mesmo e não era! Muitas vezes, se o professor não estava atento ao desenrolar do projecto e sua posterior aplicação, o aluno perdia-se e portanto o ensino para ser correcto deve ser feito interdisciplinarmente. Isto obriga o professor de projecto a participar na parte oficial e vice-versa (...)"²¹²

Este exemplo, entre outros, correspondia como sempre, às exigências e necessidades de um correcto desenvolvimento do trabalho e que exigia quase sempre a harmonização de uma série de factores de ordem estética, económica e social, onde o aluno podia dar azo à sua imaginação, porém condicionado à função da peça e à encomenda do industrial. Em suma o objecto a ser construído para além da sua forma e função deveria também responder a uma necessidade socialmente sentida.

Todo este manancial de informações transmitidas na escola e pela escola transformaram obrigatoriamente estes alunos, uns já aprendizes, outros em formação para serem trabalhadores especializados que depois de terem percorrido toda esta cadeia de disciplinas passavam com certeza a ter uma visão mais global, precisa e integrado-ra do seu papel enquanto operários mais ou menos especializados.

²¹¹ *Idem.*

²¹² *Idem.*

Não eram já simples artesãos, os quais normalmente prescindem, por desconhecimento, da importância do desenho, da pesquisa e do Projecto; estes alunos evoluíram, adquiriram uma diferente postura face ao trabalho, à criação das suas peças e ao papel que iriam desempenhar na sociedade industrial portuense e nacional.

Foi a partir destas boas práticas, muitas delas só conseguidas ao longo dos anos e transmitidas por professores e mestres de reconhecido mérito que é justo aqui realçar os seus nomes: Custódio Bernardo Lopes e Joaquim Martins de Meireles em oficina de cinzelagem, Alfredo Augusto Ferreira da Silva e Mário Recarei Leite de Andrade em oficina de gravura de bronze, cobre e aço e José Domingos Vaz em oficina de ourives, e a quem estes cursos ligados à indústria da “prata e do ouro” e os alunos que com eles conviveram, muito ficaram a dever pois com a sua dedicação e empenho trouxeram nome e prestígio à Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

A importância e o “valor acrescentado” que estes cursos trouxeram à escola foi mais por via do seu pendor profissionalizante, advindo do maior número de estudantes dos cursos de aperfeiçoamento (81,18%) os quais já inseridos no tecido empresarial do Porto e arredores se serviam da escola para serem melhores e mais aptos nas suas profissões e empresas, mas que enriqueceram também a escola com as suas práticas de profissionais íntegros, dignos e capazes.

PINTURA DECORATIVA, ESCULTURA DECORATIVA E CERÂMICA DECORATIVA

“ (...) Numa escola de artes como a “Soares dos Reis” o “clima” que se respirava era o da Arte. Partíamos do princípio que os alunos e alunas que iam para Pintura e Escultura eram por serem especiais. Queriam era ser artistas [plásticos] (...)”.²¹³

As palavras são de Celeste Ferreira, aluna do curso de Pintura Decorativa nos finais dos anos sessenta expressando o que lhe “ia na alma” e reproduzem os sentimentos, os anseios e os sonhos de uma grande parte dos 3864 alunos que se matricularam nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa ao longo dos anos.

O seu motivo, o verdadeiro desígnio destes alunos quando transpunham o portão da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis era um dia serem artistas. Eram estes os propósitos para que lutavam, era com estes objectivos em mente que traçavam os seus planos; a escola simplesmente servia como meio para um fim mais elevado!

²¹³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

Entrar na Escola Superior de Belas Artes. Para alcançar tal desiderato necessitavam de percorrer e ultrapassar com êxito as muitas e diversas disciplinas da “Soares dos Reis”.

De uma forma ou de outra, com mais ou menos dificuldades, verificamos que entre outros indicadores, por exemplo, foram nestes cursos, juntamente com a Secção Preparatória às Belas Artes, onde houve ao longo de vinte e três anos lectivos (1950-1973) maiores percentagens de conclusão dos cursos 24,69% e 66,14% respectivamente, o que prova o maior empenho e adaptação por parte dos alunos por estes cursos e também, é bom dizê-lo, a maior disponibilidade de tempo e de condições para o estudo das matérias dadas, tendo em conta que a maior frequência nestes cursos, ao contrário dos outros já estudados, era o de serem constituídas maioritariamente por alunos dos cursos de formação:

“ (...) Optei pela Soares dos Reis porque eu queria ir para artes e não desejava ir para o liceu. Fiz a admissão tanto à Escola Técnica como ao Liceu e passei em ambas. Entrei portanto para o curso de Pintura [Decorativa], fiz os dois primeiros anos, obtive as classificações obrigatórias e passei logo para a Secção Preparatória às Belas Artes. Entrei nas Belas Artes [Escola Superior de Belas Artes do Porto] com dezassete anos por fazer e fui para Escultura porque tive na Soares dos Reis um excelente professor, o escultor Mário Truta que foi quem me ajudou a perceber que devia ir para Escultura, apesar de eu ter feito Pintura na Soares dos Reis (...)”.²¹⁴

A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis serviria assim como uma primeira, mas decisiva etapa que urgia ser transposta, para se prosseguir a via das Artes frequentando a, na altura denominada, Escola Superior de Belas Artes. Depois de concluídos os cursos na “Soares dos Reis” e nas “Belas Artes”, começar o longo caminho que a todos se disponibilizavam percorrer para atingirem a fama, a glória e o reconhecimento da sua obra artística. Destas duas etapas, ambas trabalhosas e extenuantes mas também exaltantes quer nos ensinamentos como nas vivências que transmitem, só da primeira este trabalho se debruça.

Se a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis era na maior parte dos casos o fim do percurso escolar, quase antecâmara para o mundo do trabalho e meio único e decisivamente eficaz de valorização profissional, como anteriormente se fez referência principalmente nos cursos de Mobiliário Artístico, Artes Gráficas e dos cursos ligados à transformação artística da prata e do ouro, já o mesmo não sucedia com tanta frequência nem com tal percentagem nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa, como aliás se pode constatar em discurso directo, dos depoimentos por nós

²¹⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

recolhidos. Se eram estas, como foram ao longo dos anos, as ideias da juventude que afluía em massa a estes cursos mais “artísticos”, não eram bem estes os pensamentos nem os propósitos, maioritariamente seguidos pelos ideólogos da Reforma de 1948 e em última instância do Estado Novo em relação a este tipo de ensino. A sua preocupação maior e posterior conclusão de um dos muitos responsáveis pelos relatórios e pareceres que antecederam a reforma de 1948, foi mais de um ensino técnico como meio para futuras saídas profissionais, mesmo para os cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa:

“ (...) Outrossim é verificar que este ensino [das Artes Decorativas] garantiu ao país artífices e artistas nos diversos sectores de aplicação das artes visuais: desde o desenhador ao decorador; desde o ilustrador ao maquetista gráfico; desde o oleiro ao ceramista; desde o modelador ao escultor - maquetista, desde a montagem de exposições à museografia; desde a cenografia à encenação (...) ”.²¹⁵

Estas parciais conclusões do professor Arnaldo Louro de Almeida, Director da Escola de Artes Decorativas António Arroio – Lisboa, proferidas nos princípios da década de setenta do século vinte, omitiam claramente o elevado número de alunos que frequentaram ao longo dos anos, em ambas as Escolas de Artes Decorativas, estes cursos “artísticos”, que depois de concluídos, optaram, não por serem “artífices e artistas nos diversos sectores de aplicação das artes visuais”, mas por se matricularem na Secção Preparatória às Belas Artes a fim de prosseguirem estudos nas Escolas Superiores de Belas Artes.

Curiosamente, já outro Director da “António Arroio”, o pintor Lino António se tinha debruçado sobre estes problemas nos anos quarenta mas com uma visão mais distendida, pois admitia, na altura, que acabados os cursos demasiados profissionalizantes das Artes Aplicadas estes cursos (Artes Decorativas) podiam também servir aos alunos para além das saídas profissionais ligadas às indústrias artísticas, servir também aos alunos a optarem, se entendessem ter capacidades, a enveredarem por carreiras artísticas:

“ (...) É chegado o momento de encarmos com coragem e decisão um dos problemas de ensino dos mais importantes para a vida das artes nacionais: o das artes aplicadas à indústria ou melhor o das artes decorativas. Todos nós sabemos que duas escolas de Arte Aplicada que actualmente existem no País são unicamente embriões de escolas dignas desse nome, e não se julgue que não temos aptidão de ordem artística, pedagógica e profissional para conseguirmos que elas venham a ser modelares, pois a matéria-prima essencial, professores e alunos, em nada inferior à dos outros países. O que de facto nos falta é o apetrechamento conveniente e as instalações necessárias a um ensino profícuo das artes industriais, bem assim a necessária coordenação de elementos artísticos e científicos a fim de podermos realizar em toda a sua plenitude obras de arte que aliem à beleza artística a riqueza do material. É pois, urgente tanto sob o aspecto

²¹⁵ ALMEIDA, Arnaldo Louro de – *Ensino das Artes Decorativas*. Boletim de Pedagogia e Didáctica Escolas Técnicas. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional. 1971, nº 43 (último). p. 128.

económico como cultural (foi sempre através das realizações artísticas que a história melhor avaliou a grandeza dos povos), que se vitalizem as indústrias de arte para as quais temos as melhores condições.

A única forma de o fazermos é, sem dúvida, a de organizarmos, apetrecharmos e dotarmos as actuais escolas de Arte Aplicada, de molde a que elas sejam de futuro, não só o manancial onde se irão buscar os operários, artífices e artistas destinados às indústrias de arte, mas ainda as verdadeiras orientadoras dessas mesmas indústrias. (...) Argumentar-se-á que nem todos os alunos duma Escola de Arte Aplicada [no caso Arte Decorativa] virão a ser artistas e que muitos poderão ser bons operários ou hábeis artífices (...) certamente, entre esses operários e artífices, alguns haverá que poderão ascender a verdadeiros artistas e para uns é imprescindível que exista um ensino à altura das suas possibilidades [e dos seus anseios] (...).²¹⁶

Como nos apercebemos, uma via eram as propostas e ideias dos colaboradores e mentores da reforma, todos eles artistas plásticos (Lino António e Almeida Arnaldo Louro foram pintores com alguma notoriedade e mérito assim como o Escultor Sousa Saldas como atrás já o referimos), outra bem diferente eram os sonhos dos jovens que afluíam à Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis para frequentar esses cursos “artísticos”:

“ (...) Eu queria tirar curso de Pintura da Soares dos Reis, tinha, como hei-de dizer, uma espécie de sonho, uma ilusão (...). Basicamente o que eu desejava era ser artista e creio que em certa medida consegui (...)”.²¹⁷

Se à partida, quase todos, ou uma larga maioria dos alunos, que se matriculavam em Pintura, Escultura e Cerâmica desejavam ser artistas plásticos, o que somente exigiam da escola é que pelo menos ela lhes fornecesse conhecimentos técnicos artísticos e outros, para depois, “com as próprias asas” terem a possibilidade de concretizar o sonho que acalentavam:

“ (...) Comecei a Soares dos Reis pelo curso de gravador litógrafo, mas um dia ao passar pelas vitrinas do átrio da escola, haviam lá desenhos produzidos por alunos numa disciplina chamada Desenho de figura e eu apercebi-me que era ali que eu devia estar (...) vou então bater à porta do professor [escultor] Mário Truta, numa aula em que ele estava leccionar e pergunto-lhe se ele me autorizava a desenhar, e ele deixou-me entrar. Eu entrei e nunca mais de lá saí (...)”.²¹⁸

A consciencialização de uma necessidade decorre de uma situação de carência. Quando um jovem de doze, treze anos olha para um desenho exposto numa vitrina e deci-

²¹⁶ LINO, António – “O Problema das Artes Decorativas em Portugal”, In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa*, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, 1947, nº2, Vol. I. p. 22.

²¹⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Emerenciano (1946), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura em 1966. Ingressa na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Pintura no ano de 1976, após uma interrupção devido ao serviço militar obrigatório. É pintor e escritor.

²¹⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Fernando Manuel Amaral da Cunha (1954), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, nos anos 70, onde concluiu o curso de Artes Visuais. Licencia-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto. É escultor.

de só por esse facto mudar radicalmente a sua vida algo de mágico se passou “dentro dele” e que fortuna o desenho possuía para ele, para em consciência, achar aí a resposta aos seus sonhos. Quis com tanta força que foi a partir desse momento, desse “encontro” com a materialização dos seus anseios de menino que depois de frequentar a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, posteriormente se matricula na Escola Superior de Belas Artes do Porto (agora Faculdade de Belas Artes do Porto) onde é professor e artista consagrado. Como este jovem, muitos foram os exemplos em que a “Soares dos Reis” foi a matriz seminal, a primeira construtora dos seus sonhos. Essa foi uma das muitas virtudes desta escola técnica artística.

Porém, temos plena consciência de que a grande maioria dos 3864 alunos que frequentaram estes cursos (veja-se o Quadro nº 17), entre as décadas de cinquenta e setenta acabaram por se “encaixar” nas ideias dos mentores da reforma e foram como artistas especializados elevar o nível artístico das indústrias de arte nacionais, mas outros ainda, em menor número, depois de concluídos os cursos seguiram a carreira do ensino, leccionando as disciplinas de Trabalhos Manuais e Desenho e uma minoria teve a possibilidade, sorte e empenho de conseguir ser, o que mais desejavam, artistas plásticos de valor reconhecido, no espaço português e internacional. A uns e outros se alude neste trabalho como comprovam as suas biografias breves que vão em notas de rodapé. Independentemente das saídas profissionais, os alunos só se matriculavam nos cursos “artísticos” da Soares dos Reis depois de concluído o ciclo preparatório com aproveitamento nas disciplinas de Trabalhos Manuais e Desenho:

“ (...) É vedada a matrícula nos cursos de formação de índole artística aos candidatos que no ciclo preparatório tenham revelado manifesta deficiência em Desenho ou Trabalhos Manuais (...)”.²¹⁹

Por esta condição imposta pela lei, mais uma vez, se pode aquilatar dos intuitos e propósitos dos legisladores e paralelamente da importância, nunca anteriormente referida, às disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais, disciplinas da área das “manualidades” sempre colocadas em segundo plano, mesmo quando se tratava de cursos vocacionados para estas áreas artísticas.

Nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa, o plano de estudos dos cursos pouco variava entre si, destacando-se em relação aos outros cursos a predominância das variadas disciplinas de desenho como atrás já fizemos referência.

A disciplina de Arquitectura de Interiores²²⁰ [uma das novidades desta reforma (1948)] leccionada no curso de Pintura Decorativa era uma disciplina regida somente no quarto e último ano por professores como os arquitectos António Júlio Teixeira Lopes e

²¹⁹ Decreto nº 37029, de 25 de Agosto de 1948, Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, Parte I, Capítulo II, Art. 51º-1, alínea b).

²²⁰ A disciplina de Arquitectura de Interiores era também leccionada no curso de Mobiliário Artístico.

Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela mais tarde professor de Teoria do Design, que tinham como pretensão e obrigação transmitir aos alunos uma visão global espacial do emprego prático e utilitário (com função) das potencialidades das diversas técnicas de pintura, como também transmitir-lhe a importância dos meios técnicos apreendidos mas da necessidade da sua perpétua adaptação aos fins a que se destinam. O destino da obra e a necessidade de resolver artisticamente e com a técnica apropriada será sempre uma boa prática e um estímulo para o aluno. Foram pois estes estímulos que os alunos foram “ouvindo” dos seus mestres:

“ (...) Sousa Caldas sentiu, por volta do ano sessenta que devia aumentar a qualidade do ensino na Soares dos Reis, a que ele chamou “refrescadela” e como sentia que não era capaz, chamou-me a mim para começar a pensar em “modernizar” a matéria Arquitectura de Interiores e ao mesmo tempo começar a estimular os jovens com as ideias do Design, queria! Eu mais tarde vim a ser professor de Teoria do Design [1973] (...)”.²²¹

Se a ideia era “refrescar” o ensino de Arquitectura de Interiores a verdade é que se manteve quase inalterável até finais dos anos sessenta, onde o estudo se baseava principalmente nos principais elementos da arquitectura de interiores como: portas, janelas, lambris, frisos, pavimentos, paredes, assim como o estudo da cor numa perspectiva mais vocacionada em conseguir um ambiente agradável a uma casa ou compartimento, abordar a disposição dos diferentes aposentos que forma uma habitação, qual a sua utilização, a estética que deve haver na decoração de uma moradia como também saber a disposição mais correcta e harmoniosa do mobiliário que a constitui; o estudo das proporções dos compartimentos, sua disposição solar, saber “tirar partido” da luz natural bem como dos elementos naturais empregues na construção de uma habitação como granito, mármore, vidro, madeira. Por último, os alunos aprendiam a executar maquetas .

Outra disciplina, com características muito próprias e de uma importância extrema no ensino da pintura, foi a Química Aplicada que quanto à necessidade de uma matéria de carácter eminentemente científico era por demais considerada essencial:

“ (...) A inclusão da disciplina de Química Aplicada ao curso de Pintura Decorativa, correspondendo à necessidade de ser dada em cadeira própria [para além da disciplina de Elementos de Física e Química] uma interpretação de carácter científico a todos os fenómenos relacionados com a prática e a técnica da pintura permite estabelecer, pela primeira vez neste ensino, uma coordenação perfeita entre a prática e a teoria e

²²¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 ao arquitecto Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela (1917 – 2006), professor da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis a partir dos anos 50 do século XX, de onde se aposentou.

dar aos futuros profissionais, quer confiança plena nos processos que utilizam, quer ainda possibilidades de os transformarem e aperfeiçoarem fora do empirismo e rotina (...).²²²

Para além destas notas introdutórias avançava-se com um enquadramento histórico e artístico da química, assaz claro e revelador da importância desta disciplina num curso como o de Pintura Decorativa:

" (...) Tem sido notável a contribuição dada pela química à indústria dos corantes, mas muito fraca tem sido a sua projecção nos conhecimentos científicos dos actuais profissionais da pintura. É desconsolador concluir que, em pleno século XX, quase sem segredos por explicar nem fenómenos por interpretar, a técnica da pintura seja exercida dentro de um receituário muito mais empírico do que o utilizado há cinco séculos, no alvorecer do Renascimento. Nessa época, e até mesmo posteriormente, quando as teorias eram escassas e as possibilidades da indústria bastante reduzidas, os profissionais da pintura detinham quase todos os conhecimentos teóricos que a ciência oferecia à curiosidade dos estudiosos. Rafael, Leonardo da Vinci, Rembrandt, Rubens e outros aparecem-nos como verdadeiros cultores e investigadores da química dos corantes, não só realizando a utilização científica do que a esse respeito se sabia, mas procurando sempre, através de laboriosos ensaios e porfiados estudos químicos, melhorar a sua técnica e aperfeiçoar os seus processos. Já nesse tempo a aprendizagem, orientada principalmente na "prática consciente e metódica" das manipulações, procurava interessar os iniciados em determinadas normas, cuja apreciação, feita hoje, a muitos séculos de distância, nos deixa entrever uma subordinação científica a certas regras e preceitos. (...).²²³

Para além destas considerações pertinentes de carácter abrangente e introdutório sem ser de carácter exclusivamente químico mas suficientemente claros para posteriormente serem levados a desenvolvimentos mais em conformidade com o curso e o nível do ensino a ministrar, o preâmbulo avança então para a descrição da matéria a abordar, a qual como se compreende não iremos aqui explicar, mas somente aflorar pela sua relevância e actualidade:

" (...) Na elaboração do programa de Química Aplicada partiu-se do pressuposto de que esse ensino se tenha realizado em termos de razoável eficiência e por isso se não achou conveniente começar por uma revisão formal e maciça das matérias já versadas, e antes se preferiu começar por uma digressão através dos reinos da Natureza, digressão essa que será possível interessar a atenção dos alunos na riqueza imensa das fontes naturais e ao mesmo tempo mantê-los curiosos na observação de tudo aquilo que de útil para a pintura no nosso país existe e se produz. Evidentemente, uma tal digressão não poderá ter carácter exclusivamente químico nem poderá ser levada a desenvolvimentos que não estejam em conformidade com o nível do ensino a ministrar. Procurar-se-á dar a essas lições feição nitidamente global, de sorte que o interesse dos alunos não seja prejudicado pela necessidade de escusados e contraproducentes esforços de memória. (...). Cativados os alunos por uma descrição atraente dos assuntos naturais, passa-se depois a uma pequena sistematização do estudo químico de alguns elementos e compostos mais importantes, feita como que a recordar aquilo que já devia saber-se dos anos anteriores, mas dando sempre prioridade, de entre as pro-

²²² Programas de Ensino Profissional, Industrial e Comercial, Portaria 13800, publicada no Diário do Governo nº 8, 1ª Série, de 12 de Janeiro de 1952. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 102

²²³ Idem, p. 103.

priedades químicas, àquelas que mais directamente irão ser utilizadas tanto na tecnologia das tintas como na preparação das superfícies. (...). Com o aparecimento dos vários tipos de pintura surge a necessidade de se fazer alusão a certas indústrias, como a da cal, a do cimento, a do vidro, a da cerâmica, etc., e até, por vezes, de se pormenorizar a sua descrição. (...). Julgou-se conveniente incluir neste programa um capítulo destinado ao estudo rudimentar da conservação e restauro e ainda um outro consagrado à higiene e profilaxia da pintura e dos pintores, tendo em vista o conhecimento que todo o pintor deve possuir sobre antídotos, desinfectantes e anti-sépticos (...). A função das aulas teóricas é essencialmente a de preparar a realização proveitosa dos trabalhos do laboratório e também da oficina, isto é, apetrechar o espírito dos alunos com os conhecimentos científicos gerais necessários à clara compreensão dos fundamentos e do alcance de todas as manipulações a que vão proceder nesses trabalhos. Estes constituem, pois, os elementos verdadeiramente nucleares do programa (...).²²⁴

A importância desta disciplina era tal, no entendimento dos responsáveis da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis que foi objecto de uma deliberação emanada do Conselho Escolar em Junho de mil novecentos e sessenta e um, onde se manifestava entre outras considerações, a preocupação com as mudanças quase anuais dos professores que regiam a disciplina de química aplicada:

" (...) É a cadeira de Química Aplicada, ou melhor, são as diferentes Químicas Aplicadas [os cursos que incluíam nos seu planos de estudo esta disciplina eram o de Pintura e Cerâmica Decorativa e o de Gravador Fotoquímico], regidas normalmente por um professor provisório do 4º grupo, um licenciado em Físico-Químicas ou Engenheiro Químico. Na realidade até agora tem-se verificado que cada ano lectivo nos traz seu professor diferente, que embora habilitado nos ramos de Química por uma Universidade tem de preparar os seus cursos e debruçar-se sobre as técnicas, complexas algumas da Química da Pintura, dos fenómenos químicos característicos das transformações sofridos pelos materiais cerâmicos, das operações delicadas, da química fotográfica e da gravura, etc. Há, portanto, necessidade que esse estudo não se perca e que se garanta ao professor estudioso, as possibilidades, de, pela sua permanência em contacto com os problemas das químicas aplicadas, aumentar a sua bagagem de conhecimentos e tirar dela o máximo do rendimento contribuindo, assim, para uma melhor preparação dos alunos que lhe são confiados. Pelas razões expostas, julga o Conselho conveniente que na Escola seja criado um lugar de professor extraordinário do 4º grupo (...).²²⁵

Cremos que as pretensões não tiveram eco na Direcção Geral, pois oito anos passados o lugar de professor de Química Aplicada era unicamente preenchido pelo professor provisório, licenciado José Augusto Marques da Silva. Quanto aos planos de estudo dos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa eles são muito idênticos quanto às várias disciplinas que os constituem (veja-se o Quadro 15), ressaltando-se no entanto a ausência de Química Aplicada, Desenho De Letra no curso de Escultura Decorativa, assim como a exclusividade da disciplina de Arquitectura De Interiores para o curso de Pintura Decorativa, como também a ausência da disciplina de Modelação, aparentemente inexplicável, no curso de Pintura Decorativa:

²²⁴ Idem, p. 104.

²²⁵ Acta nº 37 de 22 de Junho de 1961 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

" (...) Paralelamente à execução de vitrais para a Capela do Hospital de S. João [Porto], porque sou o mais velho de cinco irmãos e aos dezasseis anos passo a trabalhar aos fins da tarde e nas férias, tive que fazer a disciplina de Modelação pois necessitava desses ensinamentos e não havia no curso de Pintura [Decorativa] (...)".²²⁶

Em contrapartida o curso de Escultura Decorativa, aí sim completamente propositado, possuía duas disciplinas de Modelação: uma denominada Modelação de Ornato leccionada no 1º e 2º ano e onde se abordava o estudo dos elementos naturais, cópias de modelos de gesso, técnicas de baixo e alto-relevo, sempre que possível assim como dos seus esqueletos e proporções como ainda o estudo comparado de obras das épocas grega, oriental, romana, gótica, renascentista e outras com o objectivo da sua aplicação na decoração.

Quadro 15
Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa – Planos dos Cursos

	Pintura Decorativa		Escultura Decorativa		Cerâmica Decorativa	
	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos	Form. 4 anos	Aperf. 6 anos
Português	*	*	*	*	*	*
Francês	*	*	*	*	*	*
Historia de Portugal a)		*		*		*
Noções de História de Arte	*	*	*	*	*	*
Introdução à Física e Química a)		*		*		*
Elementos de Física e Química	*	*	*	*	*	*
Química Aplicada	*	*			*	*
Introdução às Ciências Naturais a)		*				*
Matemática	*	*	*	*	*	*
Desenho Geral a)		*		*		*
Desenho de Projecções e Perspectiva	*	*	*	*	*	*
Desenho de Observação e de Ornato	*	*	*	*	*	*
Desenho de Figura	*	*	*	*	*	*
Desenho de Letra	*	*			*	*
Arquitectura de Interiores	*	*				
Modelação	*	*	*	*	*	*
Modelação de Ornato			*	*		
Composição Decorativa	*	*	*	*	*	*
Economia Doméstica b)	*		*		*	
Religião e Moral	*	*	*	*	*	*
Formação Corporativa	*		*		*	
Noções de Higiene	*		*		*	
Educação Física	*		*		*	
Oficinas e Tecnologia	*	*	*	*	*	*

a) Estas disciplinas, só eram frequentadas no 1º ano dos cursos de Aperfeiçoamento para os alunos que entravam com a Instrução Primária. Para aqueles que possuísem o Ciclo Preparatório podiam ingressar no 2.º ano de qualquer curso de Aperfeiçoamento.

²²⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Manuel D' Francesco (1936), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, licencia-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor da "Soares dos Reis", de onde se aposenta. É pintor.

Já na disciplina de modelação de figura e noções de escultura sacra como a denominação indicia, o estudo e o trabalho tinha como base e finalidade maior a imaginária religiosa, aliás com toda a propriedade, visto no nosso país e em particular na região Norte haver um riquíssimo património artístico de temática religiosa dispersa por cidades, vilas e aldeias ou reunidas em museus e até em colecções particulares. Para além do esboço rápido e trabalhos executados em diferentes escolas, executava-se algumas cópias de modelos de gesso, composição de figura adaptada à arquitectura, interpretação e representação de imagens religiosas, estudo de “academias” segundo modelo vivo, estudo de torsos e bustos, noções de anatomia e ainda se projectava peças decorativas para hipotéticas praças públicas e jardins. Em Oficinas e Tecnologia nos cursos de Escultura Decorativa, começava-se por algo que não agradava de sobremaneira aos alunos, que era aprender a afiar as ferramentas para só depois se iniciar a feitura de pequenos exercícios de corte de madeira, execução de caneluras, folhas simples, execução de ornatos e de estilo aplicados à decoração, abordava-m-se as propriedades dos materiais, faziam-se frisos e escudetes empregando a cruzeta, tomava-se contacto com os princípios de ponteação e de seguida executavam-se composições de motivos sacros ou outros em alto e baixo-relevo, depois de estes terem sido feitos de acordo com os projectos e o estudo na disciplina de Modelação:

“ (...) Na aula de Modelação fazíamos o modelo em barro, depois passávamos a gesso. A [disciplina] Modelação tinha várias ramificações, nós trabalhávamos o baixo, médio e alto-relevo de acordo com os cursos, por exemplo, para o curso de Ourives fazia -se a modelação em plasticina. Cada um fazia conforme o que pedia a sua especialidade (...).”²²⁷

Se o trabalho executado fosse em madeira, seguia-se o acabamento com a utilização de vernizes e ceras apropriadas. Nos trabalhos em pedra, devido à natural rapidez do material, optava-se geralmente por pedra de Ançã ou de Batalha, por ser “doce” e macia e como tal “mais franca” de ser trabalhada. Os procedimentos eram idênticos aos utilizados para a madeira, com pequenas adaptações como por exemplo, na utilização de três compassos no desenvolvimento da ponteação e utilizava-se também a técnica de ampliação e redução de uma figura:

“ (...) Na Soares dos Reis apanho fundamentalmente muitas disciplinas com carácter científico e tecnológico e tive bons professores de Matemática, Física, Química e na parte tecnológica tive um excelente professor [não o nomeia] de Oficinas que me iniciou na madeira e na pedra (...)”.²²⁸

²²⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

²²⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Ílidio Fontes (1938), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, licencia-se em escultura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e presidente do conselho directivo da “Soares dos Reis”, de onde se aposenta. É escultor.

Perante tão vasto quanto complexo programa de estudos para o curso de Escultura Decorativa é ao confrontarmos-nos com o extenso horário (veja-se o Quadro 16) que nos damos conta das dificuldades sentidas por alunos e alunas que entravam no 1º ano do curso somente com 12 a 13 anos de idade:

" (...) 1 – Os horários devem ser organizados por modo que entre as diversas aulas e sessões de trabalho de cada turma, além dos pequenos intervalos destinados ao repouso dos alunos, haja apenas uma interrupção destinada à refeição dos mesmos. 2 – As aulas teóricas são fixadas, de preferência, na parte da manhã e as sessões de trabalhos práticos na parte da tarde, podendo, porém, quando as necessidades obriguem a mais completo aproveitamento das instalações, organizar-se turmas cujas actividades se distribuem pela ordem inversa (...)"²²⁹

Apesar da legalidade, não podemos deixar de considerar que as aulas eram em número bastante elevado (43 horas semanais), para alunos, como atrás fizemos referência, que amiúde precisavam de um "degrauzinho" para chegar à bancada de trabalho. Para além de todo o dia na escola, tinham ainda aulas aos sábados, nuns cursos só de manhã noutras a "parte da tarde", acrescido o facto de muitos deles se deslocarem de fora do Porto:

" (...) A carga horária era densa, com aulas teóricas de manhã e à tarde oficinas, se bem que para o aluno era um espaço de enriquecimento cultural (...)"²³⁰

Quadro 16

Horário semanal do 1º Ano do Curso de Formação de Escultura Decorativa do ano de 1969/70

HORAS	SEG.	TER.	QUART.	QUI.	SEX.	SÁB
9-10	Fís. Quím..	Des. Om.	Fís. Quím.	Des. Om.	Fís. Quím..	Des. Om.
10-11	EFm – RMf	Des. Om.	Fís. Quím..	Des. Om.	Efm-Ec Dom	Des. Om.
11-12	Matemática	Francês	Matemática	Francês	Matemática	Francês
12-13	EFf – RMm		Português		EFm +f	
13-14						
14-15	Mod. Om.	Mod. Om.	Des. Om.	Mod. Om.	Mod. Om.	
15-16	Mod. Om.	Mod. Om.	Des. Om.	Mod. Om.	Mod. Om.	
16-17	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	
17-18	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	
18-19	Português				Português	

Nota: Como ambos os sexos tinham aulas de Educação Física à Segunda-Feira alternava com Religião e Moral e o mesmo sucedia à Sexta-Feira em que alternava com Economia Doméstica, disciplina esta exclusiva das raparigas.

²²⁹ Decreto-Lei nº 37029 de 25 de Agosto de 1948, Capítulo XX, Artigo 429º, nº 1 e 2.

²³⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Manuel Inácio Rodrigues dos Santos (1957), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Escultura Decorativa, nos princípios dos anos setenta entra na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Escultura. É professor e escultor.

Esta extensíssima carga horária era em certa medida colmatada com o interesse posto pelos alunos nas aulas, pois lá encontravam o ambiente que precisavam e a ajuda dos mestres e professores que os compreendiam e ensinavam:

" (...) A técnica que aprendi na Soares dos Reis foi muito importante para mim enquanto escultor. A técnica é algo que é necessário aprender para depois esquecer, não é! Em relação à escultura [na Soares dos Reis] tenho uma ideia muito definida da importância que teve na preparação para o ingresso nas Belas Artes [Escola Superior de Belas Artes do Porto] que foi muita (...) A escola Soares dos Reis nesse aspecto [ensino das técnicas] era formidável, tinha professores fantásticos. Houve um homem que foi um pouco culpado por eu ter seguido este percurso que era o professor Valentim Malheiro (...)"²³¹

Como professores que passaram pela Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis ligados directamente aos cursos artísticos e em particular ao de Escultura Decorativa, destacamos, sem pretendermos ser selectivos nem exaustivos, os escultores Sousa Caldas, António Augusto Lagoa Henriques, Manuel Pereira da Silva, Manuel Carlos Sotto Mayor Negrão, Álvaro Rodrigues de Almeida Camarinha, Vítor Manuel Maia Godinho Marques, José Pereira dos Santos, Francisco Xavier de Viveiros Costa, Mário Costa de Almeida Truta, Dario Augusto Oliveira Boaventura e o mestre da Oficina de Escultura Manuel Silva Nogueira, que ao longo dos anos marcaram os alunos que tinham à sua guarda, formando-os a todos para a vida quer tenham ou não concretizado os seus sonhos.

Quanto ao número de alunos que frequentaram ao longo de vinte e três anos Escultura Decorativa no regime de formação (245) e no de aperfeiçoamento (140) perfizeram um total de 385 alunos, o que comparativamente com os outros dois cursos representaram 9,5%, percentagem bastante inferior ao de Pintura (85,14%) mas sempre superior ao curso de Cerâmica Decorativa (5,36%) (veja-se o Quadro 17):

Quadro 17
Frequência comparativa entre os cursos de formação e aperfeiçoamento

	Formação	Aperfeiçoamento	Totais	Percentagens
Pintura Decorativa	1971	1330	3301	85,14%
Escultura Decorativa	245	140	385	09,50%
Cerâmica Decorativa	120	58	178	05,36%
Totais	2336	1528	3864	

Nota: As percentagens de frequência dos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa foram achados tomando como base os dezasseis anos em que os três cursos tiveram simultaneamente actividade.

²³¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmira de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Mais tarde tornou-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

O curso de Cerâmica Decorativa só começou a sua actividade no ano lectivo de 1957-58, principalmente porque só no ano de 1957 é que foi autorizado superiormente que pudesse haver cursos de formação e aperfeiçoamento com menos de dez alunos por ano de inscrição e daí a direcção da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis ter diligenciado num curto espaço de tempo para que se pudesse iniciar o curso de Cerâmica Decorativa:

" (...) O senhor Director, congratulando-se, informou de seguida o Conselho que tinha sido autorizado, no presente ano lectivo [1957-58] o funcionamento de cursos com menos de dez alunos (...). O que dá à escola a possibilidade de se poder começar a trabalhar em especialidades novas e tão necessárias cumprir assim a finalidade artística e social em prole da Nação (...)"²³²

Perante este novo curso tão desejado pela direcção como se constata pelo parecer ido conselho escolar iniciou-se de pronto a montagem e a instalação das oficinas:

" (...) O curso e a Escola foi uma opção conjunta com a minha mãe, uma vez ponderadas as saídas profissionais futuras, daí ter escolhido um curso que me desse uma formação geral e técnica – Curso de Cerâmica – para posteriormente ir para a Escola de Belas Artes (...). O espaço físico da Soares dos Reis, era um espaço antigo, mas acolhedor, era uma escola diferente, de Artes, mais do que os espaços físicos, foi mais importante e marcante as relações humanas e os "velhos" professores (...) Todas as oficinas dos então chamados cursos em áreas menores [Artes Gráficas, Mobiliário e Gravura, Cinzelagem e Ourivesaria] estavam bem equipados assim como a Oficina de Cerâmica " (...) Os cursos mais "importantes" era Pintura e Escultura, cursos de uma determinada elite social, este aspecto era fomentado por alguns dos "mestres". As disciplinas mais "importantes" eram as de formação artística e Português (...)"²³³

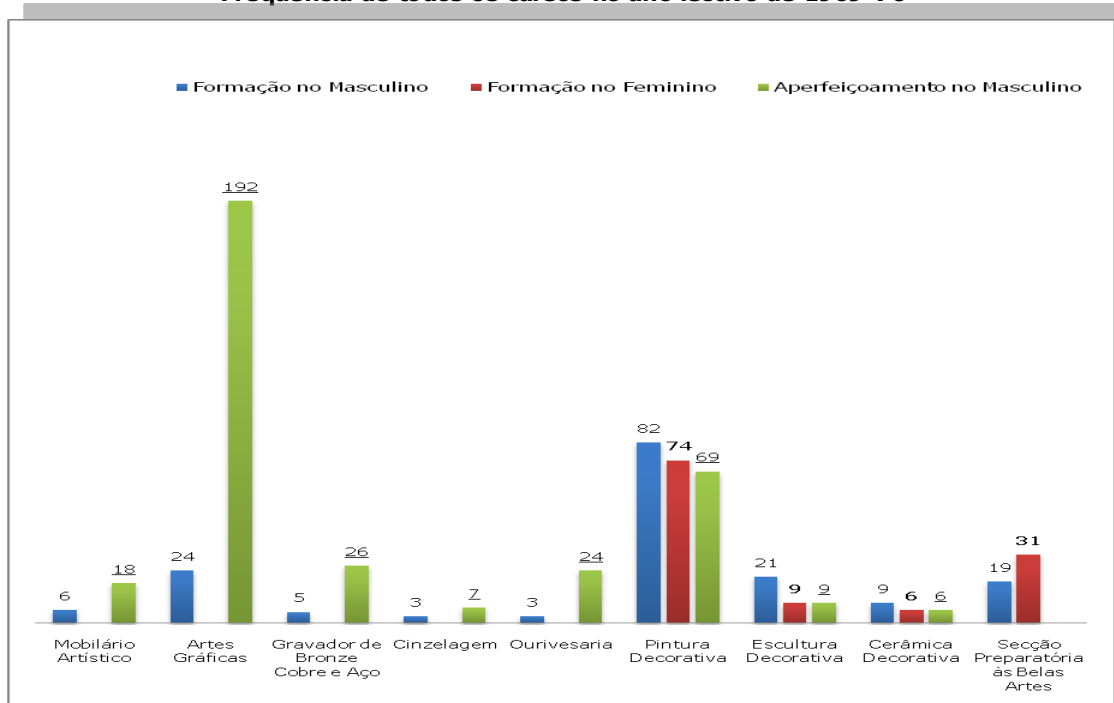
Mesmo sendo um curso misto, aliás como os de Escultura e Pintura, a sua frequência era muito baixa, em relação a estes dois cursos pois ao longo dos dezasseis anos (1957-1972) somente frequentaram o regime de formação 120 alunos e 58 no regime de aperfeiçoamento, o que perfaz somente 178 alunos, que comparativamente com os dois cursos supracitados apresentava a mais baixa percentagem dos três, na ordem dos 5,36% de frequência (veja-se o Quadro 17).

Quanto ao plano de estudos ele apresenta-se muito equivalente aos outros cursos "artísticos" apresentando uma carga horária no 1º ano de 42 horas semanal, com aulas inclusivamente ao sábado de manhã.

²³² Acta nº 19 de 25 de Setembro de 1957 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

²³³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Ana Paula de Sousa Ribeiro Guimarães Gonçalves (1954), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Cerâmica Decorativa nos princípios dos anos setenta do século XX. Mais tarde em 1976, torna-se professora de Cerâmica na mesma escola, onde permanece a leccionar.

Quadro 18
Frequência de todos os cursos no ano lectivo de 1969-70



De todos os cursos o de Pintura Decorativa era o mais procurado (veja-se o Quadro 18), mesmo no regime nocturno, porque correspondia em maior grau às expectativas dos jovens, como atrás já foi destacado, que desejavam prosseguir estudos e ingressar nas Belas Artes:

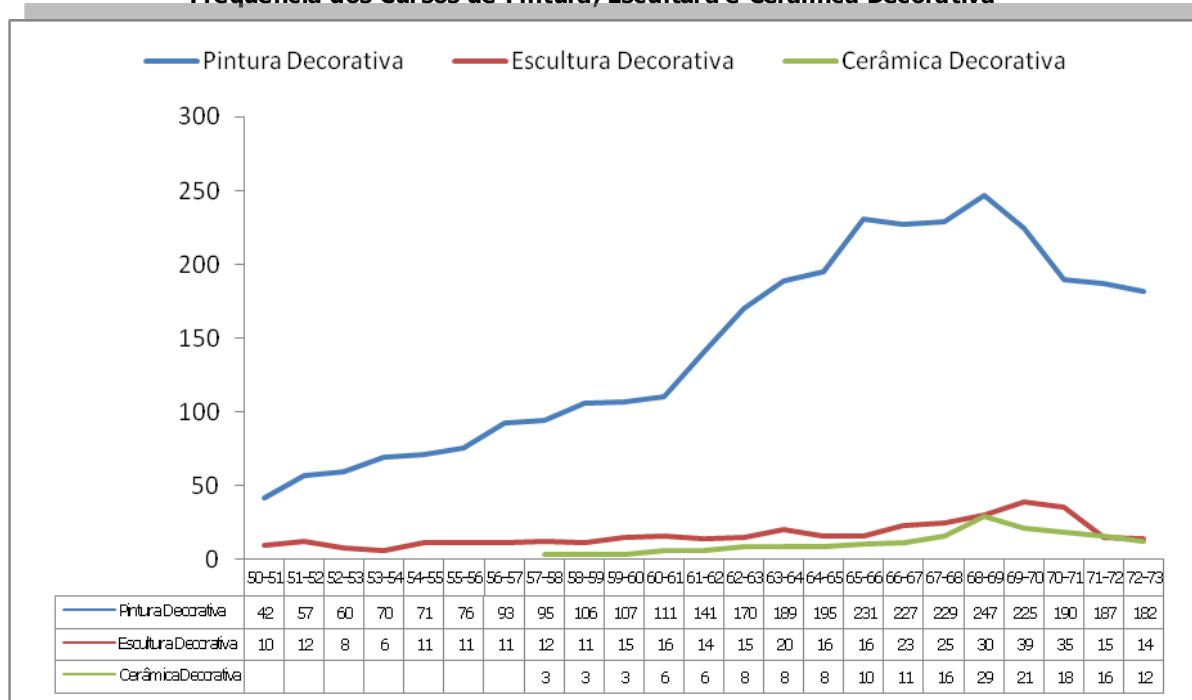
" (...) Eu sempre tive aquela "coisa" do desenho, por isso fui parar à Soares dos Reis (...) Comecei logo a trabalhar, aos doze ou treze anos nas Artes Gráficas e portanto em desenho (...) A minha opção por Pintura foi porque a minha meta eram as Belas Artes (...)".²³⁴

Tem sido recorrente esta posição por parte dos alunos que se matriculavam, especialmente nos cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica. No entanto, não era exclusivo destes cursos nem só destes alunos tais indícios ou pensamentos, em todos os cursos frequentados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis tanto no regime de formação como no de aperfeiçoamento, depois de concluídos os respectivos cursos se quisessem ou pudessem, podiam ingressar na Secção Preparatória e prosseguir os estudos nas Belas Artes, se para tal tivessem "engenho e arte" e disponibilidades económicas.

²³⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho (1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

Quanto à frequência ao longo dos anos em estudo, o que se deduz do (Quadro 19) é a enorme afluência ao de curso Pintura Decorativa por comparação com os outros cursos, por razões atrás aduzidas.

Quadro 19
Frequência dos Cursos de Pintura, Escultura e Cerâmica Decorativa



Num universo de 3864 alunos que ao longo dos anos em estudo se matricularam nestes três cursos, 3301 alunos escolheram o curso de pintura decorativa, o que representa 85,42% dos alunos no regime de formação e aperfeiçoamento.

Como se pode constatar no Quadro 19 o crescimento desde o ano de 1950 é contínuo e quase exponencial a partir de finais dos anos 50 atingindo um pico precisamente no ano lectivo de 1969-70 com 247 alunos matriculados.

Este pico máximo de frequências coincide, aliás no espaço e no tempo, com as máximas frequências nos outros cursos já por nós abordados neste trabalho, o que indicia por um lado, entre muitos outros factores, as políticas de incremento do ensino técnico vindo dos finais dos anos quarenta e por outro, o relativo crescimento económico do país, as mudanças sociológicas e civilizacionais, uma delas a do mais fácil acesso das raparigas ao ensino, o que causou o aumento populacional nos estabelecimentos de ensino, a que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, sendo uma das duas escolas no país onde se praticava a coeducação²³⁵ como já foi referido e nunca é demais lembrar, não foi alheia a esse crescimento.

²³⁵ As Escolas de Artes Decorativas António Arroio em Lisboa e a Soares dos Reis no Porto eram as duas únicas escolas oficiais que praticavam a coeducação.

Referir no entanto os cursos de aperfeiçoamento só existiam no masculino (veja-se o Quadro 18) por razões que não derivavam da lei, isto é, nada impedia as raparigas de frequentarem quaisquer desses cursos.

" (...) A idade máxima para a matrícula no 1º ano dos cursos de formação dos candidatos do sexo masculino é a de 16 anos completos no início do ano escolar e para os anos seguintes a que lhe corresponder. Pode ser autorizada a matrícula aos candidatos do sexo feminino com idade superior (...)"²³⁶

Apesar da discriminação positiva constar no Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial de 25 de Agosto de 1948, nada persuadiu as alunas à frequência nocturna; convém sublinhar no entanto que ainda estávamos em meados do século XX, o que talvez explique este tipo de procedimentos.

Já na frequência diurna as alunas estavam bem presentes, chegando a superar os alunos nalgumas ocasiões como nos mostra o Quadro 18, em que na Secção Preparatória são em número bem superior e no curso de Pintura como no de Cerâmica se aproximam bastante dos estudantes do sexo masculino. Apesar de ser um exemplo que abarca somente um ano lectivo, ao contrário do Quadro 19, ele é por si só bastante demonstrativo da realidade escolar destes três cursos, particularmente da frequência de ambos os sexos.

Em resumo, podemos afirmar a exclusividade feminina nos cursos de formação e a sua maior inclinação para frequentar o curso de Pintura, seguindo-se a grande distância os outros dois cursos "artísticos". No caso particular da frequência na Secção Preparatória às Belas Artes, onde a presença feminina sempre foi muito significativa, ombreavam com os rapazes uns anos em número superior outros eram eles em número superior, mas sem nunca haver grandes diferenças entre si:

" (...) No meu tempo [anos sessenta do século XX] era muito interessante, as alunas entravam pela porta principal os alunos pelas portas mais estreitas e depois encontrávamo-nos à porta da sala de aula. Era muito engraçado porque dentro da própria turma não havia namoricos (...). Fazíamos visitas de estudo, juntos também, lembro-me de irmos a Lisboa ver a grande exposição de pintura francesa (...)"²³⁷

No que respeita à parte oficial do curso de Pintura Decorativa os alunos começavam pelas noções elementares sobre a teoria da cor, seus valores cromáticos, cores quentes, frias, contrastante, execução de exercícios com a utilização do guache ou aguarela, abordagem aos materiais e utensílios essenciais para a pintura a têmpera e a óleo, exercícios (pinturas) com têmpera e tintas de óleo.

²³⁶ Decreto-Lei nº 37021 de 25 de Agosto de 1948, Cap. IV, Art. 70º, nº 1,2.

²³⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

Nos anos mais avançados os alunos tomavam contacto com a pintura a fresco de uma forma muito geral e simples, aprendiam a preparar suportes em vários materiais e também em tela, como se coloca no bastidor, quais as colas utilizadas, os rebocos mais correctos, começando pela “capa” rústica e terminando na “capa” final. Paralelamente abordava-se com profundidade os principais constituintes pictóricos como sejam: pigmentos e corantes naturais, minerais e sintéticos, veículos aquosos de origem mineral, como a cal, de origem vegetal como as féculas e os cereais, goma-arábica e cola animal como a caseína, óleo de linhaça, diluentes e dissolventes. Voltavam aos exercícios, aos trabalhos, às experiências, todas as tardes eram ocupadas desta forma das 16 às 18 horas, 10 horas de oficinas por semana, 15 horas no 3º ano, 16 horas no 4º ano, sempre exercícios, experiências, errar, fazer de novo, pintar por menores a têmpera, a óleo, pintura a fresco e a seco, pintura por pulverização, lacas, pinturas murais mas também mosaico e vitral:

“ (...) Finalmente foi apreciada a sugestão feita pelo senhor Director que se contrate um técnico de vitrais afim de assim se poderem realizar dentro da escola os diferentes trabalhos desta especialidade e dar mais conhecimentos técnicos aos alunos (...).”²³⁸

Dito uma forma simples e objectiva à pergunta de como é que eram as oficinas no curso de Pintura? A resposta foi pronta:

“ (...) No curso de Pintura as oficinas eram o estirador/cavalete e depois era pintar, pintar, pintar! (...).”²³⁹

Quanto às influências artísticas, quem as exercia? Qual o carácter e presença e o empenhamento de quem estava ali para transmitir as técnicas? Só as técnicas? Que lições davam os professores e mestres para a vida?

“ (...) A oficina de Pintura era dada somente por professores do 5º grupo tendo em conta que os cursos de Pintura e Escultura eram a elite! Basta dizer que não havia nenhum aluno do colégio [Instituições de Caridade e Beneficência]. Nós não éramos aprendizes éramos alunos (...).”²⁴⁰

Deste modo os professores que leccionavam nos cursos de Pintura e Escultura e por extensão à Secção Preparatória às Belas Artes, não o sendo e muitos detestando tal atributo, eram considerados pelos alunos como os professores de “elite”, os professores artistas que na verdade muitos deles eram e de qualidade reconhecida.

²³⁸ Acta nº 31 de 12 de Novembro de 1959 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

²³⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Emerenciano (1946), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura em 1966. Ingressa na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Pintura no ano de 1976, após uma interrupção devido ao serviço militar obrigatório. É pintor e escritor.

²⁴⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Manuel D’ Francesco (1936), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licencia-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor da “Soares dos Reis”, de onde se aposenta. É pintor.

Referir somente alguns, novamente sem pretendermos ser exaustivos, mas apenas porque lembrados directa ou indirectamente em diversas ocasiões por ex-alunos ou mesmo por publicações e documentos oficiais da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Destacamos então os Pintores António Cruz, Coelho de Figueiredo, Esmeralda Calvário, João Martins da Costa, Agostinho Melo Júnior, Isolino Vaz, António José Fernandes, António Assunção Sampaio, Domingos Pinho, Manuel da Silva D' Francisco, Jorge Pinheiro, Graça Morais e tantos outros que podiam ser aqui nomeados, pelas suas qualidades e pela dedicação ao ensino e à Escola "Soares dos Reis":

" (...) Nas oficinas de pintura os professores que tive e que me marcaram foram António Cruz, Melo Júnior e Graça Morais, todos eles professores, pintores e artistas. Poucos são os que conseguem ter estas três vertentes em perfeito desenvolvimento e actualidade. Todos eles diferentes, no entanto todos eles conseguiram criar um ambiente artístico na sala de aula. Respirava-se arte! As aulas eram dadas com a porta aberta nós podíamos "espreitar" os trabalhos dos outros que estavam também em pintura na sala ao lado. Lembro-me que trabalhávamos imenso. Era só pintar, mas saíamos de lá felizes apesar de cansados (...)" ²⁴¹

Eram pois nas aulas de oficinas de Pintura na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde tudo se estudava, experimentava e depois de muita canseira e labuta de lá saíam trabalhos artísticos uns mais decorativos que outros, académicos muitos, escolares todos, alguns já a mostrarem vitalidade, ideias ainda contidas, elementos fulcrais, ambiguidades muitas, algo que desapontava mas ainda pouco seguro, incerto, suspenso, forte e no entanto ainda demasiado sensível. Em oficina de pintura nenhuma obra foi acabada, todas começaram aqui!

SECÇÃO PREPARATÓRIA ÀS BELAS ARTES

A este "estádio superior" dos cursos leccionados na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – a Secção Preparatória às Belas Artes – só chegavam os alunos que pretendiam efectivamente seguir Belas Artes:

" (...) Com o fim de ministrar aos alunos das escolas industriais que pretendam prosseguir estudos nos cursos de Pintura e Escultura [mais tarde aberto a outros cursos de Formação, sob determinadas condições, particularmente o de frequentarem simultaneamente determinadas disciplinas que não faziam parte dos seus planos de curso], das escolas de belas-artes a necessária habilitação, são constituídas secções preparatórias nas escolas para esse efeito designadas nos quadros do mapa n.º 1 anexo ao presente Estatuto

²⁴¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

[Escola de Artes Decorativas António Arroio - Lisboa; Escola Industrial e Comercial António Augusto Aguiar - Funchal; Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis - Porto] (...)"²⁴²

E assim era, pois de outro modo teriam optado unicamente por serem diplomados com os cursos de formação e entrado no mundo do trabalho como operários / artistas especializados. Este prosseguimento de estudos tinha um só objectivo e propósito para os jovens estudantes dos cursos artísticos das Escolas de Artes Decorativas: o de entrarem para as "Belas Artes". Era uma opção calculada e interiorizada de há muito tempo e frequentavam a Secção Preparatória em consciência que ela seria, como foi, mais um obstáculo a ser transposto a caminho do curso superior com que tinham, desde sempre, sonhado:

" (...) Porque queria ir para "Belas Artes" fui para a "Soares dos Reis" e fiz os dois primeiros anos, obtive as classificações obrigatórias e passei logo para a Secção [Preparatória às Belas Artes] e entrei. Portanto, entrei nas "Belas Artes" com dezassete anos por fazer (...)"²⁴³

Esta entrada numa Escola de Belas Artes (Porto) com apenas dezassete anos incompletos era fruto, para além do empenhamento, das capacidades e do crer do aluno ou da aluna, do interesse que os mentores da Reforma de 1948 puseram em promover estudantes do ensino técnico, dando-lhes assim a possibilidade de ingressarem não na Universidade, essa via era bastante dificultada, mas, pelo menos, de frequentarem e concluírem um curso superior como os cursos de Pintura e Escultura das Escolas de Belas Artes. Para terem acesso a tal "benesse" os estudantes tinham que preencher requisitos bastantes rigorosos para a altura, pois não era usual atribuir-se notas muito elevadas nas disciplinas leccionadas no ensino técnico:

" (...) A admissão nas secções preparatórias para os cursos de Pintura e Escultura têm como precedência a habilitação do 2.º ano de qualquer dos cursos de formação de índole artística (...) com a classificação mínima de 12 valores nas disciplinas de Português e de Desenho e em Trabalhos Oficiais [Oficinas e Tecnologias] (...)"²⁴⁴

Este curso da Secção Preparatória às Belas Artes continuava a possuir, para além do carácter de transmissor de uma cultura geral, uma especialização que vinha de trás, dos cursos de formação, e que nesta fase se focalizava mais nos objectivos pretendidos que era o de preparar os alunos, o melhor possível, para a sua entrada nas Belas Artes.

²⁴² Decreto n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948, Capítulo VII, Art.º 94.º, n.º 1.

²⁴³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

²⁴⁴ Decreto n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948, Cap. VII, art.º 95.º, n.º 1.

Quadro 20

Secção Preparatória às Belas Artes – plano de curso

	horas semanais	
	1.º ano	2.º ano
Português	2	2
Inglês	3	5
História	-	3
Geografia	3	-
Matemática	3	3
Ciências Naturais	2	2
Física e Química	3	3
Geometria Descritiva	3	3
Esboço do Natural	4	4
Desenho de Figura	6	6
Modelação	4	4
Oficina de Pintura ou Escultura	4	4
Total	37	39

Depois de um Ciclo Preparatório totalmente potenciado em transmitir uma educação integral aos alunos dos cursos de formação onde, não descurando a cultura geral necessária segundo os padrões definidos na Reforma de 1948, o grau de especialização dos estudantes era sem dúvida o vector mais importante considerado, o aluno, chegava à Secção Preparatória onde as exigências e a preparação ministrada nas aulas ia mais ao encontro de uma síntese e aprofundamento das matérias até aí apreendidas. Um pouco aliás como no terceiro ciclo dos liceus, onde, os alunos, depois de terem obtido o grau conveniente de cultura geral, preparavam-se para os estudos superiores universitários.

Como anteriormente foi referido e como podemos observar no plano de curso constante no Quadro 20, na Secção Preparatória os estudantes confrontavam-se com um tipo de ensino, com preocupações humanistas, científicas e de especialização oficial, que objectivamente os preparava exclusivamente para prosseguir estudos maiores como eram os cursos de Pintura e Escultura nas Escolas Superiores de Belas Artes.

Apesar da abertura e das qualidades da Reforma de 1948 elas não foram suficientemente abrangentes ao ponto de modificarem a continuada política de se assegurar e privilegiar o acesso ao ensino universitário a uma elite fortemente seleccionada que provinha maioritariamente do ensino liceal, estando os alunos do ensino técnico remetidos a prosseguirem estudos nos Institutos Comerciais e Industriais ou então nas

Escolas Superiores de Belas Artes somente para os cursos de Pintura e Escultura. Apesar desta discriminação, podemos constatar mais adiante que os conteúdos programáticos de diversas disciplinas da Secção Preparatória eram muito equivalentes às do 3.º ciclo dos liceus e outras (Esboço do Natural, Desenho de Figura, Modelação e Oficinas de Pintura ou Escultura) nem sequer eram abordadas nos estudos liceais em qualquer dos três níveis liceais, como aliás seria de esperar num ensino generalista e potenciador de candidatos à Universidade. A iniquidade amplifica-se se informarmos que a Secção Preparatória do ensino técnico simplesmente tinha como equivalência para prosseguimento de estudos o 5.º ano dos Liceus.

Ao analisarmos com a profundidade que nos merece os curricula da “Secção” depararmos-nos, para a disciplina de Português, com um conjunto de considerandos, de normas e de sugestões assaz pertinentes e clarificadoras sobre o que se pretendia para o estudante deste curso terminal do ensino técnico artístico:

“ (...) Neste estágio da sua vida escolar, o aluno ainda não se debruça, interessado, sobre a letra morta, sobre a fórmula significativa, mas parada. O que ele quer é a vida a palpitar, como a sua; é vida inquieta, como a sua, a que procura quando lê. Não se pretende, ou não se deve pretender, fazer do aluno, pois, um vivo manual de literatura; antes se lhe quer incutir o entusiasmo pelas coisas literárias, já insinuado, por certo, nos anos anteriores. (...)”²⁴⁵

Com estes propósitos se instruía estudantes que aqui chegados, tinham já atrás de si quatro anos de Português a par de outras disciplinas teóricas e práticas:

“ (...) Até aqui foi ler por ler: o texto, nem que fosse uma página de A Odisseia ou de Os Lusíadas, não tinha distância: o pequeno leitor até no tempo o via a dois palmos dos olhos; não projectava no passado, porque a frescura do estilo não era *frescura histórica*, era *frescura actual*, arrancada à sua própria frescura de leitor juvenil – imitada da sua, digamos. Agora muda o caso de figura: lê-se à distância, lê-se em profundidade no tempo. Tal atitude nova requer um relembrar a história do País: evoque-se o ambiente medievo, em que se morria de amor e se partia para a guerra; reconstitua-se a azáfama da Índia – se se quer situar Camões; leve-se o aluno até à guerra civil do século XIX, para que ele entenda *A Voz do Profeta*, «*Ora esguardai como se fôsseis presentes...*», diria Fernão Lopes. Numa palavra: denuncie-se a projecção literária da História de Portugal, que é também «clima», não só cutiladas e arrancadas (...). Para que se realize tal intenção é indispensável o afastamento de toda a página literária, em verso ou prosa, que não *pulse* ainda. A antologia a ler na aula – e a ler em casa, e a ler onde quer que seja, se a aula tiver sido o *alerta* que deve ser uma aula qualquer – tem de limitar-se então àqueles textos a que se pode ainda hoje, como ainda daqui a muitos anos, opor o dístico *escrito de fresco*. Revivida, por parte do professor, a época em que este ou aquele poema, esta ou aquela narrativa, viram a luz da imprensa, serão o poema e a narrativa, logo revividos pela imaginação do aluno (...)”²⁴⁶

²⁴⁵ Programas de Ensino Profissional, Industrial e Comercial, Portaria n.º 13.800, publicada no Diário do Governo n.º 8, 1.ª Série, de 12 de Janeiro de 1952: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 194.

²⁴⁶ *Idem*, p. 194.

Sendo um plano de estudos assaz completo e porque não afirmá-lo ambicioso, não deixava de abordar curiosamente, para além do estudo das épocas medieval e clássica a literatura dos séculos XIX e XX, aqui com algumas perplexidades como era a nomeação do escritor Manuel da Fonseca, nos antípodas da política estadonovista”, ou mesmo de José Régio ou Aquilino Ribeiro:

“(...) A compreensão tornou-se mais inteira, e deve também ser mais vasta. É o momento de *todos* (antes, seriam só alguns) perguntarem o quem, o quando e o porquê. Cabe ao mestre que os autores, como as razões que os moveram, como os dias que os viram crescer, apareçam aos olhos do aluno segurando na mão ainda que quente a pena húmida, para que o estudo da literatura se não transforme numa visita a um museu de antiguidade. Sem revivência não há *história*, há só *catálogo*; e não há-de querer-se catalogação nenhuma (...). Para que tal aconteça, tão perfeitamente quanto possível, é que se torna conveniente não esquecer – como se pode esquecer até nas Universidades – um ou outro dos mais notáveis escritores ainda vivos: porque, à força de se estudar gente morta por processos que de vivos nada têm, chegam os rapazes a formar dos escritores antigos, enquanto homens, as concepções mais absurdas – e a estranhar, quando de repente lhes apareceu um escritor em carne e osso, que ele seja um homem como qualquer um – que escreve os seus versos com a mesma *caneta* com que ele escreve nos cadernos diários. Saiba o aluno, até que saiba que a literatura portuguesa não se interrompeu nem esmoreceu, que estão tão vivos como ele alguns dos escritores que estuda (...)”²⁴⁷

Para além deste manancial de notas e de ideias charneiras, ainda se incentivava o aluno à crítica dos textos, à apreensão da sua “ressonância” e mesmo à leitura de outras obras dos autores estudados e de outros: “ (...) *Se a tão perto de nós (o que é para desejar) chegou a curiosidade do estudante (...)*”²⁴⁸, como ainda à criação do jornal da turma, transformando-o quiçá em folha literária, com as notas críticas, páginas antológicas, reportagens sobre qualquer acontecimento literário, entrevistas a escritores e tudo o mais que o aluno entendesse lá colocar. Não cremos que o incentivo chegasse a tanto, os constrangimentos políticos haveriam de aparecer, mesmo assim temos que realçar que representava um passo de gigante face à conjuntura sócio política da época.

Como referido, estas matérias eram desenvolvidas ao longo de dois anos, sendo no primeiro estudadas a formação da Língua Portuguesa, referência aos primeiros textos em português e seus autores, a língua como elemento da nacionalidade, a época medieval e o trovadorismo, o livro de Esopo, o Cancioneiro Geral e Fernão Lopes.

Na época clássica abordava-se Gil Vicente, Bernardino Ribeiro, no Renascimento Sá de Miranda, António Ferreira e Frei Agostinho da Cruz, obviamente Luís Vaz de Camões, João de Barros e Damião de Goês, Fernão Mendes Pinto, Rodrigues Lobo, Francisco

²⁴⁷ *Idem*, p. 191.

²⁴⁸ *Idem*, p. 195.

Manuel de Melo e Padre António Vieira. No Iluminismo estudava-se Verney, Nicolau Tolentino, Bocage e a Marquesa de Alorna.

O segundo e último ano iniciava-se pelo Romantismo com Almeida Garrett e Alexandre Herculano, seguia-se Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Antero de Quental, Gomes Leal, João de Deus, Cesário Verde e Augusto Gil. Antes de se entrar no século XX ainda se abordava os parnasianos Gonçalves Crespo e António Feijó e os simbolistas Eugénio de Castro e Camilo Pessanha. Por fim, Guerra Junqueiro, António Nobre, Teixeira de Pascoaes, Mário Beirão, Lopes Vieira, António Sardinha, Raul Brandão e Aquilino Ribeiro.

A poesia moderna era trazida “a lume” através das contribuições de Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, José Régio, Florbela Espanca e Manuel da Fonseca e os novos prosadores com a presença de Júlio Dantas, Antero de Figueiredo e Malheiro Dias. Não se pode afirmar que se tenha concluído da melhor maneira estes últimos “novos prosadores”, mas os autores anteriores são de primeira categoria e reflectem bem a criteriosa e cuidada escolha de autores e matérias para o ensino desta disciplina de Português nas Secções Preparatórias às Belas Artes.

Para além deste substancial programa de Literatura Portuguesa outros se seguiram com particular destaque na disciplina de Ciências Naturais onde se abordava no primeiro ano a Mineralogia e a Botânica, para no segundo ano se aprofundar a Zoologia e Geologia. Privilegiava-se para além das bases teóricas e científicas a experimentação em laboratório e no espaço exterior da escola. Em Física e Química como em Matemática e Geografia os programas reflectem o necessário aprofundamento do que anteriormente ficou formulado. Tratava-se não só de “pôr em dia”, reforçando-os, os conhecimentos adquiridos, mas também de ampliar a preparação de que os alunos necessitam com o objectivo de estudos futuros:

“ (...) Eu recordo-me que na Secção [Preparatória às Belas Artes] havia bastante exigência não só nas disciplinas práticas mas também nas teóricas, mas em termos de ensino a Soares dos Reis” para mim era muito tradicional muito clássica (...).²⁴⁹

Quanto à disciplina de Geometria Descritiva as exigências redobravam pois era considerada cadeira estruturante e como tal o seu ensino revelava cuidados especiais:

“ (...) O ensino desta disciplina deve ser orientado de modo a levar o aluno a vencer gradualmente as dificuldades que a matéria origina no seu espírito. Começando o ensino por ser experimental, ir-se-ão pondo

²⁴⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Ílidio Fontes (1938), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de escultura. Licenciou-se em escultura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e presidente do conselho directivo da “Soares dos Reis”, de onde se aposenta. É escultor.

de parte os modelos, a fim de levar o aluno a «ver no espaço». O estudo do ponto, da recta e dos planos projectantes deverá ser feito nos quadros quadrantes. Na representação dos sólidos, além da planta e do alçado de frente, deverá fazer-se um alçado lateral. As aulas teóricas limitam-se no mínimo, para se destinar aos exercícios gráficos todo o tempo disponível. Os desenhos deverão ser executados com rigor e perfeição, não só no traço como nas letras de enunciados e títulos, que deverão ser desenhados à mão livre. Para o desenho das letras serão fornecidos dois tipos de alfabeto, pelo menos. É necessário cuidar da posição correcta de trabalho (...). No primeiro período de cada ano os trabalhos serão exclusivamente a lápis, para que o aluno adquira o manejo conveniente nesse meio de expressão (...). Nos segundos e terceiros períodos cobrir-se-ão alguns trabalhos a tinta nanquim [tinta da china]. Os trabalhos a cobrir serão escolhidos de entre os trabalhos executados em qualquer dos períodos. Só se cobrirão a tinta os trabalhos devidamente ultimados a lápis (...). Serão também coloridos alguns trabalhos a aguarela e a guache, principalmente os exercícios de sombras. Nestes devem fazer-se esbatidos e no cilindro e cone será marcada a geratriz brilhante (...). No estudo das sombras deve considerar-se, em alguns exemplos, a fonte luminosa a distância finita (...).²⁵⁰

As matérias abordadas começavam pelo método de projecções, noções dos quadrantes, pontos dos planos bissectores, projecções da recta e tudo a ela associado, polígonos e curvas traçados nos planos de projecção, posições relativas de rectas e planos, sombras, projecções de sólidos, secções de sólidos e seus rebatimentos, esboço, contagem, intersecção de rectas com sólidos, sombra própria e projectada nos planos, perspectiva linear cónica, suas definições e por último perspectiva de plantas e de alçados. Todo um programa bastante completo e suficientemente exigente.

Na disciplina de Esboço do Natural a exigência continua com os esboços a carvão e a lápis de proporções, volumes e movimento do modelo vivo, com exclusão do nu, visto este ser “assunto” somente abordado nas Escolas de Belas Artes.

Observava-se e desenhava-se a natureza, as proporções, planos essenciais, caracteres, valores e suas formas, estudo de panejamentos, expressão gráfica do movimento e esboços e desenhos de memória.

Em Desenho de Figura o aprofundamento do que anteriormente tinha sido tratado mantinha-se, agora com responsabilidades acrescidas tendo em conta os objectivos e as necessidades dos alunos, assim, repetiam os estudos a carvão do modelo vivo e alguns a gesso, escultura do alto-relevo, busto, proporções, desenhos de algumas academias de gesso e noções de carácter anatómico mas observados nos modelos. Em Modelação o estudo aprofundado e de maior exigência estendia-se ao estudo do elemento natural com o objectivo de estimular a imaginação e desenvolver a compreensão das formas, observação de ordem geométrica nos vegetais, continuação da técnica do baixo e alto relevo, modelação de animais em volume, etc.... Na disciplina de Oficinas a exigência, como em todas as outras era a regra sempre seguida pelos mestres e professores que as leccionavam:

²⁵⁰ Programas de Ensino Profissional, Industrial e Comercial, Portaria n.º 13.800, publicada no Diário do Governo n.º 8, 1.ª Série, de 12 de Janeiro de 1952: Oficinas Gráficas da Escola Industrial Infante D. Henrique, [s.d.], p. 204.

" (...) A oficina é a que os alunos anteriormente tiveram frequentado e o programa deve interpretar-se de forma eminentemente prática e completa, realizando-se a graduação dos trabalhos de acordo com o tempo destinado à sua execução (...)"²⁵¹

Se nos conteúdos a exigência e a profundidade das aprendizagens era notória a escolha por parte da direcção da escola dos professores para leccionarem a secção era uma norma seguida com algum cuidado e também com algumas críticas:

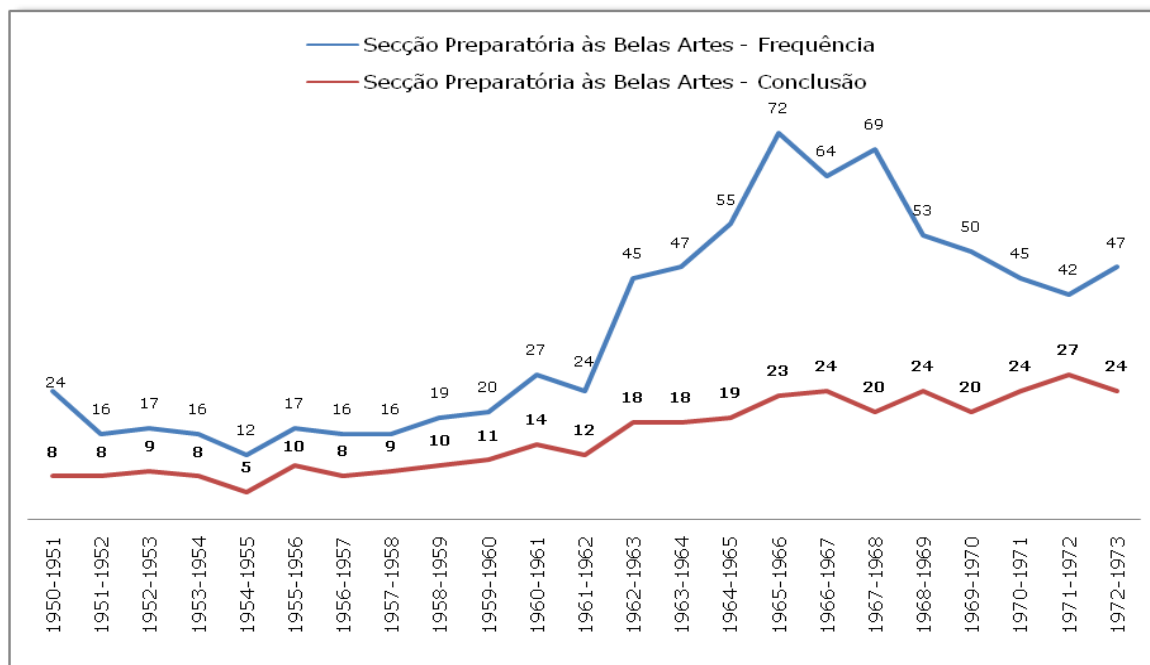
" (...) Tenho a certeza de que a Escola Soares dos Reis desempenhou bem o seu papel em todos os cursos quer os de índole mais obreirista quer os outros mais artísticos; creio que contribuiu para a formação de centenas de alunos para a indústria nacional e para as artes, como por exemplo os alunos dos cursos de Pintura e Escultura como aqueles que foram para as Belas Artes e tiveram sucesso. Já que estamos nas Belas Artes, lembro-lhe que fui bastante criticado por ter escolhido, no meu entendimento, os melhores professores para leccionarem a Secção [Preparatória às Belas Artes] (...)"²⁵²

Como exemplo desta lista de "notáveis" podemos relatar que no ano-lectivo de 1969-70 os professores escolhidos para leccionarem os dois anos da Secção Preparatória às Belas Artes foram: Quirino Fernandes dos Reis (Matemática e Física e Química); Maria do Rosário Dourado da Cunha Alvelos (Matemática); Arquitecto António Júlio Teixeira Lopes (Geometria Descritiva); Maria Margarida Rosa Niny Teixeira (Português); António Augusto Ralha (Inglês); Maria da Luz dos Santos Cruz (História); Maria José Trigo Vaz de Mansilha (Geografia); Ana do Céu Pinto Martins (Ciências Naturais); Escultor Francisco Xavier de Viveiros Costa (Desenho de Figura e Esboço do Natural); Escultor Mário Costa de Almeida Truta (Desenho de Figura e Modelação); escultor Dário Augusto Oliveira Boaventura (Modelação); Pintor António Coelho de Figueiredo (Oficina de Pintura); pintor Isolino Vaz (Esboço do Natural e desenho de Figura); Arquitecto Bruno Alves Reis (Geometria Descritiva); Escultor Manuel da Silva Nogueira (Oficina de Escultura) e o Pintor António Assunção Sampaio (Oficina de Pintura).

A resposta por parte dos alunos a esta necessidade de qualidade e exigência colocada quer pelo programa quer pela direcção da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no curso da Secção Preparatória às Belas Artes, foi pronta e entusiasmante como se constata pelos valores do Quadro 21, no que respeita tanto à frequência como às aprovações ao longo de vinte e três anos de estudo.

²⁵¹ *Idem*, p. 205.

²⁵² Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Álvaro Gomes (1922 – 2007), Licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto. Professor de Matemática na "Soares dos Reis". Passa oficialmente a exercer o cargo de Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis em Abril de 1965, cessando-o em Setembro de 1974. Foi deste modo o seu último Director.

Quadro 21**Frequência e aproveitamento na Secção Preparatória às Belas Artes**

Da leitura deste quadro se conclui que para lá do entusiasmo e do sonho perseguido pelos jovens ao longo dos seus poucos anos de existência, 813 alunos propuseram-se a frequentar a Secção Preparatória mas somente 353 (43,42%) a concluíram o que por um lado se pode inferir que a exigência era real na abordagem dos conteúdos e por via disso, a selecção dos mais aptos era naturalmente feita pelas circunstâncias da vida escolar. Muitos foram os candidatos, mas só 43,42% concluíram a Secção Preparatória às Belas Artes entre 1950-51 e 1972-73. Pela análise do Quadro 22, podemos também aquilatar de como era feita a seriação/selecção dos melhores alunos nos dois anos do curso:

Quadro 22

**Frequência, retenção e conclusão na Secção Preparatória às Belas Artes,
nos anos lectivos de 1962-63 a 1966-67**

	1º ano	Retenção 1	2º ano	Retenção 2	Total	Conclusão
1962-63	26	(8)	19	(1)	45	18
1963-64	28	(9)	19	(1)	47	18
1964-65	35	(12)	20	(1)	55	19
1965-66	49	(16)	23	(0)	72	23
1966-67	38	(16)	26	(2)	64	24

Como previsto a afluência era bastante significativa, tendo em conta que o único objectivo e finalidade seria o acesso às Belas Artes, o que conferia à partida uma selecção natural, pois como se demonstrou anteriormente o número de conclusões dos cursos de formação eram substancialmente maiores.

Apesar dos alunos que frequentavam o 1.º ano da Secção serem já eles próprios “produto” de uma escolha natural e exigente, muitos deles sentiam dificuldades em transpor o primeiro ano de estudos, devido a muitos factores, um deles para os estudantes do sexo masculino a sua incorporação (obrigatória) no serviço militar.

Atente-se porém nos 61 alunos (34,65%) retidos no 1.º ano entre 1962-63 e o ano de 1966-67, ou seja, para 176 alunos matriculados e a frequentarem o 1.º ano da Secção só 65,35% conseguiram transitar para o 2.º ano e comparem-se estes resultados com os alcançados pelos alunos que frequentavam o 2.º ano: dos 107 alunos somente 5 foram retidos o que nos dá um sucesso de 95,32%.

Estes números só provam que apesar do crer e do interesse que os alunos traziam em frequentar a Secção para em seguida entrarem nas Belas Artes, deparavam-se no 1º ano com a exigência dos conteúdos ministrados e os requisitos postos pelos professores que leccionavam tais disciplinas; no entanto, passado que era esse primeiro embaite e ao atingirem o segundo e último ano, já familiarizados com tais dificuldades e rigores, facilmente as ultrapassavam e praticamente todos se diplomavam com a Secção Preparatória.

Em conclusão e aqui chegados podemos interrogar-nos se os 353 alunos diplomados com a Secção Preparatória às Belas Artes se matricularam e entraram nas Belas Artes? Não podemos, com propriedade, afirmá-lo; esse é outro desafio e quiçá a necessitar de um futuro desenvolvimento. O que sabemos e com autoridade afirmamos é que bastantes entraram, concluíram e realizaram o seu sonho. As exposições, as críticas e as obras aí estão para o provarem.

A ESCOLA DE ARTES DECORATIVAS SOARES DOS REIS – A RESTANTE VIDA²⁵³

A RELEVÂNCIA DO DIRECTOR NUMA ESCOLA DE ENSINO ARTÍSTICO

Para um melhor entendimento da especificidade pedagógica desta Escola de Artes e da sua inserção na vida social, cultural e económica da sociedade portuense nos tempos do Estado Novo, para além do que já foi exposto, importa aqui referir e “olhar” de um modo globalizante e abrangente, os demais aspectos e facetas da acção dos seus elementos/actores no terreno concreto da Escola, nas suas práticas e motivações ou seja aqueles que verdadeiramente deram ao longo dos anos o corpo pela alma na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Este processo de expor matérias e conhecimentos, definir objectivos, cumprir ordens, influenciar pessoas, moldar seres, transformar jovens à sua guarda em cidadãos activos e actuantes na sociedade de então, só a sua tentativa, para quem ensina e dirige, já seria de exaltar. Para além de tudo isto numa Escola de Artes mesmo que sejam “decorativas” a transmutação entre os professores e os alunos vai-se inexoravelmente instalando e concomitantemente a transmissão de conhecimentos vai-se transformando num acto biunívoco onde o partilhar de experiências é “coisa” natural.

É pois relevante, evidente e indispensável destacar a importância exercida pelos professores e mestres numa Escola como esta, em particular a dos seus directores, peças chave nesta engrenagem “estadonovista”.

Começamos então por aquele que foi seu director durante trinta anos. José Fernandes de Sousa Caldas (1894-1965), nasceu na freguesia de Mafamude – Vila Nova de Gaia, numa casa do Largo da Bandeira. De acordo com o artigo escrito pelo padre Romero Vila²⁵⁴ e ao analisarmos o livro de assentos do Registo Civil de Vila Nova de Gaia, constatamos que foram seus padrinhos o escultor José Joaquim Teixeira Lopes²⁵⁵ e Nossa Senhora do Rosário, cuja coroa foi sustentada pelo também escultor e filho do anterior, de seu nome António Teixeira Lopes²⁵⁶, que na altura teria vinte e oito anos,

²⁵³ Homenagem a LLANSOL, Maria Gabriela – *A Restante Vida*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

²⁵⁴ VILA, Romero - *O Escultor Sousa Caldas. Breve análise à sua vida de professor e artista*. Separata da revista MUSEU, segunda série, N^o9, 1965, p.8.

²⁵⁵ José Joaquim Teixeira Lopes, (São Mamede de Ribatua, Alijó, em 1837 - Vila Nova de Gaia, em 1918), pai do escultor António Teixeira Lopes. Em 1850 foi para o Porto, trabalhando na oficina de Manuel da Fonseca Pinto. Fez a estátua de D. Pedro V, levantada em 1862 na Praça da Batalha, considerada a sua melhor obra. In, FONTE, Barroso da (coord) - *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2001.

²⁵⁶ António Teixeira Lopes, (Vila Nova de Gaia, em 27 de Outubro de 1866 - São Mamede de Ribatua, Alijó, 21 de Junho de 1942), era filho do também escultor José Joaquim Teixeira Lopes e sua esposa, Raquel Pereira Meireles Teixeira Lopes, e irmão do arquitecto José Teixeira Lopes, seu colaborador em muitos trabalhos. Os seus primeiros anos decorreram na oficina de seu pai, que o fizeram um notável artista. Em 1882 ingressou na Academia de Belas Artes, onde teve como professores Soares dos Reis e o pintor Marques de Oliveira. No terceiro ano do seu curso (1885) foi para Paris para comple-

recentemente regressado de Paris onde obtivera para além de variados prémios e medalhas a merecida consagração de escultor.

Voltando ao ano de 1894, para além dos princípios auspiciosos do pequeno José, tendo em conta as figuras protectoras dos seus padrinhos, ressalta a visível e existente proximidade entre as famílias Sousa Caldas²⁵⁷ e Teixeira Lopes. Foi neste ambiente de gente ligadas às Artes onde o barro, a pedra e o gesso eram materiais nobres, os escopros, buris e cavaletes coabitavam naturalmente com os lápis, o carvão e demais apetrechos de desenho e escultura, que o jovem Sousa Caldas cresceu, se entusiasmou e decidiu que seria aquela a vida que para si desejava e a escultura o veículo que o transportaria para a fama e a glória.

Depois da decisão e dos previsíveis consentimentos e aconselhamentos, ingressa na Escola de Belas Artes do Porto no ano de 1905, onde iria encontrar como professor e mestre o seu padrinho de baptismo o consagrado escultor António Teixeira Lopes para além de outros professores onde se destacam os mestres José de Brito e o pintor Marques de Oliveira, este, na disciplina de Desenho. Sousa Caldas conclui em 1911, ainda jovem, o curso de escultura com 18 valores²⁵⁸ e inicia desde logo a sua participação em exposições colectivas, sendo a sua primeira mostra pública no Porto no ano de 1914, a que se seguiram muitas outras exposições individuais e colectivas.

Premiado com a medalha de bronze na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1923)²⁵⁹, volta a ser medalhado na Sociedade Nacional de Belas Artes – Lisboa (1928) e mais tarde agraciado pelo SNI²⁶⁰ com o prémio Teixeira Lopes – escultura (1947).

tar os seus estudos. Ingressou na École des Beaux-Arts, tendo como orientadores Gauthier e Berthet, onde veio a obter vários prémios e menções honrosas. Nos anos seguintes continuou a apresentar os seus trabalhos em exposições, tanto em Portugal como na França. Em 1894 é inaugurado o monumento a Soares dos Reis, de sua autoria, em Vila Nova de Gaia. Em 1895, com projecto do seu irmão, construiu o seu atelier na Rua do Marquês de Sá da Bandeira, em Vila Nova de Gaia, onde hoje é a Casa-Museu Teixeira Lopes e onde se preserva uma parte significativa da sua obra. António Teixeira Lopes é o autor das imponentes portas de bronze da Igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, colocadas em 1901. Foi professor da Escola de Belas Artes do Porto, onde regeu, durante muitos anos, a cadeira de escultura. Retratou temas religiosos e históricos em barro, mármore e bronze. De entre a sua vasta obra destacam-se "A Infância de Caim", "A Viúva", "A História", "Baco" e "A Estátua de Eça de Queiroz" (Praça Barão da Quintela - Lisboa).

²⁵⁷ Seu pai, José Fernandes Caldas, escultor de esforçados méritos privou e colaborou artisticamente com o escultor Soares dos Reis.

²⁵⁸ Neste mesmo ano de 1911, na mesma Escola e com igual classificação de 18 valores, concluiu o curso de escultura o seu conterrâneo e amigo o escultor Diogo de Macedo (1889-1959).

²⁵⁹ A Exposição Internacional do Rio de Janeiro, marco do período que abrange as duas primeiras décadas do século XX no Brasil ocorreu entre 1922 e 1923 na cidade do Rio de Janeiro, em função do primeiro Centenário da Independência do Brasil. Foi sugerido aos responsáveis pela organização dos eventos comemorativos que se realizasse uma monumental Exposição Nacional. Esta relevaria o acontecimento da Independência do Brasil e exibiria ao mundo os avanços da nação brasileira enquanto nação republicana. No entanto, devido à grande quantidade de países estrangeiros interessados em participar das comemorações do centenário, houve, pois, uma mudança no carácter do evento - tornando-se assim internacional. In http://www.dezenovevinte.net/arte/20decorativa/expo_1922.htm, 13/05/2006.

²⁶⁰ Secretariado Nacional de Informação, Turismo e Cultura Popular, geralmente conhecido pelo seu nome simplificado de Secretariado Nacional de Informação (SNI), era o organismo público responsável pela propaganda política, informação pública, comunicação social, turismo e acção cultural, durante o regime do Estado Novo em Portugal. Desenvolveu uma acção importante na área das artes plásticas, cinema, teatro, dança, literatura (com a instituição dos prémios), folclore, edição, etc. O organismo foi criado em 1933, sendo seu mentor e dirigente António Ferro (1895-1956), que iniciou a sua actividade propagandista do Estado Novo precisamente com a denominação de Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), adoptando a designação SNI em 1945. Em 1968 foi transformado na Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT). Depois do 25 de Abril de 1974, a área de informação e comunicação social do antigo SNI/SEIT, serviu de base para a nova Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Neste mesmo ano atingiu-se o auge da afirmação neo-realista nas artes plásticas em Portugal com a II Exposição Geral de Artes Plásticas, exposições, estas organizadas pelo MUD²⁶¹ que constituíram a principal oposição à política cultural de António Ferro e às exposições de arte moderna do SNI e em que a vitória principal destas exposições foi o facto de terem conseguido definitivamente trazer quase todos os artistas para a oposição ao regime.

Sousa Caldas decisivamente nunca fez parte deste alargado e muito representativo grupo de artistas, optando porém no desenvolvimento do seu trabalho enquanto artista e na resposta às várias encomendas que lhe iam chegando, por um estilo muito próximo do Naturalismo herdado de Teixeira Lopes que tinha sido o seu expoente máximo e era ainda, duas décadas depois do início do século XX, a corrente artística maioritariamente aceite e apreciada em Portugal, principalmente pela classe dirigente e abastada do país que era quem encomendava os retratos, bustos e monumentos, apesar das propostas estéticas modernistas se terem já implantado na Europa e no Mundo. Respondendo com labor e afincio ao que lhe era pedido Sousa Caldas começa muito cedo por desenvolver uma série de trabalhos onde se distingue o baixo-relevo *Ódio* na fachada do Teatro de São João - Porto (1918)²⁶² e executa em parceria com o escultor Henrique Moreira o conjunto de doze estátuas em granito que decoram a fachada da Câmara Municipal do Porto²⁶³.

Seguiu-se um interminável número de monumentos e bustos que Sousa Caldas foi executando ao longo do tempo para as mais variadas associações, particulares, autarquias e outras instituições. Muitas destas obras, desenvolveram-se em parceria com o Arquitecto Marques da Silva, seu velho amigo e antigo professor da escola Faria de Guimarães, antecessora da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Nesta base de trabalho e entendimento destacam-se: o busto do conselheiro Abílio Beça – Bragança (1929); Dr. Afonso Cordeiro – Matosinhos (1929); o baixo-relevo do benemérito João Lopes da Cruz - Bragança (1929); José Joaquim Leite Guimarães

²⁶¹ Movimento de Unidade Democrática (MUD), foi uma organização política de oposição ao regime do Estado Novo, formada após o final da II Guerra Mundial, em 8 de Outubro de 1945. Foi criado para reorganizar a oposição, prepará-la para as eleições e para proporcionar um debate público em torno da questão eleitoral. Porém, como conseguisse em pouco tempo grande adesão popular (principalmente intelectuais e profissionais liberais) e se tornasse uma ameaça para o regime, Salazar ilegalizou-o em Janeiro de 1948, sob o pretexto de que tinha fortes ligações ao Partido Comunista Português.

²⁶² Os outros três baixos-relevos representando a *Dor*, *Bondade* e *Amor* são do escultor Diogo de Macedo e a recuperação do teatro depois do violento incêndio de 1908 foi da autoria do arquitecto Marques da Silva, com o qual, Sousa Caldas irá colaborar em várias obras ao longo da sua vida.

²⁶³ O actual edifício da Câmara Municipal do Porto, foi projectado pelo Arq. Correia da Silva e começou a ser construído em 1920. O projecto surgiu na sequência do plano de expansão do centro cívico elaborado pelo arquitecto inglês Barry Parker, aprovado em 1916. A concretização deste plano levou à expansão para norte da Praça da Liberdade, abrindo-se a Avenida dos Aliados e a actual Praça do General Humberto Delgado. Apesar de ter sido iniciado em 1920, as obras do edifício dos Paços do Concelho sofreram inúmeras interrupções, tendo sido introduzidas alterações ao projecto inicial, pelo Arq. Carlos Ramos. A fachada de granito é decorada com uma dúzia de esculturas, da autoria de José Sousa Caldas e Henrique Moreira representando as várias actividades ligadas desde sempre ao Porto, como a viticultura, a indústria ou a navegação.

(Barão de Nova Cintra) – Porto (1934?)²⁶⁴; o busto a Luís de Camões – Vigo – Galiza – Espanha (1934)²⁶⁵, situado na Plaza de Portugal em lugar ajardinado e aprazível e que julgamos ser a sua única obra exposta fora do território português. Segue-se o busto do Abade de Baçal – Bragança (1935), situado no jardim António José de Almeida daquela cidade; monumento a Dr. Joaquim Borges e sua esposa – Vila Nova de Tazem (1936), erguido no largo fronteiro à igreja da vila; um busto do pastor evangélico Digo Cassels – Vila Nova de Gaia (1938), localizado no jardim do Morro junto à ponte de D. Luís; busto em bronze do médico Campos Monteiro – Torre de Moncorvo (1938); Dr. Rebelo Moniz – Resende (1939); Dr. Oliveira Salazar – Porto (1939)²⁶⁶; Cardeal Cerejeira – Lousado – Famalicão (1944). Continuando com a série de bustos, executa o do Papa Pio X – Porto (1949), localizado no Seminário Maior do Porto à igreja dos Grilos; conselheiro José de Abreu do Couto Amorim Novais – Barcelos; busto do Padre Baltazar Guedes – Porto (1951); um busto a Alfredo Coelho em Lisboa; ao Dr. Couto Soares – Porto; monumento a Carolina Michaëlis – Porto (1951), situado na Escola Secundária do mesmo nome (antigo Liceu Carolina Michaëlis), executado aquando da inauguração do edifício na Ramada Alta e onde a patrona é apresentada, para além de bem marcadas linhas escultóricas, em pose doutoral, a que não será alheia a vestimenta universitária que ostenta. Seguem-se os bustos do Dr. Lourenço Peixinho – Aveiro (1952); do Maestro Hernâni Torres; do Conde de Agrolongo na praça do mesmo nome (Campo da Vinha) – Braga (1953) e do Dr. Sousa Júnior, médico e antigo Ministro da Instrução Pública – Porto (1953).

Entre as encomendas, vai também executando a “sua escultura” como o grupo escultórico *Ternura* (1955) que dez anos mais tarde irá ser colocado nos jardins do Palácio de Cristal, assim como o busto de sua mulher, *Maria Emília* (1957). Ainda no mesmo ano executa o busto do Dr. Alfredo Magalhães – Porto (1957) e no ano seguinte, do também médico e investigador Ricardo Jorge – Porto (1958). Realiza ainda um monumento de grande porte ao “cavaleiro da indústria” Narciso Ferreira – Riba d’Ave,

²⁶⁴ O busto em cantaria, encima a fachada do actualmente denominado *Colégio do Barão de Nova Cintra*. José Joaquim Leite Guimarães (Barão de Nova Cintra), capitalista e abastado proprietário dos finais do século XIX, com fortuna feita no Brasil, fez erguer a expensas suas em Campanhã – Porto, um conjunto de edifícios que se destinaram a asilo de infância e ao ensino das Artes e Ofícios, onde, os rapazes tirados da Casa da Correção, eram empregados na aprendizagem de diferentes ofícios e em trabalhos agrícolas conforme as suas vocações e aptidões. Foi deste estabelecimento de educação para a infância desvalida, inaugurado pelo Rei D. Luís em 19 de Outubro de 1866 que muitos alunos, nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, se matricularam na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, frequentando maioritariamente os cursos de Encadernador-Dourador.

²⁶⁵ Esta obra em bronze, apresenta-se com uma cabeça excelentemente esculpida, bem expressiva e com a força devida a tão grande embaixador da cultura portuguesa como é Luís Vaz de Camões. No entanto, se o escultor não desmereceu a encomenda, o responsável pelo plinto falhou rotundamente pois, apesar do bom enquadramento paisagístico, o monumento apresenta-se atarracado visto o pedestal em cantaria estar desproporcionado em relação às boas dimensões da cabeça. Definitivamente, Sousa Caldas e nós portugueses mereciam melhor tratamento.

²⁶⁶ Este busto de Oliveira Salazar (1939), esteticamente de menor qualidade mas de linhas muito próximas da estátua de corpo inteiro de Salazar (1937) do escultor Francisco Franco, apresenta o Ditador enquanto professor universitário com a toga mas sem borla nem capelo. Foi encomendado pelo Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, agremiação com quem Sousa Caldas tinha fortes relações de amizade havendo por isso ao longo dos anos variadas formas de intercâmbio escolar como se referimos neste trabalho.

Famalicão (1959) e o baixo-relevo em cantaria existente na parede exterior da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, na esquina da rua Firmeza com a D. João IV – Porto (1959) em que representa uma alegoria às Belas Artes.

Por fim, dentro das suas obras de “homenagem”²⁶⁷, temos os bustos do Dr. Pinheiro Torres – Porto, o do médico e cirurgião Dr. João de Almeida - Lamego (1963?), do Padre Américo, situado nos jardins do Património dos Pobres do Calvário do Carvalhido – Porto (1963?)²⁶⁸.

Paralelamente a esta actividade “de bustos”, sempre colaborou em várias exposições colectivas, nomeadamente na III Exposição dos Independentes no Porto em 1945, amostra com algum destaque no panorama artístico portuense da época²⁶⁹. Postumamente participa com três esculturas (*Busto de Mulher* – 1929; *Ternura* – 1955 e *Maria Emília* -1957) na exposição “levantamento da arte do século XX no Porto” (1975), organizada pelo Centro de Arte Contemporânea, Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis e Lisboa Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa²⁷⁰.

Quanto ao seu longo e constante labor escultórico deixamos para o fim as cinco obras de maior fôlego e relevância tanto no trabalho nelas dispendidas, como no seu valor

²⁶⁷ A maior parte dessas esculturas são de carácter póstumo e muitas delas, senão a totalidade, por encomenda de famílias ou instituições.

²⁶⁸ Provavelmente serão estes (bustos do Dr. Pinheiro Torres – Porto, o do médico e cirurgião Dr. João de Almeida - Lamego (1963?) e do Padre Américo, – Porto (1963?), os seus últimos trabalhos, visto Sousa Caldas ter adoecido gravemente no último trimestre de 1963 vindo a falecer no dia 29 de Março de 1965. Curiosamente o busto do Dr. João de Almeida, colocado no Hospital de Lamego, é inaugurado em 16 de Maio de 1965 e anos mais tarde, com a anuência da Santa da Misericórdia de Lamego, da Câmara e dos familiares do ilustre cirurgião, o seu busto foi recolocado no Largo que tem o seu nome, em frente ao local onde nasceu e viveu parte da sua vida e junto da sede da Santa Casa da Misericórdia de Lamego. O busto de Padre Américo, está situado nos Jardins do Património dos Pobres do Calvário do Carvalhido e foi inaugurado no dia 16 de Julho de 1965.

²⁶⁹ Importância bem maior teve a I Exposição dos Independentes em Abril de 1943; a Arte Abstracta portuguesa está historicamente ligada às exposições independentes, cujo principal organizador e animador, Fernando Lanhas, é coincidentemente a figura central desse abstraccionismo. Após uma I Exposição, em Abril de 1943, nas instalações da Escola Superior de Belas Artes do Porto, com esculturas de Altino Maia, Mário Truta, Arlindo Rocha, Serafim Teixeira, Augusto Tavares e Manuel Pereira da Silva, as exposições independentes passam a ter lugar fora da Escola e, várias vezes fora do Porto, um primeiro exemplo de descentralização e vontade de difusão que apesar de tudo, não evitará uma certa marginalização dos artistas do Porto em relação aos acontecimentos e iniciativas de maior visibilidade e impacto da capital. A II Exposição Independente apresenta-se, em Fevereiro de 1944, no Ateneu Comercial do Porto, com esculturas de Altino Maia, Arlindo Rocha, Eduardo Tavares, Joaquim Meireles, Manuel da Cunha Monteiro, Maria Graciosa de Carvalho, Mário Truta, M. Félix de Brito, Manuel Pereira da Silva e Serafim Teixeira. Será a partir daí que a acção de Fernando Lanhas se fará sentir, na consistente qualidade dos catálogos e das exposições, bem como na persistência em manter vivas as iniciativas. A III Exposição Independente tem lugar, no mesmo ano, no salão do Coliseu do Porto, com esculturas de Abel Salazar, Altino Maia, António Azevedo, Arlindo Rocha, Eduardo Tavares, Henrique Moreira, Manuel Pereira da Silva, Mário Truta, e Sousa Caldas. No catálogo da exposição, em itinerância por Coimbra, Leiria e Lisboa, em 45, esclarece-se que o nome de “Independente” não é um nome ao acaso, mas implica a consciência de que a arte é um património da humanidade e daí a “a nossa variadíssima presença”, entendendo-se que o presente deve activar-se para alicerçar o futuro, não se podendo negar ao passado o direito de recordar-se. Para Fernando Lanhas as “Exposições Independentes” do Porto marcam um momento histórico significativo na nossa pintura e escultura. Primeiro, porque reúnem pintores e escultores de formação diferente (a razão de ser da palavra “Independente” vem da não filiação num “ismo” particular), empenhados numa igual acção colectiva e mergulhados no mesmo entusiasmo. Segundo, porque nelas aparece, sem preconceitos nem complexos, esta abstracção original e fecunda. E, em terceiro lugar, porque escapam à voracidade centralizadora da capital.

²⁷⁰ Sobre o relevo que teve no panorama artístico portuense destacamos do prefácio do catálogo da exposição: “A presente exposição intitula-se *levantamento da arte do século XX no Porto*. Mas, aqui também, a possível ambição do título tem mais a ver com um projecto do que com uma imediata realidade. Para a concretização daquele, procurou-se a conjugação dos esforços de vários artistas e desenvolveram-se diligências para se reunirem testemunhos da evolução do gosto plástico no Norte do País....”. In *catálogo da “exposição levantamento da arte do século XX no Porto” - Porto 1975*.

artístico e qualidade interventiva nos espaços citadinos onde estão implantados; Barcelos e Aveiro as duas primeiras e as outras três na cidade do Porto.

Começamos pelo monumento a D. António Barroso – Barcelos (1930)²⁷¹, obra executada de parceria com o arquitecto Marques da Silva²⁷² e, em nosso entender, uma das mais bem conseguidas obras de Sousa Caldas, onde o bispo é representado numa estátua de corpo inteiro, em bronze, que assenta num pedestal em granito (que se integra bem na envolvência granítica dos monumentos contíguos), marcado lateralmente por duas colunas que reforçam a monumentalidade dada pela base ou soco e onde se destacam dois baixos-relevos em bronze caracterizando, na interpretação do artista, as qualidades humanas e evangélicas de D. António Barroso num deles as suas origens humildes, o seu desprendimento e o seu amor pelos pobres; no outro, engrandece a sua obra de missionário evangelizador, particularmente no continente africano.

No monumento aos Mortos da Grande Guerra – Aveiro (1934), Sousa Caldas, não fugindo do “figurino” dos muitos monumentos espalhados pelo país em honra dos portugueses que pereceram na Guerra de 1914-18, conseguiu-lhe ainda assim dar-lhe uma força e um movimento digno de realçar, principalmente através do “serrano” em posição expectante, de espingarda na mão pronto para defender a Pátria. As linhas simples e estilizadas da base do monumento, em cantaria, contrastam harmoniosamente com a expressão corporal do soldado em bronze, fazendo dele - no jogo de alternâncias entre volumes, arestas, materiais diversos e linhas escultóricas bem ma-

²⁷¹ O monumento ao missionário e bispo do Porto D. António Barroso, obra de Sousa Caldas feita em parceria com o arquitecto Marques da Silva, encontra-se muito bem integrado no espaço da cidade de Barcelos. Situado no largo dos *Paços do Concelho*, é envolvido pelo edifício da câmara, com ar de paço senhorial com a longa fila de ameias que encima as paredes em granito e onde se destacam arcadas ogivais de finais do século XV; pela *Igreja de Santa Maria Maior -Matriz* (monumento nacional) com o estilo de transição da arte Românica para a Gótica, foi mandada edificar no século XII pelo Conde D. Afonso (filho bastardo de D. João I) e pelo *Paço Condal* (monumento nacional) - Edificação apalaçada dos finais da Idade Média, construído na 1ª metade do século XV por D. Afonso, 8º Conde de Barcelos e 1º Duque de Bragança.

²⁷² José Marques da Silva (Porto, 18 de Outubro de 1869 — Porto, 6 de Junho de 1947) foi um arquitecto português formado na Academia Portuense de Belas-Artes, seguindo depois para Paris, onde viveu perto de sete anos e onde obteve o diploma de arquitecto com altas classificações. Regressou a Portugal e criou rapidamente nome, pelo número e importância dos trabalhos que projectou e construiu, alguns dos quais foram premiados na Exposição Universal de Paris de 1900 e na do Rio de Janeiro 1908, com medalhas de prata e de ouro. Em 1907 foi nomeado professor de Arquitectura da Escola de Belas-Artes do Porto e, em 1913, seu director, aposentando-se, por limite de idade, em 1939. Foi académico de mérito das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto, sócio correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes e oficial da Ordem de Santiago. Foi também professor do antigo Instituto Industrial e Comercial do Porto, assim como da Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada), antecessora da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Referimos, entretanto, algumas das suas obras mais marcantes, muitas delas, neste trabalho, já referenciadas, porque feitas em parceria com o escultor Sousa Caldas: Teatro Nacional S. João (1909) - Porto; Estação de São Bento (1896-1900) - Porto; Liceu Alexandre Herculano (1914) - Porto; Liceu Rodrigues de Freitas (1918) - Porto; Casa de Serralves (1925) - Porto; Templo de São Torcato - Guimarães; Santuário da Penha - Guimarães; Edifício da Companhia de Seguros “A Nacional” (1919), na Praça da Liberdade - Porto; Edifício dos Grandes Armazéns Nascimento, hoje Galerias Palladium (1914), esquina da Rua de Santa Catarina com Passos Manuel - Porto; Edifício da Sociedade Martins Sarmento - Guimarães; Mercado Municipal (1927) - Guimarães. De todas os seus projectos, foi premiado, entre outros, nos monumentos aos Heróis da Guerra Peninsular - Porto; Marquês de Pombal - Porto e ao Prelado D. António Barroso, em Barcelos. Curiosamente dos três, dois foram executados em parceria com Sousa Caldas.

cadadas - um dos mais interessantes exemplos de monumentos aos mortos da Grande Guerra²⁷³.

Quanto ao Monumento ao esforço Colonizador Português – Porto (1934)²⁷⁴, executado e projectado por Sousa Caldas em parceria com Ponce de Castro, ele é na verdade grandioso, feito todo ele num bloco de granito, elevando-se a mais de dez metros de altura sendo suportado em ambos os lados por dois grupos de blocos mais baixos; no cimo, apontando ao céu, o brasão de armas de Portugal, na base, o alto e esguio obelisco, qual menir pré-histórico, é sustentado por seis possantes figuras estilizadas de corpo hirto, disciplinado e austero, representando a mulher, o missionário, o militar, o comerciante, o médico e o colono que simbolizam, o empenho dos diferentes grupos da sociedade portuguesa no esforço colonizador em terras do Ultramar.

Como obra plástica, o que se deve realçar no monumento é a predominância das linhas rectas, a influência “italianizante”²⁷⁵ na rigidez perene dos corpos, todos eles de expressão muito semelhante, sem nenhuma hierarquia entre eles, diferindo somente

²⁷³ Promovida pela Câmara Municipal de Aveiro, esta obra acompanhou a tendência nacional de se erguerem monumentos de homenagem aos mortos da Grande Guerra. Motivada pela passagem de mais um aniversário do Armistício, surge, cerca de 1927, a ideia da construção desta escultura e é então criada, em Aveiro, uma Comissão Administrativa responsável por contratar o escultor, escolher o espaço apropriado e angariar os fundos necessários à sua prossecução. O projecto será aprovado em 1932 e a obra ficará a cargo do escultor José Sousa Caldas. O monumento de homenagem aos soldados de Aveiro mortos na Grande Guerra está localizado na placa central da, agora denominada, Avenida Dr. Lourenço Peixinho (antiga Avenida Central) e aí foi colocado no dia 27 de Abril de 1934, numa cerimónia presidida pelo Dr. Lourenço Simões Peixinho, então presidente da edilidade e grande impulsor da obra.

²⁷⁴ A ideia de Portugal enquanto império colonial é quase tão antiga como os acontecimentos históricos que lhe servem de base. Com efeito, já a historiografia humanística do século XVI conferia à empresa dos Descobrimentos e da Expansão o estatuto de lugar de memória da identidade colectiva portuguesa (...). Os anos 30 do século XX proporcionaram uma atmosfera favorável à recuperação deste motivo. A crise económica em Angola, bem como a cobiça das possessões portuguesas de África por parte de outras potências coloniais europeias levaria Oliveira Salazar na qualidade de Ministro das Colónias, a desenvolver uma estratégia política, económica e ideológica para os territórios ultramarinos. O Acto Colonial de 1930 insere-se nesta ofensiva de política colonial. Nele se argumenta a favor da legitimidade histórica de Portugal de possuir e colonizar os territórios ultramarinos (...). Além disso, o Acto Colonial constata a natureza orgânica e indivisível do Império... A política colonial dos anos 30 era flanqueada por uma propaganda ideológica com um duplo objectivo. Por um lado, tratava-se de proteger através de argumentos jurídicos o domínio colonial e, por outro lado, de inculcar na população portuguesa a ideia de um Portugal grande – porque espalhado pelos cinco continentes –, uno e indivisível. Durante as décadas de 1930 e 1940 realizou-se uma série de eventos propagandísticos que visavam a encenação de Portugal como uma nação colonial e imperial. Destes eventos fizeram parte a participação em Exposições Coloniais no estrangeiro, (em particular a Exposição Colonial do Porto em 1934) (...). Com efeito, o Monumento ao Esforço Colonizador Português foi concebido como uma homenagem à nação portuguesa enquanto reino colonizador e imperial. O monumento não se refere a uma colónia distinta ou a um período concreto da história colonial portuguesa. Antes toma como referente o Império Colonial no seu todo enquanto um dos pilares da identidade nacional. Como tantos outros, também o Monumento ao Esforço Colonizador Português são o resultado da política memorialista do Estado Novo Português (...). A Exposição Colonial do Porto em 1934 teve lugar no recinto do Palácio de Cristal. Logo à entrada os visitantes deparavam com o Monumento ao Esforço Colonizador Português, em posição central defronte do Palácio das Colónias, o principal pavilhão da Exposição. O Monumento ao Esforço Colonizador Português, um dos únicos restos arqueológicos da Exposição Colonial, foi transferido, com o fim da Exposição, para a freguesia da Foz do Douro, no Porto. Com ele se transportava igualmente o lugar de memória do Império Colonial. Basta para tal atentar no nome dado a praça que o acolheu: Praça do Império. Mas também a rede toponímica que envolve o Monumento e a Praça é disso testemunha. A Praça do Império está ligada à Avenida Marechal Gomes da Costa, que homenageia o chefe do golpe militar que deu origem ao Estado Novo. Também a Rua D. Nuno Álvares Pereira se inicia na Praça do Império. Assim se recorda mais um pilar de identidade nacional durante o Estado Novo (...). Mas também se liga às ruas Bartolomeu Velho, Diogo Botelho, João de Barros, Gil Eanes, Rua de Diu e Avenida do Brasil – que transportam a memória dos Descobrimentos. Finalmente encontram-se aqui também a Rua Henrique Mendonça e a Rua Alfredo Keil, que recordam os criadores de um dos símbolos nacionais mais importantes: o hino. Esta rede de memória constitui um contexto semiótico que confere ao monumento um significado semelhante àquele que lhe atribuía o contexto da Exposição Colonial. O Monumento ao Esforço Colonizador Português evoca o Império Colonial como um dos pilares da identidade nacional. PINHEIRO, Teresa - *“Memória Histórica no Portugal Contemporâneo”* Lisboa: 2007, pp.302-305.

²⁷⁵ O estilo desta construção de 1934, aproxima-se bastante dos cânones seguidos, por esta altura na Itália de Mussolini, principalmente em escultura e arquitectura, onde a mensagem ideológica que se pretende comunicar interliga-se com a recuperação do estilo clássico romano fundindo-se de facto com a identidade nacionalista.

uns dos outros nos símbolos caracterizadores que ostentam. Este é, significativamente, mais do que muitos outros monumentos uma obra carregada de símbolos: na sua verticalidade, qual mastro das caravelas quinhentistas apontando ao céu da fé e do infinito; na sua colocação no espaço da cidade, visto estar erigido na Praça do Império e defronte dele o mar (português); na sua base, o povo crente mas combatente, austero mas decidido e suficientemente empreendedor nas “conquistas de novas terras e novas gentes”. Concluindo, artisticamente temos um monumento de linhas arrojadas e até modernistas, como nenhum outro de Sousa Caldas, mas simbolicamente carregado de um passado já velho, arcaico, findo, enfim, passado!

No Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular – Porto (1951)²⁷⁶, Sousa Caldas mais uma vez é convidado a fazer parceria com o arquitecto Marques da Silva que juntamente com o escultor Henrique Moreira “deitam mãos à obra” e concluem uma empreitada que se arrastava há cerca de quarenta e dois anos. Na realidade o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, cuja primeira pedra foi lançada em 1909, foi anteriormente concebido pelo escultor Alves de Sousa²⁷⁷ em conjunto com Marques da Silva, como sempre, aliás, em obras destas características onde as partes escultóricas, feitas primeiramente em barro e depois vertidas a bronze, ficavam a cargo do escultor e ao arquitecto cabia a responsabilidade do enquadramento paisagístico, a base, o fuste e outros elementos arquitectónicos mais adequados à concepção do projecto.

²⁷⁶ A Guerra Peninsular entre 1807 e 1814, tem uma sequência de eventos envolvendo a Península que remontam à Campanha do Rossilhão (1793 – 95), quando tropas de Portugal reforçam as da Espanha, integrando a primeira aliança liderada pela Inglaterra contra a França revolucionária. A partir da ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder (1799), a Espanha alia-se à França para, por meio da invasão e da divisão de Portugal entre estes, atingir indirectamente os interesses comerciais do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda. A 12 de Maio desse mesmo ano, tropas Luso-Britânicas sob o comando do General Arthur Wellesley e do comandante-em-chefe o Marechal William Carr Beresford, atravessaram o Rio Douro e venceram a chamada batalha do Douro, reconquistando a cidade do Porto (29 de Maio) e expulsando o invasor francês comandados pelo Marechal Soult que se retirou para a Galiza. No monumento sobressai principalmente o sacrifício do povo portuense na luta pela vitória sobre os franceses, na 2ª invasão comandada por Soult; assim como na alusão à tragédia da Ponte das Barcas, onde uma mãe aterrorizada com o seu filho ao colo procura resistir à força das águas revoltas do Douro e no movimento da artilharia, a corajosa participação das gentes do povo e das tropas que ali se bateram. Curiosamente, na composição das formas humanas que compõem o “teatro de guerra”, sobressai a figura da mulher, não somente como figura alegórica mas como elemento presente, actuante e determinante no desfecho da batalha, como se constata no esforço a puxar o canhão, como ainda na valentia que empunha a bandeira e vai em frente para a luta. No cimo da coluna aparece caracterizada a vitória do patriotismo português (mais representada, convenhamos, a vitória inglesa simbolizada pelo leão) sobre a água imperial Napoleónica.

²⁷⁷ António Alves de Sousa, (Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia, 1884 - 1922) foi um escultor português naturalista da chamada Escola do Porto, que se pode situar entre o final do Séc. XIX e o início do Séc. XX, e de que são expoentes maiores Soares dos Reis e Teixeira Lopes. Alves de Sousa entra para a Academia de Belas Artes do Porto (actual Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto) com apenas 13 anos, tendo requerido em 1897 a sua matrícula em Desenho Histórico, curso que concluiu em 5 anos, tal como o de Escultura. Em 1908 concorre e consegue uma bolsa do Estado para estudar em Paris partindo no início de 1909, chegando à cidade luz precisamente no dia 24 de Janeiro de 1909. A lista de artistas contemporâneos de Alves de Sousa que estavam em Paris é quase infindável; por essa época viviam e conviviam nesse espaço mítico: Rodin, Picasso, Modigliani, Guilhermina Suggia, Diogo de Macedo, Oliveira Ferreira, Amadeo de Souza Cardoso, Guillaume Apollinaire, Dórdio Gomes, Columbano Bordalo Pinheiro... Em Paris começa a frequentar o atelier do mestre Jean-Antoine Injalbert, escultor francês e em 1910, Alves de Sousa é admitido à École des Beaux Arts, de Paris, (admissão que havia falhado em 1909), onde tem sempre boas notas, ficando inclusivamente dispensado dos concursos de permanência e passagem. Nesse mesmo ano, em Maio, participa no Salon com algumas obras. É em Paris que conhece a francesa Germaine Marie Victoire Lechartier, de quem tem dois filhos e após o falecimento desta em 1918 regressa a Portugal. Vem no entanto a falecer precocemente com 38 anos de idade, a 5 de Março de 1922, na mesma casa onde nascera, já não acompanhando por isso a execução da modelagem das suas esculturas para o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

Apesar de ter sido concluído nos anos cinquenta do século XX, é uma obra artisticamente situada nos finais do século XIX, sem grandes novidades estilísticas, apesar das intervenções que ambos os escultores (Henrique Moreira e Sousa Caldas) exerceram, pois, segundo é sabido, “actualizaram” a maqueta deixada por Alves de Sousa. Apesar das interferências posteriores, continua a ser uma obra datada, amarrada a concepções artísticas, nomeadamente francesas.

Para além da singularidade de ser um monumento onde se exalta a vitória portuguesa contra os franceses, não devemos estranhar a sua matriz conceptual francesa, conhecendo nós o percurso artístico e a escola do autor da maqueta das esculturas (Alves de Sousa), assim como a formação do arquitecto Marques da Silva.

Apesar destes considerandos, salva-se, quanto a nós, a opção arquitectural que Marques da Silva imprimiu ao fuste, visto ter concebido uma elegante e majestosa coluna soberbamente decorada, que só ela, por si só, bastaria para imprimir vitalidade suficiente ao monumento, e que desta forma quase dispensava o leão mais a águia que a encima e as figuras/esculturas que se “movimentam” na sua base.

Da intervenção, significativa, de Sousa Caldas e de Henrique Moreira, o que se destaca, no que à Escola De Artes Decorativas Soares dos Reis respeita, foi a longa e continuada participação de alunos e professores da Escola na execução em barro das inúmeras figuras que compõem a base do monumento:

“ (...) No trabalho que o Director fez para a Rotunda da Boavista, o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, por volta de 1944, ele levava-nos para o Palácio de Cristal e nós acartávamos o barro para encher os volumes que ele achava conveniente e só depois é que ele ia lá dar os toques finais (...).”²⁷⁸

Ainda sobre a forma e o método de trabalho das figuras da base do monumento, as opiniões são unânimes em considerar o trabalho de equipa que Sousa Caldas soube aglutinar à sua volta, praticando nessa altura aquilo a que actualmente se apelida de intervenção da Escola na comunidade:

“ (...) Sousa Caldas pôs em volta dele todos os escultores/professores da Escola Soares dos Reis e alguns escultores do Porto a trabalhar nas figuras do monumento da Boavista - Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular (...).”²⁷⁹

Quanto ao monumento ao jurisconsulto João das Regras (1961) – Porto, obra única de Sousa Caldas, insere-se numa grandiosa empreitada levada a cabo pelo Estado Novo,

²⁷⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

²⁷⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Heidé Fernandes (1936), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de escultura. Licenciou-se em escultura na Escola Superior de Belas Artes do Porto. É escultora.

nos anos 60, que foi a construção do Palácio da Justiça do Porto²⁸⁰. A escultura, de corpo inteiro do grande jurisconsulto medieval, plasticamente, apresenta-se com um grande poder de síntese, onde predominam a simplicidade das linhas verticais, dando à escultura uma majestade que só a naturalidade pode transmitir; o escultor quis e conseguiu salientar simplesmente o homem, sem motivos decorativos perfeitamente dispensáveis; Sousa Caldas faz representar João das Regras a olhar o Sul e entre as mãos somente um pergaminho a representar a força do Direito.

Enquanto artista plástico Sousa Caldas apresentou uma obra vasta que está espalhada pelo país e estrangeiro, quer nos monumentos públicos citados, como em acervos de Galerias de Arte e colecções privadas, como ainda em Museus onde se destacam devido à sua importância representativa: a Casa Museu Teixeira Lopes e o Museu Nacional Soares dos Reis. Quanto à obra, para além de diversificada, é desigual, variando entre o naturalismo, herdado do seu mestre Teixeira Lopes, e o classicismo da escultura do Estado Novo, definida como evocativa, comemorativa e histórica. Caracteriza-se ainda, em algumas obras públicas especialmente nos anos 30-40, como na estátua de João das Regras (1961), por uma sobriedade formal com um traço simbolicamente construtivo, de linhas cruas e despojadas, onde predominam o vigor expressivo assente na solidez das massas, aproximando-se, num diálogo reflexivo, dos enunciados políticos, sociais e culturais de essência italiana e alemã, particularmente das décadas de trinta e quarenta do século vinte.

Concluída a sua faceta de artista plástico debruçemo-nos agora na de Professor/Director, actividade que manteve paralelamente à de escultor. Ou terá sido o inverso? Sousa Caldas foi ininterruptamente, como anteriormente se nomeou, trinta anos Director da Escola Faria Guimarães/Soares dos Reis, com todas as prerrogativas,

²⁸⁰ Para que não restem dúvidas da importância que o Estado Novo deu à construção desta obra na cidade do Porto, começamos pela legenda da lápide de inauguração: *"Este edifício foi construído pelo Governo de Salazar e inaugurado por S.Ex^a o Presidente da República Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz em 20 de Outubro de 1961"*. O obra do arquitecto Raul Rodrigues Lima (1909-1979), o edifício começou a ser construída em 1958 e concluído em 1961. O Palácio da Justiça do Porto está localizado no Campo dos Mártires da Pátria, com área coberta de, aproximadamente, 3600m², desenvolve-se por oito pisos. A fachada principal em granito, com um comprimento de 95 metros, tem uma galeria de dez pilares rectangulares e altos que apoiam a escadaria de entrada para o átrio. A complementá-la, à esquerda, uma espécie de cabeceira com altos pilares dispostos em semi-círculo e na sua frente a figura da Justiça, escultura de seis metros de altura de Leopoldo de Almeida; e em pano de fundo, como que a realçá-la, recorta-se no granito um baixo-relevo do escultor Euclides Vaz; ainda no exterior, sobre a entrada principal sobressaem as estátuas de Barata Feyo e, no recinto a céu aberto da fachada posterior, a estátua de João das Regras de autoria de Sousa Caldas. No seu interior o Tribunal possui uma enorme e valiosíssima decoração artística, confiada exclusivamente a Pintores e Escultores Portugueses, num total de vinte e três (quinze destes artistas, estiveram intimamente ligados, como alunos ou como professores à Escola Faria Guimarães/ Soares dos Reis), executaram cinquenta baixos-relevos, pinturas a fresco e tapeçarias. Participaram na decoração deste monumento ao Direito para além de Sousa Caldas, os escultores Euclides Vaz, Leopoldo de Almeida, Manuel Pereira da Silva, Salvador Barata Feyo, Lagoa Henriques, Gustavo Bastos, Irene Vilar, Maria Alice da Costa Pereira, Henrique Moreira, Eduardo Tavares, Afonso Rocha e os pintores, Martins da Costa, Coelho de Figueiredo, Severo Portela, Amândio Silva, Martins Barata, Dórdio Gomes, Guilherme Camarinha, Isolino Vaz, Augusto Gomes, Júlio Resende e Sousa Felgueiras. Estas obras de arte contemporânea da mais variada concepção, integraram-se num pensamento comum de representação plástica: a Força do Direito como razão profunda da realidade nacional. Mais uma vez as artes plásticas a servirem como veículo da afirmação da identidade nacional estadonovista!

aparato e circunstâncias deste cargo, exercido sempre sem tergiversões nem tibiezas. Sabia o que queria e o que representava no espaço - escola e na sociedade (portuense) onde estava inserido. Sousa Caldas sempre foi muito “bem visto” e respeitado enquanto cidadão, sendo-lhe reconhecido os seus méritos, em diversas ocasiões, de acordo, obviamente, com os parâmetros políticos do Estado Novo, aliás como obrigava o seu estatuto:

“ (...) A figura do Director constituía um dos principais elos de ligação entre as dimensões política e administrativa central, por um lado, e o governo, administração e gestão concretas, no quotidiano de cada escola. Tratando-se de representantes políticos e administrativos do Estado, de delegados do ministério junto de cada escola, designados por nomeação do respectivo ministro na base de critérios onde predominava a confiança política, compreende-se o especial cuidado que era posto na sua escolha, dadas as repercussões a nível escolar mas também dada a expressão social e a influência local que assumiam. Embora formalmente não gozassem de autonomia, em tudo estando subordinados à administração central, a simples consecução dos objectivos e a realização em conformidade dos papéis que lhe estavam atribuídos, faziam de reitores e directores figuras poderosas a nível escolar, concedendo-lhes efectivos poderes junto de docentes e respectivo pessoal (...).”²⁸¹

Enquanto ainda e só professor, inicia-se na Escola Industrial Infante D. Henrique – Porto em 1922 e lá permanece três anos para, em 1925, transferir-se para a Escola Industrial Passos Manuel – Vila Nova de Gaia ²⁸² onde se efectiva e exerce pela primeira vez (1926-1927) o cargo de Director, durante seis anos, até ser transferido para a Escola Industrial Faria de Guimarães no ano lectivo de 1932-1933, primeiramente como Director Interino (três meses), passando de seguida a Director Efectivo em 23 de Dezembro de 1932 e lá permanecendo nas suas funções até se aposentar no dia 17 de Maio de 1964, data em que atinge o limite de idade (70 anos).

Perfaz assim 38 anos como Director, 32 anos dos quais foram passados a exercer esse cargo na Escola Industrial Faria Guimarães / Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Sousa Caldas por via desse lugar destacado e influente “de homem do regime” e naturalmente pelos seus atributos pedagógicos fez parte como Presidente do Júri de exames na Escola de “O Comércio do Porto”, foi convidado por diversas vezes a fazer parte de júris de exames e “ofícios correlativos” tais como: Presidente do Júri de exames na Escola de Artes e Ofícios Soares Basto, em Palmaz, Oliveira de Azeméis; Vogal de júri de concurso para mestre de marcenaria na Escola Industrial Emídio Navarro –

²⁸¹ LIMA, L. *A Escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974 -1988)*, Braga: Universidade do Minho. 1992, p.209.

²⁸² Sousa Caldas, iniciou a sua carreira de Director neste estabelecimento de ensino que remonta a 1884, sendo por isso a mais antiga escola do concelho de Vila Nova de Gaia. Com cento e vinte e cinco anos de história, percorreu diversas localizações e viu o seu nome sofrer várias alterações – Escola de Desenho Industrial Passos Manuel (1884/87), Escola de Cerâmica Passos Manuel (1918/25), Escola Industrial de Passos Manuel (1925/26), Escola Técnica Elementar Passos Manuel e Escola Industrial e Comercial Teixeira Lopes (1947/55), Escola Industrial e Comercial de V. N. de Gaia (1955), Escola Secundária nº 1 de V. N. de Gaia (1979) e Escola Secundária António Sérgio (1984).

Viseu e na Escola Industrial Passos Manuel, todas elas no ano de 1931; Sindicante²⁸³ na Escola Comercial Mouzinho da Silveira em 1934 e na Escola Industrial e Comercial Francisco de Holanda – Guimarães, em 1935; volta a ser convidado a ser Júri de concurso na Escola Velho Cabral em Ponta Delgada – Açores em 1937 e 1940; na Escola Industrial Baltazar do Couto – Vila do Conde em 1942 e na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde era o Director, assume o lugar de Júri do concurso, aqui como parte interessada, para o lugar de Mestre de Mobiliário Artístico.

Já anteriormente tinha feito parte da prestigiada Comissão Executiva e Promotora do I Congresso das Escolas Técnicas (1927), que se realizou no Palácio da Bolsa do Porto, assim como do não menos importante convite para júri da Comissão Efectiva da Comemoração dos Centenários no Porto, onde seleccionou os trabalhos apresentados para o Concurso de Cartazes alusivo ao Cortejo do Trabalho (1940)²⁸⁴.

Estes cargos de prestígio e influência foram sempre exercidos em paralelo com a sua condição de Professor e Director, onde, obviamente, sobressaíam os seus conhecimentos pedagógicos e artísticos mas também a confiança política que a estrutura ministerial nele depositava. Fez ainda parte como Vogal da Comissão de Reforma do Ensino Técnico na Reforma de 1948, onde o seu parecer relativo ao Ensino Artístico (médio), foi levado em boa conta, como já foi abordado neste trabalho²⁸⁵, maioritariamente aceite e concomitantemente posto em prática nas duas Escolas de Artes Decorativas²⁸⁶ que “saíram” dessa Reforma.

Depois de lhe ser concedida equiparação a bolseiro no país por doze meses (1948), volta mais tarde a ser convidado a fazer parte da comissão para estudo da revisão dos planos e programas dos cursos relativos às Artes Decorativas e Gráficas (1960-61).

²⁸³ Interpretamos, baseados no seu registo biográfico, o acto de sindicante como sinónimo de inspecção administrativa e pedagógica.

²⁸⁴ Evento inserido nas cerimónias dos Centenários que começaram com um *Te Deum* (2 de Junho de 1940) na Sé de Lisboa e com um discurso do Presidente da República marechal Óscar Carmona na Câmara Municipal. Oliveira Salazar em Guimarães discursa sobre *800 Anos de Independência*, seguindo-se várias cerimónias religiosas: Sé Primaz de Braga; Sé do Porto; Santa Cruz de Coimbra e na Sala dos Capelos, rememorando a Cúria de 1211 e a fundação da Universidade. Romagem à Sé e ao Castelo de Leiria e *Te Deum* na Igreja de S. Domingos em Lisboa. Inaugura-se o novo edifício do Museu de Arte Antiga. Velada de armas em Ourique seguindo-se Comemorações em Lagos e Sagres. Começa a Exposição do Mundo Português que tem como comissário-geral Augusto de Castro, erguendo em Belém uma cidade-efémera que nasce da traça de Cottinelli Telmo e onde muitos dos artistas plásticos nacionais de várias tendências artísticas, credos políticos e ideológicos colaboraram. Por iniciativa de Leitão de Barros (1896-1967), surgem as marchas populares de Lisboa. Missa pontifical e Acto Imperial nos Jerónimos. Cortejo do Mundo Português em Belém e Alcântara. Começa o Congresso do Mundo Português. Cortejo do Trabalho Nacional no Porto (5 de Julho de 1940). Discurso de Hernâni Cidade na Festa dos Lusíadas da Exposição do Mundo Português. Comemora-se em Évora o sexto centenário da Batalha do Salado. Dia Sindical na Exposição do Mundo Português. Inaugurado o Congresso Colonial. Colónia portuguesa do Brasil entrega ao Estado o Palácio da Independência no Largo de S. Domingos. Inaugurada a estátua de Pedro Álvares Cabral na Estrela, oferecida pelo governo brasileiro. Encerramento das Comemorações com *Te Deum* na Sé de Lisboa e discurso de Salazar na Assembleia Nacional (2 de Dezembro de 1940).

²⁸⁵ “Estudos Preparatórios da Reforma do Ensino Técnico”. Separata do volume I, *Escolas Técnicas, Boletim da Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio*. Lisboa. Direcção do Ensino Técnico Profissional, 1947, pp. 182-183.

²⁸⁶ Escola de Artes Decorativas António Arroio – Lisboa e Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – Porto.

Entre votos de louvor pela Câmara Municipal de Gaia por serviços prestados no conselho e outros aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Escolares a que presidiu enquanto Director destaca-se:

" (...) O reconhecimento do corpo docente ao seu Director pela energia e ponderação, pelo espírito disciplinador, pela dedicada força de vontade, pela inteligência e diligência como tem dirigido a Escola... propôs um voto de louvor [que foi aprovado], resolvendo [ainda] que seja colocado o seu retrato na sala do Conselho (...)" ²⁸⁷.

Sousa Caldas é, primeiramente, louvado pelo Ministro da Instrução Pública ²⁸⁸, reconhecimento sem dúvida político, porém dissimulado, visto o louvor destacar a vertente ligada às artes plásticas. Posteriormente, é agraciado, em vida, pela Presidência da República – Chancelaria das Ordens Portuguesas com a Ordem de Instrução Pública ²⁸⁹ com o grau de Comendador e, postumamente, foi distinguido com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada ²⁹⁰.

Por tudo o que expusemos sobre Sousa Caldas enquanto artista plástico, professor e gestor escolar, homem social e político, leva-nos a constatar que houve sempre conscientemente, ou não, uma permuta de valorização entre o seu Eu e os vários papéis que ao longo da sua vida desempenhou para com as várias instituições que serviu.

Valorizando-se nas artes plásticas, enquanto homem do regime e com conhecimentos no meio burguês do Porto e no Norte, paralelamente engrandecia a escola e o ensino que nela se praticava, com particular relevo na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, como no exemplo já referido aquando da sua participação enquanto Vogal da Comissão de Reforma do Ensino Técnico na Reforma de 1948; assim como aos alunos que a frequentavam, quer na escolha dos Professores e Mestres ²⁹¹, quer nos benefícios que conseguiu na melhoria das instalações, equipamentos escolares e saídas profissionais para os "seus" alunos, como adiante aprofundaremos com mais detalhe e objectividade.

Enquanto Professor/Director Sousa Caldas ajudava, cuidava, favorecia e auxiliava; servia, servindo-se, com força de vontade, inteligência e empenho. Ao olharmos tanto para o caso do Director/deste Director como para os professores de uma Escola de

²⁸⁷ Acta do Conselho Escolar da Escola Industrial Faria de Guimarães; Sessão de 25 de Julho de 1934.

²⁸⁸ Louvado em Ordem de Serviço Nº 5 de 1947/48, do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, pelo trabalho realizado no I Salão Provincial de Educação Estética do Douro Litoral.

²⁸⁹ A Ordem da Instrução Pública tem por intuito de galardoar altos serviços prestados à causa da educação e do ensino.

²⁹⁰ Esta Ordem, tem a sua origem na Ordem Militar de Santiago fundada em 1170, por Fernando II, rei de Leão (1157-1188), em Cáceres, no reino de Castela. A Ordem seguiu a regra de Sto. Agostinho, tendo tido por sede, Uclés no reino de Castela. A sua introdução em Portugal está documentada em data próxima do ano de 1172, tendo desempenhado parte activa e de relevo na Reconquista. Foi reformada em 1789, pela rainha D. Maria I. Sofreu nova reforma em 1862, vindo a ser extinta em 1910, com a implantação da República em 5 de Outubro desse ano, juntamente com todas as restantes ordens honoríficas da Monarquia.

A Ordem Militar de Sant'Iago da Espada tem por fim distinguir o mérito literário, científico e artístico.

²⁹¹ Os professores, principalmente os que leccionavam as disciplinas artísticas e a totalidade dos mestres eram de facto escolhidos/convidados pelo Director.

Artes não deveremos esquecer que estamos perante agentes de ensino com algumas particularidades que nos permitem inventariar um conjunto de conhecimentos e sensibilidades, emoções, histórias, sentimentos e culturas com as mais variadas formas. Estamos, mesmo os professores das disciplinas consideradas não artísticas, num espaço de Arte onde predomina a criação, sensibilidade, imaginação, comunicação e a percepção.

A Arte sendo transformadora, modifica os seus observadores assim com os seus agentes pela emoção que proporciona. Não querendo aqui justificarmos nada, tentamos somente referir os factos que nos permitem perceber Sousa Caldas enquanto pessoa e artista entre exposições, monumentos, bustos e solicitações sociais várias:

" (...) O professor Sousa Caldas era uma figura pouco presente e não intervinha muito nas aulas, às quais se ausentava bastantes vezes "negociando" as ausências com o professor/pintor Coelho de Figueiredo (...)"²⁹²

Na verdade as aulas ressentiam-se de tantas ocupações, no entanto, eram-lhe reconhecidas capacidades, tanto artísticas como pedagógicas, quer por alunos quer por professores:

" (...) Ele (Sousa Caldas) era professor de Escultura e História da Arte e tinha o gabinete dele ao lado da sala de Modelação, encarregava então [de dar a aula] um adjunto, o professor Santos [Amaro Ferreira dos Santos] ou o Baganha. O professor Santos é que controlava e acompanhava os alunos, porque o Sousa Caldas não era um professor efectivo na sala, mas quando dava a aula era um homem muito prático, era um verdadeiro artista. Ele trabalhava o barro com uma facilidade incrível (...)"²⁹³

Face ao exposto pudemos então interrogar-nos, se Sousa Caldas cumpriu e fez cumprir, ao longo de mais três décadas como Director o seu papel de agente dinamizador com o objectivo de transformar a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis numa instituição dona de uma cultura própria?

Se acharmos como válida a premissa que a escola deve ser simultaneamente local e global e estar articulada com a comunidade escolar assim como relacionar-se com o mundo empresarial, o que significa que a formação transmitida dentro da escola deva proporcionar uma visão tão aproximada quanto possível da realidade do mundo do trabalho e ao mesmo tempo proporcionar aos seus alunos um leque mais alargado de oportunidades como os já referidos exemplos de futuros agentes de ensino ou mesmo artistas plásticos como a realidade veio a demonstrar, então, Sousa Caldas, apesar

²⁹² Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Manuel D'Francesco (1936), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licenciou-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor da "Soares dos Reis", de onde se aposenta. É pintor.

²⁹³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

dos condicionalismos próprios da sua personalidade e da sociedade onde estava (bem) inserido, correspondeu ao que lhe era esperado e devido, quer pela tutela como pelas necessidades dos alunos que estavam à sua guarda.

Não inovou, mas permitiu que a Escola tivesse condições de ser eficaz e eficientemente não só devido ao seu empreendedorismo mas principalmente pela qualidade do corpo docente e demais pessoal administrativo e auxiliar que ali trabalhava e vivia a escola como "*lugar de formação*"²⁹⁴.

Não revolucionou mas conseguiu que a "Soares dos Reis" fosse uma escola onde os alunos dela se apropriavam como meio de ascensão social e como tal devidamente conhecida e reconhecida não só no Porto e no Norte como a nível nacional pela sua cultura e pedagogia nomeadamente nas áreas das Artes Gráficas, Publicidade, Ourivesaria, via de ensino (ao nível do Ciclo Preparatório), assim como na preparação dos alunos para o ingresso na Escola Superior de Belas Artes.

Não sendo revolucionário nem inovador soube no entanto antecipar-se à concepção da escola como organização empresarial, pondo-a em prática, não só pela colaboração pedida, proposta ou requisitada de alunos e professores para acções, trabalhos e empreendimentos, que ainda agora servem a comunidade portuense²⁹⁵, entendendo assim a escola como uma organização prestadora de serviços:

" (...) Sousa Caldas era um homem muito inteligente, determinado e empreendedor; sabia tirar partido das qualidades das pessoas que o rodeavam, quer alunos, professores, contínuos ou mestres e pô-los ao seu serviço e da Escola, que para ele era tudo (...)."²⁹⁶

A Escola que para ele era tudo, nas palavras do Arquitecto Fernando Tudela, soube em tempo e em vida homenageá-lo em palavras e actos sinceros, talvez exagerados porque muito próximos do homem e da sua obra:

" (...) Pretendeu a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis prestar ao Senhor Director, Escultor José Fernandes de Sousa Caldas, no dia do seu 70.º aniversário, aquela homenagem de gratidão e respeito a que tem inteiro jus após uma vida dedicada à árdua missão do ensino. Era intenção de todos que, nesse dia, o Senhor Director se visse rodeado dos seus colaboradores, alunos e amigos dedicados sentindo no calor dos seus aplausos aquele "muito obrigado" de todos, pelo seu contributo generoso, ao longo de tantos anos, para a formação cultural e profissional de gerações de rapazes e raparigas. À sua satisfação pessoal do dever cumprido, juntaria o Senhor Director o prazer de ver reconhecida publicamente que não foram em vão todos os esforços, canseiras e desgostos que o lento erguer da sua obra, mais ainda no campo educativo, reserva àqueles que a ela devotadamente se consagram... É esse o motivo porque se reuniram neste

²⁹⁴ NÓVOA, António (org.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Nova Enciclopédia. 1998, p.17.

²⁹⁵ Um dos exemplos foi o trabalho executado por alunos e professores da Escola Soares dos Reis no Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, como também nos serviços de tipografia executados na escola para o Ministério da Educação entre outros.

²⁹⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 ao arquitecto Fernando de Sousa Oliveira Mendes de Nápoles Tudela (1917 – 2006), professor da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis a partir dos anos 50 do século XX, de onde se aposentou.

modesto opúsculo algumas palavras que nessa homenagem iriam ser pronunciadas. Se lhes falta o calor que os seus autores ao pronuncia-las lhes imprimiram, fiquem ao menos bem gravados os sentimentos de amizade que as ditaram (...).²⁹⁷

Ou ainda nas palavras empolgadas do aluno Armando Moreira que no mesmo opúsculo de homenagem a Sousa Caldas:

" (...) Homem de bem, grande mestre entre os grandes mestres da Escultura e da Pedagogia; homem sempre actual e sempre jovem entre os jovens, V.Ex^a soube guiá-los e elevá-los a grandes servidores da Pátria com o seu exemplo, no campo da honra e do trabalho....aqui estamos hoje a distingui-lo com justa e merecidíssima homenagem (...).²⁹⁸

Esta homenagem representa já o "canto do cisne" para Sousa Caldas enquanto homem e Director, ou melhor, de um certo estilo de Director; o último Conselho Escolar a que presidiu foi no dia trinta de Setembro de mil novecentos e sessenta e três; entretanto adoece gravemente e é substituído interinamente pelo "seu subdirector" o Professor Álvaro Pereira Gomes.

Estando em convalescença envia ainda uma carta ao Conselho Escolar, como que a passar o testemunho dos que partem aos que ficam:

" (...) Exm^o Senhor Professor Álvaro Gomes: Chegando ao meu conhecimento, que o Ilustre Corpo Docente pretende homenagear-me, o que deveras me sensibiliza, mas como sabe, o meu temperamento emotivo e o meu estado de saúde não consente na realização de tal manifestação e ainda, ouvido o conselho dos médicos, são estes unânimes, que pelas razões expostas tal não deva realizar-se. Peço-lhe por isso, para transmitir a todos senhores professores, mestres, pessoal administrativo e menor, o meu reconhecimento e agradecimento não só pela colaboração que durante tantas décadas me prestaram, como pela intenção de mais esta prova de gentileza com que desejavam distinguir-me nesta hora de render da guarda imposta pela lei. Um pedido desejava formular neste momento: É que todos se conservem unidos, como um bloco e que aquele entusiasmo e harmonia sempre manifestados nas tarefas do ensino, se mantenha e multiplique, se possível, engrandecendo a Escola e o seu bom nome, contribuindo assim para o progresso do País. Aos alunos muito queridos, sempre esforçados e ávidos do saber, para todos eles vai também o meu reconhecimento pela sua amizade, espírito de submissão, disciplina e respeito, que sempre me votaram. São eles sempre afinal a razão do esforço e canseiras de todo aquele que se dedica inteiramente à árdua tarefa do ensino dando-lhes o melhor preparo para que no futuro eles possam triunfar da luta que a vida a todos reserva. Digne-se V.Ex^a aceitar os melhores cumprimentos - 4/5/1964- J.Sousa Caldas (...).²⁹⁹

Esta carta, aliás, resume, quanto a nós bem, a concepção de Escola que Sousa Caldas possuía e que pôs em prática durante tantos anos (os sublinhados são nossos), não faltando sequer o espírito de submissão, disciplina e respeito que os alunos deveriam

²⁹⁷ *Homenagem ao Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis Escultor Sousa Caldas*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1964.

²⁹⁸ *Idem*.

²⁹⁹ Carta enviada por Sousa Caldas a 4 de Maio de 1964 ao Conselho Escolar e cuja transcrição consta no Livro de Actas do Conselho Escolar na Acta nº 50 do dia 9 de Maio de 1964.

possuir. E os professores, mestres e demais funcionários, acrescentamos nós. Posteriormente à homenagem que lhe foi feita sem a sua presença, passam nove meses mas Sousa Caldas nunca mais voltará à “sua” Escola.

Em Março de 1965 falece³⁰⁰ e um mês depois é nomeado um novo Director.

O Professor Álvaro Pereira Gomes toma posse como Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no dia um de Abril de mil novecentos e sessenta e cinco³⁰¹. Com profunda experiência e conhecimento dos meandros da Direcção da Escola, visto ter sido Secretário do Conselho Escolar entre dezasseis de Novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco, ou seja um ano depois de ter entrado na Escola Soares dos Reis como Professor Efectivo do 1º Grupo (Matemática), até doze de Junho de mil novecentos e sessenta e um e Secretário do Conselho Administrativo a partir de doze de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. Para além da assunção destes cargos, assume-se na Escola como “braço direito” e homem de confiança de Sousa Caldas. Álvaro Pereira Gomes licenciado em Ciências Matemáticas, apesar de ser uma pessoa intrinsecamente diferente de Sousa Caldas, de pertencer a outra geração e possuir formação académica diversa do seu antecessor, não alterou os procedimentos escolares nem organizacionais da Escola Soares dos Reis.

Com tacto e lucidez conseguiu, até ao seu abandono da Direcção da Escola, que não houvesse grandes clivagens nem rupturas evidentes, mantendo os altos níveis de ensino artístico e elevando a exigência pedagógica nas disciplinas de Física e Química e particularmente na Matemática, disciplina na qual era especialista pois foi seu professor metodólogo, membro do júri dos exames de admissão ao estágio para professores de Matemática³⁰², professor agregado à Comissão para o estudo da revisão dos planos e programas (específicos) dos cursos de Artes Decorativas e Gráficas³⁰³ e no ano seguinte será designado para fazer parte do grupo orientador do curso de valorização e actualização de professores de Matemática³⁰⁴.

Como Director enfrenta as primeiras reivindicações estudantis em 1969/70 e com alguma moderação, bom senso e paternalismo, chega mesmo a defender que os alunos sejam ouvidos e posteriormente esclarecidos pelos seus professores, num estilo muito próximo das “conversas em família” levadas a efeito pelo dirigente máximo do país à altura (Marcelo Caetano).

³⁰⁰ Segundo certidão nº 74 da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Gaia – freguesia de Mafamude, José Fernandes de Sousa Caldas, faleceu na freguesia de São Nicolau da cidade do Porto, na Ordem Terceira de S. Francisco pelas catorze horas do dia vinte e nove de Março de mil novecentos e sessenta e cinco.

³⁰¹ No Registo Biográfico do Professor Álvaro Pereira Gomes, consta a data de 1 de Abril de 1965 com nomeação no Diário do Governo, sendo a sua tomada de posse no dia cinco do mesmo mês.

³⁰² Portaria do Ministério da Educação em 30 de Junho de 1960.

³⁰³ Comissão do Ministério da Educação. A nomeação é feita por via do Despacho de 16 de Janeiro de 1968 e consta no seu registo biográfico.

³⁰⁴ O fício da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional nº 1424-4ª 36/0/67, de 9 de Outubro de 1969.

A partir dos anos 70 do século XX apoiou entusiasticamente as alterações havidas nos cursos de ensino artístico (médio) criando um clima na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis distendido e aberto, fruto dos tempos que corriam. De igual modo entusiasma-se moderadamente com o Projecto do Sistema Escolar/ Reforma Veiga Simão, sobre o qual promove um alargado e acalorado debate que se prolongará por três sessões, onde são analisadas e discutidas as propostas constantes no Projecto e em Conselho Plenário e onde são apresentadas inúmeros pareceres alternativos fruto de uma longa, acesa e apaixonada discussão levada a efeito por todos os professores e mestres da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis³⁰⁵.

Como Director não foi pessoa de “agitar” a Escola de a projectar para níveis mais elevados de excelência, no entanto, e apesar de não fazer parte de nenhuma elite artística, mesmo que pretensa, nem deter qualquer influência na sociedade portuense, conseguiu manter a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis durante nove anos, “à tona” dos acontecimentos num período conturbado pelas indecisões programáticas ao nível dos conteúdos e a função da Escola como espaço educativo difusor e gerador de conhecimentos e da sua real importância, na medida em que tornam mais visíveis suas possibilidades de reflexão sobre a realidade.

O ensino que ocorria neste espaço educativo necessitava de ser colocada ao serviço dos seus utentes motivando-os e preparando-os para a procura de novas oportunidades, principalmente ao viabilizar informações e reflexões sobre os problemas enfrentados pelos agentes sociais inseridos na comunidade.

O país, a política educativa e os seus agentes, já não tinham capacidade de resposta para tais “lavouras”. Nem a Reforma Veiga Simão nem a “primavera marcelista” seriam, como adiante se verá, as soluções destes e outros problemas.

O Director Álvaro Pereira Gomes vai gerindo paulatinamente a sua Escola até ao dia 25 de Abril de 1974 e, aí chegado, termina a sua prestação enquanto Director de uma forma digna e proba, começando pelo pedido de exoneração de 23 de Maio de 1974:

“ (...) Junto tenho a honra de remeter, dirigido a Sua Excelência o Ministro, um requerimento na qual solicito a minha exoneração do cargo de Director desta Escola, cargo para que fui nomeado por portaria de 27 de Março de 1965, publicada no Diário do Governo nº77,II série, de 1 de Abril de 1965. Tendo em vista não causar perturbação nos serviços normais escolares entrego a Direcção da Escola, ao Sub-Director em exercício, Arquitecto ANTÓNIO FERREIRA BAPTISTA, caso V.Exª não se digne determinar de outra forma. Apresento a V.Exª os meus melhores cumprimentos, A Bem da Nação O DIRECTOR, (Álvaro Pereira Gomes) (...)”³⁰⁶

³⁰⁵ Actas nº 80,81 e 82 do Conselho Escolar mas que reflectem na verdade as três reuniões havidas do Conselho Plenário reunido na sala F nos dias, seis e vinte de Março e vinte e quatro de Abril de mil novecentos e setenta e um.

³⁰⁶ O fício nº 617 Procº F/333, Livro 20 de 23 de Maio de 1974 e dirigido ao Dr. Manuel Tavares Emídio, Director-Geral do Ensino Secundário.

Os desenvolvimentos sociais e políticos, especialmente estes, que se sucedem nestes meses “de brasa” são de algum modo indicativos com aquilo que temos vindo a aduzir concretamente à degradação do perfil de Escola implementado pela Reforma de 1948 e adaptações subsequentes, como ao papel desempenhado pelo dirigente máximo de um estabelecimento de ensino com características específicas como o do Director da Escola Soares dos Reis:

“ (...) Notava-se já que a escola não estava a acompanhar a evolução dos tempos, mesmo nas tecnologias. Também estávamos na altura da Guerra Colonial e os recursos faltavam (...)”.³⁰⁷

O próprio modelo de Escola estava esgotado, como se veio posteriormente a comprovar e os seus agentes, mesmo os de topo, mesmo aqueles que tinham acreditado na Reforma de Veiga Simão como a resposta à falta de alternativas criativas pautadas no conhecimento da realidade do país e da sociedade onde a Escola estava inserida, depressa se desiludiram:

“ (...) A Reforma do Veiga Simão criou grandes expectativas numa altura em que se sentia que alguma coisa tinha que mudar, mas foi aí que o Ensino Técnico começou a “apanhar tarefa” (...)”.³⁰⁸

Entretanto, Álvaro Pereira Gomes não é exonerado pela tutela, mas como pessoa prudente e precavida solicita trinta dias de licença para férias, que lhe são autorizadas por despacho nº 5357 da Direcção-Geral do Ensino Secundário em 28 de Maio de 1974:

“(...) Eu é que peço para sair, em Agosto de 1974. Estive na Escola Soares dos Reis sempre em comissão de serviço, mas eu efectivamente pertencia ao quadro da escola Industrial Infante D. Henrique, de maneira que quando veio o 25 de Abril de 74 eu regressei ao meu posto. Portanto, não fui despedido! Houve mesmo uma manifestação por escrito para que eu lá ficasse... (...)”.³⁰⁹

De facto, passados dois meses, em Julho desse ano, o Director-Geral do Ensino Secundário é confrontado com um ofício emanado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis nestes termos:

“ (...) no dia 23 de Maio passado foi enviado a V.Ex^a. com o ofício Ofício nº 617 Procº F/333, Livro 20, um pedido de exoneração do cargo de Director desta Escola, do Licº ÁLVARO PEREIRA GOMES. Posteriormente foi também remetido a V.Ex^a. uma fotocópia de uma petição enviada ao senhor ministro da Educação e

³⁰⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Álvaro Gomes (1922 – 2007), Licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto. Professor de Matemática na “Soares dos Reis”. Passa oficialmente a exercer o cargo de Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis em Abril de 1965, cessando-o em Setembro de 1974. Foi deste modo o seu último Director.

³⁰⁸ *Idem.*

³⁰⁹ *Idem.*

Cultura, na qual 80 trabalhadores dos 88 que exercem funções neste Estabelecimento de Ensino, confirmam o desejo de o mesmo continuar no desempenho da sua função. Atendendo a que estes pedidos de exoneração, foram todos motivados, pela tensão que reinava em todos os Estabelecimentos de Ensino do País, tomo a liberdade de sugerir a V.Ex^a. que o seu despacho seja devidamente avaliado, tanto mais que por maioria incondicional foi pedida como prova a petição acima mencionada a sua continuidade ao serviço desta escola e consequentemente do País, pelos trabalhadores desta casa. Para V.Ex^a. os melhores cumprimentos. A bem da Nação O SUBDIRECTOR, (assinatura ilegível) (...)"³¹⁰

Apesar da tomada de posição dos trabalhadores, como são eufemisticamente chamados os professores, mestres e demais funcionários da Escola, Álvaro Pereira Gomes limita-se a ir a Lisboa no dia 24 de Julho, convocado pela circular T/ES/18/74 de 13 de Julho de 1974, a fim de ter uma reunião com o Director Geral do Ensino Secundário. O encontro não altera a sua posição e assina o seu último ofício enviado a 2 de Agosto de 1974:

" (...) Incluso remeto, em duplicado, o boletim itinerário relativo às minhas deslocações, durante o mês de Julho. Para V.Ex^a. os meus cumprimentos. A BEM DA NAÇÃO O DIRECTOR, (assinatura) (...)"³¹¹

Embora tenha utilizado, pela única vez,³¹² neste seu derradeiro ofício enquanto Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis a frase "a bem da nação" toda ela escrita em letras maiúsculas, nada mais faz, despedindo-se assim de uma Escola que serviu durante vinte anos, nove dos quais como Director:

" (...) Eu senti-me muito bem enquanto professor e Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, mas eu sou uma pessoa com os pés bem assentes na terra, eu não "engordo" com as situações. Trabalhei lá desde 1954 a 1974 e durante esses vinte anos criei laços de amizade e tenho lá bons amigos, tanto ex-alunos que agora são lá professores como meus ex-colegas. Podia ter feito mais mas os tempos não ajudavam (...)"³¹³

Saiu discreto o Professor Álvaro Pereira Gomes³¹⁴, aliás, como sempre se apresentou, sem homenagens nem condecorações, mas também sem animosidades.

³¹⁰ Ofício nº 728 Procº F/333, Livro 20 de 5 de Julho de 1974 e dirigido ao Dr. Manuel Tavares Emídio, Director-Geral do Ensino Secundário e assinado pelo Arquitecto António Ferreira Baptista.

³¹¹ Ofício nº 794 Procº F/333, Livro 20 de 2 de Agosto de 1974 e dirigido ao, Director-Geral do Ensino Secundário Ministério da Educação e Cultura.

³¹² Em todos os ofícios que constam no seu cadastro, Álvaro Pereira Gomes utilizou sempre a frase escrita da seguinte forma: "A bem da Nação".

³¹³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Álvaro Gomes (1922 – 2007) Licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto. Professor de Matemática na "Soares dos Reis". Passa oficialmente a exercer o cargo de Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis em Abril de 1965, cessando-o em Setembro de 1974. Foi deste modo o seu último Director.

³¹⁴ No Ofício nº 210 Procº F/333, Livro 21 de 12 de Dezembro de 1974 e dirigido ao, Administrador Delegado da Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Cultura. O Presidente da Comissão de Gestão Professor Quirino Fernandes dos Reis: "informo que o subscritor nº 22038 – Álvaro Pereira Gomes, deixou de exercer as suas funções, neste estabelecimento de ensino no mês de Setembro....e presentemente encontra-se na Escola Industrial Infante D. Henrique".

OS ALUNOS E O ESPAÇO ESCOLAR

Que alunos eram estes que frequentavam a “Soares dos Reis”? Diferentes porque escolhiam ingressar numa escola única onde o contacto com a Arte era inevitável e, porque aqui chegados, começavam a percorrer um caminho mais seu, num espaço onde as sensações de liberdade e autonomia despertavam e onde se percorriam os primeiros passos de afirmação perante o mundo.

Para além de se sentir a escola como um lugar mágico onde “se fazia Arte”, seria ela própria um local aprazível e propiciador desses sentimentos?

“ (...) Recordo-me de usar mais o recreio que dá para a rua principal [rua da Firmeza] perto da cantina, onde, quando o tempo estava bom convivíamos bastante, somente alunas pois os rapazes estavam à parte. No entanto o que eu mais gostava era de passear pelos corredores e galerias e apreciar as várias obras de arte, muitas delas cópias de importantes artistas e aproveitar para fazer estudos a grafite ou com outros materiais enquanto se esperava pelas aulas (...).”³¹⁵

Uma outra opinião de aluna da mesma época (finais dos anos sessenta) e idade que a anterior e com um olhar mais abrangente sobre o espaço escolar:

“ (...) Era um espaço antigo, mas acolhedor, achava que era uma escola diferente, de Artes, mais do que os espaços físicos, foi mais importante e marcante as relações humanas e os “velhos” professores. Havia áreas reservadas para os alunos e uma zona aberta onde os rapazes podiam permanecer e circular, o recreio grande e ainda um recreio coberto. A escola possuía o grande recreio, onde por vezes praticávamos Educação Física, mas a maior parte era no ginásio que era também usado para actividades complementares como teatro e folclore. A Biblioteca era muito pouco acolhedora e com grande vigilância, não era muito agradável, havia poucos livros de arte, era pouco utilizada pelos alunos, eu quando precisava ia era à Biblioteca Pública que fica bem perto da escola (...).”³¹⁶

Apesar das abordagens serem semelhantes, as visões sobre a escola podem, às vezes, enveredar por caminhos menos esperados:

“ (...) Quando entrei na escola [1950] pareceu-me uma fábrica, sem saber que realmente tinha sido [esta descrição da “Soares dos Reis” foi anterior às obras que se operaram anos mais tarde e na verdade o edifício onde a escola funcionava tinha sido uma fábrica de chapéus]. Senti que entrava num mundo diferente, sentia-se uma grande força e muito apoio. Entrei para Escultura, fiz os dois anos de formação e depois a Secção e na turma só havia eu e mais outra colega que quando ela faltava eu também faltava, o mais

³¹⁵ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

³¹⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Ana Paula de Sousa Ribeiro Guimarães Gonçalves (1954), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Cerâmica Decorativa nos princípios dos anos setenta do século XX. Mais tarde em 1976, torna-se professora de Cerâmica na mesma escola, onde permanece a leccionar.

engraçado é que os rapazes da turma cercavam-me e “obrigavam-me” a ir para as aulas. Havia muito respeito e camaradagem (...).³¹⁷

Prosseguindo a visita sobre os sítios mais marcantes, para além das salas de aula e oficinas, já aqui tratados, importa destacar a importância dada pelos alunos e professores em diferentes épocas pois, objectivamente, quando emitem as suas opiniões efectivamente falam-nos não de uma, mas de várias “Soares dos Reis”:

“ (...) No meu tempo [1952] não havia, o que agora se pode chamar de cantina, tínhamos uma lojinha perto da escola que nos servia sopa a 12 tostões [o que equivale a 0,598 cêntimos da moeda actual] (...).³¹⁸

Pela mesma altura, um outro depoimento quanto à forma de se alimentar o corpo, pois não bastava somente o alimento do espírito, era um pouco diferente do anterior e mais condizente com a época:

“ (...) Íamos comer à cantina [finais dos anos quarenta] que não se comparava com a de agora. Muitas vezes íamos lá à noite comer uma sopa por 10 a 12 tostões, mas tinha que ser à pressa pois só tínhamos cinco minutos de intervalo entre as aulas. Antes das aulas passávamos pela cantina avisávamos a cozinheira que às 20:00 horas queríamos comer e ela lá nos dava a sopinha. Quanto ao almoço era sempre a mesma coisa, carne ou peixe, mas eu ia almoçar a casa porque era perto (...).³¹⁹

De facto, por esta altura (1956), estava afixado em lugar de destaque como convinha a tão importante assunto o seguinte edital:

“ (...) Reabre no próximo dia 8 de Outubro de 1956 o refeitório com a seguinte tabela de preços:

Refeição de 1ª-----7\$50; Refeição de 2ª-----5\$00; Refeição de 3ª-----3\$00; Sopa e pão-----1\$20 (...).³²⁰

O ofício, assinado obviamente pelo director (escultor Sousa Caldas), não explicava a razão das diferenças de preço nem as três categorias das refeições. Pelo nosso lado também não conseguimos saber, nem as ementas que presidiram a esta tão necessária reabertura, como os porquês do encerramento do refeitório. Por falta de pessoal especializado?

³¹⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Heidé Fernandes (1936), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de escultura. Licenciou-se em escultura na Escola Superior de Belas Artes do Porto. É escultora.

³¹⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Mais tarde tornou-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

³¹⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

³²⁰ Ofício n.º 684-51 Proc.º F/209, Livro 3 de 8 de Outubro de 1951

Voltando a este assunto sobre as refeições servidas na cantina as opiniões, como se pode constatar, divergem bastante de época para época e de gostos olfactivos e palativos:

" (...) Só fui uma vez à cantina e como não me cheirava bem a comida nunca mais lá voltei, passei a comprar uns iogurtes, salgados e umas sandes numa lojinha ao pé da escola ou no Vicobé que era o café onde nos juntávamos a comer e a conversar; da cantina ou melhor dizendo do refeitório o que me lembro melhor era dos "frescos" do Martins da Costa [Pintor João Martins da Costa] que foi meu professor de Composição Decorativa e do painel da entrada que era do Coelho Figueiredo [Pintor António Coelho de Figueiredo] que me "deu" Desenho de Letra (...)"³²¹

Para finalizar, registamos mais uma opinião no mesmo tom crítico quanto às virtudes gastronómicas da cantina, mas mais desenvolvido e interessante, especialmente pelos diversos cambiantes em que aborda o problemático, quanto essencial, problema da alimentação escolar e dos seus espaços próprios:

" (...) A cantina, era o local onde nos podíamos encontrar, rapazes e raparigas e onde a maior parte fazia as suas refeições, era muito desagradável no Inverno, pois existia muita humidade, a comida era confeccionada lá e às vezes não era grande coisa (...)"³²²

Em resumo, podemos asseverar que um espaço tão importante, num estabelecimento de ensino frequentado por jovens em crescimento precisando "como pão para a boca" de se alimentar bem, exigia-se que a cantina funcionasse em pleno e nas melhores condições pois foi construída de raiz e com todas as instalações e apetrechos necessários. Pelo que aqui se testemunha, esta cantina esteve longe nos propósitos e objectivos da sua antecessora, inaugurada com pompa e circunstância nos idos de 1936: "Com a sua instalação resolveram-se certas necessidades dos alunos, dando-se-lhes também a conhecer, com a criação, uma modalidade de economia dentro do campo social". O que é um facto, é que trinta anos passados a maioria dos alunos não frequentava o refeitório e, pasme-se, muitos deles desconheciam a sua existência:

" (...) Não me recordo que havia refeitório! Existia mesmo refeitório? Eu ia com um grupo de jovens almoçar perto da escola num café que ainda existe. [Vicobé](...)"³²³

³²¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Celeste Ferreira (1953), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura nos princípios dos anos setenta do século XX. Licenciou-se em ensino de Educação Visual e Tecnológico em Lisboa. É pintora.

³²² Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Ana Paula de Sousa Ribeiro Guimarães Gonçalves (1954), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Cerâmica Decorativa nos princípios dos anos setenta do século XX. Mais tarde em 1976, torna-se professora de Cerâmica na mesma escola, onde permanece a leccionar.

³²³ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Fernando Manuel Amaral da Cunha (1954), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, nos anos 70, onde concluiu o curso de Artes Visuais. Licenciou-se em

Já quanto à existência e subsequente convivência entre rapazes e raparigas nos espaços físicos em que ambos se movimentavam as memórias não são tão vagas, aliás são até bastante precisas :

" (...) Havia áreas limitadas para rapazes e raparigas, apesar de ser a única escola aqui perto no Porto onde os dois sexos podiam ter aulas no mesmo edifício. No entanto tínhamos limites nas escolas completamente definidos. Nós entrávamos pela porta principal [Rua Firmeza] e os rapazes pela porta lateral da rua D. João IV. As raparigas usavam bata branca que era obrigatória e que funcionava como uma protecção ao nosso trabalho, a dos rapazes era "cinza". Neles a bata era usada somente nas aulas práticas. Sob o meu ponto de vista a escola mista era muito interessante! Não namorei lá, mas também não havia muitos namoros, os alunos como atrás já referi circulavam pelas escadarias mais estreitinhas e as raparigas pelas mais largas e depois encontrávamo-nos à porta da sala. Era muito engraçado porque dentro da própria turma não havia namoricos. Ai de quem! Uma vez entrou um grupo de rapazes de outra turma que vieram ter aulas na nossa sala e não estavam muito habituados ao convívio com raparigas. Entraram "em parafuso", começaram a perseguir-nos e os nossos colegas de turma tiveram que nos defender (...)"³²⁴

No mesmo espaço, mas separados por uma década de distância, um outro relato curiosamente não muito diferente do anterior:

" (...) A circulação era diferenciada por sexos, mas só para as aulas no edifício principal [Rua Firmeza] pois era o único em termos de acesso que permitia a entrada das raparigas – o uso da bata era obrigatório, normalizada e um palmo abaixo do joelho. O corpo docente também entrava pela mesma porta principal, para os rapazes o acesso era por várias escadas por onde subiam normalmente os funcionários. A escola era [finais dos anos sessenta] o que ainda hoje é [2005], embora se tenham feito algumas alterações no edifício principal situava-se a Secretaria [do lado direito de quem entra], sala dos alunos, o gabinete do Director [no corredor ao lado esquerdo], sala dos professores, as salas de aulas das teóricas e dos "desenhos", a sala 6 era reservada aos metodólogos e estagiários (1.º e 2.º piso), no piso 0 situavam-se as oficinas devido não só às características dos cursos como ao peso do equipamento. No 1.º piso perpendicular ao edifício principal, eram as salas de Desenho e Modelação e restante parte das oficinas gráficas e a sala de escultura. As salas de pintura situavam-se num outro corpo do edifício. Os espaços reservados aos cursos, só os alunos que os frequentavam é que tinham acesso a estes (...)"³²⁵

escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto .É escultor.

³²⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

³²⁵ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Ana Paula de Sousa Ribeiro Guimarães Gonçalves (1954), aluna da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Cerâmica Decorativa nos princípios dos anos setenta do século XX. Mais tarde em 1976, torna-se professora de Cerâmica na mesma escola, onde permanece a leccionar.

OS ALUNOS A SUA DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E CURSOS NA "SOARES DOS REIS"

Como breve referência, achamos importante deixar uma síntese da distribuição dos alunos ao longo dos vinte e três anos que este estudo abarca pelos cursos que rapazes e raparigas frequentavam sobretudo pela relação percentual entre eles. Voltamos a salientar que nos cursos de Mobiliário Artístico, Artes Gráficas e de Gravador Bronze, Cobre e Aço, Cinzelagem e Ourivesaria o elemento feminino estava totalmente ausente, quer nos cursos de formação quer nos de aperfeiçoamento.

" (...) A minha turma do primeiro ano [Pintura em 1960] tinha 27 raparigas 3 rapazes e era muito engraçado porque eu era muito novo e inocente (...)"³²⁶

Quadro 23

Totalidade dos alunos por sexo entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73

Ano Lectivo	Masculino	Feminino	TOTAL
1950-1951	126	11	137
1951-1952	132	12	144
1952-1953	117	11	128
1953-1954	143	14	157
1954-1955	145	12	157
1955-1956	149	15	164
1956-1957	188	20	208
1957-1958	233	24	257
1958-1959	271	25	296
1959-1960	315	20	335
1960-1961	334	35	369
1961-1962	372	46	418
1962-1963	381	67	448
1963-1964	455	80	535
1964-1965	480	94	574
1965-1966	522	111	633
1966-1967	523	123	646
1967-1968	463	123	586
1968-1969	478	112	590
1969-1970	511	122	633
1970-1971	448	104	552
1971-1972	393	102	495
1972-1973	380	103	483
TOTAIS	7559	1386	8945

³²⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Emerenciano (1946), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura em 1966. Ingressa na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Pintura no ano de 1976, após uma interrupção devido ao serviço militar obrigatório. É pintor e escritor.

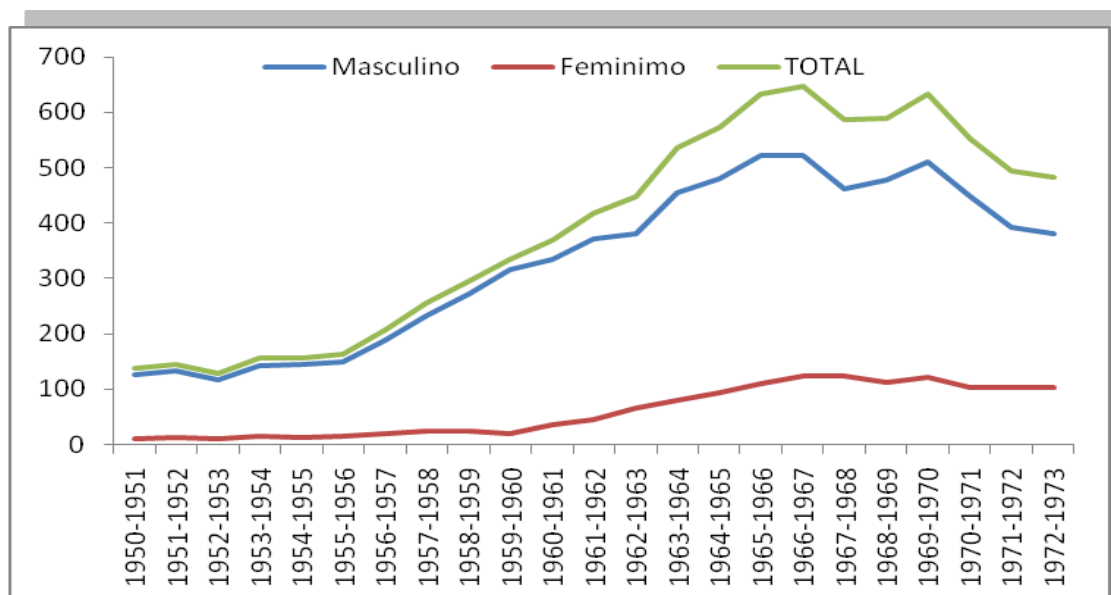
A presença feminina que representava 15,49% da totalidade dos alunos inscritos, prevalecia nos cursos diurnos, particularmente nos cursos de Pintura mas também em Cerâmica e na Secção Preparatória, veja m-se os quadros 23 e 24.

Tendo havido sempre um aumento gradual ao longo dos tempos, foi em meados dos anos sessenta que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis atingiu o seu apogeu em termos de frequência para, a partir daí, começar a perder alunos não de forma abrupta mas sucessiva o que talvez queira mostrar que talvez estivesse esse declínio de frequência ligado, por um lado ao “cansaço” que os cursos de Artes Decorativas, apesar das adaptações que lhes foram sendo introduzidas ao longo da sua vivência, mostravam, principalmente nos finais dos anos sessenta, aliás como o Quadro 23 destaca e, por outro, à existência da Guerra Colonial com a obrigação do cumprimento do serviço militar e respectiva incorporação militar por parte dos mancebos a partir dos vinte anos de idade. Esse lento declínio inverter-se-á claramente a partir do ano lectivo de 1974 - 75, já com os novos cursos de Artes Visuais (de implementação recente) mas fundamentalmente com o novo panorama sociopolítico e educacional no país que este trabalho já não abarca.

Ao analisarmos com mais profundidade os Quadros 23 e 24 constata-se que não podemos catalogar a escola “Soares dos Reis” como uma escola feminina, longe disso, visto as raparigas representarem somente 15,40% da totalidade dos alunos.

Quadro 24

Totalidade dos alunos por cursos entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73



No entanto, teremos que reconhecer que esta percentagem era bastante enganadora no ensino diurno onde só havia aulas dos cursos de Formação e onde a percentagem feminina superava largamente esses dados que correspondiam à totalidade da fre-

quência escolar. A presença e o “poder” das alunas nos cursos de formação era real e fazia-se notar com maior intensidade, daí o seu peso e relevância em certos cursos onde chegavam a ultrapassar o número de estudantes do sexo masculino.

Quadro 25

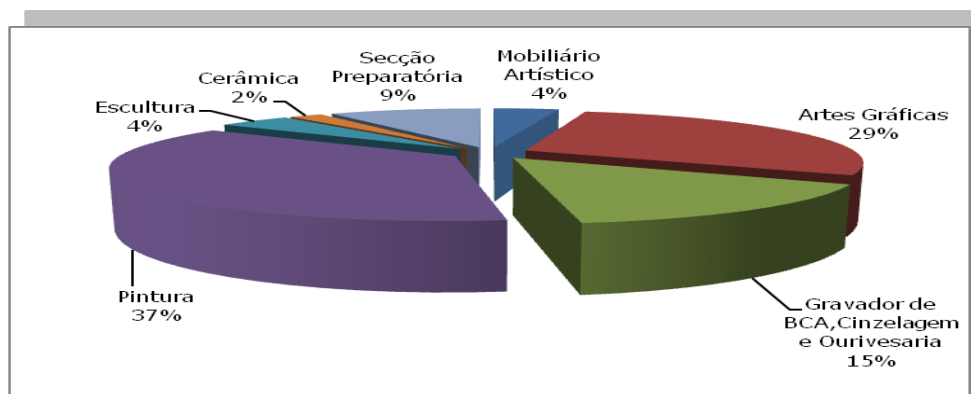
Totalidade dos alunos por cursos entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73

Mobiliário Artístico	349
Artes Gráficas	2575
Gravador de Bronze Cobre e Aço, Cinzelagem e Ourivesaria	1344
Pintura Decorativa	3301
Escultura Decorativa	385
Cerâmica Decorativa	178
Secção Preparatória às Belas Artes	813
TOTAL	8945

A partir dos começos dos anos sessenta as raparigas apresentavam-se nitidamente superiores em número no turno de dia e por via deste facto a “Soares dos Reis” mostrava-se à população com duas caras distintas: uma de noite nitidamente masculina com os cursos de Aperfeiçoamento, onde pontificavam as Artes Gráficas com 29% e os cursos de Gravador de Bronze, Cobre e Aço, Cinzelagem e Ourivesaria com 15% na totalidade dos alunos inscritos; e outra de dia maioritariamente feminina onde sobressaíam os cursos de Formação, sendo a Secção Preparatória com 9%, a Cerâmica e a Escultura com 6% e principalmente o curso de Pintura Decorativa com 37%, o de maior peso tinha no conjunto de todos os cursos leccionados na Soares dos Reis. Vejam-se os Quadros 25 e 26:

Quadro 26

Percentagem dos alunos por cursos entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73



Evidentemente que quer o curso de Pintura Decorativa como todos os outros eram também leccionados à noite, no entanto, o número “assustadoramente” elevado deste

curso em relação a todos os outros fez com que a “Soares dos Reis” fosse na verdade uma escola tendencialmente feminina de dia e totalmente masculina de noite, a partir de meados dos anos sessenta. Até sob este prisma, juntamente com todos os outros evidenciados anteriormente, não podemos definir nem muito menos caracterizar a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o ensino que nela foi praticado de uma maneira regular e uniforme.

Não houve uma só “Soares dos Reis” mas várias ao longo dos anos.

ONDE NASCERAM E DE ONDE VINHAM OS ALUNOS DA “SOARES DOS REIS”

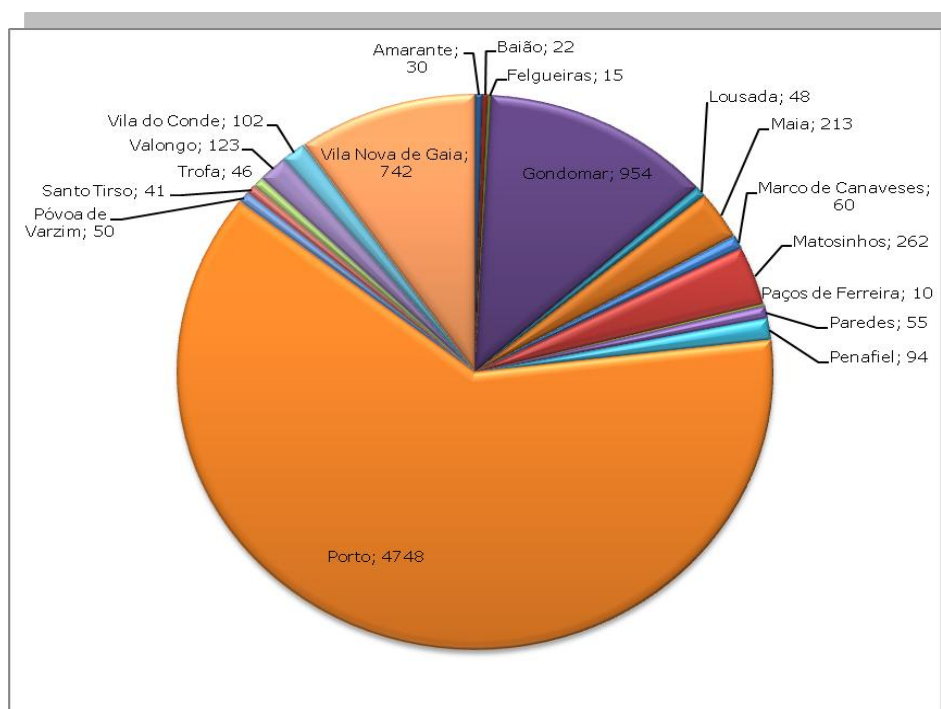
Quanto à proveniência dos seus alunos, a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, ao longo destes vinte e três anos, sempre foi muito plural pois teve alunos nascidos em todos os distritos nacionais, incluindo as regiões autónomas da Madeira e Açores, para além dos que nasceram em países europeus, africanos e americanos.

A proveniência sempre foi assaz bastante eclética, destacando-se obviamente os 7199 alunos (80%) que nasceram no distrito do Porto, seguido, a uma distância considerável, pelos distritos de Aveiro com 311 alunos (3,5%), Braga com 264 alunos (2,95%), Viseu com 215 alunos (2,4%), Vila Real com 191 alunos (2,13%), Bragança com 153 alunos (1,7%), Viana do Castelo com 116 (1,3%) e Lisboa com 100 alunos (1,1%). Todos estes distritos “contribuíram” com cem ou mais alunos que frequentaram durante todos estes anos (1950-73) a “Soares dos Reis”; no entanto gostaríamos de destacar também as “colaborações” dos outros distritos do continente e ilhas tais como Açores (15 alunos), Beja (23 alunos), Castelo Branco (31 alunos), Coimbra (80 alunos), Évora (9 alunos), Faro (13 alunos), Guarda (80 alunos), Leiria (38 alunos), Madeira (2 alunos), Portalegre (2 alunos), Santarém (20 alunos) e Setúbal (20 alunos) e ainda dos países africanos e asiáticos (41 alunos); americanos (12 alunos) e europeus (10 alunos), o que nestas décadas da segunda metade do século XX prova, cremos, a capacidade de atracção que o Porto e a sua região tiveram para congregar em seu seio agregados familiares cujos filhos e filhas tivessem nascido nos mais variados cantos do Mundo e para aqui se terem deslocado para viver e trabalhar.

Tão ou mais importante saber de onde eram originários os alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, interessante foi o de saber onde moravam e, por via desses dados, traçar o fluxo das deslocações diárias que os estudantes tinham que percorrer até chegarem à escola depois de saírem dos seus lares:

Quadro 27

Concelhos de residência dos alunos da escola "Soares dos Reis" de 1950 a 1973
em número de alunos



Se para os 4748 alunos que habitavam no Porto (concelho) a sua vida de estudantes estava relativamente facilitada, já o mesmo não se podia dizer em relação aos seus companheiros de estudo, que tinham que vir de longe em condições precárias visto os seus transportes, cremos, serem na larga maioria dos casos, públicos.

Ao analisarmos o Quadro 27, sobressai que dos 8945 alunos que frequentaram a "Soares dos Reis" nos anos em estudo, 7615 residiam no distrito do Porto ou seja 85,13% e destes, 4748 no seu concelho (62,35%). Inferimos portanto que para os (8945-7615) 1330 alunos que se deslocavam de fora do distrito do Porto, principalmente dos distritos limítrofes como por exemplo Aveiro (362 alunos), Braga (278 alunos), Vila Real (201) e Viana do Castelo (218 alunos) que condensam 1059 alunos o transporte ferroviário, porque servia e serve regularmente estes distritos e o Porto era, quanto a nós peça basilar, pois realmente facilitava bastante as suas deslocações para a escola. Mesmo assim, ficam por explicar que meio prático e viável de transporte teria sido utilizado por (1330-1059) 271 alunos que ao longo destes anos deram como morada de residência lugares tão distantes como Vila Chão do Marão (68 km), Freixo de Cima (61 km) ambas pertencentes ao concelho de Amarante ou Gestaço (76 km) e Loivos do Monte (75 km) pertencentes ao concelho de Baião que à altura não possuíam as actuais vias nem os modernos meios de transporte deste século XXI.

Não desfrutando de transporte ferroviário teria sido muito difícil utilizarem quaisquer outro transporte que em tempo útil os pudesse trazer para a Escola de Artes Decorati-

vas Soares dos Reis e depois os levarem de regresso para os seus lares; cremos que terão realmente dado como residência a casa dos seus progenitores e posteriormente alugado ou vivido em casa de familiares no Porto.

Sublinhar no entanto, porque de direito, o tremendo esforço físico que os jovens, moradores fora do distrito do Porto (1059 alunos) despendiam nas suas deslocações diárias num raio de aproximadamente de 100 km, como aqueles que vinham diariamente de Vila Real (102 km), Viana do Castelo (76 km), Aveiro (74 km) e Braga (64 km), mesmo que amenizadas pelo “caminho-de-ferro”.

Como atrás se fez referência, provavelmente teria sido o comboio o meio de transporte mais utilizado por estes alunos que mesmo assim despendiam aproximadamente uma hora e trinta minutos do seu tempo para vir para a escola, o que correspondia ao fim do dia a três horas “gastas” somente em deslocações ficando obviamente muito pouco tempo para estudar as matérias leccionadas na escola, e conduzindo irremediavelmente ao baixo aproveitamento escolar:

“ (...) Para entrar na Escola às nove horas, levantava-me às seis e meia! Tinha que ir a pé até à estação de comboio [Ovar] chegava ao Porto [Estação de São Bento] e ia novamente a pé até à escola (...).”³²⁷

Se o esforço para estes alunos era assinalável, não era menor mesmo para aqueles que habitavam no distrito do Porto mas, cujas localidades não eram servidas pelos transportes ferroviários mas tinham bastas vezes que despender uma quantidade de tempo superior a 1,5 hora para se deslocarem para a escola. As estradas, as intermináveis paragens, avarias e o estado das viaturas (camionetas) desesperavam os jovens estudantes, levando muitos deles, por estas e seguramente por outras causas mais ponderáveis, a interromperem ou mesmo a abandonarem os estudos.

Em síntese, ao analisarmos o Quadro 27, constatamos que o número de estudantes que habitavam para além do concelho do Porto o faziam nos concelhos limítrofes que funcionavam já, entre os anos 50 e 70 do século XX, como um prolongamento da urbe portuense (Gondomar com 954 alunos – 12,52%; Vila Nova de Gaia com 742 alunos – 9,74%; Matosinhos com 262 alunos – 3,44% e Maia com 213 alunos – 2,8%) o que totalizava entre si 2171 alunos (28,51%) o que somado com o concelho do Porto representavam 90,86% de alunos da “Soares dos Reis” a residir no “grande Porto”.

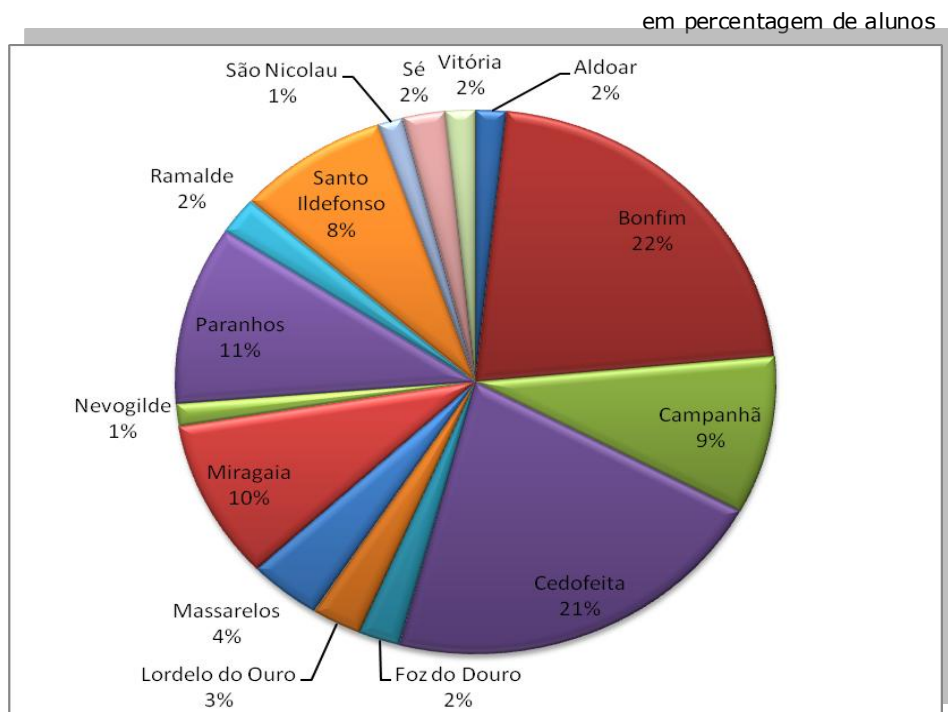
Os restantes alunos mesmo com maiores dificuldades de transportes representavam mesmo assim 9,24% o que diz bastante do interesse e da atracção de uma escola com as características da “Soares dos Reis”.

³²⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Emerenciano (1946) aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura em 1966. Ingressa na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Pintura no ano de 1976, após uma interrupção devido ao serviço militar obrigatório. É pintor e escritor.

Como mero complemento estatístico/sociológico, representando um pouco tanto na forma como ao conteúdo como encaramos e temos vindo a tratar do ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo, referir ainda a distribuição das residências pertencentes ao concelho do Porto, comunicadas pelos alunos e encarregados de educação aquando do acto de matrícula, veja-se o Quadro 28:

Quadro 28

Freguesias de residência na cidade do Porto dos alunos da “Soares dos Reis” de 1950 a 1973



O que há a realçar é que o número de alunos matriculados e residentes nas freguesias do Porto acompanham com ligeiro desvio o censo realizado em 1960³²⁸ o que talvez fosse de prever pois ainda não tinham começado com intensidade as grandes migrações do interior da cidade do Porto para a sua periferia e como tal reflectem os “posicionamentos históricos” que lhe são atribuídos:

“ (...) Esta conquista da periferia por infra-estruturas de grandes dimensões sistematizou-se a partir de então [finais da primeira metade do século XX], acelerada pelo adensamento urbano, pela preocupação de afastar a poluição dos espaços residenciais e pela conversão progressiva do centro da área produtora e mercantil em espaço gestor e decisional (...). A extensão do espaço residencial acompanham e largamente excedem a do espaço funcional. Na própria cidade, adensou-se constantemente uma periferia cada vez mais afastada, enquanto que a quota-parte do centro clássico diminuiu sempre (...). Reunimos as freguesias em

³²⁸ PIMENTEL, Helena; GRAÇA, Marina – *Seis percursos pelo Porto património mundial*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 31.

quatro grupos, conforme o seu posicionamento histórico: o centro antigo (Miragaia, S. Nicolau, Sé, Vitória), o centro moderno (Bonfim, Cedofeita, Santo Ildefonso), a área pericentral (Massarelos, Paranhos) e a periferia (Aldoar, Campanha, Foz, Lordelo, Nevogilde, Ramalde) (...).³²⁹

Este estudo conclui ainda pela perda de população dos centros históricos das cidades para as suas periferias, o que coincide basicamente com os números apresentados por nós no Quadro 28, com algumas excepções, devidas tanto à localização da escola, como aos diferentes estratos sociais nelas residentes, fazendo com que a população escolar da Foz do Douro, Aldoar, Lordelo e Nevogilde tenha uma participação inferior quando comparada com as das outras freguesias .

Apesar do “casco velho” da cidade do Porto se estar (começar) a despovoar a contribuição populacional de Miragaia para o universo de estudantes da escola “Soares dos Reis” é de destacar a que, cremos, não deve ser estranho a sua predominante proveniência operária entre os seus habitantes. Quanto às freguesias do Bonfim, Cedofeita e Campanha reflectem por um lado o aumento populacional que estas freguesias começaram a ter a partir de meados dos anos cinquenta do século vinte e por outro com a proximidade da escola.

O APROVEITAMENTO E A DISCIPLINA

Falar-se de disciplina ou na ausência dela num estabelecimento de ensino por onde passaram ao longo de 23 anos 8945 alunos e alunas nascidos em toda a parte do território português que à altura abrangiam as colónias/províncias ultramarinas em África, Ásia e Oceânia, assim como nos mais diversos países europeus e americanos como atrás fizemos referência, é uma tarefa árdua, um pouco complexa mas exequível tendo em conta os dados que possuímos.

Por actas e relatórios a que tivemos acesso pudemos inferir que sempre a direcção da escola seguiu escrupulosamente a lei³³⁰, mais concretamente o Capítulo XXI desde os artigos 441.º até ao 464.º (do Decreto 37029 de 25 de Agosto de 1948) especialmente o seu artigo 460.º:

“ (...) 1 - As penas disciplinares aplicáveis aos alunos por faltas praticadas durante os exercícios escolares ou fora deles são as seguintes:

- 1.ª Admoestação;
- 2.ª Ordem de saída da sala ou oficina onde se realizam os exercícios escolares;
- 3.ª Repreensão dada pelo director;

³²⁹ GUICHARD, François – *O Porto no século XX*. Porto: Porto Editora, 1994 pp.534, 536.

³³⁰ Decreto-Lei nº 37029 de 25 de Agosto de 1948, promulga o estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial.

- 4.^a Suspensão da frequência até oito dias;
 - 5.^a Exclusão da frequência da escola por período não superior a um ano;
 - 6.^a Exclusão temporária ou definitiva da frequência de todas as escolas.
- 2 - A pena 1.^a pode ser aplicada pelos professores e mestres dentro ou fora da aula ou da oficina e corresponde a infracções leves.
- 3 - A pena 2.^a envolve a falta de presença e pode igualmente ser aplicada pelos professores e mestres, mas só quando seja indispensável, devendo ser imediatamente comunicada ao director da escola.
- 4 - A pena 3.^a é aplicada pelo director no seu gabinete ou perante os alunos da turma.
- 5 - As penas 4.^a e 5.^a são aplicadas pelo director, ouvido o conselho escolar ou a respectiva secção disciplinar.
- 6 - A pena 6.^a é da competência do Ministro, ouvido ao Conselho Permanente da Acção Educativa.
- 7 - As penas 1.^a, 2.^a e 3.^a não dependem de processo. A 2.^a e a 3.^a serão sempre comunicados ao encarregado de educação do aluno, quando este seja menor.
- 8 - A pena 4.^a depende de processo, em que o arguido será ouvido sumariamente.
- 9 - A pena 5.^a, depende de processo, em que o arguido e, tratando-se de aluno menor, o encarregado da sua educação serão ouvidos por escrito, podendo oferecer testemunhas em número não excedendo a cinco.
- 10 - A pena 6.^a depende de processo, organizado nos termos do anterior, e que será enviado à Direcção Geral, podendo o director da escola ordenar a suspensão da frequência do arguido até ao julgamento.
- 11 - As penas 3.^a e seguintes serão registadas nos processos individuais dos alunos e no livro próprio da secretária (...)."

Foi perante este suporte legal que se deu seguimento a todas as admoestações, ordens de saída da sala, repressões e suspensões e exclusões da frequência da escola ao longo destes de vinte e três anos de estudo, reunindo a sua Secção Disciplinar como se prova através da Acta n.º 1 de 21 de Dezembro de 1948 até à última acta constante no Livro de Actas da Secção Disciplinar com o n.º 82 e datada do dia 9 de Janeiro de 1974.³³¹

Com uma periodicidade aproximada de três sessões por ano-lectivo a Secção Disciplinar, presidida pelo director que amiúde delegava noutro professor tendo sido seu secretário até Junho de 1959 o professor João Moreira Fernandes (mais de dez anos a redigir as actas da secção) passando a seu presidente por delegação em Dezembro de 1959 e a secretário Joaquim Martins de Meireles que se manteve no cargo até Mário de 1968.

A partir daí passou a presidir à Secção Disciplinar o professor Álvaro Gomes e a secretariá-la o mestre Manuel Pedro Baptista Monteiro. A secção reunia basicamente para atender aos pedidos de relevação de faltas que sempre foi matéria levada muito a sério tendo em conta os níveis de rendimento (baixo) das famílias e obviamente para sancionar os prevaricadores.

³³¹ Circunscrevemos o nosso estudo desde a acta n.º 1 de 21 de Dezembro de 1948 até à acta n.º 75 de 25 de Janeiro de 1971.

Quadro 29

Penalizações de alunos da escola "Soares dos Reis" de 1948 a 1973

em número de alunos

	"3.ª Repreensão dada pelo director"	"4.ª Suspensão da fre- quência até oito dias"	"5.ª Exclusão da fre- quência da escola por período não superior a um ano"
Período compreendido entre 21 de Dezembro de 1948 e Julho de 1973	518 Repreensões	226 Suspensões	19 Exclusões

Num universo tão vasto de alunos (8945), não se pode considerar a quantidade de penalizações muito desajustada, tendo em conta a época e o ambiente social vivido no país e particularmente no Porto e sua região entre os anos cinquenta e setenta do século XX.

No total foram aplicadas 763 penalizações, o que representam apenas 8,52% de alunos admoestados ao longo de aproximadamente vinte e cinco de anos de actividade escolar. Se as primeiras e segundas penas, que calculamos terem sido bastantes, não constavam nos assuntos da Secção Disciplinar, já as outras tinham completa exposição e pormenorização.

Quanto ao teor sancionatório das repreensões (518), ele não ia muito para além de uma admoestação leve, mais para marcar limites e actuar como prevenção a futuros desmandos como são exemplos abaixo expostos:

" (...) Apliquei a pena disciplinar n.º 3 do art.º 460 do Estatuto aos seguintes alunos: n.º 34 [segue-se o nome] - por falta de camaradagem e orgulho intolerante, contribuindo desse modo para o desaparecimento do seu chapéu [sic] (...); n.º 231 [segue-se o nome] por falta de respeito a um empregado em exercício das suas funções e por ter pronunciado dentro do edifício escolar palavras ofensivas da moral (...) foi sancionado com repreensão o aluno n.º 73 [segue-se o nome] por ter ofendido uma sua colega, pois passou-lhe com uma das mãos por partes que a queixosa achou menos próprias (...)" ³³²

Já as suspensões (226) da frequência apresentavam vários matizes pois as penalizações iam de um a oito dias:

" (...) Apliquei a pena disciplinar n.º 4 do art.º 460 do Estatuto às seguintes alunas: n.º 244 e 762 [seguem-se os nomes] do 3.º ano por terem desviado em proveito próprio material escolar pertencente a uma sua colega que com grandes sacrifícios o adquiriu. Pela espontânea confissão, ambos vão ser penalizados com dois dias de suspensão (...). Os alunos n.º 108, 110, 130 e 166 [seguem-se os nomes] entraram dentro da sala de Canto Coral por arrombamento da fechadura e manobrando sem consciência um dos órgãos ali existente, contribuíram deste modo para o seu desafinamento e desarranjo pelo que lhes foi apli-

³³² Actas n.º 9 e 10 dos dias 18 de Dezembro de 1951 e de 13 de Março de 1951.

cada a suspensão por um dia a todos os intervenientes (...). Dos depoimentos recolhidos pelo senhor professor [padre Manuel Romero Vila], de Religião Moral aos alunos que nesse passeio tomaram parte, considera-se que houve ofensa à moral pelas atitudes imprudentes dos dois alunos, muito embora haja a atenuar-lhes a gravidade das acções, a oposição dos pais da aluna a esta amizade romanesca ocasionada pela facilidade que o ambiente social lhes permite o que todos nós devemos procurar combater nos meios escolares como professores e muito essencialmente como educadores... Assim deliberou esta secção em suspender por um dia a aluna [segue-se o nome] e ao aluno existente [segue-se o nome] que generosamente estava autorizado a frequentar as aulas, ficando desde já vedada a entrada neste estabelecimento de ensino. Aconselha-se que não deve também permanecer nas imediações da Escola, com o fim de evitar qualquer reacção desagradável por parte da família da aluna acima referida (...).³³³

As exclusões da frequência escolar (19) por períodos de tempo superiores a oito dias correspondiam já ao domínio das sanções muito graves, por actos de desrespeito excepcionais, de violência extrema ou por atitudes com contornos políticos (ou assim entendidos pela direcção da escola) e assim severamente punidos para deste modo servir de exemplo aos demais:

" (...) O senhor presidente [da Secção Disciplinar do Conselho Escolar] deu conhecimento dos resultados do inquérito e consequente processo disciplinar instaurado a diversos alunos por motivo de abusiva retirada de uma peça de elevadíssimo valor em vidro coalhado do Museu Grão Vasco, de Viseu (...). O Conselho não pode deixar de lastimar que atitudes deste género tenham sido tomadas por alunos desta Escola, cujo nome acima de tudo deviam procurar respeitar e dignificar (...). Deliberou castigar os seguintes alunos: com quinze dias de suspensão a aluna n.º 242 [segue-se o nome]; o aluno n.º 505 [segue-se o nome] com dez dias de suspensão e a aluna n.º 104 [segue-se o nome] (...).³³⁴

Perante esta "abusiva retirada" de uma peça de elevado valor patrimonial as sanções (houve mais de menor gravidade, principalmente devido ao encobrimento do "desviante") foram excepcionais e o acto em si impunha tais medidas.

Já quanto a outros actos mais do foro da contestação irreverente, sem quaisquer intenções de ordem política como se depreende dos autos, pois não passaram de papéis escritos com "palavras de ordem" ingénuas como: "liberdade para as raparigas" e outras de idêntico conteúdo, no entanto a direcção, mais concretamente o seu director, escultor Sousa Caldas resolve "A bem da Nação" cortar "pela raiz" tais veleidades reivindicativas e nomeia o professor Emídio Pires Praça como inquiridor do processo a fim de apresentar relatório circunstanciado dos acontecimentos. O dito relatório será apresentado e devidamente apreciado na Secção Disciplinar do Conselho escolar em 5 de Janeiro de 1962:

³³³ Acta n.º 46 de 21 de Abril de 1960; acta n.º 52 de 15 de Maio de 1961 e acta n.º 62 de 30 de Abril de 1963.

³³⁴ Acta n.º 70 da Secção Disciplinar do Conselho Escolar do dia 16 de Julho de 1965.

" (...) Nas suas conclusões, o senhor professor inquiridor propõe as seguintes penalidades, conforme o processo instaurado [seguem-se propostas de penalizações superiores às que, magnanimamente, o director acabou por atribuir]. O senhor presidente [o director Sousa Caldas] depois de ouvidos todos os membros do conselho, que concordaram com as suas propostas, lembrou que de harmonia com o preceituado no número dois do artigo quatrocentos e sessenta e dois, as referidas penas fossem aliviadas de oito para seis dias e de trinta [sublinhado nosso] baixassem para vinte dias, atendendo a que as únicas vítimas eram os pais dos alunos e por tal razão os únicos sacrificados (...). Assim, foram suspensos por seis dias. pena quarta do número um do artigo quatrocentos e sessenta os seguintes alunos: quatro, vinte e três, quarenta e cinco, quarenta e cinco, quarenta e oito, cento e vinte três, cento e vinte quatro, duzentos e oito, duzentos e dez, duzentos e trinta e sete, trezentos e trinta e oito, trezentos e quarenta e nove e trezentos e noventa e seis [seguem-se os nomes dos doze alunos]. Com a suspensão de vinte dias – pena quinta do número um do artigo quatrocentos e sessenta os seguintes alunos [dois apenas]: sessenta e oito e quatrocentos e nove [seguem-se os nomes dos estudantes] (...)." ³³⁵

Estes foram, dentro do espaço temporal do estudo, as penalizações mais gravosas que houve na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Curiosamente, de entre os alunos penalizados nesta "leva", alguns mais tarde "arrepriaram caminho" e notabilizaram-se como reconhecidos artistas plásticos e inclusivamente como directores de Escolas Superiores de Educação, professores distintos da "Soares dos Reis" e da Escola de Belas Artes do Porto para além de um deles ter vindo a ser destacado professor universitário jubilado e realizador de TV e cinema.

Quanto ao aproveitamento, malgrado o manifesto interesse que os estudantes tinham pela Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis pois preferiam-na, muitos deles em detrimento dos liceus, tendo em vista a sua entrada nas "Belas Artes" e outros porque lhes facilitava a ascensão social e económica nos seus empregos, não era brilhante esse rendimento apesar de ligeiramente superior à média nacional como à do distrito do Porto - vejam-se os Quadros 30 e 31.

Quadro 30

Inscrições e conclusões nos cursos técnicos a nível regional e nacional entre 1950 e 1973

em número de alunos

Anos lectivos	Número de alunos inscritos no Continente e Ilhas	Número e % de alunos que concluíram os cursos no Continente e Ilhas	Número de alunos inscritos no distrito do Porto	Número e % de alunos que concluíram os cursos no distrito do Porto
1950 - 1951 ³³⁶	11583	1127 (9,72)	2319	222 (9,57)
1956 - 1957 ³³⁷	13924	1026 (7,36)	3017	215 (7,12)
1962 - 1963 ³³⁸	48040	3221 (6,72)	8728	576 (6,59)
1967 - 1968 ³³⁹	78361	5428 (6,92)	12659	861 (6,82)
1972 - 1973 ³⁴⁰	149105	17951 (12,03)	27773	2570 (9,25)

³³⁵ Acta n.º 56 da Secção Disciplinar do Conselho Escolar do dia 5 de Janeiro de 1962.

³³⁶ Estatísticas da Educação: Continente e Ilhas adjacentes. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, 1951. pp.126, 127.

³³⁷ *Idem*, 1957. pp. 49, 50.

³³⁸ *Idem*, 1963. pp. 86, 87.

³³⁹ *Idem*, 1968. pp. 86, 87.

Quadro 31

Inscrições e conclusões nos cursos leccionados na escola "Soares dos Reis" entre 1950 e 1973
em número de alunos

	Número de alunos inscritos	Número de conclusões	% de conclusões	média de conclusões por ano	
Mobiliário Artístico	349	28	8,02	1,21	(1 a 2)
Artes Gráficas	2575	221	8,58	9,61	(9 a 10)
Gravador, Cinzelagem e Ourivesaria	1344	139	10,34	6,04	(6 a 7)
Pintura Decorativa	3301	412	12,48	17,91	(17 a 18)
Escultura Decorativa	385	45	11,68	1,95	(1 a 2)
Cerâmica Decorativa	178	21	11,79	0,91	(0 a 1)
Secção Preparatória às Belas Artes	813	353	64,54	15,34	(15 a 16)
TOTAL	8945	1219	13,62		

É importante esclarecer que o Quadro 31, diz somente respeito à Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e que se apresenta com números completamente reais pois dizem respeito ao estudo por nós efectuado nas fichas de matrícula de todos os alunos que frequentaram a "Soares dos Reis" desde o ano lectivo de 1950-51 até 1972-73 e que o Quadro 30 reporta-se somente aos anos de 1951, 57, 63, 68 e 73 e referem-se unicamente aos alunos inscritos nos cursos comerciais e industriais a nível nacional.

Apesar de a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis apresentar uma percentagem ligeiramente superior à média de aprovações quer a nível regional como nacional, (Quadros 30 e 31), não se podem classificar de satisfatórios resultados como os apresentados onde as conclusões de cursos se situavam entre os 8,02% e os 12,48%.

Todas estas observações não contemplam a percentagem de aprovações na Secção Preparatória às Belas Artes, por nos parecer um caso muito especial pois era um curso constituído por alunos e alunas cujos objectivos eram muito precisos e a maioria disposta a cumpri-los inteiramente, e entre outras causas o curso era somente frequentado por estudantes em regime diurno, aliado ao importantíssimo factor da maturidade que possuíam, pois as suas idades variavam em média entre os 14 e 19 anos.

³⁴⁰ *Idem*, 1973. pp. 9, 12.

Regressando um pouco à análise do baixo aproveitamento ele possuía vários factores, uns de índole própria da condição humana e outros principalmente resultantes de causas sociais e económicas:

" (...) O aproveitamento escolar em média não pode considerar-se mau, como se deduz do quadro junto onde se refere o número de alunos internos que concluíram os diferentes cursos [para os anos lectivos de 64/65 e 65/66 o quadro indica-nos que 30 alunos concluíram Pintura Decorativa; 2 Escultura Decorativa; 1 Cerâmica Decorativa; 7 Gravura BCA; 3 Mobiliário Artístico; 10 Artes Gráficas e 42 a Secção Preparatória às Belas Artes]. Nos anos intermédios, por causas diversas, nem sempre o aproveitamento é o desejado. Acontece isso nos cursos de aperfeiçoamento devido principalmente à falta de interesse e de adaptação ao meio escolar, por parte dos alunos, somada muitas vezes à incompreensão e dificuldades levantadas por algumas entidades patronais [sublinhado nosso]. Nos cursos de formação, pondo de parte as causas normais provenientes do próprio aluno, teremos de apontar o cansaço e mesmo o tédio provocado por um excesso de aulas diárias, normalmente de 8 horas e em alguns casos de 9 horas [muitas vezes com aulas ao sábado de manhã] (...)"³⁴¹

Para além dos resultados destes dois anos - lectivos (64/65 e 65/66) coincidirem quase por completo com a média por nós calculada para as conclusões por anos lectivos ao longo dos vinte e três anos de estudo, ao analisarmos o Quadro 30, a ideia por nós defendida reforça-se tendo em conta que ao não podermos avaliar de "muito boas" as prestações escolares dos alunos da "Soares dos Reis", também não temos autoridade para as considerar muito negativas.

Apesar das dificuldades económicas e sociais vividas pelos alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, sentindo muitas vezes a estigmatização de serem alunos do ensino técnico, logo provenientes de classes socialmente desfavorecidas em relação aos seus congéneres dos liceus, vindos de longe, levantando-se cedíssimo e chegando a casa preparados para jantar e "meterem-se na cama" para despertarem cedo, que outro dia vinha e devia-se estar preparado para o enfrentar; mesmo perante estes cenários nada abonatórios nem facilitadores do sucesso, estes alunos, dos cursos de formação (diurnos) e aperfeiçoamento (nocturnos) conseguiram durante o período que se estudou superar as médias de aproveitamento no distrito do Porto e a nível nacional como se pode comprovar pelos Quadros 30 e 31 acima referidos.

³⁴¹ Relatório sobre as actividades da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no ano lectivo de 1965-66 reportando-se também ao ano lectivo de 1964-65 e enviado ao Director-Geral do Ensino Técnico Profissional em 28 de Novembro de 1966.

OS PROFESSORES E A PEDAGOGIA

" (...) Não há mestre, não há escola no mundo, que se possa vangloriar de ter formado um sábio ou um grande artista. Podem os mestres iniciar os estudantes nos princípios das ciências, revelar-lhes as belezas das artes: mas o sábio e o artista formam-se a si mesmos. É pelo suor do rosto, por meio de um trabalho árduo e solitário que o sábio constrói lentamente o majestoso edifício dos seus conhecimentos: é pelo estudo das obras-primas, pela contemplação da natureza que o artista se faz conhecido. (...)"³⁴²

O passado é sempre um tempo que contemplamos com os "olhos" presentes, no entanto, cabe a nós fazer a destriça. É pois sobre o ensino e principalmente sobre o ser professor no passado não muito longínquo dos meados do século passado na "Soares dos Reis" que aqui nos debruçamos.

Esta escola, no que aos professores e mestres respeita, talvez não se possa vangloriar de ter gerado sábios, quem o sabe! Mas com a ajuda e saber dos seus professores e mestres, da relação biunívoca entre eles e os seus alunos, estamos certos que auxiliaram muitos deles senão a maioria a serem mais tarde, nas suas vidas, trabalhadores e artistas incansáveis nos variados domínios abordados dentro das paredes da "Soares dos Reis". Estamos convictos que sim e é por aí que vamos, descobrindo-os.

Muito prosaicamente começamos pelas categorias do pessoal docente (professores e mestres) alteradas em Agosto de 1948³⁴³ pela reforma já aqui citada, através da legislação que nos indica cinco categorias de professores (os mestres, os contramestres, auxiliares e preparadores apareciam só três capítulos à frente) a saber: professores efectivos, adjuntos, auxiliares, contratados do quadro e de serviço eventual. Só os efectivos e adjuntos tinham o seu lugar assegurado (assento vitalício), todos os outros podiam ser mandados embora se não agradassem ao director, pois era unicamente ele e só ele que escolhia quem achava competente ou não, seguindo o seu próprio e único critério ou arbítrio:

" (...) O recrutamento para aquela escola não era diferente do que se fazia para uma qualquer escola técnica. Fora do quadro [de efectivos] dos professores que entravam por concurso, todos os outros eram escolhidos pelo Sousa Caldas [Director] (...)"³⁴⁴

Para os professores contratados além do quadro (propositadamente muito reduzido) e tratando-se de disciplinas como Canto Coral e Educação Física, os respectivos contratos só eram autorizados com prévia informação da Mocidade Portuguesa ou da Moci-

³⁴² BRAAMCAMP, José Augusto – *Reflexões sobre educação pública*. Lisboa: [s.n.], 1835. p. 27.

³⁴³ Decretos n.º 37028 e 37029 de 25 de Agosto de 1948, Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, I Série n.º 198, Cap. XII e seguintes.

³⁴⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho (1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

dade Portuguesa Feminina, como impunha o n.º 2 do Art.º 216, Secção II do capítulo XIV, Parte III do Decreto 37029 de 25 de Agosto de 1948:

" (...) Ex.^{mo} Senhor: Secretário Inspector da Organização Nacional Mocidade Portuguesa – Lisboa. Com referência ao ofício de V. Ex.^a n.º 690/51 – Sec. 1.º R.T. (confidencial) de 18 do mês em curso, tenho a honra de prestar as seguintes informações acerca do professor de Educação Física em serviço nesta Escola, [segue-se o nome], na parte relativa à s alíneas mencionadas por V. Ex.^a:

- a) bom [Rendimento de ensino verificado pelas visitas dos inspectores, pela observação dos sumários das lições, pelas informações dos directores e pelos resultados obtidos];
- b) boa [assiduidade e pontualidade];
- c) bom [carinho das relações com os alunos];
- d) bom [espírito de disciplina – revelando sobretudo no exemplo e no emprego de meios dissuasores];
- e) faltas justificadas, em 1950, 3 dias e 1 tempo; licenças não teve; motivos invocados quanto às faltas justificadas: doença e motivos de força maior [número de faltas justificadas: doença e motivos de força maior [número de faltas e de licenças, verificando-se, quanto às faltas justificadas, os motivos invocados];
- f) boas [o espírito de cooperação e lealdade nas relações com o director ou reitor do estabelecimento de ensino e colegas];
- g) tem colaborado nas actividades solicitadas [a intervenção em trabalhos circum-escolares];
- h) tem cumprido e defendido os princípios estabelecidos [o respeito pelas autoridades e pelos princípios consignados na Constituição e nas Leis];
- i) considerado bom [a reputação e o prestígio alcançado no meio escolar e extra escolar].

A bem da Nação O Director [escultor Sousa Caldas] (...)”.³⁴⁵

Como se infere do ofício exposto, o controle era apertado sobre os professores, em particular os de Educação Física, pois era feito pela Mocidade Portuguesa com os pormenores que extravasavam os meros aspectos pedagógico - didácticos pois chegavam a averiguar se o dito professor cumpria ou não, os princípios estabelecidos pelo Estado Novo na Constituição de 1933. Quem ousasse contrariar tais princípios, via terminado de imediato o seu contrato.

Quanto aos restantes professores dependentes da Direcção Geral, seguiam basicamente os mesmos princípios partilhando igualmente os mesmos deveres, inclusive os professores de Religião Moral, apesar do seu vínculo ser com o Episcopado através do que estava estabelecido na Concordata com a Santa Sé, de 7 de Julho de 1940. O recrutamento de mestres (uma categoria muito particular de “não-professor”) era feito por concurso de habilitação e concurso de provimento. Os concursos de habilitação eram constituídos por prestação de provas teóricas e práticas, às quais só podiam concorrer os habilitados com um curso industrial ou profissional das escolas industriais que compreendesse a oficina a que se referisse o concurso.

³⁴⁵ O ofício n.º 607-51 Proc.º F/209, Livro 3 de 28 de Abril de 1951 e dirigido ao Secretário Inspector da Organização Nacional Mocidade Portuguesa.

Eram, tal como os concursos dos professores, sujeitos à abertura de vagas (ainda em menor número que para professores do quadro). Os mestres tal como os professores eram sujeitos a contrato por período geralmente de um ano lectivo, e reconduzidos se obtivessem boas informações do serviço prestado e o Conselho Escolar assim o ratificasse por proposta do director:

" (...) Passando a assuntos de interesse pedagógico, disse o senhor Director, que, tendo o mestre Artur da Silva dos Santos Ferreira [1921-2005], prestado cinco anos de bom serviço como contratado, julgava ser oportuno tratar da sua situação, pelo que o Conselho [Escolar] deliberou nos termos do Artigo 2.º do Decreto 42 811 de 20 de Janeiro de 1960, propor à Ex.^{ma} Direcção Geral [do Ensino Técnico Profissional] a sua nomeação como mestre efectivo da oficina de mobiliário artístico (...)"³⁴⁶

Eram pois desta forma as relações contratuais dos professores com a escola e o seu "estatuto" dentro do aparelho escolar do Estado Novo; periclitante, inseguro, dependente e sempre muito controlado pelo director e pelo "aparelho" político do regime. Por estes tempos (1968-69), pouco se alterando se recuarmos ou avançarmos alguns anos, a constituição do corpo docente na "Soares dos Reis" é-nos apresentada pelo Quadro 32:

Quadro 32

Pessoal docente em serviço no ano lectivo de 1968 - 69 na escola "Soares dos Reis"

GRUPOS	QUADRO	EXTRAORDINÁRIOS	EVENTUAIS			TOTAL
			ESTAGIÁRIOS	RECONDUZÍ-	NOMEADOS	
1.º - MATEMÁTICA E FÍSICA E QUÍMICA	2	-	1	1	1	5
3.º - DESENHO (ENG.º CONSTRUÇÃO CIVIL)	1	-	-	-	-	1
4.º - QUÍMICAS	-	1	-	-	-	1
5.º - DESENHOS PROFISSIONAIS E ARTÍSTICA	5	6	4	3	3	21
8.º - LÍNGUA PORTUGUESA E FRANCÊS	1	1	-	-	1	3
9.º - INGLÊS	-	-	-	1	-	1
10.º - HISTÓRIA	-	-	-	-	1	1
11.º - CIÊNCIAS NATURAIS E GEOGRAFIA	-	-	-	1	-	1
MESTRES - OFICINAS E TECNOLOGIAS	8	-	-	4	2	12
CONTRAMESTRES - OFICINAS E TECNOLOGIAS	-	-	-	4	2	6
EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA	1	-	-	-	1	2
RELIGIÃO MORAL - RELIGIÃO MORAL	-	-	-	2	-	2
TOTAL DE PROFESSORES E MESTRES						56

³⁴⁶ Acta n.º 38 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, datada do dia 31 de Julho de 1961.1

Entre outros dados, o que se destaca e sobressai deste quadro de docentes em finais dos anos sessenta é o número de professores do 5.º grupo (37,5%) e de mestres e contramestres de oficinas (32,14%) que totalizam (69,64%) de docentes.

Ou seja, perto de setenta por cento do corpo docente da escola estava “ligado” ao ensino das técnicas e da Arte o que é, convenhamos, não só compreensível como desejável, tendo em conta a natureza específica do estabelecimento de ensino em questão, apesar de por este facto ter havido bastantes controvérsias ao longo dos tempos por parte alguns professores acharem pernicioso o peso demasiado do 5º grupo. Não podemos confirmar esses receios pois não vislumbrámos quaisquer anomalias pedagógicas relevantes, acrescido do facto de a “Soares dos Reis” ter tido como director um professor oriundo do 1º grupo durante perto de dez anos e não ter perdido por isso as suas características de escola de ensino artístico.

Ao longo deste trabalho já se nomearam tantos professores e mestres, como as suas tão variadas pedagogias. Certo é que de todos não podemos abordar as suas bondades, virtudes e brilhantismos nem como as fragilidades, instabilidades e inconstâncias; mas não é menos verdadeiro que a escola, apesar dos pesares, espaço educativo por excelência foi “edificada” também pelos professores e mestres que por ela passaram e que souberam e puderam dar o que de si tinham, e nela transmitiram valores sociais, morais, orientações de conduta e também alguns bons exemplos menos entendidos à luz das circunstâncias da época. Numa altura (tempo escolar) em que os alunos mais se interrogam sobre a sua própria identidade, lá estavam os professores e mestres para lhe servir de referência:

“ (...) Professores que me marcaram: o Malheiro [Valentim], o Recarei [Mário R. Leite de Andrade], Coelho de Figueiredo [António], na parte teórica o Pires Prata [Emídio], Bruno Alves Reis... enfim, uma série deles (...).”³⁴⁷

Quanto às diferenças de reconhecimento, tratamento como até de “estatuto” dentro da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis entre professores e mestres elas existiam, como inclusivamente a lei apontava e a que já anteriormente fizemos referência:

“ (...) Mesmo lá dentro havia uma grande diferenciação entre uns certos “meninos bonitos” que depois seguiam Belas Artes que eram uma espécie de elite e aqueles que não tinham possibilidades económicas de seguir o ensino superior. Não quer dizer que as relações entre nós fossem más, mas isso era muito visível

³⁴⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Licenciou-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

até no tipo de professores. A própria direcção da escola canalizava para a Secção às Belas Artes os professores mais modernos, mais bem preparados, como o professor Martins da Costa [João] que era um dos homens mais inovadores que havia lá dentro. Eu não sei como essa divisão era feita mas sei que havia um sector mais conservador e outro mais inovador. O sector [do professorado] mais conservador estava muito ligado às velhas Artes e Ofícios (...).³⁴⁸

No entanto a diferença de “estatuto” não prejudicava as relações pedagógicas nem as capacidades profissionais dos agentes de ensino que se empenhavam, discutiam os programas e adaptava-os às necessidades dos alunos que tinham à sua guarda.

Esta postura dos professores e mestres dentro da escola é, aliás, reconhecida pela direcção em relatório anual e obrigatório, enviado à Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional, onde se explana para além de reconhecer a dedicação e o empenho do docentes se aponta a interdisciplinaridade como prática pedagógica a seguir como solução dos muitos problemas, com que a profissão de professor se depara.

“ (...) Verifica-se que em certas disciplinas o cumprimento de programa é prejudicado, quer pelo tempo que lhe é destinado, quer pelo conteúdo dos próprios programas. Cita-se como exemplo o que se passa com o programa de Elementos de Física e Química para o qual as 4 horas semanais de leccionação não são suficientes caso se queira fazer um ensino com base experimental e que julgamos ser o único aceitável para o nível secundário (...). Outro exemplo poderemos ir buscá-lo ao próprio programa da oficina de Pintura Decorativa onde se faz referência a “exercícios de vitral”, técnica esta cuja execução na Escola exigirá um equipamento adequado e principalmente o pessoal técnico que não poderá ter somente a habilitação exigida para o magistério do 5.º grupo (...). O próprio programa de Desenho de Letra é mesmo bastante ambicioso para as duas horas semanais que normalmente lhe são destinadas. Só resta como solução ao professor respectivo e trabalho em colaboração com o professor de Pintura ou Composição Decorativa que tratará nessa disciplina, de desenvolver certos aspectos do Desenho de Letra, principalmente a sua aplicação. (...)”.³⁴⁹

Apesar das “críticas” e sugestões pertinentes feitas pelo director à Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional, como seria de esperar elas enquadravam-se escrupulosamente dentro das “baías” estadonovistas, mesmo quando se privilegiava o intercâmbio e a criação artística:

“ (...) Dentro deste campo [da Orientação e coordenação de ensino] procurou estabelecer-se uma maior ligação entre as cadeiras básicas de Desenho e Oficinas. Para esse efeito promoveram-se reuniões de professores ou estimularam-se estes de modo a que contactassem entre si com vista a uma coordenação de processos de trabalho conducentes a uma unidade de ensino da Escola. Assim foi possível apresentar na exposição escolar de fim de ano resultados dessa coordenação onde ao lado de um desenho inicial ou com-

³⁴⁸ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Hélder Pacheco (1937), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licenciou-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e inspetor de ensino de onde se aposenta. É escritor.

³⁴⁹ Relatório sobre as actividades da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no ano lectivo de 1965-66, reportando-se também ao ano lectivo de 1964-65, enviado ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional, p. 1.

posição se viu a respectiva interpretação em barro e gesso e a execução final em madeira ou cerâmica. Idêntica cooperação se está também a verificar e continuará a fomentar-se entre as disciplinas de carácter teórico e artístico com as oficinas gráficas. São já resultados desse trabalho de equipa a brochura apresentada sobre “Gil Vicente” trabalho este que, nascido das aulas de literatura da Secção Preparatória, passou para as aulas de Desenho para ser interpretado graficamente e finalmente ser executado nas Oficinas Gráficas. (...)”.³⁵⁰

E a relação entre professores e alunos? O que era correcto? O que foi nocivo? Sobre essa problemática tão vasta resta-nos adiantar que só aprendemos com a experiência; aprende-se tentando e reflectindo sobre os erros, mesmo a uma distância de trinta anos, o conflito, entre professor e aluno sempre fez parte da prática pedagógica e é inevitável em qualquer relação entre educador e educando.

“ (...) Quanto à relação professor e aluno era bastante distante, havia um programa e o professor fazia cumprir, relativamente à explicação que eu tenho é que haviam um desligamento grande entre o que se ensinava e o que os alunos precisavam. Embora nalguns casos houvesse situações que eram benéficas para os alunos, nós basicamente éramos “copistas” e esse era o grande problema da “Soares dos Reis” (...). É claro que isso devia variar um pouco de professor para professor, mas de um modo geral era assim [anos 79 do século XX] (...). Não havia disciplinas mais importantes que outras, o que existia eram professores que motivavam mais [e melhor] para as disciplinas do que outros! Os alunos iam para lá [Escola Soares dos Reis] mais para adquirir conceitos práticos para a vida. Era para isso que a Escola servia; para definir trajectos (...)”³⁵¹.

Mais uma opinião! O que nos interessa é que elas nos ajudem a caracterizar cada vez melhor a escola “Soares dos Reis” nas suas plurifacetadas vertentes. É pois pertinente e indispensável que em situações de ensino e aprendizagem não possa nem deva haver “um desligamento” entre o que se transmite e o que se aprende.

Por tudo o que acaba de ser exposto, nem todos os professores da “Soares dos Reis” tinham a capacidade de interagir com os educandos que tinham à sua guarda; outros porém privilegiavam os contactos informais, fora da aula, pois que a matéria a ser dada não se circunscrevia somente à sala de aula:

“ (...) Quanto aos programas, lembro-me de grandes discussões que havia entre nós colegas e alguns professores. Estou-me a lembrar de um professor de seu nome Marcelo, que esteve lá pouco tempo que parava nos corredores para falar com os alunos. Havia também o Mário Truta que se preocupava muito com os alunos. Mas existia um grande medo nessa altura do professor se aproximar demasiado do aluno (...). Ainda quanto aos programas, nem sei se havia realmente um programa. A ideia que eu tenho é que cada professor, pelo menos na parte artística, conduzia a sua aula como bem entendia (...). No meu entender as rela-

³⁵⁰ *Idem*, p. 2-3.

³⁵¹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Fernando Manuel Amaral da Cunha (1954), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, nos anos 70, onde concluiu o curso de Artes Visuais. Licenciou-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto. É escultor.

ções entre os professores e alunos eram muito próximas. Havia uma preocupação afectiva do professor pelo aluno, existia, em suma, “uma pedagogia da afectividade” (...).³⁵²

A postura dos professores e da sua pedagogia em situações de ensino e aprendizagem variavam bastante, quer devido aos seus antecedentes académicos, como às disciplinas (teóricas, práticas e artísticas); numa situação, o factor “ofício” estava mais presente: era a disciplina rigorosa da técnica, a certeza dos gestos e a verticalidade da postura. Noutros casos onde a “veia” e condição de artista imperava, as aulas tinham um “clima” muitas vezes de contornos quase surrealizantes; desde destruir pacotes de tabaco em plena sala de oficina de pintura, para incentivar os alunos para que não fumassem, talvez! Ou introduzir/desenhando elementos estranhos nos trabalhos dos alunos, como moscas, ratos, cobras ou traseiros de cavados (com os quais este professor tinha uma fixação recorrente, pois afirmava que o homem devia-se parecer e possuir as proporções do cavalo) e muitas outras diatribes muito pouco pedagógicas mas que surtiavam um efeito marcante e perene, não sabemos se artístico, a quem a elas assistia:

“ (...) Eu fui aluna dele [pintor António Cruz] muito pouco tempo, era muito parcial, de quem ele gostasse dava notas altíssimas; os rapazes aí saíam prejudicados porque só se fossem realmente bons é que suplantavam as raparigas. Depois ele não ensinava. Demonstrava (...).³⁵³

Para além desta pedagogia interventiva (às vezes excessiva) e da postura bastante *sui generis* deste “pintor da cidade”³⁵⁴, outros se destacavam de outras formas e maneiras como o pintor Martins da Costa, mais tarde metodólogo (orientador de estágio) do 5.º grupo, que defendia e praticava o experimentalismo numa atitude de modernidade pedagógica, infelizmente pouco usual naquela época nas escolas do país, chegando a ser inovador pois empregava conceitos na altura muito desenvolvidos por pensadores entre outros, por Vygotski,³⁵⁵ como sejam a interacção entre pares (professores e alu-

³⁵² Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

³⁵³ *Idem*.

³⁵⁴ O “pintor da cidade” (1956), obra cinematográfica de Manoel de Oliveira em que os “protagonistas são precisamente o pintor António Cruz e a cidade do Porto.

³⁵⁵ Lev Semenovich Vygotsky (Orsha, 1896 – Moscovo <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moscovo1934>), foi um psicólogo bielorrusso pensador importante, foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interacções sociais e condições de vida. Apesar de sua formação em Direito, destacou-se à época pelas suas críticas literárias e análises do significado histórico e psicológico das obras de Arte, trabalhos que posteriormente foram incorporados no livro “Psicologia da Arte”, escrito entre 1924 e 1926, incluindo naturalmente a tese de doutoramento sobre Psicologia da Arte, que defendeu em 1925. O seu interesse pela Psicologia levou-o a uma leitura crítica de toda produção teórica de sua época, nomeadamente as teorias da “Gestalt”, da Psicanálise e o “Behaviorismo”, além das ideias do educador suíço Jean Piaget. As obras desses autores são citadas e comentadas nos seus diversos trabalhos, tendo escrito prefácios para algumas das suas traduções ao idioma russo. Tendo vivido a Revolução Russa de 1917, bem como estudado as obras de Karl Marx e Friedrich Engels, a partir das proposições teóricas do materialismo histórico propôs a reorganização da Psicologia, antevendo a tendência de unificação das Ciências Humanas no que denominou como “psicologia cultural-histórica” In, http://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky, Janeiro de 2009.

nos) como meio principal de elaboração e criação de novas soluções para enfrentar e resolver velhos problemas:

" (...) Quem verdadeiramente se destacava verdadeiramente era o professor Martins da Costa que era um dos homens mais inovadores que havia lá dentro, que era o que leccionava as Secções (...)"³⁵⁶

Ainda outra opinião, se bem que corroborativa da anterior:

" (...) O professor pintor Martins da Costa tinha uma presença e umas qualidades pedagógico científicas e artísticas muito elevadas. Era uma pessoa inflexível não entrava em "capelinhas". Era um homem íntegro (...)"³⁵⁷

O ensino técnico, apesar de ter tido ao longo das décadas de cinquenta a setenta do século XX um papel muito decisivo na formação dos filhos das classes menos favorecidas, eufemismo para se caracterizar o operariado e a pequena burguesia citadina, para além da questão lateral (quanto a nós), de reduzir a massiva afluência de jovens ao ensino liceal, não descurou, para além das finalidades com que foi criado, a qualidade de ensino que se pretendia ministrar. Apesar das características próprias deste tipo de ensino, para quem o estuda, não pode nem deve incorrer no erro de pensar ou defender que este tipo de ensino por ser técnico o era na sua essência menos artístico.

No caso da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, o ensino apresentava-se simultaneamente técnico e artístico como provam os exemplos dados, ainda com responsabilidades acrescidas por ter sido ao longo dos tempos um ensino tendencialmente transmissor não só da simples formação prática, mas paralelamente enriquecido com a tão necessária reflexão intelectual.

Como se pôde verificar – pelos relatos "em directo" e pelos relatórios apresentados, sempre houve variadas maneiras de exercer o múnus da docência e diferenciadas práticas pedagógicas, que por terem sido efectivamente diferentes e diversas, enriqueceram ainda mais as aprendizagens. O certo e o errado, o correcto e o incorrecto são duas faces da mesma moeda.

Não se é bom profissional/criador seja do que for conhecendo apenas "o lado bom" das coisas: "*(...) A mão do homem às vezes tem de corrigir o que os deuses na maior parte das ocasiões esquecem (...)*"³⁵⁸ ou não são capazes.

³⁵⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Hélder Pacheco (1937), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licenciou-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e inspector de ensino de onde se aposenta. É escritor.

³⁵⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Manuel D' Francesco (1936), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licenciou-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor da "Soares dos Reis", de onde se aposenta. É pintor.

³⁵⁸ SEPÚLVEDA, Luís [et alii] – *Contos apátridas: o anjo vingador*. Porto: Asa Editores II, SA, 1999, p. 144,

O ENSINO, A SUA EFICÁCIA, AS RELAÇÕES EXTERIORES E AS EXPOSIÇÕES

O encaminhamento dos alunos saídos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis com o seu curso concluído para o mundo do trabalho era maioritariamente garantido e a sua inserção na indústria do Norte é uma realidade por demais sabida e sentida.

Os cursos de Artes Gráficas bem como os de Gravadores, Cinzeladores e de Ourives foram ao longo de décadas alfobres de técnicos/artistas que alimentaram e ainda neste século XXI alimentam as variadas empresas do ramo.

Foram por nós contactados telefonicamente³⁵⁹ cento e dois fabricantes de ourivesaria na região do Porto e arredores, com fábricas em plena actividade laborativa ao longo dos anos de 2007 e 2008, em lugares tão díspares como Taíde, Arosa, Póvoa do Lanhoso, Travassos, Guimarães, São Martinho da Sande, Brito, Barcelos, Freamunde, Braga, Gondomar, Campo, Valongo, Nespereira, Castelo de Paiva, para além da Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Felgueiras e Porto.

De todas elas, somente treze não tinham, nem nunca tiveram “artistas” com alguma ligação com a “Soares dos Reis”. Nesta amostragem desprezensável e de discutível validade para se extrapolar quaisquer afirmações definitivas, o que resulta dos contactos é que 87,25% dos inquiridos (fabricantes de ourivesaria) afirmaram que pelo menos um dos seus colaboradores, muitos deles eram os próprios donos/gerentes, tinham frequentado ao longo dos anos os cursos de Gravador de Cobre, Bronze e Aço, Cinzelagem e Ourivesaria, Pintura e Escultura Decorativa alguns, onze (10,78%) de dia (formação) e os restantes (89,22%) de noite (aperfeiçoamento).

Quanto à conclusão dos cursos as respostas foram tão evasivas, que cremos que a maioria os não concluiu. Tendo em conta o elevadíssimo número de alunos que frequentaram a “Soares dos Reis” nos cursos de Artes Gráficas, pensamos que tal como no sector da “prata e do ouro” os resultados da empregabilidade tenham sido muito idênticos pois o número de indústrias ligadas a este sector eram e continuam a ser em muito maior número que o da Ourivesaria:

“ (...) Para os finais dos anos 60 [século XX] a escola foi perdendo a Ourivesaria e a Cinzelagem, perdeu a ascendência que tinha no meio industrial. E o que acontecia? Era preciso material e a escola estava atrasada [tecnologicamente] e as pessoas [alunos] iam para lá e não tinham os materiais que a indústria estava a pedir. Ao nível dos professores, os mestres ganhavam uma miséria comparado com o que os técnicos cá fora ganhavam e, portanto, poucos eram os que iam para a escola ensinarem e ganharem metade do que se ganhava cá fora (...).”³⁶⁰

³⁵⁹ Contactos telefónicos efectuados durante os meses de Novembro de 2007 e Fevereiro de 2008.

³⁶⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho (1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

Para além da situação, devidamente autorizada de exemplos de mestres que leccionavam na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis “contratados” pelo director Sousa Caldas e que mantinham as suas oficinas e “marca” no Porto e arredores, a realidade nem sempre foi como pertinentemente foi atrás referido:

“ (...) O frutificante exemplo desse Organismo Corporativo, a que V.^a Ex.^a tão dignamente preside, dado o devoto carinho dispensado ao ensino das artes decorativas, leva-me a agradecer a V. Ex.^a, a exemplo de anos transactos, o subsídio destinado a prémios a distribuir pelos [melhores] alunos, cujos trabalhos alusivos ao significado e simbolismo do PRESÉPIO mereceram de um Júri de Professores classificações honrosas (...).”³⁶¹

O apoio não se resumia somente à atribuição pecuniária para premiar os melhores alunos dos cursos leccionados na Soares dos Reis, no entanto esta ajuda como se compreende era vista com agrado e sinas das óptimas relações entre o Grémio de Ourivesaria do Norte, como noutros planos adiante destacaremos, e a escola “Soares dos Reis” através do seu director, escultor Sousa Caldas.

Quanto aos prémios atrás referidos foram atribuídos do seguinte modo e aqui se apresentam com o respectivo “recibo”:

“ (...) Recebemos do Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte o donativo de mil escudos, destinado a prémios pecuniários aos alunos que mais se notabilizassem na apresentação dos seus trabalhos artísticos:

Prémio: “Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte” aos alunos do 4.º ano do curso de Pintura Decorativa: João Eduardo Mendes Teixeira Duarte e Vítor de Jesus Azevedo Duarte (trabalho de conjunto) – 300\$00;

Prémio: “Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte” às alunas do 4.º ano do Curso de Pintura Decorativa: Etelvina Rodrigues Soares, Olinda Sampaio Gomes e Maria Orquídea Pereira da Silva (trabalho de conjunto) – 300\$00;

Prémio: “Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte” ao aluno do 1.º ano do Ciclo Preparatório: Luís Carvalho Pereira Carneiro – 100\$00;

Prémio: “Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte” ao aluno do 4.º ano do Curso de Pintura Decorativa: Manuel da Silva De Francesco – 150\$00;

Prémio: “Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte” ao aluno do 4.º ano do Curso de Pintura Decorativa: Hélder Ivo Marques Pacheco – 150\$00.

Porto e Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, em 16 de Janeiro de 1953 (...).”³⁶²

³⁶¹ Correspondência expedida, O fício n.º 927-52, Proc.º E/12, Livro 3 de 23 de Dezembro de 1952.

³⁶² Correspondência expedida, O fício n.º 49-53, Proc.º E/12, Livro 3 de 16 de Janeiro de 1953.

Os prémios, que certamente serviam de incentivo e motivo de orgulho para os alunos que os recebiam, favoreciam também a direcção da escola que deste modo reflectindo-se neles, fazia passar a mensagem “ao povo e à cidade” que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis “cumpria a sua missão e ia mais além”.

Eram estes os propósitos e objectivos de Sousa Caldas, assim como fomentar as exposições maioritariamente anuais e que fizeram sempre parte do plano pedagógico – didáctico enquanto ele foi director mas que nunca estiveram ausentes no período em que Álvaro Gomes foi seu dirigente máximo.

Como escola de ensino técnico não fugia “ao figurino” da época em que se fomentavam periodicamente as exposições das matérias ensinadas nos respectivos estabelecimentos de ensino, sendo esta uma escola de ensino artístico mais razões tinha de as promover:

“ (...) Bom eu recordo-me que a exigência que havia era muito no sentido prático. Eu ainda hoje tenho saudades do professor de Físico-Química que fazia experiências [Luís António Corte-Real]. A escola tinha alguma preocupação de dar uma formação muito prática que servisse para a vida prática dentro das profissões que a escola formava (...). Tinha muita importância porque a ourivesaria e no mobiliário eram actividades económicas importantes nesta cidade e na sua região. Eu se calhar estou a ser injusto, mas agora, passados tantos anos, é assim que me recordo das coisas. Portanto saíam belíssimos copiadore, eles não saíam criadore! É a diferença entre hábeis executores de um programa pré-definido e de modelos estéticos pré-concebidos. A isso se chama conservadorismo. Não era uma escola para a inovação, também duvido que no Estado Novo fosse possível uma escola de artes inovadora (...). Uma das coisas que me estou a recordar é que a escola gostava muito de se mostrar, de fazer exposições. E havia também prémios (eu ganhei um prémio) que serviam para premiar alunos que se salientavam em várias actividades. Julgo que os industriais de ourivesaria apoiavam essas actividades (...).”³⁶³

O intercâmbio com o Grémio dos Ourives foi das relações mais duradouras e profícuas que, durante o “consulado” de Sousa Caldas a “Soares dos Reis” manteve com benefícios evidentes para ambas as partes como prova a documentação travada entre as direcções do Grémio e da “Soares dos Reis”:

“ (...) Exm.º Senhor Escultor Sousa Caldas, Ilustre membro da Comissão para o Estudo da Revisão dos Planos e Programas do Ensino Técnico, temos a honra de comunicar a V. Ex.ª que a Direcção deste Organismo, apreciou e seguimento aprovou, o projecto do programa do ensino técnico de ourivesaria, que lhe foi presente pelo seu colega Snr. João Arrochela Monteiro, também ilustre membro daquela referida Comissão. Na verdade, o programa em causa, enquadra-se no âmbito das necessidades e da importância da indústria de ourivesaria do norte, e adaptado que seja, nas suas linhas gerais, ao curso nocturno ou de aperfeiçoamento, ele ficará aberto e facilitado o caminho para a programação futura da joalharia. Compete – depois de aprovado o novo plano de ensino – aos organismos representativos da indústria, coordenar com os interes-

³⁶³ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Hélder Pacheco (1937), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licenciou-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e inspector de ensino de onde se aposenta. É escritor.

sados o aproveitamento do curso de ourivesaria. Sob este aspecto e no que se relaciona com o aperfeiçoamento este Grémio através do Contrato Colectivo de Trabalho tornou obrigatória a frequência dos aprendizes à Escola [sublinhado nosso]. Como V. Ex.^a sabe, o interesse pelos cursos técnicos depende muito do auxílio que se possa prestar aos alunos e da situação económica e social dos industriais a que os mesmos dizem respeito; mas também a referida elevação da indústria sob aqueles aspectos está ligada essencialmente ao grau de cultura técnica e artística daqueles que cooperam com as actividades produtivas. Como tais factores se completam, se nos fosse permitido um parecer diríamos que à medida que o ensino profissional vai sendo estruturado, uma colaboração deveria ser estabelecida entre os vários Ministérios, a fim de que estudos subsequentes fossem feitos em ordem a que o edifício da renovação industrial não fique limitado por certo tempo, apenas aos seus alicerces. No nosso caso estão indicados os Ministérios da Economia e das Finanças, como valiosos elementos complementares do Ensino Técnico. O primeiro para estabelecer as condições mínimas de instalação oficial e o segundo para através do Regulamento das Contratações exigir aos candidatos a punções de fabrico, as condições de competência profissional e moral que requer o exercício da profissão. Sem este conjunto coordenador de adequadas medidas jamais será possível elevar o grau de prosperidade económica e social da indústria de ourivesaria pelo que a obra do Ministério da Educação Nacional, e do seu devotado e inteligentes Director Geral do Ensino Técnico, será semente lançada no terreno quase improdutivo. Com as nossas desculpas e cumprimentos, firmamo-nos, A bem da Nação, O Presidente da Direcção, Gabriel Ferreira Marques (...)³⁶⁴.

Apesar de ser bastante explícito, quanto aos propósitos, este ofício do Grémio tem a importância de mostrar em primeiro lugar o interesse por parte do patronato em controlar o ensino das especialidades (gravadores, cinzeladores e ourivesaria) que corporativamente representava, não o tendo alcançado, como veio a suceder, pelo menos conseguiu colaborar de perto com a escola que lhes dava maiores garantias quanto aos saberes dos seus futuros aprendizes.

Foi o que veio a suceder pois, inteligentemente o director da escola soube usufruir deste interesse corporativo para benefício da escola que dirigia e dos alunos que assim tinham, como tiveram, largas possibilidades de colocação em qualquer das empresas pertencentes ao Grémio.

Destacar ainda que no quinto parágrafo do ofício dirigido ao escultor Sousa Caldas, director da "Soares dos Reis" mas sim na qualidade de membro da Comissão para o Estudo da Revisão dos Planos e Programas do Ensino Técnico, foi o próprio representante dos "patrões" que afirma:

" (...) No que se relaciona com o aperfeiçoamento este Grémio através do Contrato Colectivo de Trabalho tornou obrigatória [sublinhado nosso] a frequência dos aprendizes à Escola (...)"³⁶⁵

Esta relação biunívoca entre, os aprendizes serem obrigados a frequentarem, à noite, a escola e os alunos da formação terem emprego garantido nas indústrias do ramo quando concluíssem o curso era uma medida de grande alcance social e económico e

³⁶⁴ Ofício n.º 341/61 do Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte – Porto em 10 de Abril de 1961.

³⁶⁵ *Idem*.

demonstradora, mais uma vez, para além do prestígio, da função “desenvolvimentista” para além da didáctica que a “Soares dos Reis” tinha no tecido social e económico na região do Porto.

Esta cooperação, parecendo desgarrada à primeira vista, na verdade tinha antecedentes pois já anteriormente outros apoios o Grémio tinha prestado à escola, como se mostra nesta acta do Conselho Escolar de 1955:

“Registou-se com agrado a comunicação feita telefonicamente pelo senhor Presidente deste Grémio [de ourives] ao senhor Director da Escola de que o Grémio tinha resolvido auxiliar todos os alunos dos cursos de Gravura e Cinzelagem [o curso de Ourivesaria só começou a funcionar no ano lectivo de 1963-64] custeando-lhes as refeições na [recentemente inaugurada] Cantina da Escola (...)”.³⁶⁶

Este custear de refeições e demais apoios, prendiam-se com uma estratégia do Grémio dos Ourives, que como antes se aludiu, não teve o desfecho pretendido, no entanto as relações amistosas continuaram ao longo dos anos, ao ponto de haver três professores alemães, vindos da Alemanha depois do final da 2ª Grande Guerra (1939-1945) a leccionar na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e totalmente pagos e mantidos pelo Grémio:

“ (...) Na reunião em tempo realizado nesse Exm.º Grémio com V.ª Exc.ª e o Exm.º Delegado do Governo, ficou assente que os professores alemães dariam a parte de ensino relativa a oficinas e tecnologia e desenhos específicos do curso de cinzelagem, razão porque até à presente data não foi contratado, como de costume, o mestre especializado para a regência da referida oficina de cinzelagem. Há mais de um mês que os alunos daquela especialidade estão privados de respectivo ensino oficial por aguardarmos uma resposta de V.ª Exc.ª, já provocada pelo nosso ofício nº789-53, Proc.E/, Lº 3, de 27 de Outubro findo, sem resultado. Volto a insistir com V.ª Exc.ª sobre o assunto e permite que manifeste a minha estranheza por até este momento não nos terem comunicado qualquer solução, dada a urgência de a transmitir à Exm.ª Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, junto da qual V.ª Exc.ª tem também ventilado directamente o caso – com indicação do horário e das matérias de ensino a confiar aos supramencionados técnicos alemães, desde que estes para o efeito sejam autorizados superiormente. (...)”.³⁶⁷

Apesar da amizade que os unia, Sousa Caldas conseguiu que o Grémio não constituísse uma escola paralela à “Soares dos Reis” e diplomaticamente fez com que mais tarde as sugestões do presidente da direcção do Grémio constassem no programa oficial do qual fazia parte como membro consultivo para as matérias da Artes Decorativas:

“ (...) Em referência ao assunto tratado no ofício de V. Exc.ª nº 1.295-53, Proc. s/2, R. 819, de 14 de Novembro corrente, relacionado com a colaboração dos professores alemães ao ensino profissional de especialidade de ourivesaria e cursos afins de gravura de bronze, cobre e aço e de cinzelagem, tomo a liberdade de juntar o semanário horário a atribuir a cada um dos referidos professores. A colaboração dos citados

³⁶⁶ Acta nº 2 do Conselho Escolar de 16 de Novembro de 1955.

³⁶⁷ Correspondência expedida, ofício nº 844-53 Proc. E/, Livro 3, de 12 de Novembro de 1953.

técnicos ao ensino neste estabelecimento, tem de condicionar-se aos programas oficiais portugueses; e na parte relativa ao semanário horário estabelecido para os mesmos, ficam sujeitos à disciplina interna, com assinatura do livro de presença dentro das horas habituais de ponto, e marcação de falta sendo caso disso; também à descrição do sumário de parte do objecto da lição (...).³⁶⁸

Como ficou explícito o interesse da parte do Grémio foi o de criar cursos específicos da sua especialidade sob seu controle e total autonomia apesar das estreitas relações económicas, sociais e políticas do presidente da Direcção do Grémio com as estruturas “estadonovistas” a proposta como sabemos foi totalmente negada pelo Ministério da Educação através da Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional e assim Sousa Caldas aproveitou desta forma, por indicação expressa da tutela governamental, de esclarecer perante a direcção do Grémio quem é que mandava e decidia sobre esta matéria:

“ (...) O nosso presidente Gabriel Ferreira Marques, um homem muito ligado ao Estado Novo era muitíssimo influente. Mas a sua influência não chegou. Ele pensou que o Grémio devia estar ligado à escola oficial, isto ao ponto de ter pensado construir uma escola para criar artistas de ourivesaria, mas não conseguiu. Não porque alegaram [Ministério da Educação] que já havia a Escola Soares dos Reis que era a escola preparada para a ourivesaria. Foi aí que ele resolveu mandar contratar três professores alemães de desenho para ensinar as técnicas necessárias (...). Eu tinha já tirado o curso de Cinzelagem [o antigo curso de Cinzelagem, concluído em 1951] e queria tirar o curso de gravura em aço e fui pedir ao director Sousa Caldas. Entretanto, soube que o Grémio tinha contratado professores alemães e que iam trabalhar para a Soares dos Reis afim de desenvolverem um curso de ourivesaria. Para além do Grémio pagar as nossas refeições dava todos os materiais para o curso como cobre, latão e até prata... Todos os materiais que fossem necessários. Isto chamou muitos colegas, com curso ou ainda sem curso para esta aprendizagem. Eu fui o único que andei lá seis anos com os professores alemães (...). Entretanto o Emílio Ömet [um dos professores alemães] morre e outro professor desapareceu, constou-se que foi para a Argentina e que estaria ligado ao nazismo e ficou só o professor de gravação em aço o Pfeizer [outro dos professores alemães]. Com a morte de Emílio Ömet, que queria que eu fosse para a Alemanha fazer uma pós-graduação, [esta] ficou sem efeito, no entanto consegui ficar com todos os desenhos que fiz com ele e que bastante utilidade me deram para o desenvolvimento da minha profissão (...).³⁶⁹

Para além destes apoios e intercâmbios verdadeiramente excepcionais muitos outros ocorreram com “as forças vivas” do Porto e da sua região, com os já aludidos prémios “Arquitecto Marques da Silva”, “Raul Reis Lello” e “Pinto de Magalhães”, para além da colaboração estreita e continuada deste banqueiro e industrial como no exemplo atrás referenciado da oferta de ouro para a cunhagem das medalhas alusivas às comemorações Henriquinas em 1960.

³⁶⁸ Correspondência Expedida, ofício n.º 861-53, Proc.º E/ Livro 3 de 19 de Novembro de 1953.

³⁶⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou.

Destacar ainda, pela importância monetária, o prémio “Manuel Pinto de Azevedo” ex aluno da Escola Faria de Guimarães (Arte aplicada), grande industrial têxtil do Norte que ainda em 1953 atribuiu dois prémios de 2 500\$00 para os alunos Armindo Pereira de Castro e Jaime Henrique Rodrigues de Melo (curso de tecelagem, entretanto transferido para a Escola Industrial Infante D. Henrique), este último agraciado com o prémio denominado prémio “Fábrica de Sedas Nogueira”. No mesmo ano de 1953 foi ainda atribuído o prémio “Fenianos Fundadores”, instituído pela agremiação portuense do mesmo nome, ao aluno Adriano da Cunha Rocha que tinha concluído com a melhor classificação o curso de gravura em aço. No ano seguinte (1954), foi a vez de ser agraciado com o mesmo prémio (150\$00) Manuel da Silva De Francesco.

Se os prémios e o reconhecimento era uma constante por estas épocas de quarenta e cinquenta, como já o tinham sido em tempos idos quando a escola se denominava (Arte aplicada), não eram menores as visitas de estudo no país e ao estrangeiro (Espanha), as exposições que amiúde existiam na escola ou fora dela, como já aludimos, seguindo aliás os padrões e o “pensamento” da Reforma de 1940:

“ (...) Ao estudarmos a estrutura e orientação de uma exposição escolar, devemos ter em atenção o significado e a importância que ela encerra para os três grupos de educação, e isto porque difere bastante o modo de apreensão e a finalidade do que está exposto para cada um deles. Devemos, no entanto, notar que, havendo diversos tipos de exposições, não só dos trabalhos realizados pelos alunos, numa ou mais disciplinas ou oficinas, ou aquelas destinadas a documentar a actividade da escola, temos ainda exposições que, sem a intervenção dos alunos, mas que pela sua importância formativa, têm também cabimento no âmbito da escola. Segundo José Xandri, a exposição vai revelar a finalidade e o labor da escola, educativa, ainda mais que instrutiva, e deve provocar o despertar da inteligência da criança, levando-a a observar, a reflectir e a pensar; em resumo, desenvolver as energias que integram a sua natureza psicológica, para que num aceitado desenvolvimento das mesmas mascam as atitudes que hão-de convertê-lo num ser útil a si mesmo, à família, à sua Pátria e à sociedade. (...) A exposição vai despertar no aluno, pelo facto de ver os seus trabalhos expostos, um interesse e um entusiasmo que devem ser aproveitados e encaminhados. Para aquele que não expôs, ou para os menos dotados, ela deverá dar os ensinamentos e despertar o desejo de uma maior perfeição; para aqueles que vêm os seus trabalhos expostos, além de constituir um prémio pelo seu labor, será também um motivo de orgulho, pela colaboração prestada, num movimento colectivo que resultou do seu esforço e do de tantos outros. E assim se fomentará o respeito que deverá ser prestado ao trabalho dos colegas e dos mestres. (...) É, portanto, desnecessário acentuar, a unidade que se cria numa Escola através duma exposição. Mas de não menor importância é a informação prestada pela exposição escolar aos pais e encarregados da educação e de um modo geral, a todo o público interessado na evolução e vida escolar (...).³⁷⁰

Foi com este espírito de servir a Nação que no ano de 1953 se comemorou, em cerimónia grandiosa, no salão da escola o 25.º aniversário da entrada para o governo de

³⁷⁰ PINTO, Maria Orlanda C. V. Reis; SANTOS, Carolina G. F. Matos – “Exposições escolares e sua organização”, In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa*, n.º 36, Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional, 1965, p. 101-102.

Salazar, para este evento convidou-se as mais altas individualidades do Porto e da região, o salão está à cunha, um retrato de grandes dimensões, feito por um professor da escola “Soares dos Reis” dominava o fundo do palco. Depois da cerimónia polidamente a todos “as altas individualidades” se enviaram ofícios de agradecimento pela sua presença em tão distinta cerimónia. Fixámos um desses exemplos de ofício de agradecimento, mais pelo inusual destinatário da missiva, tendo em conta o alto cargo exercido pela personalidade agraciada:

“ (...) Exm.^o Senhoras, Director da Companhia Funerária e Decorativa Portuense – Porto [o sublinhado é nosso principalmente pela denominação: “e Decorativa”]. Tenho a honra de agradecer penhoradamente a V.^a Exc.^a a cedência, a título gracioso, das colchas que ornamentaram o nosso salão por ocasião das cerimónias comemorativas do 25.^o aniversário de ingresso no Governo de sua Exc.^a o Senhor Presidente do Conselho [Oliveira Salazar]. Ao reiterar os meus agradecimentos, aproveite a oportunidade para apresentar a V.^a Exc.^a as minhas desculpas pela falta cometida por um dos nossos funcionários do pessoal menor [anti-salazarista?], que não acautelou convenientemente a conservação das referidas colchas, caso que só chegou ao nosso conhecimento pelo justificado reparo de V.^a Exc.^a. Com os meus melhores cumprimentos para V.^a Exc.^a, A Bem da Nação, O Director(...)”.³⁷¹

Com atrás se frisou, Sousa Caldas apostava bastante nas exposições com o intuito, louvável, de mostrar o que de melhor se fazia na “sua” escola, cumprindo assim dois objectivos: para “fora” como exposições de propaganda da “Soares dos Reis”³⁷², para

³⁷¹ Ofício n.º 434-53, de 1 de Maio de 1953.

³⁷² “ (...) A exposição de trabalhos e de Artes Decorativas Soares dos Reis dos alunos das escolas Ramalho Ortigão No ginásio da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – antiga Escola Industrial Faria Guimarães – abriu ao público a exposição destinada a mostrar de certo modo, a actividade dos alunos durante o último ano lectivo. Não houve qualquer cerimónia especial a sublinhar o acto, estando, no entanto no salão, para receberem os visitantes mais representativos, o director da Escola, Sr. escultor Sousa Caldas, os professores do Ciclo Preparatório (Escola Ramalho Ortigão), Srs. Arquitecto Bairrada Júnior, escultores Sá Lemos e Lagoa Henriques, pintores Isolino Vaz e D. Isabel Gomes, metodólogo pintor Miguel Barrias e os mestres de oficinas e trabalhos manuais Srs. Alberto Cruz, David França, Diogo Peixoto, Américo Bento e Fausto Amaral; os professores do Curso de Formação (Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis), arquitectos José Moreira e Bruno Alves Reis, pintores João Moreira Fernandes, Teodósio Ferreira, Martins da Costa e Coelho de Figueiredo, escultor José Pereira dos Santos, professor de canto coral Sr. Manuel Pacheco, e mestres de oficinas de cinzelagem e gravura em aço, srs. Mário Recarei e Joaquim Meireles. Além do inspector do Ensino Técnico Sr. escultor Luís Fernandes, estiveram ali os srs. Engenheiro Mário Pacheco, director da Escola Industrial do Infante D. Henrique; mestre Dórdio Gomes [sublinhado nosso], professor da Escola das Belas Artes do Porto: Dr. Domingos Fontes, director da Escola Gomes Teixeira; escultor Fernandes Gomes, da Escola Comercial e Industrial de Braga; Dr.^a D. Maria Vieira, da Escola Aurélio de Sousa; Drs. Modesto Coelho e Januário Leite da Escola Filipa de Vilhena; pintor Abel Santos, etc.. Logo de entrada, estão colocados os trabalhos do Ciclo Preparatório: desenho subjectivo espontâneo, desenho matemático, linogravura e trabalhos manuais em ferro, madeira, cortiça, cartão e outras matérias-primas. Dentro da sua simplicidade ou ingenuidade, os alunos – guiados pelos professores e mestre – dão largas à sua imaginação e poder de observação, apresentando alguns trabalhos que definem temperamentos ricos de interesse, estruturados em personalidade digna de apreço, embora ainda em evolução. Do Curso de Formação salientam-se as secções: de «Artes Gráficas», com magnífico conjunto de cartazes que muitos artistas especializados poderiam assinar: de «Escultura», dois bustos em gesso, modelados com segurança e cunho pessoal pelos alunos Augusto Bernardino e Haydê Fernandes [sublinhado nosso], e de «Desenho de observação e ornato», alguns trabalhos com a perspectiva certa e bem manchados. A secção «Arquitectura de interiores» pode considerar-se das melhores – trabalhos solidamente desenhados, com as «coisas» nos lugares colorido que afirma notáveis qualidades artísticas. A «Escultura decorativa» impõe-se com dois trabalhos em barro, de grandes proporções e de grandes voos, animados por grupos de figuras, que merecem ser guardados para enriquecerem, futuramente, um museu escolar. Também honram a Escola [sublinhado nosso], as secções: «Esboços do natural e desenho de figura» e «Ensaio de fresco e pintura mural», merecendo ainda referência os estudos de vitrais, azulejos, pintura a óleo e os elementos – arquitectura, pintura, decoração, escultura, cinzelagem, etc. – que no seu todo fazem parte do projecto para uma capela elaborado por equipas de alunos das diferentes modalidades. Dos trabalhos oficiais constam, apenas, os de cinzelagem, gravura em aço e duas «almofadas» de madeira, em talha – o que nos parece pouco para um estabelecimento de ensino com os programas e categoria da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis apesar do director sr. escultor Sousa Caldas, dizer no «catálogo»:

“dentro” da escola, elas funcionavam como exposições didácticas como se pode observar no exemplo seguinte do ano de 1962:

“(…) O Ex.^{mo} senhor Director, escultor José Fernandes de Sousa Caldas, os professores do quinto grupo e, ainda, os que regem outras disciplinas de desenho, reuniram-se para lhe expor a necessidade duma planificação e duma coordenação das diferentes rubricas de desenho, da ligação desta disciplina com a actividade das várias oficinas, quer sejam a de pintura, escultura, litografia, etc.... Referiu-se ainda o senhor Director à conveniência duma frequente troca de impressões sobre a realização de exposições periódicas dos trabalhos saídos das suas aulas [das várias disciplinas de Desenho e das Oficinas], sem que tivessem o cunho de “trabalhos para exposição”, mas, especialmente, mostrassem, quanto possível o método de trabalho e a estrutura pedagógica das suas aulas (...).³⁷³

Responderam “à chamada” os professores, que no seguimento do pedido feito pelo director sugeriram que para além da anual exposição dos alunos se fizesse também uma exposição colectiva de professores e artistas do Porto que a direcção da escola quisesse distinguir.

Essa exposição, aberta à comunidade, realizou-se nas instalações da escola entre Outubro e Novembro de 1962 e teve a participação para além do director, os pintores e escultores, António Cruz, Isolino Vaz, Xavier Costa, António Teixeira, António Sampaio, Bruno Reis, Victor Duarte, Esmeralda Calvário, Moreira Azevedo, Moreira Fernandes, Coelho de Figueiredo. Mais tarde e no seguimento da visita à exposição, o senhor director teceu algumas considerações tanto subtis como pertinentes sobre a importância desta exposição:

“(…) A reunião teve lugar depois de uma atenta e demorada visita aos trabalhos [escolares, de artistas da escola e de fora] de pintura, desenho e modelação que se encontram expostos e que serviam para um julgamento dos métodos de trabalho, discussão de problemas ligados, com a orientação dos diferentes aspectos [do ensino] levados a cabo na escola, segundo os cursos, sua integração na programação geral, e, ainda, para correcção de quaisquer deficiências na sua interpretação (...). Referindo-se a tudo o que pôde ver o senhor Director, [mostrou-se] estar satisfeito com a orientação seguida, lembrando que o trabalho dos professores será, de facto válido quando não destruir a personalidade do aluno [sublinhado nosso], antes o levar a uma realização progressiva da sua maneira de ser, como artista e como artífice. (...) Importa portanto que se lhe dêem ao aluno os meios de expressão necessárias, que se crie o ambiente estético e de trabalho indispensável mas que seja, quanto possível, autêntico o seu estilo (...).³⁷⁴

«A remodelação das instalações desta Escola não tem permitido o funcionamento de todos os cursos que lhe foram atribuídos pelo estatuto do Profissional. Mas o Conselho dos professores resolveu que devia mostrar-se o que nesta Escola se produziu no decorrer da sua laboração escolar e, assim, no fim deste ano lectivo se desse ao público e aos alunos o conhecimento dos ensaios de algumas técnicas aplicadas». No seu conjunto, a exposição agrada – tem mesmo motivos de encanto para o público que se seduz com o espectacular e superficial. A bem dizer, a exposição assenta as colunas da sua aparatosa grandeza em sete alunos de valor excepcional – De Francesco Hélder Pacheco, Vítor Duarte Haydee, Fernandes Augusto Bernardino Lopes, João Eduardo e José Rodrigues – que devem dar muito que falar, quando do seu breve ingresso na Escola Superior de Belas Artes, para a qual estão a preparar-se sublinhado nosso] (...) Aos visitantes foi distribuído um «Catálogo» (chamemos-lhe assim) com sugestiva capa de Domingos Amador e uma linogravura de Mário Machado – dois alunos de 13 anos (...).”, In Jornal Primeiro de Janeiro, Julho de 1951.

³⁷³ Acta n.º 44 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de 4 de Outubro de 1962.

³⁷⁴ Acta n.º 45 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de 22 de Novembro de 1962.

Acertadas palavras do director que não só enaltecem correctamente a exposição, o seu fim e a razão de ser de uma exposição escolar, mais ainda aberta a artistas já consagrados (professores da escola e outros convidados) como ainda aproveitou para chamar a atenção de um dos expositores (o pintor António Cruz), por achar que este se tinha excedido “um pouco na execução pessoal de alguns trabalhos dos alunos” condescendendo que este o fez com boas intenções talvez, de certo, “para mostrar as novas possibilidades de interpretação”³⁷⁵.

Anos mais tarde (1966) e ainda relacionado com este assunto das exposições anuais da escola, foi abordado pela professora e pintora Esmeralda Calvário, algo que consideramos de extremamente importante e imprescindível existir numa escola de ensino artístico – o Arquivo da Escola – que nas palavras da relatora da acta seria, e muito bem, “elemento de consulta de documentação artística para a história da nossa Escola”³⁷⁶. Em suma, a sua “memória futura”. Lamentamos não ter tido o privilégio de o consultar porque inexistente. Talvez se possa reconstruir num futuro breve.

“(…) O senhor Director [Álvaro Pereira Gomes] afirmou achar mais conveniente realizar-se uma exposição somente a nível de Escola e essencialmente de carácter interno e didáctico, isto é, para serviço da nossa Escola, mas como é óbvio as pessoas de fora se quiserem visitar a exposição serão bem-vindas (...) pediu então aos professores que fizessem uma selecção dos melhores trabalhos, já em ordem à Exposição. Todos os anos costuma-se fazer essa selecção para o Arquivo da Escola [sublinhado nosso] mas por vezes sucedia que essa relação [dos melhores trabalhos] embora cuidadosa, apresentava um número demasiado grande de trabalhos. Assim o senhor Director frisou a necessidade de não se apresentarem colecções muito volumosas (...).”³⁷⁷

Quanto às exposições fora do recinto escolar, há a destacar entre muitas as participações da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na Exposição Internacional Rotária realizada no ano de 1957 em Inglaterra, onde os trabalhos apresentados a concursos foram altamente apreciados, sendo esses mesmos alunos contemplados com os respectivos diplomas:

“(…) O Conselho regozijou-se com este facto pelo que tem de honroso para a escola e para os professores Gatão Seixas e António Coelho de Figueiredo que orientaram os alunos na elaboração desses trabalhos (...).”³⁷⁸

No ano de 1958 começou também a gizar-se a participação da escola na grande Exposição Geral do Ensino Técnico a realizar em Lisboa nesse mesmo ano, pelo que foi

³⁷⁵ *Idem.*

³⁷⁶ Acta n.º 59A (inserida entre as Actas 59 e 60) do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de 1 de Junho de 1966.

³⁷⁷ *Idem.*

³⁷⁸ Acta n.º 22 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de 23 de Janeiro de 1958.

solicitado à Direcção Geral do Ensino Técnico e Profissional informações sobre o espaço a ser reservado à escola, bem como os apoios devidos ao transporte das obras a serem aposentadas em tão importante certame.

Em acta do dia 22 de Maio de 1958, a Direcção Geral comunica ao Conselho Escolar a não realização da exposição para a data anunciada participando que a mesma passaria a ser uma exposição parcelar espalhada pelo território nacional, ficando embora a representação mais significativa em Lisboa.

Apesar de não se concordar, obviamente, com tal partilha de importância e representatividade a “Soares dos Reis” acaba por acolher nas suas instalações uma (parte) da exposição que coincide com o I Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional – Lisboa – 1959:

“ (...) para melhor amadurecimento e coordenação de actividade de conjunto organizou o ensino técnico, dentro do âmbito da reforma de 1948 as exposições comemorativas do I Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional em quatro secções distintas (de 16 a 23 de Dezembro de 1958) e com a colaboração do Ministério do Ultramar:

- a) Ciclo Preparatório, na Escola Técnica Elementar de Francisco Arruda;
- b) Artes Decorativas, na Escola de Artes Decorativas António Arroio, em Lisboa, e na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, Porto[sublinhado nosso];
- c) Ensino mecânico, na Escola Industrial Marquês de Pombal;
- d) Ensino comercial, na Escola Comercial Patrício Prazeres;
- e) Ensino da Electricidade, na Escola Industrial Marquês de Pombal;
- f) Ensino de construção civil, Escola Industrial Machado de Castro;
- g) Cursos femininos, na Escola Industrial Josefa de Óbidos;
- h) Bibliografia do pessoal docente, na Escola Industrial Dona Luísa de Gusmão. (...)”.³⁷⁹

Foram estes, basicamente os passos que levaram a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis a “responder presente” à pedagogia das exposições escolares e das visitas de estudo e que ao longo dos anos organizou e participou tais como: a sessão evocativa em 1956 a Almeida Garrett, onde palestraram os estudantes Hélder Ivo Marques Pacheco e Manuel da Silva De Francesco; participação nas Comemorações Henriquinas, por altura do centenário da morte do infante D. Henrique que para além da cedência de trabalhos a pedido da Comissão Executiva para figurarem na Exposição Henriquina, editou um catálogo impresso nas oficinas da própria escola com o título: “Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis presente no Quinto Centenário do Infante D. Henrique”. A introdução, não assinada, do catálogo começa por apodar de primeiro “tripeiro” o Infante, e depois de muitos e variados elogios à epopeia incita: “Para diante, sempre para diante”! Seguimos o conselho e desfolhámos o catálogo onde encontramos a figura de “D. Filipa de Lencastre”, trabalho de Augusto Pinho

³⁷⁹MAGALHÃES, M. Calvet de - “Exposições escolares do Ensino Técnico”, In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa*. n.º 43, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, Ministério de Educação Nacional, 1971, p. 222.

“acompanhado” por poema de Fernando Pessoa; a “Sé do Porto”, desenho à pena de Júlio Bragança; “Retrato do Infante”, obra de Isolino Vaz; “Sagres”, desenho à pena de Moreira Azevedo; novamente o “Infante” e o cavename de uma caravela, guache de Fernando Filipe; “Mar” de Moreira de Azevedo; desenho a carvão “Gávea”, obra conjunta de Humberto Carneiro e Manoel Duarte; pintura da “Ilha dos Amores” de Augusto Ramos e ainda um trabalho em água-tinta “Padrão” de Joaquim Ribeiro. Termina o catálogo com um texto de Sousa Caldas. Seguem-se as intervenções didático - patriotas as comemorações da Semana do Ultramar, em que novamente para além de trabalhos artísticos alusivos ao tema é editado um opúsculo denominado: “A Semana do Ultramar na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis” - 26 de Maio de 1961 - Porto. Para se ter uma ideia do ambiente e dos propósitos das comemorações a brochura começa com as “Palavras de abertura” de Sousa Caldas, evidentemente, mas que termina desta forma:

“ (...) Confiou-se nos alunos a principal tarefa de através dos conhecimentos da História Pátria, exprimirem nesta sessão os seus sentimentos, vivendo assim este momento de exaltação nacional. A lição será encerrada pelo professor de História Emílio Alberto Pires Praça. Antes porém, todos de pé, numa atitude de recolhimento, guardamos um minuto de silêncio, em homenagem àqueles que heroicamente já tombaram no cumprimento do seu dever³⁸⁰ (...)”.³⁸¹

Com o tempo houve uma diminuição da frequência das exposições e das comemorações talvez com a mudança do paradigma estadonovista quanto à forma do ensino artístico e consequentemente quanto à mostra dos seus resultados, no entanto mantiveram-se as visitas de estudo, secções de fotografia e cinema cultural (sic) todas elas no âmbito das actividades circum-escolares “enquadradas” pela Mocidade Portuguesa, agora mais paisana que dantes.

A MOCIDADE PORTUGUESA

As actividades circum - escolares que englobavam actividades desportivas e culturais eram a forma que a Mocidade Portuguesa usava para melhor cativar os alunos e para tal fomentava visitas de estudo, canto coral, teatro, aeromodelismo como ainda os concursos de educação estética, o que satisfazia particularmente os alunos da “Soares dos Reis” sempre muito arredios de fardas e paradas militares.

³⁸⁰ A Guerra Colonial, principalmente em Angola tinha-se iniciado em 1960.

³⁸¹ CALDAS, José Fernando - “Palavras de abertura”. In *A Semana do Ultramar na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis*. Porto: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1961.

Se nos primeiros tempos (anos 50 do século XX), ainda houve estudantes que usavam farda e se perfilavam no recinto escolar, mesmo esses era mais com o interesse em participar nas actividades como o aeromodelismo do que propriamente se identificarem com o espírito militarista dessa instituição juvenil do Estado Novo.

Foi precisamente através do aeromodelismo que um aluno da “Soares dos Reis” se distinguiu e deslocou a Espanha (Madrid) em representação de Portugal. O aluno em questão foi Luciano Inácio Martins dos Santos, mais tarde professor da escola de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria:

“ (...) Ex.mo Senhor Director: Para os devidos efeitos, informo V. Ex.^a que o aluno dessa Escola, filiado no Centro Escolar 21 da M. P., Luciano [Inácio] Martins dos Santos, foi escolhido para representar a Divisão do Douro Litoral a Madrid (Espanha) na modalidade de Aeromodelismo, tendo partido para aquela cidade em 21 do mês findo [Junho], não tendo ainda regressado. Esta nomeação foi determinada pelo Ex.mo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e comunicado a esta Delegação por telegrama em 17 também do mês findo, com indicação do nome daquele filiado. Apresento a V. Ex.^a os meus cumprimentos. A BEM DA MOCIDADE PORTUGUESA Porto, 2 de Julho de 1948, O Chefe de Secretaria, Encarregado dos Serviços de Expediente da Divisão, Tibério Pereira da Silva, (Capitão) (...)”.³⁸²

Anteriormente, já o encarregado de educação tinha sido informado através de postal da Mocidade Portuguesa a pedir que se digne autorizar a ida a Pedras Rubras do filiado “a nosso cargo” a fim de participar no Torneio de Aeromodelismo. Em Jornal Nacional não identificado mas com data de Julho de 1948 saiu uma notícia breve:

“ (...) “Uma festa de confraternização na Embaixada de Portugal – Madrid”- Realizou-se ontem na embaixada de Portugal uma festa de confraternização da M.P. e da Juventude Espanhola, por motivo do V Acampamento de Aeromodelismo. Foi servida uma merenda na qual intervieram algumas dezenas de rapazes com os respectivos chefes. O sr. Dr. Carneiro Pacheco exortou a juventude das duas nações peninsulares a formarem-se para a defesa da civilização cristã contra a barbárie comunista, exprimindo a sua plena confiança no triunfo desta mocidade. Respondeu-lhe em entusiásticas palavras de concordância e agradecimento, o director do desporto aeromodelista (...)”.³⁸³

Na conversa que tivemos com o participante nesta “aventura” aeromodelista e recorrendo o extraordinário acontecimento vivido cinquenta e sete anos antes confessou-nos:

“ (...) Tendo em conta a diferença abismal de participantes (a nossa representação era composta por dez elementos enquanto a espanhola eram cerca de setecentos) não teve o brilho que os responsáveis deseja-

³⁸² Oício recebido em 2 de Julho de 1948, registado com o número 63301, Livro 2, folha 24 e proveniente do Ministério da Educação Nacional, com o timbre da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, Delegação Provincial do Douro – Litoral, Processo Aeromodelismo Número 1046.

³⁸³ Recorte de Jornal não identificado e sem data, fornecido ao autor por Luciano Inácio em 2005.

vam pois enquanto os portugueses nos apresentámos com planadores construídos por nós, eles possuíam aviões telecomandados (...)"³⁸⁴

E foi desta forma "tecnologicamente diminuída" que terminou a participação internacional de maior relevo de um aluno da Escola Faria Guimarães/Soares dos Reis.

Apesar da Mocidade Portuguesa não ter tido uma assinalável presença "militarista" na escola, como já se frisou, ela optou por adaptar-se às características e ao ambiente de uma escola de Artes como era a escola "Soares dos Reis" e assim lá foi fomentando os aludidos concursos de educação estética:

" (...) Tenho a honra de requisitar a V. Ex.^a as insígnias de 3.^a ordem para os alunos desta Escola, abaixo indicados, que foram premiados no Salão Nacional de Coimbra: João Eduardo Mendes Teixeira Duarte, Hélder Ivo Marques Pacheco, Manuel da Silva De Francesco e Vítor de Jesus Azevedo Duarte. A bem da Nação. O DIRECTOR [Sousa Caldas] (...)"³⁸⁵

Um dos alunos acima premiados (Hélder Ivo Marques Pacheco), não só confirma esta vertente artística muito própria da época, como reproduz a ideia por nós avançada sobre o pouco "militantismo" dos jovens alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis :

" (...) Naquela época não era obrigatório usar farda [década de 50 do século XX] nem marchar. É engraçado, a própria M. P. adaptava-se àquela escola criando uma sala de artistas, que eu me lembro de ter frequentado, e havia muitos concursos de pintura, de desenhos (...). Eu recordo-me de uma grande exposição que houve no ginásio (...). É que nós assistíamos à construção da escola, ela é inaugurada quando nós saímos. A ala de D. João IV era a ala dos preparatórios para as Belas Artes, aí havia separação, o que aliás se percebe porque a outra ala era de oficinas e era muito barulhenta. Então recordo-me do ginásio ter sido inaugurado com uma grande exposição e de ter sido presidido pelo Governo Civil do Porto que foi recebido com toda a pompa e circunstância e que era o Dr. Guilherme Braga Cruz (era um representante do regime). Portanto, aquilo que a escola fazia patenteava-se naquelas exposições e os professores e o director revia-se digamos naquilo (...)"³⁸⁶

Esta postura de pouco entusiasmo que os seus alunos tinham pela Mocidade Portuguesa na sua componente mais militarista (ressalvava-se a componente artística) sublinhe-se, não era sequer contrariada pela direcção da escola como provam algumas posições assumidas pelo seu director escultor Sousa Caldas, reconhecido "homem do

³⁸⁴ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luciano Inácio Martins dos Santos (1933), aluno da Escola Industrial de Faria Guimarães – Arte Aplicada, onde concluiu o curso de Cinzelador nos princípios dos anos cinquenta. Mais tarde torna-se professor na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis de Oficina de Cinzelagem e de Ourivesaria de onde se aposentou

³⁸⁵ Correspondência expedida, dirigida ao Delegado Provincial da Mocidade Portuguesa. Porto, ofício n.º 453-51, Proc.º D/210, Livro 3 de 30 de Março de 1951.

³⁸⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Hélder Pacheco (1937), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licencia-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e inspector de ensino de onde se aposenta. É escritor.

regime”, em obstaculizar actividades propostas pelos comandos da Mocidade Portuguesa:

“ (...) Em referência ao ofício de V. Ex.^a n.º 551 – confidencial, de 12 de Abril corrente, tenho a honra de informar que ao conhecimento desta Escola chegou o pedido dos filiados do Centro para tomar parte num treino em que participavam filiados de outros centros da M. P., razão porque me opus ao solicitado. Em face da comunicação de V. Ex.^a, dei ordem para suspender a participação deste Centro, salvo o caso de V.^a Exc.^a ordenar em contrário (...)”.³⁸⁷

Ou ainda outro recado no mesmo teor mas com diferente destinatário:

“ (...) Rogo a V. Ex.^a que se digne providenciar no sentido de que os alunos desta Escola que vão ser submetidos à inspecção no Centro de Medicina Desportiva sejam atendidos com brevidade, a fim de não deixarem de comparecer às aulas, pois que têm provas de frequência que se iniciam às 15 horas (...)”.³⁸⁸

Apesar das diversas actividades, principalmente as da componente “artística”, a presença da Mocidade Portuguesa foi-se esvaindo ao longo dos tempos. As novas gerações de alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis dos anos sessenta e setenta não a (M.P.) referem praticamente, nem lhe apontam sequer os concursos de educação estética, nem as exposições e muito menos as paradas no recreio. A sua presença na escola, mais pela via artística, resumiu-se a uma época muito precisa da História de Portugal e o seu decrescimento e queda na “Soares dos Reis” coincidiu com o declínio a nível nacional.

Quanto à actividade política por parte de professores e alunos, apesar de existirem alunos dos cursos de aperfeiçoamento (nocturnos) com profissões, a maior parte delas ligadas ao sector gráfico, alfofre de gente ligada aos círculos oposicionistas do Estado Novo, pouco se passou de relevante ao ponto de os relatos serem muito vagos e pouco significativos.

“ (...) Só tenho algumas recordações curiosas das eleições do Humberto Delgado. Isso foi em 1958, era à noite e lembro-me daqueles encontros com a polícia. Na escola não me recordo de haver grandes alaridos (...)”.³⁸⁹

Ou ainda uma outra opinião, esta já um pouco cáustica mas definidora do ambiente muito próprio da “Soares dos Reis”:

³⁸⁷ Correspondência expedida dirigida ao Delegado Provincial do Douro Litoral da M. P. - Porto, Ofício n.º 567-51 Proc.º D/210, Livro de 13 de Abril de 1951.

³⁸⁸ Correspondência expedida dirigida ao Delegado Regional da Mocidade Portuguesa. Porto, Ofício n.º 548/51 de 12 de Abril de 1951.

³⁸⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Zulmiro de Carvalho (1940), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, para onde entrou em 1952 e onde concluiu o curso de Gravador de Bronze Cobre e Aço em 1958. Licenciou-se em escultura na Escola de Belas Artes do Porto e mais tarde torna-se professor na Faculdade de Belas Artes do Porto de onde se jubilou em 1995. É escultor.

" (...) Era uma escola muito virada para o seu mundo artístico e pouco interessada no mundo político e social, estavam concentrados na sua vidinha (...)"³⁹⁰

Apesar do aparente desinteresse e bonomia, a excepção à regra sempre existiu e o cumprir de ordens superiores clamava mais alto:

" (...) De harmonia com as instruções da circular n.º 463/6199, L.º n.º 42, de 17 do mês corrente, junto remeto a V. Ex.ª o mapa, em duplicado, com a relação do pessoal docente eventual, a enviar à Polícia Internacional e de Defesa do Estado [PIDE]. Junto se devolve o ofício e os mapas anteriormente enviados (...)"³⁹¹

A denúncia e repressão sempre estiveram presentes entre as paredes da escola como muitos dos professores e alunos da "Soares dos Reis" não ignoravam:

" (...) Ex.mo Senhor Mestre Mário Recarei Leite de Andrade, Porto. Comunico a V. Ex.ª que deve comparecer no próximo dia 14 de Dezembro pelas 14 horas, no Tribunal Plenário Criminal do Porto, sito à rua Formosa, a fim de, como testemunha de defesa, depor no julgamento do processo de querela, pelo crime de conjuração contra a segurança do Estado [sublinhado nosso], contra Júlio da Cruz Paour³⁹² e outros, como menciona o ofício n.º 153, L.º 1, Proc. 2/52 de 7 de Novembro corrente, no qual se faz referência que V. Ex.ª foi indicada testemunha pelo réu Domingos Vasconcelos Marques Lopes. (...)".³⁹³

Poderia não haver muita agitação estudantil nem actividade política de forma intensa e continuada, mas o controlo existia e processos de arrolamento, pelo menos um houve e logo como testemunha de uma pendência "pelo crime de conjuração contra a segurança do Estado".

UMA ESCOLA COM ESTÁGIO PEDAGÓGICO

Ser uma escola onde se estagiava significava, à altura, que era uma escola prestigiada e como tal reconhecida pela tutela que nela confiava quer pela qualidade das instalações, quer principalmente pelo valor do seu corpo docente.

³⁹⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho (1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

³⁹¹ Correspondência expedida dirigida ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional, Ofício 1368/51, L.º 3, de 24 de Novembro de 1951.

³⁹² Com este nome [Júlio da Cruz Paour] encontramos o referido arguido como sendo operário de moldes na fábrica Aníbal H. Abrantes na Marinha Grande em 1953, mais concretamente especialista no torno como consta a p.65 da dissertação de Mestrado de Nuno Miguel Duarte – *A Indústria Portuguesa de Moldes para plásticos; História, património e sua musealização* – Faculdade de Letras de Coimbra – 2005. Com o mesmo nome também se encontra como fazendo parte dos corpos fundadores da Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro – Marinha Grande 1939. Quanto a Domingos Vasconcelos Marques Lopes a indicação é a de ser artista plástico português. In: *www.artistssignatures.com*, em 29 Setembro de 2008, 18:45.

³⁹³ Correspondência expedida dirigida ao mestre / professor Mário Recarei, Ofício n.º 847/53, L.º 3, Proc.º F/156 de 12 de Novembro de 1953.

Para além da cultura que a escola possuía para nela se ter instalado um centro de estágio no ano lectivo de 1951-52, a renovação anual verificada (os estágios eram de dois anos no começo) de professores estagiários permitia enriquecer as actividades no campo da didáctica prática e experimental, principalmente no contacto com todos os outros professores, pois era uma das muitas obrigações que os professores estagiários tinham que preencher: assistência a lições dadas pelo metodólogo, ensino de lições com a assistência do metodólogo, preparar conferências pedagógicas e ou participar nelas e, como se fez referência, a articulação destas actividades com o meio escolar e social onde se estava inserido. O professor metodólogo era nomeado pelo Ministério, mediante proposta do Director Geral e como se infere da lei e dos poderes que lhe são confiados não dependiam totalmente, como todos os outros professores e funcionários do director do estabelecimento de ensino, pelo que em muitos casos causava algumas fricções e choques de personalidade:

" (...) Junto o horário destinado aos professores estagiários conforme a distribuição feita pelo senhor Inspector Calvet de Magalhães, rogando se digne esclarecer se ao professor metodólogo é distribuído qualquer serviço além daquele prestado pela assistência aos referidos professores estagiários. Informo V.^a Exc.^a que se não for distribuído qualquer serviço mais ao professor metodólogo há necessidade de preencher as vagas destinadas a dois professores do 5.^o grupo, sendo um do 1.^o grau com 24 horas e outro do 2.^o grau com 18 horas, cujos horários se juntam (...)." ³⁹⁴

O primeiro metodólogo em funções na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis foi o professor Miguel de Carvalho Barrias e os primeiros estagiários no ano de 1951-52 foram António Teixeira, João Martins Costa, Júlio Martins da Silva Dias e Mário Costa de Almeida Truta que foram avaliados no primeiro ano de estágio em 28 de Julho de 1952 na presença do inspector Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães, do professor metodólogo e do senhor director.

No ano seguinte (2.^o ano de estágio) depois de apreciados, como de lei, as diversas actividades, tarefas e lições, somente são avaliados os professores estagiários António Teixeira – 13 valores e Mário Costa de Almeida Truta que obtém 15 valores.

Os estagiários, por ora, somente do 5.^o grupo (candidatos a professores de desenho e disciplinas afins com habilitações dos cursos superiores de pintura ou de escultura) continuam a existir e a dinamizar a escola e a serem orientados pelo metodólogo Miguel de Carvalho Barrias. Nos anos de 1953/54 os estagiários do 5.^o grupo foram: Herculano de Sousa Monteiro, - 15 valores, e Maria Isabel Teles Fernandes – 15 valores. Neste mesmo ano os atritos sobem um pouco de tom entre o director Sousa Caldas e o professor metodólogo de Desenho, como é classificado pelo director:

³⁹⁴ Correspondência expedida dirigida ao Director Geral do Ensino Técnico Profissional, Ofício 1447-51, L.^o 3, de 14 de Dezembro de 1951.

" (...) Tomou V.^a Exc.^a a liberdade de comentar, em carta desta data, uma ordem de Serviço genérica, chamando a atenção dos senhores professores e mestres para assuntos que se prendem com a disciplina interna, não permitindo a deslocação e utilização de materiais e outros sem a devida autorização daqueles a quem estão confiados. A irreflexão, embora de boa fé, de V.^a Exc.^a, procedendo contrariamente a este princípio, originou um desagradável conflito com outro professor, o qual no meu gabinete ficou sanado no dia 24 de Fevereiro findo, como V.^a Exc.^a refere na carta. Para sossego de V.^a Exc.^a, esclareço que a referida Ordem de Serviço não envolve nenhuma censura seja a quem for; previnem-se apenas todos – professores e mestres – como hão-de proceder em casos de necessidade, evitando assim aborrecimentos como o verificado com V.^a Exc.^a. No exercício das suas funções terá V.^a Exc.^a todas as facilidades que o ensino requeira, como sempre se fez para todos, dentro das possibilidades. Não atinjo por isso o repúdio de V.^a Exc.^a a qualquer insinuação ou crítica – pois a não houve – que me parece tanto o afligem. Apraz-me registar que V.^a Exc.^a afirme que no exercício das suas funções e sempre que os interesses do Ensino e os princípios da Educação que orientam o obriguem, procederá sempre com a devida correcção – sem exageros. De resto foi sempre o princípio que norteou aqueles a quem está confiada a missão de educar (...)"³⁹⁵

Como os atritos ou incompreensões continuavam, em 3 de Novembro de 1953 o director, respaldado pela lei e por pareceres da Direcção Geral do Ensino Técnico "obriga" o metodólogo a cumprir o horário que lhe estava estipulado:

" (...) Nesta conformidade, e para o efeito de completar o seu serviço deve V. Exc.^a indicar – independentemente da turma de desenho do Ciclo [Preparatório] cuja regência efectiva lhe foi confiada [mas que não lhe devia agradar nada tendo em conta a sua qualidade de metodólogo] – o horário relativamente à assistência a aulas de estagiários até atingir as 10 horas semanais, a fim de ser organizado o registo de presenças de V. Exc.^a. (...)"³⁹⁶

Em Abril de 1954 o professor metodólogo Miguel de Carvalho Barrias ainda assiste às classificações dos estagiários, mas em Março de 1955 já é o professor João Moreira Fernandes que avalia os estagiários. João Martins da Costa que tinha somente concluído o 1.º ano de estágio volta para completar o 2.º ano e obtém 19 valores; Ramiro Moreira de Castro Pereira regressa para também completar o 2.º ano e foi classificado com 15 valores.

Com um interregno de cinco anos - as "escaramuças" entre o director e o metodólogo tinham feito danos - só no ano lectivo de 1960/61 a escola "Soares dos Reis" voltou a ser centro de estágio, agora alargado ao 1.º grupo (candidatos a professores efectivos com licenciaturas em Ciências Físico-Químicas ou em Ciências Matemáticas)³⁹⁷, pois mantinham-se os estágios do 5.º grupo (candidatos a professores efectivos com o curso superior de Pintura e Escultura)³⁹⁸.

³⁹⁵ Correspondência expedida, dirigida ao professor metodólogo de Desenho [Miguel de Carvalho Barrias], ofício n.º 261-33, L.º 3, Proc.º E/298 de 5 de Março de 1953.

³⁹⁶ *Idem*, Ofício n.º 822-53 de 3 de Novembro de 1953.

³⁹⁷ Decreto n.º 37.029, I Série do Diário do Governo, de 25 e Agosto de 1948, Cap. XV, Secção I art.º 228

³⁹⁸ *Idem*.

E assim se formaram os dois grupos sempre com o professor Álvaro Pereira Gomes como metodólogo do 1.º grupo, mesmo quando tomou posse como director da escola e como metodólogos do 5.º grupo os pintores Maria de Sousa e Silva, até ao ano de 1969 e João Martins da Costa até ao dia vinte e seis de Julho de 1971 (acta número vinte e cinco), com a particularidade que assiste à reunião de classificação dos estagiários e assina a acta como professor metodólogo do 5º grupo, mas somente foram classificados estagiários do 1.º grupo. Um ano depois, mais concretamente no dia onze de Julho de 1972 encerra o centro de estágio da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis dentro destes moldes, pois avizinhavam-se novas regras e alterações com a “reforma de Veiga Simão”.

Destacar ainda que no último ano (1972) o centro de estágio voltou a ter somente estagiários do 1.º grupo e desta forma, os últimos estagiários do 5º grupo orientados pelo professor metodólogo João Martins da Costa foram precisamente os pintores Domingos Rodrigues de Pinho e Manuel da Silva De Francesco, como consta aliás na acta número vinte e quatro de vinte e cinco de Julho de 1970 do “Livro de Actas para classificação dos Professores Estagiários:”.³⁹⁹

As vantagens de tantos estagiários terem passado pela escola foram inegáveis pois com a sua prática pedagógica elevaram inegavelmente a qualidade de ensino praticado na “Soares dos Reis”. Não só pelas “obrigações que os professores estagiários tinham que preencher” e já atrás referidas, mas também pela dinâmica cultural que imprimiam à vida escolar, todos eles abertos às novas pedagogias, praticando as boas práticas pedagógicas discutidas e aprofundadas no estágio, as quais para além de

³⁹⁹ Nomes e classificações dos estagiários do 5.º grupo (por razões da temática deste trabalho, sem qualquer desmerecimento pelos estagiários do 1.º grupo, só nomeamos os estagiários do 5.º grupo), constantes no Livro de Actas para classificação dos Professores Estagiários: Com as classificações correspondentes aos 1.º e 2.º anos - António Teixeira, 14 e 13 valores (1952-1953); João Martins da Costa, 14 e 19 valores (1952-55); Júlio Martins da Silva Dias, 15 e (1952-); Mário Costa e Almeida Truta, 14 e 15 valores (1952-1953); Herculano de Sousa Monteiro, 13 e 14 valores (1953-1954); Ramiro Moreira do Castro Pereira, 13 e 15 valores (1953-55); Maria Isabel Teles Fernandes Gomes, 14 e 15 valores (1953-54). No dia 4 de Abril de 1960, ao abrigo do n.º 1 do Art. 268 do Estatuto procederam à classificação dos estagiários do segundo ano [sublinhado nosso] e por esta alteração estatutária passamos a só refer uma única nota ao contrário dos anteriores: Aníbal Alcino Ribeiro dos Santos, 14 valores (1960); Esmeralda Bárbara Calvário, 14 valores (1960); Madalena Pinto Silva, 13 valores (1960); Manuel da Cunha Monteiro, 14 valores (1960); Maria Irene Lima de Matos Vilar, 14 valores (1960); José Gastão Seixas, 16 valores (1961); Nuno Alves Tavares, 15 valores (1961); Manuel Vigário Gonçalves 12-13 valores (1961-62); estagiários do segundo ano: Natália da Cruz Nogueira Alves, 15 valores (1962); Júlio Margarido Carneiro Giraldes, 12 valores (1962); Maria Clara Pinto Borges, 13 valores (1962); Maria de La Salette Beirão Amaral, 13 valores (1962); Maria Manuela Aranha da Conceição, 14 e 14 valores (1962-63); estagiários do segundo ano: Joaquim Teixeira, 14 valores (1963); Maria Alexandrina Martins Passos de Mascarenhas, 14 valores (1963); Augusto Bernardino Baptista Lopes, 14 e 14 valores (1963-1964); Manuel Carlos Pinto Cabral 15 e 15 valores (1963-1964); Rosa Augusta Figueiredo Moutinho da Costa, 16 e 16 valores (1963-64); Victor de Jesus Azevedo Duarte, 15 e 15 valores (1963-64); Manuel Carlos Sotto Mayor Negrão, 14 e 14 valores (1965-66); Álvaro Rodrigues de Almeida Camarinha, 15 e 17 valores (1966-67); Manuel Pereira da Silva, 15 e 17 valores (1966-67); Victor Manuel Maia Godinho Marques, 15 e 17 valores (1966-67); Iva Coimbra Matias Marques da Silva, 14 e 15 valores (1967-68); estagiária do segundo ano Ana Isabel Ferreira dos Santos, 13 valores (1969); Joaquim Barroso Martins Pacheco, 14 e 14 valores (1968-1969); Maria Helena Costa Santos, 14 e 14 valores (1968-69); Rui Camões Praça, 14 e 14 valores (1968-69). Ao contrário de todas as actas anteriores em que se mencionava os estagiários eram do primeiro ou do segundo ano, a partir de 1970 passa simplesmente a figurar: “dando cumprimento ao que se encontra estatuído, a classificação dos estagiários inscritos [sublinhado nosso] no corrente ano [1970] nesta Escola. Após a indispensável troca de impressões, sobre a forma como decorreram os trabalhos de estágio, foram votados por unanimidade as seguintes classificações: 1.º grupo [seguem-se os nomes e classificações]- 5.º grupo, Domingos Rodrigues de Pinho, 19 valores (1970); Manuel da Silva De Francesco, 19 valores (1970). Na acta n.º 25 de Julho de 1971, somente se registam estagiários do 1.º grupo, assim como na acta n.º 26 (última) de 11 de Julho de 1972.

serem aplicadas nas aulas se reflectia também nas propostas de diversas acções, como exposições e conferências que propunham e organizavam na escola onde estavam a estagiar.

Foram sem dúvida uma mais-valia para a cultura escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis pois para além do “alvoroço cultural” que imprimiram enquanto professores estagiários, muitos deles permaneceram na escola como foram por exemplo os casos do metodólogo João Martins da Costa e dos professores, Manuel De Francesco, Domingos Pinho e Esmeralda Calvário, para só citar os professores estagiários do 5.º grupo, que na “Soares dos Reis” construíram as suas carreiras e daqui se aposentaram:

“ (...) Eu quando acabei o curso [Pintura da Escola Superior de Belas Artes do Porto] pensei ir para o ensino e exercer algo que me aproximasse daquilo que sabia fazer e a Escola Soares dos Reis [onde tinha sido aluno] era o que mais se assemelhava! Era o que tinha a ver com a minha área (...). Quando eu lá estava como professor “foi lá cair” um metodólogo de seu nome Martins da Costa. Ele começou a ver que nós (eu e o Manuel de Francesco) tínhamos capacidades e não tínhamos estágio e propôs-nos que o fizéssemos [1971]. Nessa altura operamos uma pequena revolução naquela escola (...). Principalmente no ensino do desenho gráfico, pois fizemos exposições, folhetos, cartazes, etc... foi uma lufada de ar fresco naquela escola (...). Nem todos aceitaram bem certas coisas, preferiram não mexer muito, tinham medo das modernizações (...).”⁴⁰⁰

Porém, o reconhecimento “oficial” da contribuição dos trabalhos dos estagiários só apareceu em 1969, apesar de em actas do Conselho Escolar nos anos de 1956 (acta n.º 16), 1961 (acta n.º 41) e 1966 (acta n.º 60) se ter abordado e destacado as dinâmicas imprimidas nos trabalhos do 5.º grupo pelos estagiários:

“ (...) É hora de reconhecer o valor inestimável que os estagiários quer do primeiro como do quinto grupo deram à qualidade de ensino desta escola pelo que proponho um projecto duma exposição de trabalhos no fim do ano. Seria uma exposição onde contará a qualidade, não a quantidade e que pelo seu nível daria a conhecer ao público que existe uma Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (...). Propunha o Sr. Director que essa exposição deveria ser organizada e seleccionada pelos estagiários do 5.º grupo. O professor pintor Martins da Costa, metodólogo deste grupo agradeceu as palavras e disse que aceitaria que a responsabilidade dessa exposição ficasse a cargo dos serviços de estágio, se a escolha dos trabalhos para essa exposição fosse, exclusivamente, seleccionada pelo estágio (...)”⁴⁰¹

A iniciativa foi bem acolhida, a exposição fez-se e teve o merecido destaque, mas não se evitaram acerbadadas críticas quanto à selecção dos trabalhos, pois apesar, ou devido

⁴⁰⁰ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Domingos Pinho (1937), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, onde concluiu em 1956 o curso de Pintura Decorativa. Mais tarde torna-se professor na mesma Escola em meados dos anos sessenta, para em 1972 ingressar como professor na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto de onde se jubilou em 2001. É pintor.

⁴⁰¹ Acta nº 75 de 6 de Outubro de 1969 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

a isso, da qualidade da exposição ser reconhecida por todos, houve bastantes trabalhos de alunos que não foram admitidos na referida exposição, e a partir daí, os comentários começaram a aparecer vindas de vários professores presentes na sessão do Conselho Escolar (excepcionalmente alargado a todos os professores e mestres da escola) que se sentiram injustiçados, “não por eles mas pelos trabalhos dos seus alunos que com qualidade foram retirados da exposição”. Em resposta a essas críticas o professor metodólogo João Martins da Costa retorquiu que: “Pessoalmente não fez a selecção dos trabalhos para a Exposição. Limitou-se a fazer parte duma comissão de que nem sequer era presidente”.

Perante estas controvérsias, o director achou por bem explicar que para além de reconhecer idoneidade nos professores que fizeram parte da comissão, reiterou-lhe a sua confiança e esclareceu o Conselho sobre os objectivos pretendidos com a Exposição:

“ (...) Que a escolha dos trabalhos feita por esses senhores professores [estagiários], visou, fundamentalmente, as finalidades que no momento mais interessam à Escola, pois tratava-se já de uma visão prospectiva dos novos rumos a atingir com a reforma do plano em curso. Fizeram-se ensaios dos novos programas, traçando novas linhas de orientação e a Exposição foi realizada em moldes diferentes [de acordo, presume-se, com os novos planos] e declarou assumir, como lhe competia a responsabilidade dessas novas orientações (...)”.⁴⁰²

A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis preparava-se para a nova reforma e a sua direcção, atenta e colaboradora fazia o que achava por bem e estava ao seu alcance. Curiosamente, os primeiros passos que a escola “Soares dos Reis” deu no caminho “da nova era para a educação em Portugal; educação renovada e para todos...”⁴⁰³ quis o destino que tivesse sido através de uma exposição de trabalhos feitos pelos “seus” alunos. Como escola de ensino técnico artístico, não deixou de ser bastante adequado, pensamos nós, que tivesse marcado simbolicamente a sua “presença” através desse artístico acto.

OS LIVROS ADOPTADOS

Todos os livros de ensino eram, durante o Estado Novo, submetidos à prévia aprovação do Ministro da Educação Nacional de acordo com o ponto um do Art.º 534, capítulo XXV, Parte V do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial de 25 de

⁴⁰² Acta nº 78 de 6 de Outubro de 1970 do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis

⁴⁰³ *A Reforma do Sistema Educativo*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral Divisão de Documentação. 1973. Contracapa.

Agosto de 1948; e como tal decorria de tal legislação a existência de uma comissão de “exame prévio” sediada na Junta Nacional de Educação, que os analisava e aprovava. De lei e de forma, todos os livros vinham com a chancela (escudo nacional) e os dizeres: Livro único, devidamente numerados e com a frase: “Todos os exemplares são numerados e autenticados pelo Ministério da Educação Nacional”.

Era norma que para o ensino de qualquer disciplina ou curso, no território nacional, fosse adoptado o mesmo livro e só quando, excepcionalmente, como acontecia amiúde nas disciplinas dos vários “tipos de desenho” ou outras, não houvesse livro adoptado, os Conselhos Escolares podiam escolher os manuais escolares que melhor se adaptassem ao ensino das suas escolas, como amiúde acontecia na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Para além de diversas notas quanto à edição, venda, uso de direitos dos autores e concursos e tudo o que se pudesse relacionar com os livros adoptados, não podemos deixar de sublinhar o conteúdo do Art.º 558:

“ (...) Os compêndios da disciplina de História destinados aos anos do 2.º grau versarão sumariamente os factos culminantes da evolução histórica da humanidade, segundo vier a ser determinado no programa, porém, sempre a matéria em ligação tão íntima quanto possível com a história de Portugal e salientando devidamente a singularidade e a grandeza da nossa missão através do tempos (...). Os compêndios terminarão por uma síntese da vida actual da Nação e do Estado Português (...)”.⁴⁰⁴

Depois deste intróito definidor do que se entendia e queria para a educação das novas gentes, apresentamos os livros adoptados (obrigatórios) divididos pelas décadas de 50, 60 e 70 para, pensarmos nós, aquilatarmos da evolução das matérias e dos conteúdos de que os livros são o reflexo e o modelo dessas alterações.

No ano lectivo de 1956-57 (com os programas aprovados em 1952) os livros adoptados para os Cursos de Formação e Secção Preparatória foram os seguintes: *Portugal Maior* de Antonino Henriques e António Matoso para os cursos diurnos; *Língua Pátria* de Artur Proença e Raul Gomes para os cursos nocturnos; *História* de António Matoso; *An English Primer* de Vergílio Couto; *Mon Ami Pierrot* de Fernando Pamplona; *Geografia* de Alves de Moura e Oliveira Boléo e *Desenho de Projecções* de José Pereira.

No ano lectivo seguinte (1957-58) mantêm-se todos os livros adoptados anteriormente acrescentando para o curso de formação e para a disciplina de Formação Corporativa o livro cujo título era *Formação Corporativa* de Antonino Henriques e António Matoso, os mesmos autores do livro de Português para os cursos de formação e introduzia-se pela primeira vez os compêndios para a Secção Preparatória que passaram a ser os seguintes: Português: *Antologia Portuguesa* de Pedro Homem de Melo; Inglês: *An English Premier – Two Steps* de Virgílio Couto; Geografia: *Geografia Geral* de Américo

⁴⁰⁴ Decreto-Lei n.º 37.029 de 25 de Agosto de 1948, Capítulo XXV, Art.º 558º n.º 1 e 2.

Palma; Ciências Naturais tinham dois livros adoptados que eram: *Mineralogia e Geologia* de Filinto Costa e *Botânica* de Seomara da Costa Primo; mantinha-se o *Desenho de Projecções* de José Pereira e para Geometria Descritiva: *Compêndio de Geometria* de Palma Fernandes. Tal como nos anos anteriores a continuidade nos “títulos” mantém-se basicamente pela obrigatoriedade do “livro único” e para os cursos de aperfeiçoamento permaneciam os mesmos livros dos cursos de formação com a excepção de História: *História de Portugal* de António Rodrigues e António Matoso.

Dando um salto temporal, nos começos dos anos sessenta (1960-61) os livros adoptados sofreram profundas alterações: Mantêm-se os livros de Português, Francês e História somente. Para cursos de Formação na disciplina de Matemática: *Matemática Industrial* de Rodrigues da Silva; Física e Química: *Elementos de Física e Química* de Eugénio Monteiro. Nos cursos de Aperfeiçoamento a “mexida” é maior pois para o 1.º ano é introduzido para Português: *Terra Mãe* de José Roque Prata, mantendo-se o *Língua Pátria* de Artur Proença e Raul Gomes, para Ciências: *Introdução às Ciências Naturais* de Américo Raposo e para a disciplina de Desenho Geral o novo *Compêndio de Desenho Geral* de Rogério de Andrade. Na Secção Preparatória é “saneado” a *Antologia Portuguesa* do poeta Pedro Homem de Melo e é adoptado como livro único para a disciplina de Português: *Antologia* de Virgínia Mota (Livro Único) e *Literatura Portuguesa* de Virgínia Mota e Augusto Reis Góis; mantêm-se os compêndios nas outras disciplinas e na Matemática é adoptado *Elementos de Geometria* de Palma Fernandes assim como para Física e Química: *Lições de Física Experimental* de Raul Seixas e *Compêndio de Química* de José A. Teixeira.

Em meados dos anos sessenta (1965-66) pouco se altera quanto aos compêndios utilizados nas disciplinas “consideradas” teóricas pois para as disciplinas ditas práticas não era comum existirem livros, com a excepção de algum dos “desenhos” porque não havia ou não era obrigatório, ou porque se privilegiava para além da prática outros manuais, livros, diapositivos, estampas e até mesmo pequenos filmes projectados. Voltando ainda a 1965-66 a novidade é a introdução na disciplina de Matemática nos cursos de formação do livro *Matemática* de Santos Heitor e Francelino Gomes, em Geometria eram utilizados os volumes da Biblioteca do Ensino Técnico Profissional e na Secção Preparatória em Português: *Antologia de Autores Portugueses* de Virgínia Mota, Augusto Reis Góis e Irondino Teixeira de Aguiar⁴⁰⁵.

Em finais dos anos sessenta, inícios dos anos setenta quanto aos livros adoptados as diferenças não acompanharam as mudanças que já germinavam no seio da instituição

⁴⁰⁵ Irondino Valério Peixoto Teixeira de Aguiar (1914-1969) professor efectivo na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, foi um autor muito prolíxo de manuais para o ensino técnico principalmente na área da língua portuguesa como por exemplo *Aprender a Brincar* (1955), com capa de Calvet de Magalhães e desenhos de Calvet de Magalhães e Valentim Malheiro (também professor da “Soares dos Reis”) que é um manual de “considerações acerca dos problemas ortográficos da língua portuguesa” e que foi o seu livro de maior sucesso.

escolar, no entanto apresentam algumas novidades: no ano lectivo de 1969-70 os livros adoptados nos cursos de formação para Português passaram a ser *Língua Portuguesa* de Albertino Pardinhas e Agostinho Silva, mantendo-se o livro para o 2.º ano *Lusa Pátria* de Cândido Aparício e continuou-se a adoptar o mesmo livro de Matemática (que já tinha sido escolhido em 1966-67) *Matemática Função De...* de M.ª Natália d'Eça Veloso Gomes e Álvaro Pereira Gomes este, director da escola "Soares dos Reis". Outro professor da escola "Soares dos Reis" que vê ser adoptado um seu manual para os cursos de aperfeiçoamento foi Quirino dos Reis com *Aritmética e Geometria*.

Como prova das poucas alterações havidas durante perto de vinte anos de livros escolhidos na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, como cremos em todas as outras escolas de ensino técnico, por força da política do "livro único" como já fizemos referência, aqui deixamos os livros adoptados no ano lectivo de 1970-71, já com a discussão dos novos programas e do "novo ensino" de Veiga Simão:

Para os cursos de formação nas disciplinas de Português: *Língua Pátria* de Artur Proença¹⁾ e Raul Gomes¹⁾ e *Língua Portuguesa* de Albertino Alves Pardinhas e Agostinho Manuel da Silva; Francês: *Mon Ami Pierrot* de Fernando Pamplona¹⁾; Elementos de Física e Química: *Elementos de Física e Química* Eugénio Monteiro e Matemática: *Matemática Função De...* de M.ª Natália d'Eça Veloso Gomes e Álvaro Pereira Gomes. Para a Secção Preparatória nas disciplinas de Português: *Metodologia* de Virgínia Mota¹⁾, Augusto Reis Góis e Irondino Teixeira de Aguiar; Inglês: no 1.º ano *A New English Primer*; no 2.º ano *Two Steps Forward*, ambos de Virgílio Couto¹⁾ e História: *História Geral e Pátria* de António Matoso¹⁾ e Antonino Henriques¹⁾.

Foram portanto estes os livros adoptados na escola que ainda se enquadravam obviamente no espírito da já distante reforma (1948) e que os programas do ensino profissional e industrial e comercial⁴⁰⁶ completaram com tão minuciosas quanto atinentes indicações:

" (...) Requer-se um livro belo, amplo, sedutor — pequeno mundo real com recantos de fantasia, em que o juvenil leitor *caminhe* com a curiosidade estimulante de quem vai à descoberta... É seu objectivo primordial criar o gosto da leitura sã, e criteriosamente radicá-lo em hábito, por meio de pasto apropriado. Oxalá sejam tão estimulantes as suas sugestões que o pequeno leitor requeira, a respeito de alguns assuntos, mais largas e copiosas fontes de informação: teria então necessidade real de consultar a bibliotecazinha que existirá na sua escola, à disposição da sua curiosidade (...)"⁴⁰⁷.

Depois da apresentação do "rol" de livros que foram "pasto" de muitas horas de intenso labor e também de alguma incompreensão pela matéria diante de seus olhos, refe-

⁴⁰⁶ Portaria 13800 de 12 de Janeiro de 1952.

⁴⁰⁷ *Idem*, p.18.

rir, por considerarmos pertinente e apropriado, que houve autores (assinalados acima com ¹⁾) desde a “primeira hora” até ao último estertor do ensino técnico profissional, que sempre se mantiveram presentes, ano após ano, com os seus livros na “educação” do aluno do ensino técnico, os quais, ajudaram a formar ao longo de quase um quarto de século, seguindo o pensamento do Dr. Carlos Proença “educá-los para o nobre e tão esquecido *ofício do homem*”.

Complementarmente, salientarmos que ao longo dos anos realmente foi prática na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis a constituição de bibliotecas de turma e o empréstimo de livros usados de anos anteriores aos alunos mais carenciados, principalmente aqueles que tinham isenção de propinas, e, daí este tão necessário com “último” aviso:

“ (...) Comunica-se a todos os alunos que tenham em seu poder livros das bibliotecas de turmas e da Escola [por empréstimo] o favor dos entregar ao sr. Professor António de Abreu de Almeida Carvalhal, até ao dia 15 do corrente [mês de Junho, final do ano lectivo] (...)”.⁴⁰⁸

ACABOU O ENSINO TÉCNICO, VIVA O ENSINO SECUNDÁRIO

“ (...) A reforma do sistema educativo aprovada pela Assembleia Nacional, é a estrutura sólida de uma nova era para a educação em Portugal, educação renovada e para todos, determinando uma revolução pacífica na vida económica e social, no mundo do trabalho(...)”.⁴⁰⁹

O ensino técnico (artístico) que tratámos ao longo destas páginas já antes tinha começado a soçobrar, a perder o viço, o vigor e a força, apesar das “refrescadelas” que a Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948 foi tendo ao longo dos anos de 1952, 1956, 1957, 1960 e 1961⁴¹⁰.

Os primeiros sintomas de que iriam ser mudados os paradigmas que até aí prevaleciam no ensino foram dados pelo Ministério da Educação logo em 1970, ano em que Veiga Simão regressou a Portugal vindo de Moçambique onde tinha sido reitor da Universidade de Lourenço Marques (Maputo) para assumir o cargo de ministro da Educação Nacional. Ao aproveitar o estipulado no Decreto-lei nº 47587 de 10 de Março de

⁴⁰⁸ Aviso emitido em 11 de Junho de 1956 e assinado pelo Director J. de Sousa Caldas.

⁴⁰⁹ A reforma do sistema educativo. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973. Contracapa.

⁴¹⁰ Decreto-lei n.º 38 898, de 1952: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 40 714, de 1956: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 41 177, de 1957: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 42 811, de 1957: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 43 137, de 1960: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 43 179, de 23 de Setembro de 1960: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 43 641, de 1961: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
Decreto-lei n.º 43 644, de 1961: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.

1967, lança dele mão e respaldado no Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção (curioso nome) do Ministério, implementa as experiências pedagógicas:

" (...) Considerando a necessidade de promover a gradual adaptação dos planos de estudo, programas, textos, métodos e condições de ensino aos progressos verificados nos diversos domínios do conhecimento humano e às conquistas alcançadas no campo da pedagogia; Considerando que é de aconselhar a realização de experiências pedagógicas, quando as circunstâncias as possibilitem, como maneira segura de aferir o mérito das inovações projectadas, antes de as pôr em vigor, e como forma também de as tornar conhecidas e lhes proporcionar maiores condições de êxito (...)"⁴¹¹

Estas experiências, quais balões de ensaio para a reforma que iria mais tarde a surgir, visavam a reestruturação dos planos de estudo, programas e cursos do ensino em geral. Paralelamente e ainda não totalmente "derrotado" o Director Geral do Ensino Técnico (Dr. Carlos Proença) tenta em 1971, através de pareceres da Junta Nacional da Educação fazer alterações, por exemplo, aos cursos ministrados nas Escolas de Artes Decorativas António Arroio e Soares dos Reis:

" (...) Com o ofício de V.Ex^a [do Director Geral do Ensino Técnico] foi recebida nesta Escola em 14 do corrente [Outubro de 1971] uma fotocópia do parecer da Junta Nacional da Educação relativo a ajustes de horas nos dois últimos anos dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Artes Decorativas. Atendendo a que as aulas neste estabelecimento de ensino estão em funcionamento desde o dia 1 de Outubro, salvo no caso de 2 professores provisórios que ainda não foram nomeados, receia-se que as alterações a introduzir pelo despacho referido, nesta altura, principalmente nos cursos de Aperfeiçoamento onde a matrícula é feita por disciplinas, possam implicar prejuízos para os alunos pelas inevitáveis mudanças de horas das aulas. No entanto vão ser tomadas providências para lhe dar o mais rápido e possível cumprimento (...)"⁴¹²

Estes ajustes de última hora destinavam-se tão-somente a alargar os tempos concedidos às disciplinas de Desenho de Projecções e Perspectiva, Arquitectura de Interiores, Composição Decorativa e a reduzir os tempos oficiais com o intuito de assim diminuir a carga horária que, como atrás profusamente fizemos referência, por demasiado extensa, chegava nalguns cursos a ultrapassar as 40 horas semanais. Esta operação de cosmética teve uma muito breve existência pois outros ventos já sopravam dos lados do novo Ministério e o tempo, esse inexorável justiceiro, veio mostrar que estas alterações já não faziam parte das soluções preconizadas pelo ministro Veiga Simão para o sector da educação. As linhas de orientação que caracterizavam o sentir do ministro eram as acima aludidas experiências pedagógicas entretanto em expansão e posteriormente definidas claramente numa circular provinda da Direcção Geral do

⁴¹¹ Decreto-lei nº 47587 de 10 de Março de 1967.

⁴¹² Correspondência expedida, Ofício n.º 537-71, Proc.º E/7, Livro 3 de 16 de Outubro de 1971.

Ensino Secundário ⁴¹³ em Junho de 1972 e posteriormente com este clarificador despacho (do ministro) de 23 de Julho de 1973:

" (...) No presente ano lectivo [1972-73] conclui-se a primeira fase da reconversão do ensino técnico secundário, iniciada em 1970/71 como experiência pedagógica, ao abrigo do Decreto-lei 47 587, de 10 de Março de 1967. Nesta experiência visam-se fundamentalmente os seguintes objectivos: corrigir o início prematuro de uma formação profissional sem apoio numa cultura geral mínima e exclusivamente relacionada com trabalhos de rotina oficial; colmatar evidentes lacunas ao nível da cultura humanística; aumentar a rendibilidade dos meios humanos e físicos disponíveis, promovendo a substituição de setenta e quatro cursos diferenciados por nove cursos gerais; corrigir as graves assimetrias que se verificavam nas oportunidades de acesso e estudos ou formação profissional subsequentes, mediante a equiparação a igual nível de escolaridade no ensino secundário liceal. Anteriormente, essa equiparação só era possível mediante a exigência de mais dois ou três anos da escolaridade no ramo industrial e um ano no ramo comercial (...). Pela primeira vez se garantiu aos alunos do ensino técnico em Portugal o acesso ao ensino superior numa sequência linear de estudos e em condições de paridade com os alunos do ensino liceal (...). Embora a solução definitiva deva envolver apenas uma via que prossiga para o ensino superior ou termine com um estágio devidamente programado na escola, em ligação com outros departamentos ou através de uma associação escola - empresa, oferecem-se duas vias: a do acesso aos cursos superiores e a da formação profissional, distintas mas relacionadas entre si, ambas constituídas por um núcleo de disciplinas obrigatórias e por outro núcleo oferecendo larga variedade de opções (...). Confia-se em que esta reestruturação de estudos seja um passo para um aperfeiçoamento relevante no sentido de oferecer aos alunos uma larga variedade de opções, de eliminar discriminações que a justiça social e o interesse do País não consentem facultando um sistema inter-relacionado sem estrangulamentos nem restrições, em obediência ao princípio da igualdade de oportunidades, escopo da autêntica democratização da ensino. O ensino secundário técnico complementar virá assim a dar acesso às Universidades e outras escolas de ensino superior em condições idênticas ao ensino liceal. Instituem-se desde já cursos complementares nos sectores industrial, de serviços, agrícola e das artes aplicadas (...). No sector das artes aplicadas instituem-se os cursos de artes dos tecidos, equipamentos e decoração, artes do fogo, artes gráficas e imagem(...)" ⁴¹⁴

Como o próprio despacho ministerial nos indica e é claro nesse propósito, foi no ano lectivo de 1972-73 que se extinguiu o Ensino Técnico Profissional instituído pelo Decreto-lei n.º 37 029, de 25 de Agosto de 1948 e por esse facto termina também o objectivo que nos levou a realizar este trabalho conforme manifestámos na introdução e que esperamos ter razoavelmente cumprido.

A partir do ano lectivo de 1973-74 com a Lei nº 5/73, de 25 de Julho de 1973, iniciou-se uma nova era para a educação em Portugal com a introdução de novas ideias, novos currículos escolares, novos cursos e novos ensaios de metodologias de ensino, tendo-se assistido ao aumento explosivo do ensino secundário (agora unificado) e à

⁴¹³ A nova Direcção Geral do Ensino Secundário encabeçada pelo Dr. Tavares Emídio, veio a suceder à Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional dirigida pelo "poderoso" Dr. Carlos Proença que "saiu pelo seu pé" depois de ter recusado o convite do Ministro para prosseguir em funções, tendo-lhe retornado na altura: " Prefiro ser o último Director Geral do Ensino Técnico que o primeiro Director Geral do Ensino Secundário". São estes relatos, a serem verdadeiros, que mais pertencem à *la petite histoire* e que acabam por ser eles mesmos uma das formas de contribuição para o conhecimento da História.

⁴¹⁴ Ensino Secundário Técnico: Cursos Gerais e Cursos Complementares. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Secundário-Ministério da Educação Nacional, 1973. Documento nº1.

diversificação e expansão do ensino superior. Este breve período de “democratização do ensino” foi abruptamente interrompido pela Revolução do 25 de Abril de 1974.

As análises e investigações futuras destes novos propósitos concernentes à Reforma Educativa de Veiga Simão e às marcas que deixaram na sociedade portuguesa serão, cremos, para além das já existentes, um desafio sempre aliciante e enriquecedor nas multifacetadas abordagens para o estudo sobre o ensino técnico artístico em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

" (...) Qual um geómetra a medir o círculo
Se aplica todo, mas por mais que pense
Não encontra o princípio que lhe falta (...)"⁴¹⁵

DANTE ALIGHIERI

O QUE É INSOLÚVEL

Concluímos? Aqui chegados, fica-nos a sensação de estarmos longe do trabalho que nos propusemos fazer e muito menos com a pretensão de ter esgotado tão vasto como desafiante tema – o ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo. Acontece apenas que sobre ele nos debruçamos com interesse, pesquisamos bastante e depois do trabalho que efectuamos, ficamos com ganas de querermos ir mais longe. Enfim, subsistem algumas mágoas em não termos ido mais além, mas o caminho incansável do "paraíso" é tortuoso e desgastante.

Sobre o ensino técnico e artístico, do que se pensou e muito ficou escrito, para além dos eminentes teóricos, gostaríamos de destacar o empenho e visão "futurista" do Dr. João Alberto Pereira de Azevedo Neves. Foi ele que, através do Decreto n.º 5.029 de 5 de Dezembro de 1918 deu ao ensino técnico uma bem estruturada organização, um código de conduta e um estatuto de uma educação técnica e da tecnologia de "braço dado" com a cultura, a arte e o desenvolvimento económico dum povo.

Um pouco baseada nestas ideias de se aproximar o ensino técnico do indivíduo foi apresentada a reforma de 1948, não tão progressista nem generosa como a de 1918, em todo o caso bem longe da reforma de 1931, centralizadora e autoritária que sob o pretexto da contenção de despesas arrasou totalmente o rumo e a estrutura do ensino técnico proveniente da republicana reforma de 1918.

Esta reforma estadonovista ligada aos sectores mais desenvolvimentistas do regime de Salazar implementou-se e teve o mérito de aumentar a escolaridade obrigatória, de empreender por todo o país as construções escolares, nomeadamente de escolas técnicas, reorganizar os currículos, criar novos cursos mais de acordo com o necessário desenvolvimento económico do país e claro (!) com as concepções de desenvolvimento da época dependentes totalmente da industrialização. Com o aumento da escolaridade e da maior importância atribuída ao ensino técnico permitiu, desta forma, o acesso à instrução a uma larga camada de jovens, filhos das classes mais desfavorecidas, para quem o liceu era uma miragem, e que sem este ensino técnico, ficariam arredados das muitas transformações havidas posteriormente na sociedade portu-
gue-

⁴¹⁵ ALIGHIERI, Dante - *A Divina Comédia: Vol. III, O Paraíso, canto XXXIII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981, p. 364.

sa. Foi, apesar de tudo, através do ensino técnico, onde por exemplo no ano lectivo de 1962-63 estudavam 132 528 alunos, superando o número de estudantes no liceu (129 439)⁴¹⁶, que se assistiu, para os seus frequentadores a uma verdadeira ascensão na hierarquia social.

Queremos aqui exprimir que só houve ascensão social porque as escolas cumpriram com os programas e com o “espírito” da reforma de 1948 e deste modo habilitaram os seus alunos para o desafio do desenvolvimento que o país carecia e assim poderem aproveitar melhor as oportunidades surgidas. Ainda assim e a propósito do real progresso social protagonizado pela reforma do ensino técnico de 1948, convém frisar que esta promoção foi consentida um pouco a contra gosto do poder político de então, e só foi implementada devida principalmente às necessidades estruturais que o país atravessava.

Foi uma feliz coincidência, por um lado, a necessidade do Estado em técnicos especializados e, por outro, o aproveitamento que as classes mais desfavorecidas fizeram do ensino técnico. Em suma, e quanto à “bondade” da reforma de 1948 destacamos a opinião de Sérgio Grácio como alguém que a estudou profundamente e que observa com razão:

“ (...) A vantagem do ponto de vista retrospectivo permite pois dizer que mesmo uma reforma [1948] em larga medida correspondente ao papel económico esperado pelos seus promotores foi também a tecnologia social que finalmente, não se afastou do excesso da concepção dirigente acerca do modo como a instituição escolar pode (des)favorecer a integração da ordem social (...)”.⁴¹⁷

Dito e escrito de uma forma mais simples, a ascensão social era inevitável, havia era que a controlar. Tentava-se a todo o custo abrir somente um pouco a pressão social elevando alguns filhos da pequena burguesia, para se conter, em última análise, a revolta ou mesmo a revolução como iam acontecendo por todo o lado, com o “mau” exemplo francês sempre presente nas conversas e nas mentes da classe política.

Adiaram de facto, mas não evitaram nem a revolta nem a revolução.

Enquanto isso a reforma (1948) ia-se implementando, contribuindo e reconstruindo estabelecimentos de ensino como sucedeu com as alterações profundas no edifício da Escola de Artes Decorativas de Soares dos Reis que na opinião de muitos professores e de futuros alunos da Escola de Belas Artes do Porto, tinha, à altura, melhores condições de trabalho que a própria escola do ensino superior, o que conferia à “Soares dos Reis” uma distinção e relevância digna de nota.

⁴¹⁶ Estatísticas da Educação: *Continente e Ilhas Adjacentes* (1963). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p.10.

⁴¹⁷ GRÁCIO, Sérgio – *Política educativa como Tecnologia Social: as reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p. 103.

Quanto à forma e ao conteúdo como as matérias eram professadas na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis as opiniões divergem bastante, extremam-se em diversos aspectos e são estranhamente quase unânimes em considerar a pouca ou nenhuma “preparação cultural” que a escola transmitia aos seus alunos, por oposição ao extremo rigor posto no ensino das diversas técnicas constantes dos respectivos cursos. Chegados a este ponto de extrema importância e especial relevo cabe-nos, enquanto estudioso destas matérias (perdoem-nos a vanglória) tecer algumas considerações.

Nos antigos cursos ministrados na escola Faria de Guimarães (Arte aplicada), o entre parêntesis definia e caracterizava perfeitamente o género de ensino que realmente lá se praticava. Ele assentava mais no rigor de “geómetras” e no fazer perfeito e de forma irrepreensível o exaustivo trabalho de oficina, desatendendo um pouco as necessárias preocupações artísticas que um ensino desta índole tem que possuir.

Com as limitações reconhecidas por muitos, pois já nos princípios do século XX um pedagogo e homem da cultura como Joaquim de Vasconcellos em *O ensino da história da arte nos liceus e as excursões escolares*, nos alertava para uma grave crise de cultura artística e estética no ensino, particularmente no ensino técnico industrial.

Este como muitos outros exemplos que fizemos alusão em anteriores capítulos deixaram marcas tanto na reforma de 1918 como na de 1948. Tanto assim se passou que a grande preocupação dos mentores da reforma de 1948, ao contrário dos cursos industriais da anterior reforma de 1931 em que se formavam operários especializados, foi a de primeiramente formar pessoas e só depois formar técnicos.

Não foi por acaso que os cursos se passaram a denominar de cursos de formação; a diferença aqui não era somente semântica:

“ (...) A reforma foi aprovada, inovadora no seu conteúdo e nos seus princípios, vencendo os espíritos mais cépticos e conservadores e transportando a esperança de grandes mudanças no quadro educativo, profissional e económico. Aspecto que não é de descurar, o Estado Novo expressou grandes expectativas nesta Reforma (...).”⁴¹⁸

Quanto às expectativas sabemos que não foram todas cumpridas mas a aposta no aumento dado à formação geral do indivíduo como largamente já o expressamos neste trabalho quando abordámos no segundo capítulo as reformas do ensino técnico, foi um dos “pontos a favor” desta reforma :

⁴¹⁸ ALVES, Luís Alberto Marques – “A Reforma do Ensino Técnico (1948) no contexto da mudança interna e externa”, In *Cultura Escolar Migrações e Cidadania. Actas do VII Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), 2008. p. 2.

" (...) Educar é conduzir de dentro para fora, é trazer à superfície o que está latente no próprio ser(...) assim se distingue sem equívoco a educação do ensino (...) Os frutos pessoais do ensino, quando existem são obra da elaboração do aluno(...)".⁴¹⁹

Estas palavras de um dos autores desta reforma, reflectem em si o recentrar o ensino não já nas aprendizagens mas no aluno enquanto pessoa e acrescenta quanto ao tipo de ensino que preconiza:

" (...) Pelo contrário a educação é movimento que precede a personalidade na conquista da sua plenitude, no conhecimento e na actualização das suas virtualidades e os resultados exprimem-se em definitivo, pela capacidade de intervenção tanto no próprio mundo interno da consciência como no mundo circundante e externo (...)".⁴²⁰

Interpretamos em definitivo estes pensamentos como, para além da importância dada à formação do indivíduo não só sobre ele mesmo, mas também interagindo com a sociedade de que faz parte e onde deve ser, activamente participativo. Estas premissas são de igual modo aplicáveis às instituições, particularmente à Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis que com esta reforma deixou de ser "Faria Guimarães – Arte aplicada" para se transformar em "outra coisa", a começar pelo nome que passou a ostentar em homenagem a um dos maiores escultores portugueses de todos os tempos.

Na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis não bastava tão somente adestrar tecnicamente o aluno para o transformar em operário ou trabalhador especializado; importava agora cultivar-lhe o espírito e a sensibilidade fortalecendo-o culturalmente com o objectivo de o elevar para que ele possa participar no mundo em que está inserido não só pelo trabalho que desempenha e é capaz, mas pelas outras actividades sociais, políticas e culturais que a vida lhe oferece. Dessas actividades, como relatámos ao longo do trabalho nem todas foram de acordo com a política estadonovista; muitas, senão a maior parte, foram eventos essencialmente culturais como visitas de estudo e exposições.

Se nos primeiros tempos de transição, como alguns testemunhos de antigos alunos afirmaram, que a nova "Soares dos Reis" continuou como se ainda fosse a "Faria Guimarães" a formar óptimos artesãos, não é menos verdade que para além das mudanças no sector da educação não deverem ser bruscas, houve de facto uma mudança de paradigma na aplicação da nova Reforma (1948) como pensamos ter mostrado ao longo deste texto.

⁴¹⁹ PROENÇA, Carlos - "O Ensino Técnico no Quadro da Educação Nacional", In *Escolas Técnicas - Boletim de Acção Educativa*, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio. 1946, Vol.I, n.º1, p.8.

⁴²⁰ *Idem*, p.9.

Essa mudança reflectiu-se ao nível da direcção da escola ao ter que interpretar, como era seu dever, os novos programas para as novas disciplinas, como também pelos professores e alunos que começaram a entender as transformações a começar pelo nome, com já fizemos referência, passando pela (re) construção do edifício, pois as instalações onde a "Faria Guimarães" laborava para além de exíguas eram impróprias para corresponderem às exigências dos novos cursos e da nova leva de alunos que iria afluir à escola como veio efectivamente a suceder:

" (...) A Reforma tem por objectivo não só aperfeiçoar o ensino, mas também desenvolvê-lo. Parece evidente que a estes dois objectivos deverão corresponder, em princípio, duas fases de realizações: na primeira ter-se-á em vista curar os males do existente; na segunda estender os benefícios do ensino a localidades por ele até agora não servidas (...). As mais instantes necessidades das actuais escolas dizem precisamente respeito aos elementos cuja obtenção é mais demorada: edifícios próprios e quadros estáveis de pessoal docente. A falta de capacidade e a impropriedade das instalações são mais patentes nos maiores centros urbanos, servidos por diversas escolas ou por uma só de grande frequência (...)"⁴²¹

O que se manteve, isso sim, foi a alta exigência nas aprendizagens das técnicas e das tecnologias em todos os novos cursos, especialmente nas áreas das Artes Gráficas e na de Ourivesaria, verdadeiros ex-líbris da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Estas mais-valias, que fazemos eco ao longo deste texto, demonstraram serem importantes no papel que a escola desempenhou no desenvolvimento social, cultural e económico na alargada região do Porto e em todo o Norte de Portugal, o que só enaltece, dignifica e reconhece o aspecto transformador que a escola teve na sociedade onde estava inserida. Pensamos que não importa só que uma escola eduque, é indispensável também, mesmo uma "escola de artes", ou melhor, por ser precisamente uma escola de ensino artístico, que actue social, política e economicamente.

A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis criou ao longo das décadas de cinquenta, sessenta e parte da de setenta do século XX, para além de valores culturais e artísticos, valores económicos. Fez, quanto a nós, muito bem!

Quanto à excepcional presença feminina na escola, na verdade, na altura e no país só dois estabelecimentos de ensino praticavam verdadeiramente o "ensino misto", ou seja a coeducação, um deles era precisamente a "Soares dos Reis":

" (...) Em Portugal, o regime de coeducação teve uma duração efémera no curto período republicano e, ainda assim, de modo bastante imperfeito. É certo que houve, muitas vezes, uma certa permissividade, conduzindo à existência na prática de "classes mistas" nomeadamente por falta de condições para organizar escolas ou turmas distintas. Mas a ideologia dominante apontou quase sempre para um regime de separação dos sexos (...)"⁴²²

⁴²¹ Decreto Lei 36 409 de 11 de Julho de 1947, In Diário do Governo, 1.ª série, n.º 158 de 11 de Julho de 1947.

⁴²² NÓVOA, António – *Evidentemente : Histórias da Educação*. Porto: ASA Editores SA, 2005.p.75.

Esta realidade, que não era por falta de espaço ou de condições, ia ao revés da ideologia dominante como bem nos mostra António Nóvoa e foi neste trabalho abordada naturalmente ao longo do texto sem sequer ter da nossa parte um tratamento diferenciado visto as alunas da “Soares dos Reis”, apesar de entrarem na escola por sítios distintos, frequentarem as aulas nos mesmos espaços e os mesmos cursos em perfeita igualdade com os seus colegas do sexo masculino.

No nosso entendimento, esta feliz circunstância só engrandeceu e humanizou os seus estudantes e à escola forneceu-lhe mais força, rigor, inteireza e liberdade de actuar e de se impor como estabelecimento de ensino artístico na sociedade portuense de que sempre fez parte.

Quanto á difundida impreparação cultural dos jovens estudantes da “Soares dos Reis” por acareação com os alunos vindos do ensino liceal, a mais simplista quanto incorrecta explicação para o facto provem principalmente das diferentes proveniências sociais - sabendo nós que a educação e o tipo de cultura que lhe está adjacente tende a reproduzir a cultura da classe dominante que não apenas a sustenta mas igualmente a reforça.

Levar-nos-ia bem longe, não que nos apoquentasse muito, discutir ou explanar aqui sobre os diversos conceitos de cultura, no entanto, pensamos que talvez seja suficientemente abrangente e aceitável para uma larga maioria de estudiosos que a “estas coisas” dedicam os seus pensamentos e labutas que cultura possa compreender todos e quaisquer saberes.

Dito de uma forma mais erudita e por quem tem estudado esta problemática como é o caso de Jean-Pierre Warnier que no seu livro precisamente com o título: “ A mundialização da cultura”, indo muito atrás e aproveitando a ideia de civilização de Edward Tylor, onde este define civilização como a “totalidade complexa que compreende os conhecimentos, as crenças, as artes, as leis, a moral, os costumes e todo e qualquer hábito, ou capacidade, adquirido pelo homem enquanto membro da sociedade”,⁴²³ Warnier propõe-nos como cultura, a “ totalidade complexa que compreende as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”.⁴²⁴

Assim sendo é pois dos (maus) hábitos adquiridos por uma longa tradição de pensadores, orientados quase exclusivamente para a especulação intelectual que de certa forma os levaram à subestimação e menoridade do acto manual e por extensão à depre-

⁴²³ Edward Burnett Tylor (Londres, 1832 - Wellington, 1917), foi um antropólogo britânico, considerado o pai do conceito moderno de cultura, advindo da junção da palavra alemã Kultur, que estava relacionado aos aspectos espirituais, e do vocábulo francês civilization, que seriam os feitos materiais. Dessa forma, cultura era toda a possibilidade de realização humana. Tylor filia-se na escola evolucionista e a sua principal obra é *Primitive Culture* (1871), In http://pt.wikipedia.org/wiki/Edward_Burnett_Tylor, Agosto de 2006 pelas 13:52 horas.

⁴²⁴ WARNIER, Jean-Pierre – *A mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.p.10.

ciação do ensino técnico e artístico. Quando atrás citámos Ruskin⁴²⁵ a propósito que o operário para além de trabalhar ao mesmo tempo devia pensar o que está a executar, devia a pessoa “cultu” também trabalhar manualmente pois desta forma ambos seriam pessoas no melhor sentido, era já para reforçar o conceito necessariamente alargado de cultura.

Foi pois assente nestas premissas que não podemos concordar quando distintos ex-alunos e destacados membros da sociedade cultural portuense nos transmitiram que os estudantes da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis tinham imensas lacunas culturais quando por comparação aos alunos que lá entravam vindos do ensino liceal. Ou se quando interrogados sobre se culturalmente alguma vez se sentiram diminuídos pelo tipo de ensino ministrado na “Soares dos Reis” quando principiaram a frequentar a Escola Superior de Belas Artes em relação aos alunos provenientes do ensino liceal, nos respondessem afirmativamente:

“ (...) Havia alguma lacunas! Senti sobretudo numa disciplina que não existia na “Soares dos Reis” e que eu considero hoje fundamental que é a Filosofia(...)”.⁴²⁶

Ou apresentando a mesma reivindicação mas incidindo em outras áreas dos saberes “artísticos”:

“ (...) A reforma seguinte [de 1948] tentou dar a volta a isto [o ensino baseado maioritariamente nas aprendizagens técnicas], criando novas áreas, mas por exemplo, não se falava em design, eu nunca ouvi falar disso na escola, nem em comunicação, nem em artes visuais(...)”.⁴²⁷

Têm ambos razão. Na escola de Artes Decorativas Soares dos Reis que os dois frequentaram, separados no tempo por década e meia, nunca existiu nos currícula de nenhum dos cursos nem na Secção Preparatória que ambos tiraram para ingressar nas Belas Artes a disciplina de Filosofia nem figuravam no léxico dos programas conceitos como design, comunicação ou artes visuais, mesmo com as diversas alterações introduzidas ao longo dos anos.

Só quando os cursos criados pela reforma de 1948 foram extintos e substituídos pelos Cursos Gerais de Artes Visuais e os Cursos Complementares do ensino secundário instituídos pela Lei nº 5/73, de 25 de Julho de 1973 é que passou a existir a disciplina de

⁴²⁵ John Ruskin (Londres, 1819 - 1900) foi um escritor, crítico de arte e crítico social britânico. Foi também poeta e desenhador. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana, A partir de 1851, foi um defensor inicial e patrono da Irmandade Pré-Rafaelita, inspirando a criação do movimento Arts & Crafts. In http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Ruskin, Agosto de 2006 pelas 17:01 horas.

⁴²⁶ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Emerenciano (1946), aluno da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de pintura em 1966. Ingressa na Escola Superior de Belas Artes do Porto onde se forma em Pintura no ano de 1976, após uma interrupção devido ao serviço militar obrigatório. É pintor e escritor.

⁴²⁷ Testemunho oral constante numa entrevista feita em 2005 a Hélder Pacheco (1937), aluno premiado da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis na década de 50 do século XX, onde concluiu o curso de pintura. Licencia-se em pintura na Escola Superior de Belas Artes do Porto e mais tarde é professor e inspetor de ensino de onde se aposenta. É escritor.

Filosofia nos Complementares (2 anos) que davam acesso ao ensino superior e, aí sim, os conceitos de design e outros começaram a fazer parte da “gramática” do ensino artístico; não que eles tivessem arredios do ensino da “Soares dos Reis” só que não faziam parte do currículo oficial.

Mas voltando aos conceitos de design e comunicação como ainda à disciplina de Filosofia que, repetimos, não faziam parte efectivamente dos programas dos cursos técnicos, há que afirmar com toda a frontalidade que os mesmos também não existiam nos currículos de nenhum dos três ciclos do ensino liceal.

Quanto à disciplina de Filosofia ela só era dada no 6º e 7º ano dos Liceus, como se pode demonstrar facilmente folheando qualquer compêndio escolar de Filosofia⁴²⁸.

Ora, como sabemos, o acesso à Escola Superiores de Belas Artes para os cursos de Pintura e Escultura fazia-se ou através da Secção Preparatória às Belas Artes para os estudantes provenientes do ensino técnico ou simplesmente com aproveitamento no 5º ano, para os alunos vindos do ensino liceal:

“ (...) Nós éramos marginalizados nas Belas Artes [Escola Superior de Belas Artes do Porto] apesar de reconhecerem que nós vínhamos de um estádio que os outros [alunos do ensino liceal] não vinham, isto é, sabíamos desenhar, esculpir e pintar, só que vínhamos cheios de “vícios”. Eu não concordava nada com isso. Realmente nós éramos obrigados a fazer um desenho à moda do professor (...). Só que destes vícios nós rapidamente nos libertávamos. Difícil foi libertar-me das marcas que me impuseram nas Belas Artes (...)”⁴²⁹

Para além de muitos professores da Escola Superior de Belas Artes do Porto terem sido alunos e professores da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (os exemplos são bastantes), não compreendemos esta marginalização. Assente em quê? Os alunos provenientes do ensino liceal também nunca tinham contactado programaticamente com os termos de design e comunicação nem com quaisquer outros no âmbito das artes visuais! E ao contrário dos alunos do ensino técnico nunca tiveram a disciplina de História da Arte!

Para finalizar esta cotejo programático entre o ensino técnico e o liceal gostaríamos que apreciassem esta opinião abalizada e ao mesmo tempo enternecedora vinda de um homem da cultura portuguesa, João Bénard da Costa:⁴³⁰

⁴²⁸ RIBEIRO, J. Bonifácio; SILVA, José da – *Compêndio de Filosofia: (6º e 7º ano dos Liceus)*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1971.

⁴²⁹ Testemunho oral constante numa entrevista feita pelo autor em 2005 a Luísa Gonçalves (1949), aluna na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis onde concluiu o curso de Pintura Decorativa e formou-se em Escultura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1972. É professora na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, pintora e escultora.

⁴³⁰ João Bénard da Costa (Lisboa, 1935 - 2009), Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1959). Redigiu a dissertação Do Tema do «Outro» no Personalismo de Emmanuel Mounier. Convocado por Delfim Santos para seu Assistente naquela faculdade, foi-lhe impedida a carreira universitária, por força da PIDE. Veio, então, a leccionar História e Filosofia, primeiro no Seminário Menor de Almada, depois no Externato Frei Luís de Sousa da mesma cidade, no Liceu Nacional Luís de Camões, e no Colégio Moderno, ambos em Lisboa, entre 1959 e 1965. Foi um dos fundadores da Revista *O Tempo e o Modo* (criada em 1963), cuja redacção chefiou e, posteriormente, dirigiu.

" (...) Não, antigamente a escola não era risonha e franca, como no pré-histórico poema ("O Estudante Alsaciano") que, em versão portuguesa, aprendi com a minha Avó e galhardamente recitava - ao que me contaram - empoleirado num banco do Jardim da Estrela, para pasmo dos basbaques e vergonha da minha Mãe, que me surpreendeu, aos cinco anos, em tais preparos. Nessa altura, ainda nem sequer sabia o que escola fosse. Quando soube, talvez usasse muitos adjectivos, mas não seguramente os que a associam ao riso e à franqueza (...) 1950-51. Eu tinha de 15 para 16 anos e repetia a secção de ciências do 5º ano do liceu (actual 9º). Nesses tempos, até ao dito 5º ano (do 3º ao 5º, leiam do 7º ao 9º, e não vou prosseguir com actualizações), segundo a reforma de 1947 do ministro Pires de Lima (uma entre tantas), havia nove disciplinas, arrumadas entre Letras e Ciências. Letras: Português, Francês, Inglês e História. Ciências: Geografia, Ciências Naturais, Físico-Químicas, Matemática e Desenho [sublinhado nosso]. Se eu era bom aluno em Letras, e por isso passei o exame do 5º ano com uma pema às costas e um 19 a História, péssimo era em Ciências, sobretudo em Matemática e Desenho. Por isso chumbei e por isso fui condenado a repetir as cinco disciplinas das tais Ciências. Foi um ano negro, sem sombra de dúvida o ano mais negro da minha existência. Tinha grandes "buracos" nos horários (as horas em que os não-repetentes aprendiam Letras) e vagueava entre casa e o liceu para repisar "matérias" que odiava. Lágrimas e suspiros? Pouco mais ou menos e não exagero muito. Se a palavra auto-estima já tivesse sido inventada, a minha andava muito por baixo, o que aos 16 anos não se recomenda. O pior de tudo era o Desenho. Por dislexia congénita ou adquirida (havia a tese da fatalidade e a tese da preguiça ronhosa), eu nunca fui capaz de fazer um traço direito ou uma curva torta (...)."⁴³¹

Quanto às disciplinas de cultura geral, continuamos a não compreender as limitações apontadas aos estudantes do ensino técnico artístico, pois como nos mostram as palavras de João Bénard da Costa ou se confrontarmos os curricula de ambos os ensinos (até ao 5º ano do ensino liceal) não se pode provar nem corresponder à verdade que os alunos do ensino liceal estavam mais apetrechados culturalmente que os do ensino técnico.

Quem poderia "estar" nas "Belas Artes", no nosso modesto entender, com alguma "diminuição" ou insegurança nas aulas, apesar de defendermos a igualdade de tratamento entre todos os alunos, seriam os estudantes provenientes do ensino liceal, pois não possuíam sequer, para além da sua vontade, intuição ou talento (seja o que isso for), os básicos saberes técnicos e tecnológicos. Não mais nem menos importantes que os outros saberes, mas também não podemos concordar com a arrogância intelectual de os desvalorizar, apodando-os negativamente de vícios.

Entre 1964 e 1966 trabalhou como investigador no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian e de 1966 a 1974 foi secretário executivo da Comissão Portuguesa da Associação Internacional para a Liberdade da Cultura. Foi responsável pelo Sector de Cinema do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, aquando da sua criação, em 1969, função em que se manteve até 1991. Esteve na subdirectão e direcção da Cinemateca Portuguesa. Publicou ensaios sobre o cinema português, monografias sobre Alfred Hitchcock, Buñuel, John Ford e Howard Hawks, entre outros, e livros como *O Musical*, *Os Filmes da Minha Vida*, *Histórias do Cinema Português* (que foi traduzido para inglês, francês e alemão), *Muito Lá de Casa* e *O Cinema Português Nunca Existiu*. Representou em filmes de Manoel de Oliveira e João César Monteiro. Em 1995 foi laureado com o Prémio de Estudos Fílmicos da Universidade de Coimbra, colaborador num sem número de obras colectivas sobre a Arte do século XX, editadas pelo Centro Nacional de Cultura (1998 e pelo AR.CO (1999). Jorge Sampaio atribuiu-lhe, em 1997, o cargo de Presidente da Comissão do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas. e em 2001 recebeu o Prémio Pessoa. <http://www.assirio.com/autor>, Agosto de 2009 pelas 07:31 horas.

⁴³¹ COSTA, João Bénard da - "Antigamente a Escola I", In *Jornal o Público*. Lisboa, 20Ago.,2004.

É tão desacertada esta postura negativista sobre os saberes técnicos e tecnológicos como aquela de sobreavaliar o domínio habilidoso da técnica em detrimento dos aspectos puramente conceptuais da criação artística. Ambas enfermam do mesmo vício que é de como deve ser encarado e defendido o conceito abrangente de cultura, como algo, repetimos, que tem de abarcar a totalidade complexa de todos os saberes que uma pessoa adquire ao longo das suas vivências enquanto ser sociável.

Foi pois perante estas premissas e após análise mais ou menos aprofundada e desapaixonada que fizemos ao estudar os curricula, as disciplinas, o tipo de ensino artístico praticado no ensino técnico em particular na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis - Porto, da forma como foram ministrados os diversos cursos, com a carga cultural que tudo isso encerra, que podemos afirmar sem qualquer dúvida que os alunos saídos destas escolas do ensino técnico artístico entre 1948 e 1973, em particular da "Soares dos Reis", ficavam apetrechadíssimos culturalmente para a vida do trabalho e da Arte se assim o entendessem ou necessitassem, ou ainda prosseguir estudos superiores, como foram muitos os casos, e realizarem desta forma o seu sonho.

Outro aspecto bem diferente é saber se, no caso destes últimos, frequentaram com êxito o ensino praticado nas Escola Superiores de Belas Artes e se se tornaram os artistas plásticos com sucesso que sempre desejaram ser. É com certeza matéria bastante aliciante para ser desenvolvida, cremos, em futuros trabalhos de investigação.

Sem qualquer estudo nem aprofundamento da matéria porque ultrapassa o âmbito deste nosso despretensioso trabalho sobre o ensino técnico artístico no Porto durante o Estado Novo, o que podemos, à guisa de testemunho, afirmar com base no catálogo da Exposição "Levantamento da Arte do Século XX no Porto", organizada por Ângelo de Sousa, Etheline Chamis Rosas, Fernando Pernes, Joaquim Vieira, Jorge Pinheiro e José Rodrigues, com direcção de montagem de Fernando Azevedo, inaugurada em Julho de 1975 nas salas do Museu Nacional Soares dos Reis - Porto e apresentada em Novembro do mesmo ano na Sociedade Nacional de Belas Artes - Lisboa pela Fundação Calouste Gulbenkian, é que de tão marcante manifestação cultural, dos oito organizadores, quatro deles estiveram "ligados" ao ensino técnico artístico tendo sido um professor (Jorge Pinheiro) e dois alunos da "Soares dos Reis" (José Rodrigues e Joaquim Vieira) e o outro (Fernando de Azevedo) foi aluno da "António Arroio; dos cento e dois expositores, artistas plásticos escolhidos porque considerados e reconhecidos pelos seus pares, cinquenta e seis (54,90%) frequentaram como alunos a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, três foram lá alunos e professores e doze somente professores incluindo nestes o seu penúltimo director. Desta exposição somente 30,39% dos expositores não tiveram qualquer vínculo educativo com a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Para a apresentação da bibliografia optou-se pela subdivisão em duas rubricas: na primeira – FONTES – incluímos toda a documentação vária pesquisada no arquivo da Escola Secundária Soares dos Reis – Porto, em outros arquivos, assim como dados estatísticos, fontes orais e a legislação principal ligada ao tema que abordamos. Quanto à BIBLIOGRAFIA, ela é constituída não só pelos livros e artigos citados no texto da dissertação como ainda a outros que, não tendo sido nomeados no texto estão presentes “ocultamente”, pois também a eles muito deve a redacção desta dissertação.

FONTES

- Arquivo da Escola Secundária Soares dos Reis:

Fichas de matrículas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis desde o ano lectivo de 1948/1949 até ao ano lectivo de 1972/1973;

Livro de correspondência expedida da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis dos anos: 1950, 1951 e 1953;

Livro das Actas do Conselho Escolar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (1955-1973);

Livro das Actas da Secção Disciplinar da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (1948-1974);

Livro de Actas para classificação dos professores estagiários da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (1952-1972);

Livro de Registo de Penalidades dos Alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (1951-1974);

Livro dos termos de Matrícula da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis desde o ano lectivo de 1948/49 até ao ano lectivo de 1972/1973;

Programas das disciplinas do 5º Grupo da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis: (de Harmonia com a portaria nº 13800 de 12-01-1952). Porto: [s.n.], 1965.

Regulamento do Exercício da Indústria de Ourivesaria (Decreto nº 44776). Porto: [s.n.], 1962.

- Arquivo Histórico do Ministério da Educação:

Planos dos cursos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – Porto (1951);

Relatórios sobre a actividade da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis dos anos lectivos de 1952/1953; 1964/1965 e 1969/1970;

Relatórios sobre a frequência do ensino industrial e comercial nos últimos dez anos (1953/1954 a 1963/1964).

- Arquivo Distrital do Porto:

Livro Paroquial de Mafamude – Vila Nova de Gaia de 1894.

- Legislação:

1. Decreto criando Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial. Lisboa: Imprensa Nacional, Decreto de 13 de Julho de 1888;
2. Decreto-lei n.º 1.027 de 5 de Novembro de 1914 ;
3. Decreto nº 5029 de 5 de Dezembro de 1918: Reorganização do Ensino Técnico Elementar, publicado no Diário do Governo, 1ª Série nº 263 de 5 de Dezembro de 1918;
4. Decreto nº 18420 de 4 de Junho de 1930: Organização do Ensino Técnico Profissional, publicado no Diário do Governo, 1ª Série nº 128 de 4 de Junho de 1930;
5. Decreto nº 20420 de 21 de Outubro de 1931: Aprovação da organização do ensino Técnico Profissional, publicado no Diário do Governo, 1ª Série nº 243 de 21 de Outubro de 1931;
6. Decreto nº 21081 de 12 de Abril de 1932: Publicação dos programas do Ensino Técnico Profissional, In. Diário do Governo, 1ª Série nº 86 de 12 de Abril de 1932;
7. Decreto-lei n.º 31 431, de 29 de Julho de 1941: Nomeação de Comissão para estudar as condições do Ensino Técnico;
8. Decreto-lei n.º 31 432, de 29 de Julho de 1941: Alargamento da disciplina de Educação Moral e Cívica às escolas do Ensino Técnico;
9. Decreto-lei n.º 33 280, de 24 de Novembro de 1943: Atribuição de competências ao Ministro da Educação para criar novos Cursos que “as condições económicas das regiões servidas pelas escolas tomem necessárias”;
10. Decreto-lei n.º 35 402, de 27 de Dezembro de 1945: Criação da Escola Industrial Alfredo da Silva, no Barreiro, cujo plano de estudos incluía já o ciclo preparatório proposto no relatório da Comissão da Reforma;
11. Decreto-lei n.º 35 804, de 13 de Agosto de 1946: Criação da Escola Comercial de Pedro de Santarém, com ciclo preparatório e com ensino comercial nocturno;
12. Lei n.º 2 025, de 19 de Junho de 1947: Promulgação da Reforma do Ensino Técnico Profissional;
13. Decreto-lei n.º 36 356, de 18 de Junho de 1947: Aprovação dos Novos Programas do Ensino Técnico. Nota: Aparece mais tarde em publicação – Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1956;

14. Decreto-lei nº 37029 de 25 de Agosto de 1948: Promulgação do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial, publicado no Diário do Governo, 1ª Série nº 198 de 25 de Agosto de 1948;
15. Decreto-lei n.º 38 898, de 1952: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
16. Decreto-lei n.º 40 714, de 1956: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
17. Decreto-lei n.º 41 177, de 1957: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
18. Decreto-lei n.º 42 811, de 1957: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
19. Decreto-lei n.º 43 137, de 1960: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
20. Decreto-lei n.º 43 179, de 23 de Setembro de 1960: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
21. Decreto-lei 47 587, de 10 de Março de 1967;
22. Lei n.º 2 005, de 14 de Março de 1945: Bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial (sobretudo a Base XXV);
23. Decreto-lei n.º 36 356, de 18 de Junho de 1947: Aprovação dos Novos Programas do Ensino Técnico. Nota: Aparece mais tarde em publicação – Programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1956;
24. Portaria nº 13800 de 12 de Janeiro de 1952, publica os programas do Ensino Profissional Industrial e Comercial no Diário do Governo, 1ª Série nº 8, de 12 de Janeiro de 1952;
25. Decreto-lei n.º 43 641, de 1961: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948;
26. Decreto-lei n.º 43 644, de 1961: Alteração à Reforma do Ensino Técnico Profissional de 1948.
27. Lei nº 5/73, de 25 de Julho de 1973;

- Fontes orais / entrevistas:

Adriano Joaquim Carvalho Barbosa Nazareth, no Porto em 2005;

Álvaro Pereira Gomes, em Gondomar em 2005;

Ana Paula de Sousa Ribeiro Gonçalves, no Porto em 2005;

Artur da Silva dos Santos Ferreira, no Porto em 2005;

Celeste José Tavares Ferreira, em Canelas, Gaia em 2005;

Domingos Rodrigues de Pinho, no Porto em 2005;

Emerenciano, no Porto em 2005;

Esmeralda Bárbara Calvário, na Póvoa de Varzim em 2005;

Fernando Manuel Amaral da Cunha, em Miramar, Gaia em 2005;

Fernando Sousa Nápoles Tudela, no Porto em 2005;

Haidée Lopes Fernandes, no Porto em 2005;

Hélder Ivo Marques Pacheco, no Porto em 2005;

Ilídio Fontes, em Francelos, Gaia em 2005;

José Fernando Lopes Cardoso, no Porto em 2005;

Luciano Inácio Martins dos Santos, no Porto em 2005;

Luísa Gonçalves, no Porto em 2005;

Manuel da Silva De Francesco, no Porto em 2005;

Manuel Inácio Rodrigues dos Santos, em Valongo em 2005;

Maria Filomena Marinho da Rocha, em Valongo em 2005;

Zulmiro Neves de Carvalho, em Valbom, Gondomar em 2005.

BIBLIOGRAFIA

A

A Reforma do Sistema Educativo. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral Divisão de Documentação. 1973.

ABREU, José Miguel de - *Apontamentos acerca do ensino do desenho industrial no Porto*. Congresso Pedagógico Hispano-Portuguez- Americano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

ACCIAIUOLI, Margarida - *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

ACCIAIUOLI, Margarida — *KWY: a revista, as edições e o grupo*. Lisboa: Centro Cultural de Belém, 2001.

ACCIAIUOLLI, Margarida — *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, 1991, 2 vols [Dissertação de Doutoramento em História de Arte Contemporânea, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].

ALHO, Albérico Afonso Costa - *Sob a urgência da Técnica, cerzir as almas em tempos de mudança: contributos para o estudo da reforma do ensino técnico de 1948*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX-XX apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 2001.

ALIGHIERI, Dante - *A Divina Comédia: Vol. I, O Inferno, canto I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.

ALIGHIERI, Dante - *A Divina Comédia: Vol. III, O Paraíso, canto XXXIII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1981.

ALMEIDA, A. L. de - "Ensino das Artes Decorativas". In *Escolas Técnicas — Boletim da Acção Educativa*, n.º 43, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1973.

ALMEIDA, Betâmio de (1979) - "O professor de desenho, sua função", In *Arte Opinião*, n.º 3, p. 9-10.

ALMEIDA, D. José Luiz de - *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Lisboa: Edições Ática, 1947.

ALPIARÇA J. C. - "Evolução do Ensino Técnico Profissional nos últimos 30 anos", In *Política educacional num contexto de crise e transformação social*. Lisboa: Moraes, 1981.

ALVES J M - *Sistemas de ensino e formação técnica e profissional: a diversificação*. Porto: Ministério da Educação/GETAP, 1989.

ALVES, Jorge Fernandes (coord.) — *A Indústria Portuguesa em Perspectiva Histórica -Actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

ALVES, Luís Alberto Marques - "O arranque do Ensino Industrial no Porto (1884-1910)". In *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, III Série, Vol. I, 2000, pp. 67-81.

ALVES, Luís Alberto Marques - "A Reforma do Ensino Técnico (1948) no contexto da mudança interna e externa". In *Cultura Escolar Migrações e Cidadania Actas do VII Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), 2008.

ALVES, Luís Alberto Marques - "Ensino Técnico: uma filosofia específica para uma dinâmica diferente", In *Estudos do século XX*, n.º 6, 2006.

ALVES, Luís Alberto Marques - "A Frequência Feminina no Arranque do Ensino Industrial (1884-1910)". In ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e; COVA, Anne; MEA, Elvira Cunha de Azevedo, org. - *Em torno da História das Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2002, p. 261- 278. (Colecção de Estudos Pós-Graduados).

ALVES, Luís Alberto Marques - "Cultura e Mentalidade Social (1870-1898)", In *Tiempo y Tierra*, n.º 4, Madrid, 1997.

ALVES, Luís Alberto Marques - "O ensino", In SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H.de Oliveira, coord. - "Portugal e a Regeneração (1851-1900)".In SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira, dir. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. X, cap. VII, 2004.

ALVES, Luís Alberto Marques - *O Passado da Escola o Futuro do Ensino*. Porto: Edições ASA, 1990.

ALVES, Luís Alberto Marques - *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

ALVES, Luís Alberto Marques — *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.

AMARAL, Alfredo Pereira do – *A indústria, os operários e o ensino técnico. Comunicação ao Congresso da Indústria Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1957.

ANDRADE, António Alberto Banha de – *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771) (Contribuição para a História da Pedagogia em Portugal)*. Coimbra: Universidade, 3 vols. 1981-1984.

ANDRADE, Eugénio de – *Os Quatro Vintes*. Porto: Oiro do Dia, 1985.

ANDRADE, Fernando de Azevedo – *Ensino Técnico Profissional (1756 -1991): Contributo para o estudo da sua organização e funcionamento*. Viseu: [s.n.], 2 Vol. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. 1991.

ANTÓNIO, Lino – “O Problema das Artes Decorativas em Portugal”, In *Escolas Técnicas -Boletim da Acção Educativa*, (Vol. 1). Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio, Vol I. n.º 2, 1947.

ARROIO, António – “Missão de Estudo a algumas escolas de Ensino Técnico Industrial Artístico e Comercial do Grau Elementar e Secundário na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, em 1901 - Esboço de um Relatório”, In *Ministério do Fomento: 1911. Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Commercial pelo Inspector António Arroyo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991.

ARROIO, António – “Relatório sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial professado nas escolas dependentes do Ministério do Fomento”, In *Ministério do Fomento: 1911. Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Commercial pelo Inspector António José Arroyo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gomes – *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

AZEVEDO, Joaquim – “o ensino técnico profissional e o seu desenvolvimento futuro”, In *Sistema educativo e formação profissional*. Lisboa: Ministério da Educação/GEP, 1987.

AZEVEDO, Joaquim – *Avenidas da Liberdade - Reflexões sobre política educativa*. Porto: ASA, 1992.

B

BAGUILHOTE, Robin; HACKING, Nicholas; TINSLEY, Francis; TURNER, Silvie; FITZSIMMONDS, Bernard – *Guia prático de gravura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*. Porto: Editorial Figueirinhas, 1999-2000, 3 Vols.

BARROSO, João – *Práticas de gestão dos estabelecimentos de ensino não superior da diversidade de iniciativas a diversidade de contextos*. Lisboa: Ministério da Educação/GEP, 1988.

BAZIN, Germain – *História da Arte: da pré-história aos nossos dias*. Bertrand, 1992.

BELL, Julian – *What is Painting?*. Londres: Thames and Hudson, 1999.

BENJAMIN, WALTER – *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.

BERGER, John – *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1996.

BERTIN, Iran – *Apontamentos de tecnologia do Impressor Tipógrafo: Segundo as lições do Mestre Eduardo Marques aos alunos do curso de impressor tipógrafo*. Porto: EADSR, 1972.

BERTIN, Iran – *Ensino Técnico Profissional: Discurso proferido na sessão de 15 de Janeiro de 1936 na Assembleia Nacional, pelo Eng. Nobre Guedes, a propósito da Lei nº 61*. Porto: Escola Industrial do Infante D. Henrique, 1936.

BERTIN, Iran – *Organização e Gestão das Empresas Gráficas: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis*. Porto: Imprensa Social, Cooperativa Povo Portuense, 1964.

Boletim da Escola Industrial da "Faria Guimarães" (Arte aplicada), Ano I, nº 1, 1884 a 1939. Porto: Edições Marânus, 1939.

Boletim de Acção Educativa Escolas Técnicas, Vol.I, nº 1. Lisboa: DGETP, 1947.

BOURDIEU, Pierre – *Le Sens Pratique*. Paris: Ed. Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURET, Jean – "O Homem à Procura de Si Mesmo", In *Enciclopédia Diagramas*, n.º 14, Lisboa: Editorial Estúdios Cor, 1967.

BRAAMCAMP, José Augusto – *Reflexões sobre educação pública*. Lisboa: [s.n.], 1835.

BRANDÃO, Raul – *Memórias*. Tomo I. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

BRANDÃO, Raul – *Memórias*. Tomo II. Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

BRANDÃO, Raul – *Memórias. Tomo III: Vale de Josafat*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2000.

BRAUDEL, Fernand – *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

BRITO, José Henrique Silveira de – *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. Lisboa: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2001.

BRUNHAMMER, Ivonne – *Le Beau dans l'utile un musée pour les Arts Décoratifs. Découvertes Gallimard*. n.º 145, Paris: Union des Arts Décoratifs, 1992.

BUSTORFF, António José Rebelo – *Ensino técnico profissional – Contributo para o estudo da sua organização e do seu funcionamento nos últimos 40 anos (1948 a 1988)*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação: Centro de Documentação em Educação. 1988. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

C

CALVÁRIO, Esmeralda – *Noções de História de Arte: Notas para uso dos alunos dos Cursos de Formação segundo as lições do professora pintora Esmeralda Calvário I Parte*. Porto: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1970.

CALVÁRIO, Esmeralda – *Noções de História de Arte: Notas para uso dos alunos dos Cursos de Formação segundo as lições do professora pintora Esmeralda Calvário II Parte*. Porto: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1970.

CÂMARA, Leal da – *A Arte nas Escolas Industriais. Oração de sapiência pronunciada no dia 12 de Outubro de 1924 na Escola Industrial Fonseca Benevides*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1925.

CAMPOS, Ezequiel – *A indústria do Porto perante a electrificação do país: Conferência na Associação industrial Portuense em 19 de Novembro de 1932*. Porto: Associação Industrial Portuense, 1932.

CANAVEIRA, Rui – *Como criar uma Empresa Gráfica e Transformadora do Papel*. Lisboa, Associação Portuguesa das indústrias gráficas e transformadoras, 1994.

CANDEIAS, António, [et al.] – *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2007.

CARDIM, José Eduardo de Vasconcelos – *Do Ensino Industrial à Formação Profissional: As políticas públicas de qualificação em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

CARDOSO, António – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do século XX*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

CARIA, Telmo H. – *A cultura profissional dos professores: o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa: F. C. G. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

CARQUEJA, Bento – *O ensino técnico e profissional em Portugal*. Porto: [s.n.], 1918.

CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*. 3ª. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CARVALHO, T. – *O Ensino Técnico profissional em Portugal. Contributo para o estudo da sua organização e da evolução dos perfis profissionais nos últimos 50 anos (1948 1998)*. Évora: Universidade de Évora, 1998. [texto policopiado]

CATAFAL, Jordi ; OLIVA, Clara – *A Gravura*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

Catálogo da Exposição de Arte por professores das Escolas Técnicas. Porto: [s.n.], 1930.

Catálogo da Grande Exposição dos Artistas Portugueses. Porto: Imprensa Portuguesa, 1935.

CERUTTI, Cana – *Artes Decorativas do século XX Art Déco*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CHAGAS, João – *Diário III (1918)*. Lisboa: Edições Rolim. Lda., 1987.

CHAGAS, João – *Diário IV (1918-1921)*. Lisboa: Edições Rolim. Lda., 1987.

CHARTIER, Roger – *A História Cultural, Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999.

Comissão de Instrução dos serviços de Candidatura: O Ensino Profissional Industrial e Comercial (Estudo crítico sobre uma recente reforma). Lisboa: Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, 1949.

Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional (Conclusões). Lisboa: Oficina Gráfica da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1961.

CORREIA, Francisco António – *A Evolução Económica e a Crise Social*. Lisboa: Instituto Superior de Comércio de Lisboa, 1927.

CORREIA, Francisco António – *A Função Económica do Ensino Comercial Superior*, [s.n.], Lisboa, 1918.

CORREIA, Francisco António – *História Económica de Portugal*. Vol. I, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1929.

CORREIA, Francisco António - *História Económica de Portugal*. Vol. II, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1929.

COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*. 3ª ed., Lisboa: Edições Frenesi, 2001.

COSTA, António Luís Pinto da - *Entre a sociedade e os alunos: Análise Etno-Histórica da Escola Industrial e Comercial de Emídio Navarro, em Almada (1955-1974)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2005.

COSTA, Carrington da - "O desenho e o teste de representação mental do Dr. Decroly aplicado nas escolas portuguesas". Separata do III Vol.: *A Criança Portuguesa*: [s.n.], 1944.

COSTA, Mário Alberto Nunes - *O ensino industrial em Portugal de 1852 a 1900 (Subsídios para a sua história)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

COTTRELL, A. H. - *The mechanical properties of matter*. Londres: Jonh Willey, 1964.

CRUZ, Domingos da - *O Ensino em Portugal. Alguns números e comentários. Em prol do ensino profissional*. Lisboa: Tipografia Excelsior, 1947.

CRUZ, Manuel Braga da - *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986.

CRUZ, Maria Antonieta - *Os Burgueses do Porto: Na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António Almeida, 1999.

CRUZEIRO, M. E.; ANTUNES, M.L. - "Uma aproximação à análise do sistema de ensino secundário em Portugal – desigualdades regionais", In *Análise Social*, nº 49, 1977, p. 88.

CUNHA, Luís - *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

D

D'ENFERT, Renaud; LAGOUTTE, Daniel - *Un Art pour tous de Dessin à école de 1800 à nos jours*. Rouen: Institute National de Recherche Pédagogique – Musée National de Education, 2004.

DACIANO, Bertino - "A antiga escola de desenho industrial", In *O Tripeiro*. 5ª Série, Ano 2, nº 9, Janeiro 1947.

DENIS, Henri - *História do Pensamento Económico*. 8ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

DIAS, Maria Olívia - *Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos*. Coimbra: Minerva, 1999.

DIONÍSIO, Eduarda; FARIA, Ameida & MATOS; Luís Salgado de - *Situação da Arte*. Porto: Publicações Europa - América, 1968.

DIONÍSIO, Mário - *A Paleta e o Mundo*. Vol. I, Lisboa: Publicações Europa -América, 1956.

DIONÍSIO, Mário - *A Paleta e o Mundo*. Vol. II, Lisboa: Publicações Europa -América, 1962.

DIONÍSIO, Mário - *Lisboa: Introdução à Pintura*. Lisboa: Publicações Europa -América, 1963.

DORFLES, G. - *As Oscilações do Gosto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

DORFLES, G. - *Novos Ritos Novos Mitos*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

DORFLES, G. - *A Moda da Moda*. Lisboa: Edições 70, [s.d.]

DORFLES, G. - *O Devir das Artes*, 4ª. Edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

DUCHAMP, Marcel - *Engenheiro do tempo perdido*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1990.

DUFRENNE, Mikel - *A Estética e as Ciências da Arte*. Vol. I. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982.

Durand, Gilbert - *Os Grandes Textos da Sociologia Moderna*. Lisboa, Ed.70, 1980.

DURIUS - *O Porto em 1950*. Porto. [s.n.], 1955.

E

Ensino Secundário Técnico: Cursos Gerais e Cursos Complementares. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Secundário - Ministério da Educação Nacional, 1973.

Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis (desdobrável). Porto: [s.n.], [s.d.].

Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis presente no Quinto centenário do Infante D. Henrique. Porto: [s.n.], 1960.

Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Porto: Oficinas de Composição Impressão e Gravura da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1958.

Escola Secundária Soares dos Reis: centenário 1885-1985. Porto: [s.n.], 1985.

Estatísticas da Educação: Continente e Ilhas Adjacentes (1948-1973). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, [s.d.].

Exposição "levantamento da arte do século XX no Porto". Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, Nov. 1975.

Exposição (IV) Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Out. 1955.

Exposição (IX) Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Out. 1960.

Exposição (VI) Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Nov. 1957.

Exposição (VII) Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Dez. 1958.

Exposição (VIII) Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Dez. 1959.

Exposição Escolar: Escola Industrial e Comercial Oliveira de Azeméis. Oliveira de Azeméis. Oficinas de Composição Impressão e Gravura da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1959.

F

FEBVRE, Lucien - *Olhares sobre a História*. Porto: ASA, 1996.

FERNANDES, Rogério - *Bernardino Machado e os Problemas de Instrução Pública*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

FERREIRA, António Quadros - *Pensar a arte. Pensar a escola*. Porto: Edições Afrontamento, 2007

FERREIRA, João Filipe Evangelista – *A Escola Marquês de Pombal: um estudo de caso do ensino técnico em Portugal*. Lisboa, [s.n.], 1999 [Dissertação de mestrado em Ciências da Educação apresentada na Universidade Católica Portuguesa em 1999 (Texto policopiado)].

FERREIRA, Teófilo - *Relatório acerca da necessidade e organização do ensino de desenho*. Lisboa: [s.n.], 1882.

FERRO, António - *Arte Moderna. Política do Espírito*. Lisboa: Edições SNI, 1949.

FIGUEIREDO C. P. [et alii] - "Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico", In *Escolas Técnicas — Boletim da Acção Educativa*, Vol. 3 e 4. Lisboa: Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1947.

FIGUEIREDO, C. P. - "O Ensino Técnico no quadro da educação nacional", In *Escolas Técnicas — Boletim da Acção Educativa*, Vol 1. Ministério da Educação Nacional: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1946.

FIGUEIREDO, José de - *Algumas Palavras sobre a Evolução da Arte em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira Editora, 1908.

FINKIELKRAUT, Atam - *A Humanidade Perdida. Ensaio sobre o século XX*. Porto: ASA, 1997.

FOLGUERA, Pilar - *Como se Hace Historia Oral*. Madrid: Eudema, S.A., 1994.

FORMOSINHO J - *Educating for passivity. A study of portuguese education (1926/1968)*. Londres: University of London — Institute of Education, 1987 [texto policopiado].

FRADA, João José Cúcio - *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*. 11ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

FRANÇA, José -Augusto - "Breve resenha de cem anos de Arte Portuguesa (1880-1980)", In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. vol. 2, Lisboa: Estampa, 1983, p. 547-556.

FRANÇA, José -Augusto - *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. Lisboa: Bertrand Editora, 1991.

FRANÇA, José Augusto - *Os anos vinte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

FRANÇA, José-Augusto — *História da Arte Ocidental 1780-1980*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

FRANCASTEL, PIERRE - *Arte e técnica nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

FRANCASTEL, Pierre - *Arte e Técnica*. Lisboa: Livros do Brasil, 1963.

FRÓIS, João Pedro - *As Artes Visuais na educação. Perspectiva Histórica*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2005. [Tese de doutoramento].

FRÓIS, João Pedro - *Educação Estética e Artística – Abordagens Transdisciplinares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

G

GARIBALDI, A. – *Programme de l'enseignement: École des Beaux-Arts et des Arts Industriels*. Genève: École des Arts et Métiers, 1943.

GARIBALDI, A. – *Um operário de Escol: Conferência pronunciada no Sindicato dos Tipógrafos de Braga*, em 28 de Abril de 1957. Porto: Edições Caracol, 1957.

GOMBRICH, E.H. - *História da arte*. Londres: Phaidon Press Limited, 2006.

GOMES, Carlos - *Discursos sobre a especificidade do Ensino Artístico: a sua representação histórica nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2002 [tese de mestrado em Ciências da Educação, especialização em História da Educação, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa].

GOMES, Joaquim Ferreira [et al.] - *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

GONÇALVES, José Maria - *O ensino profissional: do trabalho manual ao trabalho científico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1927.

GONÇALVES, Rui Mário - *Anos Sessenta Anos de Ruptura. Uma Perspectiva da Arte Portuguesa nos Anos Sessenta. Catálogo "Arte Portuguesa nos anos 50"*. Lisboa, Beja: Fundação Calouste Gulbenkian/Câmara Municipal de Beja, 1992/93.

GONÇALVES, Rui Mário - *Pintura e Escultura em Portugal 1940-1980*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1980.

GONÇALVES, Rui Mário, FRÓIS, João Pedro e MARQUES, Elisa - "A educação estética e artística na formação ao longo da vida". In FRÓIS, João Pedro (Coord.) - *Educação estética e artística: abordagens transdisciplinares*. Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian, 2000.

GRÁCIO, Sérgio - "Estado: Ensino Técnico e procura social do ensino", In *Novos rumos para o ensino tecnológico e profissional*. Vol. 1, Porto: Ministério da Educação/GETAP, 1991.

GRÁCIO, Sérgio - *Ensinos Técnicos e Política em Portugal - 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GRÁCIO, Sérgio - *Política Educativa como Tecnologia Social: As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

Granger, G. G. - *Pensamento Formal e Ciências do Homem*. Lisboa: Presença, 2 Vols., 1976.

GUEDES, Francisco Nobre - *Notas sobre a Instrução Profissional*. Lisboa: Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Técnico, 1930.

GUIMARÃES, Armindo de Sousa - *Possibilidades e Perspectivas Actuais das Artes Gráficas e o seu ensino na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis*. Porto: [s.n.], 1962.

GUIMARÃES, Oliveira (Prof.) - *Prefácio da obra de M.M.S. Calvet de Magalhães - Organização dos exercícios de Desenho do Ciclo Preparatório, Problemas escolares cadernos de trabalho*. n.º 2, Lisboa: Editorial "Os Nossos Filhos, Lda", 1954.

H

HAUSER, Arnold - *Historia Social de La Literatura Y Del Arte*. Vol. I, Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1993.

HAUSER, Arnold - *Historia Social de La Literatura Y Del Arte*. Vol. II, Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1993.

HAUSER, Arnold - *Historia Social de La Literatura Y Del Arte*. Vol. III, Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1993.

HERNÁNDEZ, Fernando - *Educación y Cultura Visual*. 2ª ed. Barcelona: Octaedro/EUB, 2003.

HESS, Walter - *Documentos para a Compreensão da Pintura Moderna*. Lisboa: Edição Livros Brasil, [s.d.].

Homenagem ao Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis Escultor Sousa Caldas. Porto: Oficinas Gráficas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1964.

J

JANSON, H.W. - *História da arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

JÚNIOR, Portela - *Arte Antiga, Arte Moderna - Relatório apresentado á Junta de Educação Nacional*. Lisboa: [s.n.], 1936.

L

LEITÃO, C. A. Marques - *O ensino elementar: três períodos da sua vida*. Lisboa: [s.n.], 1930 [Conferência realizada na Escola Industrial "Marquês de Pombal" em 11 de Maio].

LIGA NACIONAL DE INSTRUÇÃO - *Terceiro Congresso Pedagógico - Abril de 1912*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

LIMA, L. - "A administração do sistema educativo e das escolas (1986-1996)", In *Ministério da Educação. A evolução do sistema educativo e o PRODEP — estudos temáticos. Vol 1*, Lisboa: Ministério da Educação, 1998.

LIMA, L. - "Construindo um objecto: para uma análise crítica da investigação sobre a escola — um estudo da escola secundária em Portugal", In: J. Barroso (org.): 1996. *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 1996.

LIMA, L. - *A Escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974 -1988)*. Braga: Universidade do Minho. 1992.

LINO, Raúl - *Artes Decorativas*. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1990.

LISBOA, Maria Helena - *As Academias e Escolas de Belas Artes e o ensino artístico (1836-1910)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005 [Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Maria Helena].

LOBO, Maria Natália de Magalhães Moreira - *O Ensino das Artes Aplicadas (ourivesaria e talha) na Escola Faria Guimarães de 1884 a 1948: Reflexo no desenvolvimento artístico da cidade do Porto*. Vol. I. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998.

LUCIE-SMITH, Edward - *Movements in Art since 1945: Issues and Concepts*. Londres: Thames and Hudson, 1995.

M

MACEDO, Diogo de - *Gaia a de nome e renome: Monografia evocativa*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, Lda., 1938.

MACEDO, Diogo de - *Memória e Descrição do Grande Cortejo do Trabalho*. Porto: Tipografia Costa Carregal, 1940.

MACEDO, Diogo de - *Terceiro Congresso Pedagógico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2ª ed., Quercó, 1982.

- MACHADO, António - *Bernardino Machado: Memórias*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1945.
- MACHADO, Bernardino – *O ensino profissional*. Coimbra: Typographia França Amado. Reedição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1985.
- MACHADO, Fernando Falcão – *A escola livre das Artes do Desenho*. Coimbra: [s.n.], 1979.
- MACHADO, Fernando Falcão – *Guia do Candidato ao exame de admissão às Universidades e outras escolas Superiores*. Coimbra: [s.n.], 1940.
- MACHADO, Fernando Falcão – *II Congresso da Indústria Portuguesa: Ensino Técnico*. Lisboa: [s.n.], 1957.
- MACHADO, Fernando Falcão – *Na Encruzilhada da vida ...: O liceu e a escolha de profissão*. Faro: [s.n.], 1942.
- MACHADO, Fernando Falcão – *Possibilidades Educativas em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação – DGEB, 1996.
- MADERUELO, Javier, (ed.) - *Medio Siglo de Arte: Últimas Tendencias, 1955 - 2005*. Madrid: Abada Editores, 2006.
- MADUREIRA, Arnaldo – *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- MADUREIRA, Nuno Luís – *A economia dos interesses: Portugal entre as Guerras*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- MAGALHÃES, Justino - “A História da Educação em Portugal: temas, discursos, paradigmas”, In J. Pintassilgo, L. A. M. Alves, L. C. Correia & M. L. Felgueiras (org.): *A História da Educação em Portugal. Balanço e perspectivas*. Porto: Edições Asa, 2007.
- MAGALHÃES, M. M. Calvet de - “O Inspector António Arroio”, In *Escolas Técnicas — Boletim da Acção Educativa*. n.º 29. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1961.
- MAGALHÃES, M. M. Calvet de - “Da articulação do Desenho Geral com o Desenho Profissional Mecânico”, In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção Educativa* n.º 26. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1960.
- MAGALHÃES, M. M. S. Calvet de - *Organização dos Exércitos de Desenho do Ciclo Preparatório*. Lisboa: Editorial “Os novos filhos”, Lda., 1954.
- MARCUSE, Herbert - *A Dimensão Estética*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MARQUES, Alfredo – *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, Alfredo – *Portugal/Capitalismo e Estado Novo: algumas contribuições para o seu estudo*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1976.
- MARTIN, SYLVIA - *Video Art*. Colónia: Taschen, 2006.
- MARTINS, Catarina – *Prótese -Ouvinte*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa: 2007, [Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa].
- MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno - *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MEDINA, João – *História de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1994.

MEDINA, João – *Zé Povinho sem Utopia: Ensaio sobre o estereótipo nacional português*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais Instituto de Cultura e Estudos, 2004.

MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

MIRANDA, Tércio de – *O ensino da fotogravura e as técnicas das artes gráficas. Conferência proferida no encerramento do ciclo de actividades culturais da EADSR em 15 de Julho de 1955*. Porto: [s.n.], 1955.

MIRZOEFF, Nicholas – *An Introduction to Visual Culture*. Londres: Routledge, 2000.

MOLINA J.J.G. – *Las lecciones del dibujo*. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

MORAIS, Maria José de Faria Lagoé Coelho – *O Ensino Profissional no Século XVII: O exemplo do Porto*. Vol I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

MORRIS, William – *As artes menores*. Lisboa: Antígona, [1877].

MOURA, Francisco Pereira de [et al.] – *Estudo sobre a Indústria Portuguesa: II Congresso da Indústria Portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1957.

MOURA, Maria Clementina Carneiro – “O problema dos Museus Tecnológico” In *Escolas Técnicas*, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1946.

MOUTINHO, António Manuel Pelicano Matoso – *A Escola Avelar Brotero (1884 a 1974) Contributo para a História do Ensino Técnico-Profissional*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação de Coimbra, 1993 [Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação de Coimbra – texto policopiado].

MUNARI, Bruno – *Das coisas nascem coisas*. Edições 70, Lisboa, 1981.

MUNARI, Bruno – *A Arte Como Ofício*. Lisboa: Editorial Presença, Lda, 1978.

MURRAY, Peter – *The penguin dictionary of art and artists*. [s.l.]: Penguin Books, 1991.

N

NEVES, Azevedo – “A Organização do Ensino Industrial e Comercial de 1916”. In *Boletim da Associação de Professores das Escolas Industriais e Comerciais*. Lisboa: Associação de Professores das Escolas Industriais e Comerciais, n.º 4, 1923.

NOGUEIRA, Franco – *O Estado Novo 1933 – 1974*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1981.

NÓVOA António – “A Educação Nacional”, In F. Rosas (coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

NÓVOA António – “Para uma análise das instituições escolares”, In A. Nóvoa (ed.): 1992. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

NÓVOA António – *Le temp des professeurs — analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

NÓVOA, António – “A Educação Nacional”, In J. Serrão, & A. H. Oliveira Marques (Dir.), *Nova História de Portugal*. Vol. 12: Portugal e o Estado Novo (1930-1960), 1992, (pp. 455-519).

NÓVOA, António – “Para o estudo sócio-histórico da génese e desenvolvimento da profissão docente”, In *Teoria & Educação*, n.º 4, 1991.

NÓVOA, António – *Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?* Cruz Quebrada: Universidade Técnica de Lisboa/ISEF, 1983.

NÓVOA, António (1994) – *História da educação*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1994.

NÓVOA, António (dir.) – *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: ASA, 2003.

NÓVOA, António (org.) – *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

NÓVOA, António. – “Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal”, In. A. Nóvoa & J. Ruiz Berrio (ed.) – *A História da Educação em Espanha e Portugal — investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.

NÓVOA, António; SANTA-CLARA, Ana Teresa (coord.) – *Liceus de Portugal : Histórias - Arquivos – Memórias*. Porto: Edições ASA, 2003.

NÓVOA, António – *Evidentemente: Histórias da Educação*. Porto: ASA Editores SA, 2005.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – *História da Economia Mundial Contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal: Uma perspectiva global*. Lisboa, Editorial Presença, 1994.

NUNES, António José Avelãs – *Os Sistemas Económicos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1975.

O

O aluno do Ensino Técnico: Alguns aspectos do seu perfil. Porto: Oficinas Gráficas da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, 1970.

O ensino profissional industrial e comercial (estudo crítico sobre uma recente reforma), trabalho elaborado na Comissão de instrução dos serviços de candidatura. Lisboa: Serviços centrais da candidatura do General Norton de Matos, [s.d].

Ó, Jorge Ramos do – “Democratizações da Arte”, In *Arritmia*, 2007, p. 20-30.

Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a 'Política do Espírito*, Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

OLIVEIRA, César – *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

OLIVEIRA, Maria João Lello Ortigão de – *Aurélia de Sousa em contexto: A cultura artística no fim de século*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.

Orientação Profissional In Revista Labor nº 238. Aveiro: Lusitânea, 1965.

ORTEGA Y GASSET, José - *La Deshumanización del Arte y Otros Ensayos de Estética*. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, S.A., 1987.

ORTIGÃO, Ramalho - *A Ressureição de uma Indústria. Arte Portuguesa*. Tomo II, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho - *O culto da arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira, Editor Livreiro, 1986.

P

PACHECO, Hélder - *Porto*. Lisboa: Editorial Presença, Lda., 1984.

PACHECO, Hélder - *Porto: Lugares dentro de nós*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

PAIVA, José Castanheira de - *Escola António Arroio (1919-1969): uma escola artística entre escolas técnicas*. Vol I, Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, 2001. [Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação (texto policopiado).]

Palácio da Justiça: Porto MCMLXI. Porto: Bertrand (Irmãos), Lda., 1961.

PASSOS, Carlos de - *Guia histórica e artística do Porto*. Porto: Casa Editora de A. Figueiredo, Lda., 2001.

PAULO, Heloísa - "Vida e Arte do Povo Português". Uma visão da sociedade segundo a propaganda do Estado Novo", In "Revista de História das Ideias", vol. 16 - *Do Estado Novo ao 25 de Abril*. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria das Ideias, 1994, p. 105-134.

PELAYO, Maria Raquel Nunes de Almeida e Casal - *Artes Plásticas e Vanguarda: Portugal, 1968-Abril 1974*. Vol I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

PENIM, Lúcia - *Do rigor do traço à irreverência do borrão*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

PEREIRA, Armando Gonçalves - "O interesse nacional da indústria", In *A Indústria do Norte, Boletim Mensal da Associação Industrial Portuguesa*, Ano 100.º, Maio-Jun 1949, n.º 353 e 354, Porto: Empresa Guedes, 1949, p. 40-41.

PEREIRA, Miriam Halpern - *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1944.

PEREIRA, Miriam Halpern - *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade de Século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

PEREIRA, Paulo - *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

PEREIRA, Pedro Teotónio - *Memórias*. Lisboa: Verbo, 1972.

PERKINS, David N. - *The intelligent eye: Learning to think by looking at art*. Los Angeles: The Getty Education Institute for the Arts, 1994.

PERNES, Fernando (coord.) - *Século XX - Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Afrontamento/ Fundação Serralves, 3 Vols, 2002.

PERNES, Fernando [coord.] - *Panorama da Arte Portuguesa no Século XX*. Porto: Fundação Serralves, Campo das Letras, 1999.

PESSANHA, O. José - *A História das Industrias Artísticas em Portugal*. Lisboa: Typographia do Jornal O Tempo, 1889.

PINTASSILGO, Joaquim - "Construção histórica da noção de democratização do ensino. O contributo do pensamento pedagógico português" em Vieira, M. M. , Pintassilgo, J. e Melo, B. *Democratização escolar. Intenções e Apropriações*, Lisboa, CIE/FCUL, 2002.

PINTASSILGO, Joaquim - *República e Formação de Cidadãos: A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PINTO, Teresa - *O ensino Industrial feminino oitocentista: A escola Damião de Góis em Alenquer*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

PIRES, A. G. - *Considerações sobre a reforma do sistema de ensino para os cursos de formação profissional de artes gráficas endereçadas a Suas Excelências os Ministros da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social e aos serviços competentes*. Lisboa: Federação Nacional dos Tipógrafos Litógrafos e Ofícios Correlativos & Sindicato Nacional dos Profissionais de Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, 1973.

PORTELA, Artur - *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Livraria Bertrand, SARL, 1982.

Porto 60/70: os Artistas e a Cidade. Porto: Cooperativa Árvore, Edições ASA, Museu de Serralves, 2001.

Possibilidades educativas em Portugal (organização escolar portuguesa). Lisboa: Ministério da Educação Nacional - Direcção Geral do Ensino Secundário e das Belas Artes & Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho, 1966.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho - *Academia de Coimbra (1880-1926): Contributo para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.

PROENÇA, Carlos - "O Ensino Técnico no Quadro da Educação Nacional", In *Escolas Técnicas, Boletim de Acção educativa*, Vol. I, n.º 1, Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1946, p. 12.

PROENÇA, Carlos - "Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico" In: *Escolas Técnicas, Boletim de Acção educativa*, Vol.I, nº 3. Lisboa Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1947, p. 27.

PROENÇA, Carlos - "Uma reforma do ensino técnico e seu desenvolvimento". In *Separata de Escolas Técnicas*, 43 (último). Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional, 1971.

PROENÇA, Maria Cândida [et al.]- *O Sistema de Ensino em Portugal (séculos XIX - XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Q

QUEIROZ, Francisco - "O ensino das artes industriais no Porto do século XIX", In *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XVIII, nº 5, Maio 1949, p. 140-144.

QUEIROZ, Francisco - "O que o país deve aos industriais do Norte: a instituição do ensino técnico", In *O Tripeiro*. 7ª Série, Ano XI, nº 11, Novembro 1992, p. 322/327.

R

RAFAEL, Francisco;[et.al.] - *Portugal / Capitalismo e Estado Novo: Algumas contribuições para o seu estudo*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

RAMOS, Gustavo Cordeiro (1932) - "Discurso de Sua Excelência o Senhor Ministro da Instrução Pública Prof. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos", In *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, I, Lisboa: A.N.B.A., 1932.

RAMOS, Luís A, de Oliveira (Dir.) - *História do Porto*. 3ª edição, Porto: Porto Editora, 2001.

READ, Herbert - *A Filosofia da Arte Moderna*. Lisboa: 1968.

READ, Herbert — *Historia de La Pintura Moderna*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1988.

READ, Herbert - *O Significado da Arte*. Lisboa: Ulisseia, 1967.

RELVAS, José – *Memórias Políticas*. Lisboa: Terra Livre, 1978.

RESENDE, José Manuel – *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo*. Almada: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

RHEIMS, Maurice - *L'Art 1900 ou le Style Jules Verne*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1965.

RIBEIRO, Aquilino - *Alemanha Ensanguentada*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1958.

RIBEIRO, Aquilino – *Páginas de Exílio 1927-1930*. Lisboa: Veja Edições, Lda., 1988.

RIBEIRO, Aquilino - *Páginas de exílio: cartas e crónicas de Paris, 1908 a 1914*. 1.ºVol, Lisboa: Veja, 1986.

RIBEIRO, Emanuel - *Colectânea de Notas sobre Arte, de muito interesse para os estudiosos que a ela se dedicam*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

RIBEIRO, Emanuel - *Onde se leem Algumas Palavras de conselho, censura e estímulo aos nossos trabalhadores dos metais nobres e muito principalmente aqueles que ora se iniciam na arte*. Porto: Tipografia Sequeira Limitada, 1926.

ROCHA, C. - *Teoria do Design*. Lisboa: Plátano Editora, 1994.

ROCHA, Carlos de Sousa; NOGUEIRA, Mário Marcelo - *Design Gráfico, Panorama das Artes Gráficas II*. Lisboa: Plátano Editora, 1995.

RODRIGUES, A. J. - *A Bauhaus e o ensino artístico*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

RODRIGUES, Ana Leonor M. Madeira - *Desenho*. Lisboa: Quimera, 2003.

RODRIGUES, António - "António Ferro: Uma Modernidade Pronta a Viver", In CASTRO, Fernanda de - *Obras de António Ferro Intervenção Modernista 1, Teoria do Gosto*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1987.

RODRIGUES, Jacinto - *Aprender com a Bauhaus: a Bauhaus e o ensino artístico nos anos 20: teorias e prática*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1985, [tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].

RODRIGUES, Narciso – *Compêndio de moral para as escolas técnicas (II) ano*. Porto: Domingos Barreira, 1946.

ROSAS, Fernando - "O Estado Novo (1926-1974)", In MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando – *Salazarismo e Fomento Económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

ROSAS, Fernando – *Salazarismo e fomento económico: o primado do político na história económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

ROSAS, Fernando [et al.] - *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia 1926-1959*. Lisboa: Editorial Fragmentos, Lda., Vol.I – II, 1987.

ROSAS, Fernando; BRITO, José Maria Brandão de - *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda, Vol.I-II, 1996.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires – *A Transição falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

ROSIER, Pascal – *La sculpture: methodes et matériaux nouveaux*. Paris: Dessain et Tolra, 1992.

RUSH, MICHAEL - *Nuevas Expresiones Artísticas a Finales del Siglo XX*. Barcelona: Ediciones Destino, 2002.

S

SAMPAIO, José Salvado - *Portugal - A Educação em Números*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

SANTOS, Manuel Hambre dos – *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

SANTOS, Raul Esteves dos – *O ensino técnico e profissional sob o ponto de vista histórico*. Lisboa: Edições da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, 1948.

SCHAUB-KOCH, Émile - *L'Art Décoratif et la Vie Moderne*. Lisboa: Editorial Império, Limitada, 1942.

SERRALHEIRO, J. Paulo; LOBO, M. Natália [et al.] – *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico, Profissional e Artístico em Portugal*. Porto: Oficinas Gráficas da Escola Secundária Soares dos Reis, 1985.

SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela - *Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo, Antologia*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo - Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

SILVA, Carlos Miguel Manique da - *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa (1860-1920)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.

SILVA, Germano – *Porto: da História e da Lenda*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro Sociedade Editorial, Lda., 2007.

SILVA, M. Marques da – *Compêndio de religião e moral: 2º ano das escolas técnicas, organizado segundo programas oficialmente aprovados*. Porto: Porto Editora, 1956.

SIMÃO, José Veiga - *Batalha da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1970.

SIMÃO, José Veiga - *Direito a Educação*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1971.

SIMÃO, José Veiga - *Uma Revolução Pacífica*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional /CIREP, 1972.

SIMÃO, José Veiga - *Democratização do Ensino Sonho de ontem Lei de hoje Força de amanhã*. R Pinto Leite (org.), Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973.

SOUSA, Alberto - *Educação pela Arte e Artes na Educação, I, II, III volumes*, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2003.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e - *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.

SOUTO, Maria Helena — “Design em Portugal 1980-1990, Dispersão pluralista”, In REIS, Sérgio da Silva (dir.)- *Enciclopédia temática Portugal Moderno Artes & Letras*. Lisboa: Pomo, 1992.

T

TEIXEIRA, Nuno Severiano - *O Ultimatum Inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Afta, 1990.

TELO, António - *A Transição Falhada: O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

TELO, António - *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Vol. I, Lisboa: Veja, Lda., 1991.

Teodoro, António - *A Construção Política da Educação*. Porto: Afrontamento, 2001.

U

UNESCO - *Para uma Política da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

V

VALENTE, Vasco Pulido - *Retratos e Auto-retratos: Ensaio e Memórias*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992.

VALENTE, Vasco Pulido - *Uma educação Burguesa ... Notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

VASCONCELOS, Faria de - *O Desenho e a Criança*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1939.

VASCONCELOS, Joaquim de - “A reforma do ensino de Desenho: introdução”. In *O Ensino*, n.º 1, 1877, p. 1-4.

VASCONCELOS, Joaquim de - “A reforma do ensino de desenho: a história dos métodos 1838-1874 (III)”, In *O Ensino*, n.º 6, 1877, p. 41-46.

VASCONCELOS, Joaquim de - “Arte Decorativa Portuguesa”, In *Notas sobre Portugal*. Vol II, Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

VASCONCELOS, Joaquim de - “Educação popular: sobre o ensino profissional por parte das associações e do Estado”, In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, n.º 2, 1882, p. 48-53.

VASCONCELOS, Joaquim de - “O ensino do Desenho em Portugal”. In *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, n.º 8, 1882, p. 398-400.

VASCONCELOS, Joaquim de - *A exposição das Escolas de Desenho Industrial*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1891.

VASCONCELOS, Joaquim de - *A Reforma das Belas-Artes. Análise do Relatório e Projectos da Comissão Oficial nomeada a 10 de Novembro de 1875*. Porto: Imprensa Literário -Comercial, 1877.

VASCONCELOS, Joaquim de - *A Reforma do Ensino das Belas Artes, III, Reforma do Ensino do Desenho*. Porto: Imprensa Internacional, 1879.

VASCONCELOS, Joaquim de - *O Ensino do Desenho Elementar, artigo sobre a obra de José Miguel de Abreu - Compêndio de Desenho Linear Elementar, para uso dos alunos de instrução primária e em geral dos principiantes de desenho*. 2ª. edição, Porto: Imprensa da Universidade, 2ª edição, 1879.

VEIGA, Caetano Maria Beirão da - *Ensino técnico: Conferência realizada na sala Algarve da Sociedade de Geografia de Lisboa em 15 de Fevereiro de 1934, da iniciativa da A Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

VENTURA, António - *Estudos sobre História e Cultura Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

VEYNE, Paul - *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1971.

VILA, Romero - "O Escultor Sousa Caldas. Breve análise à sua vida de professor e artista", In *Separata da revista MUSEU*, 2.ª série, Nº9, 1965.

VILHENA, Henrique de — *Ensaio de critica e estética*. Lisboa: [s.n], 1934.

W

WARNIER, Jean-Pierre - *A mundialização da Cultura*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

WICK, Rainer — *A Pedagogia da Bauhaus*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1989.

WILLATS, John - *Art and Representation*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

ANEXOS

ROTEIRO CRONOLÓGICO DA ESCOLA “ SOARES DOS REIS”

1884

Criação oficial da Escola por Decreto de 3 de Janeiro.

1885

Início tardio das actividades escolares em 12 de Janeiro da Escola de Desenho do Bonfim e instalada precária e provisoriamente em prédios residenciais no Campo 24 de Agosto (Bonfim).

1887

Em 1 de Outubro efectuou-se o lançamento da 1ª pedra do futuro edifício escolar no Bonfim, cerimónia a que esteve presente o rei D. Luís. (O edifício depois de construído veio a ter fins diferentes: instalação do Asilo das Raparigas Abandonadas).

1888

Criação da Escola Industrial Faria Guimarães a qual haveria de incorporar a aula de Desenho Industrial «Faria Guimarães» existente desde o ano lectivo 1884 -85. (Legislação de Emídio Navarro de 13 de Junho).

1917

A Escola recebe uma acção de despejo devido à venda do edifício que servia de instalações escolares para criação de uma «indústria» de cerveja e refrigerantes.

1920

Formação dos cursos específicos em regime diurno só para alunos do sexo masculino; Cinzelador, Marceneiro, Gravador Em Aço, Ourives, Entalhador, Pintor -Decorador e Tecelão - Debuxador.

1920

O Ministério da Instrução Pública autoriza a utilização das velhas instalações do Liceu Alexandre Herculano, situadas na rua de Santo Ildefonso no n.º 422, pois o Liceu tinha-se mudado para instalações novas.

1922

Mudança da Escola Industrial Faria Guimarães para o velho casará da rua de Santo Ildefonso n.º 422.

1925

Formação de cursos específicos em regime diurno só para alunos do sexo feminino - Trabalhos Femininos, Costureira de Roupa - Branca, Bordadora - Rendeira e Modista de Chapéus e de Vestidos.

1927

Autorização da compra das instalações da velha fábrica de chapéus, situada na rua Firmeza n.º 49 e pertença da extinta Sociedade Industrial Firmeza.

1928

Inauguração oficial do edifício da Escola. (A velha fábrica de chapéus, transforma-se numa Escola de Artes).

1931

O Decreto n.º 20 420 de 21 de Outubro procede a uma reformulação dos cursos já existentes na escola, cria-se o curso de habilitação a Belas-Artes e passa-se a denominar: Escola Industrial Faria de Guimarães (Arte Aplicada).

1941

O ministro da Educação Nacional, Mário de Figueiredo, cria, pelo Decreto-Lei n.º 31 431 a Comissão de Reforma do Ensino Técnico.

1947

Lei n.º 2 025, assinada pelo ministro Fernando Pires de Lima, que reforma o ensino técnico - profissional (Diário do Governo, n.º139, I serie, pp.571-576).

1948

Com o Decreto n.º 37 029 de 25 de Agosto, assinado pelo ministro Fernando Pires de Lima, que promulga o Estatuto do Ensino Técnico Profissional a escola passa a denominar-se: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Início de cursos específicos de índole artística: Pintura Decorativa, Escultura Decorativa, Mobiliário Artístico, Cinzelador, Gravador de Cobre, Bronze e Aço.

1952-58

I Plano de Fomento, que, por motivos económicos, prevê a criação remodelação de novas escola técnicas.

1955

27 de Abril - Inauguração das novas instalações da Escola. Após 27 anos da aquisição da velha fábrica de chapéus e ao fim de 70 anos a Escola consegue instalações dignas.

26 de Setembro - Votos de felicidade endereçados à direcção da Escola do Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, ex-Ministro da Educação Nacional e do actual Ministro da Educação Nacional, senhor Engenheiro Leite Pinto. Ocupação do novo edifício com a formação de uma comissão de vistoria constituída pelos professores José Moreira, Bruno Reis e Álvaro Gomes. Atribuição pelo Governo ao Senhor Director Escultor Sousa Caldas o grau de Comendador da Ordem de Instrução Pública.

16 de Novembro - O Conselho Escolar congratulou-se com a projecção internacional da viagem do Senhor Presidente da República (General Craveiro Lopes) a Londres. Normas de utilização do Refeitório e as boas maneiras dos alunos. Os espaços novos ainda não estão concluídos e são muitas as faltas de condições de todo o género. O Conselho do Centro da Mocidade Portuguesa definiu o seu Coordenador, Dr. António Carvalho. O Grémio dos Ourives ofereceu-se para custear as refeições dos alunos de Gravura e Cinzelagem. Iniciou-se a decoração do Refeitório.

30 de Novembro - Início das conversações para a vinda das Artes Gráficas para a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. As salas do curso de Cinzelagem e Gravura apresentam-se com iluminação insuficiente.

21 de Dezembro - A Junta não concorda com o plano apresentado pela Escola e insiste que as Artes Gráficas ocupem o recreio da escola. Compra do terreno de três moradias na Rua D. João IV para ampliação da escola. Não são autorizadas modificações no edifício entregue.

1956

7 de Abril - O Conselho Escolar propôs (ao abrigo do nº 1 do Art.º 301 do Estatuto do Ensino Técnico Profissional) a passagem ao quadro da mestra da Oficina de Gravura Fotoquímica Maria Alzira Monteiro da Cunha.

13 de Junho - Questionário enviado pela escola "António Arroio" sobre organização dos Cursos de Artes Decorativas. Propõe-se um curso médio de Belas Artes com 5 anos.

10 de Agosto - Classificações dos professores da "Soares dos Reis"- todos tiveram a classificação de Bom.

31 de Agosto - Propostas de professores contratados para o próximo ano-lectivo,

27 de Setembro - Saudação aos professores, no novo ano-lectivo. Isenção de propinas aos alunos internados em Instituições de Beneficência. Aumento do número de alunos (Escola Soares dos Reis e Ramalho Ortigão). Começo do curso de Artes Gráficas vindo da Escola Infante D. Henrique). Planos de estudo aprovados (cursos de formação e aperfeiçoamento). Descrição muito pormenorizada dos planos.

4 de Dezembro - Proposta feita pelo Conselho Escolar da passagem à efectividade do professor Mário Recarei.

1957

28 de Fevereiro - Exposição Geral do Ensino Técnico a realizar em Lisboa em 1958. Primeiras abordagens sobre o que será a exposição.

6 de Junho - Concurso a realizar entre os alunos das Escolas de Artes Decorativas sobre publicidade no âmbito da Exposição Geral do Ensino Técnico a promover nas Oficinas de Pintura Decorativa.

31 de Julho - Foram novamente remetidos para apreciação superior os planos dos cursos de aperfeiçoamento enviados em 1952. O Arq. Fernando Tudela, colaborou no Plano Geral para Exposição Geral do Ensino Técnico.

25 de Setembro - Autorizado superiormente a funcionarem os cursos com um número inferior a dez alunos, daí a possibilidade de se iniciarem novas especialidades. Isenções de propinas de alunos a cargo de instituições de beneficência. Foi autorizado superiormente um número máximo de 37 alunos por turma no Ciclo Preparatório (Escola Ramalho Ortigão).

1958

3 de Janeiro - Os trabalhos dos alunos da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis presentes na Exposição Rotária Internacional em Inglaterra foram premiados com diplomas. A orientação dos alunos foi da responsabilidade dos professores Gastão Seixas e António Coelho Figueiredo. Ida a Lisboa do Director acompanhado pelo senhor Arquitecto Fernando Tudela à Exposição Geral do Ensino Técnico para saber as dimensões do espaço.

28 de Fevereiro - Foi convidado para dar um curso de esmaltagem artística como complemento do curso de Ourivesaria de ouro e prata o sr. Carlos Alberto Pinto da Mota, técnico experimentado e antigo bolseiro em Limoges – França.

25 de Março - I Congresso do Ensino Técnico Profissional – Delegados: Professores João Moreira Fernandes (5º grupo) e António Domingues Ferreira (11º grupo).

22 de Maio - I Exposição Magna do Ensino Técnico / I Congresso Nacional do Ensino Técnico Profissional.

31 de Julho - Escola Ramalho Ortigão, provisoriamente anexa a escola "Soares dos Reis" vai ocupar as novas instalações em Outubro de 1958. O professor Isolino Vaz ofertou o valor de 500\$00 destinado a premiar dois alunos de Pintura Decorativa.

29 de Setembro - Cursos a funcionar em 58-59: Pintura Decorativa; Escultura Decorativa; Cerâmica Decorativa; Gravador de Bronze Cobre e Aço; Cinzelagem; Gravador - Fotoquímico; Gravador Litógrafo; Impressor Tipógrafo; Compositor Tipógrafo; Secção Belas Artes e Mobiliário Artístico.

1959

3 de Março - Exposição realizada em Dezembro de 1958, "merecem à cidade os maiores encómios", louvores aos professores: Coelho Figueiredo, Fernando Tudela; Bruno Alves Reis; Manuel Pereira da Silva; Isolino Vaz; Eduardo Silva Marques; Artur Santos Ferreira; Manuel Nogueira; David Ramos França; João Ribeiro de Macedo; Servente Arlindo Martins de Carvalho. Cinco prémios concedidos pela viúva (D. Isilda Pinheiro Nunes Lello) do Exm.º Senhor Raul Reis Lello no valor de 500\$00 cada um para galardoar os cinco alunos mais classificados dos finalistas de Artes Gráficas. Pesar pelo falecimento de Manuel Pinto de Azevedo, grande industrial do Porto e antigo aluno Escola Industrial Faria Guimarães que instituiu aqui na escola (Escola Industrial Faria Guimarães) ao longo dos anos um prémio anual de 2500\$00 para os alunos do curso de Têxteis, entretanto ido para a Escola industrial Infante D. Henrique.

31 de Julho - Decoração da Escola: Pintura Decorativa – Friso em fresco a toda a volta do átrio; Escultura Decorativa – Baixo-relevo em cimento branco a aplicar sobre as portas do ginásio ... busto de Soares dos Reis no recinto ajardinado; Cerâmica – Motivos diversos distribuídos pelo recinto; Mosaico – Topo sob a passagem coberta para o ginásio; Cinzelagem – Motivos decorativos em cobre para aplicar em local a designar.

2 de Novembro - Acertos nas obras a desenvolver na Escola par os quais foram nomeadas três comissões: Arquitectura: José Emílio da Silva Moreira, Fernando Nápoles Tudela e Bruno Alves dos Reis; Pintura: João Moreira Fernandes; António Coelho de Figueiredo e António Sampaio; Escultura: escultor Sousa Caldas (Director), José Pereira dos Santos e António Cruz.

1960

16 de Março - Viagem de finalistas dos cursos de aperfeiçoamento e de formação diurnos a Espanha.

4 de Agosto - Participação nas Comemorações Henriquinas (Centenário da Morte do Infante). Oferta do Sr. Afonso Pinto de Magalhães de ouro para se cunharem as meda-

lhas comemorativas da morte do Infante D. Henrique e que foram oferecidas ao senhor Presidente da República e o senhor Presidente do Conselho (Salazar). Foi recebido o agradecimento pela oferta das medalhas: "Demonstra o espírito de trabalho e cooperação que se pratica nessa Escola...".

1961

13 de Outubro - Texto de desagravo sobre a política ultramarina, expendida por delegados de "outros países" na Assembleia Geral das Nações Unidas. O texto foi enviado ao Sr. Presidente do Conselho, Presidente da República e Ministro da Educação. As Artes Gráficas - necessidade urgente em contratar técnico competente.

31 de Julho - Mobiliário artístico - Mestre Artur da Silva Santos Ferreira passa a efectivo. Prémio a alunos por altura do 75º aniversário da criação da Escola.

5 de Setembro - Foram negadas isenções de propinas, mesmo a alunos a cargo de instituições de beneficência (Casa do Gaiato, Asilo do Terço, Asilo S. João) por imperfeição comportamental. Prémios Escolares: Prémio Raúl Reis Lello - Finalistas de Artes Gráficas: António Almeida da Cruz (Impressor); Manuel Francisco Ferreira Reis (Compositor) e António Marques Moreira (Gravador Litógrafo). Prémio Pinto de Magalhães - Não foi atribuído visto o Conselho achar que os alunos de Cinzelagem (Secção de Ourivesaria) não atingiram o valor necessário.

11 de Dezembro - Contratação de um Contramestre para acabamentos dos produtos manipulados na oficina de Cinzelagem visto os acabamentos terem de ser feitos por um ourives de prata. Contratação de um Contramestre de impressão offset.

1962

25 de Setembro - Uso obrigatório de bata dentro da escola e nas aulas para todos os alunos dos cursos diurnos, sendo as das raparigas de cor branca e cinzenta ou azul a dos rapazes.

4 de Outubro - Indicações e posturas sobre a disciplina dentro da escola. Trabalhos sobre a Decoração da Escola, orientadas pelo professor Coelho de Figueiredo. Relatórios sobre as visitas culturais, colaboração especialmente entre os professores de Desenho e Português.

22 de Novembro - Planificação/Coordenação das diferentes rubricas de desenho, da ligação desta disciplina com a actividade das várias oficinas, quer sejam a de Pintura, Escultura, Litografia etc... Devem-se realizar exposições periódicas dos trabalhos saídos das aulas com o objectivo primordial de mostrar o método de trabalho e a estrutura pedagógica das suas aulas. Exposição colectiva (na escola) dos professores artistas, assim como de antigos alunos e professores desta escola. A adesão foi logo aberta pelo Director que se disponibilizou em apresentar trabalhos de sua autoria.

18 de Dezembro - Sobre a Exposição sugerida na reunião anterior, debater (só com os professores do 5º grupo) os diferentes aspectos do Desenho, segundo integração na programação geral a ser executada no final do 1º período. O Sr. Director comunicou: "o trabalho dos professores será, de facto válido quando não destruir a personalidade do aluno como artista, como artífice... que se lhe crie ambiente estético e de trabalho indispensável...". Foi chamado à atenção o pintor António Cruz por "mexer", apesar com boa intenção, nos trabalhos dos alunos.

1963

29 de Janeiro - Desenvolvimento das técnicas fotolitográficas a fim de dar as melhores condições de trabalho a este sector escolar. Solicita-se a criação de um lugar de técnico cromista (retoque de clichés) de fotografia. Foi indicado, nos termos do n.º1 do artigo 213 do Estatuto, o Sr. José Augusto da Silva Carvalho técnico de reconhecida competência.

2 de Agosto - Curso nocturno de aptidão às Escolas de Belas Artes. Voto favorável sobre a necessidade de criação deste curso.

30 de Setembro - Distribuição de prémios aos alunos mais classificados no anterior ano-lectivo - Prémio Pinto de Magalhães - finalista de Cinzelagem: Adão Vieira de Azevedo.

1964

Criação da Divisão de Formação Profissional.

7 de Abril - Álvaro Pereira Gomes preside por impedimento por doença do Director Sousa Caldas. Substituição no 3.º grupo de um "Engenheiro" (por aposentação do Engenheiro Henrique Artur de Moura Coutinho de Almeida d'Eça) por um "Artista" tendo sido proposto para o seu lugar o Arquitecto Fernando de Nápoles Tudela.

9 de Maio - Carta "testamento" (4 Maio 1964) enviada à Escola pelo Director (doente) Escultor Sousa Caldas. Homenagem ao Escultor (Director) Sousa Caldas por parte da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Placa, na sala onde sempre leccionou, com a denominação de "Sala Escultor Sousa Caldas". Oferta, em casa do Director, de um objecto em prata cinzelada.

30 de Julho - Pintura e Escultura Decorativa (alterações a introduzir nos programas) como também na Secção Preparatória as Belas Artes. O 2.º ano dos Cursos de Formação encontram-se sobrecarregados com 49 horas/semana havendo falta de tempo para refeições, contacto com a família e preparação de lições. Passagem a efectivo de Mestre da Oficina de Escultura Manuel da Silva Nogueira. Decreto-Lei n.º 45.810, 9/7/64, I Série n.º 160, p. 876. Amplia o período de escolaridade obrigatória.

23 de Dezembro - Pedido de admissão de um professor com o curso de Pintura para o 5º grupo, uma vez que já existem três “escultores”. Decreto n.º 46.065, 7/12/64, I Série n.º 286, p. 1699 MEN. Dá nova redacção ao n.º 2 do art.º 165 do Dec. n.º 37.029, que promulga o Estatuto do Ensino Profissional, Industrial e Comercial.

1965

29 de Março - Morte do escultor Sousa Caldas.

1 de Abril - O Professor Álvaro Pereira Gomes toma posse como Director da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Decreto n.º 46.135, 31/12/64, I Série n.º 305, p. 1969 MEN. Cria no MEN o Instituto de meios Áudio-Visuais de Ensino e define os seus fins e atribuições. Decreto-Lei n.º 46.136, 31/12/64, I Série n.º 305, p. 1972 MEN. Cria no MEN, na dependência do Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino, uma telescola destinada à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares

25 de Setembro - Falta de formadores nas oficinas de Cerâmica, Escultura e Modelação.

22 de Outubro - Proposta para mestre da oficina de Gravura em Aço, Alfredo Augusto Ferreira da Silva.

1966

14 de Março - Não foi aprovada, pela Direcção Geral, a diminuição das horas lectivas no 2º ano dos cursos de formação. Bolsa de Estudo (equiparado a bolseiro) da Fundação Calouste Gulbenkian ao Mestre Nogueira que foi para Itália por um período de 6 meses.

1 de Junho - Reunião do 3º e 5º grupos só para tratar da Exposição Escolar que se realizará no mês de Junho nalgumas salas da Escola. É importante que a Escola “mostre o que produziu” (O Director Álvaro Gomes). A Exposição será maioritariamente “interna”, no entanto esta aberta a participações “exteriores”. O Júri dos trabalhos propostos para a Exposição será constituído por: Desenho Geral – os professores da cadeira; Desenho de Ornato – Esmeralda Calvário; Composição Decorativa – António Teixeira, Maria Negrão; Oficina Pintura (Formação) – Bruno Reis, António Cruz; Oficina Pintura (Secção) – Coelho Figueiredo.; Desenho de Letra e Desenho Projecção – Teixeira Lopes; Desenho de Figura – Xavier da Costa e Moreira Fernandes; Esboço Natural – Isolino Vaz e Moreira Fernandes.

13 de Outubro - Decreto-Lei n.º 47.211, 23/9/66, I Série n.º 222, p. 1517 MEN. Insere disposições necessárias a complementar as do Dec.-Lei n.º 45.810, que amplia o período de escolaridade obrigatória.

1967

31 de Julho - A escola cumpriu eficientemente os objectivos pedagógicos. Segue-se a classificação do pessoal docente todos com a classificação de Bom: 6 professores extraordinários, 5 professores estagiários provisórios, 12 professores provisórios, 2 professores contratados e 7 mestres e contra mestres provisórios num total de 32 professores. Decreto-Lei n.º 47.480, 2/1/67, I Série n.º 1, p. 1 MEN. Institui o ciclo preparatório do ensino secundário, que substitui tanto o 1.º ciclo do ensino liceal como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional – cria no Ministério, a Direcção de Serviços do Ciclo Preparatório.

2 de Outubro - Orientação sobre a actividade escolar para este ano-lectivo 67/68. Quanto a faltas dadas o Sr. Director manifestou apreensão pelo exagerado número de faltas dadas pelos alunos e à tentativa de diminuição desse número pedindo a colaboração dos professores e dos pais dos alunos. Com a finalidade de melhorar a coordenação do ensino praticado nesta escola o senhor Director propôs para coordenadores os seguintes professores: 5º grupo – Professor Delgado – Pintor João Moreira Fernandes; Desenho Geral, Desenho de Projecções, Arquitectura de Interiores, Desenho de Mobiliário – Arquitecto Teixeira Lopes; Desenho de Figura, Esboço Natural e Oficinas de Pintura – Pintor João Moreira Fernandes; Desenho de Ornato, Composição Decorativa – Pintora Esmeralda Calvário; Modelação – Escultor José Pereira dos Santos e Desenho de Letra – Escultor Mário de Almeida Truta.

1968

25 de Maio - Bacharelato como habilitação académica necessária e suficiente para os lugares de professores efectivos no Ensino Técnico – Licenciatura para o Ensino Liceal. Desigualdade de tratamento corresponde a desigualdade de vencimento. Seguiu telegrama ao Director Geral do Ensino Técnico (Dr.Carlos Proença) como protesto desta desigualdade.

15 de Julho - Comemorações do 20º aniversário do Estatuto do Ensino Profissional, a Escola fez-se representar por: Director Álvaro Pereira Gomes; Escultor Mário Almeida Truta (Professor Efectivo) e pelo Escultor Joaquim Martins de Meireles (Mestre efectivo).

25 de Setembro - Aumentou ligeiramente a frequência dos cursos de Escultura e Cerâmica. As faltas dos alunos da noite serão justificadas no final do período. Homenagem ao pintor Moreira Fernandes (70 anos), professor da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, placa de prata gravada com os seguintes dizeres: "Ao ilustre artista e distinto professor Pintor João Moreira Fernandes, a homenagem de muito apreço dos colegas, no seu último ano de leccionação na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis." 10/10/68.

4 de Outubro - Secção disciplinar – Constituição: em substituição do professor Pintor João Moreira Fernandes, foi eleito vogal da respectiva secção o professor escultor Mário Costa de Almeida Truta. Secretário de turma - além das atribuições já devidas, pretende-se que estes professores sejam elementos de ligação entre a Escola e as famílias dos alunos. Apelo por parte do Director ao 5.º grupo, para diminuir a diversidade de direcções no ensino artístico e orientar com vista à vida profissional dos alunos e não apenas no ingresso das Belas Artes. Pede-se moderação nas pinturas faciais nas alunas – Comedimento !!! Sala dos alunos – Pedido para as senhoras professoras passarem com frequência na sala das alunas. Chefes de turma – serão nomeados pelo professores de Português, Francês e História da Arte.

6 de Dezembro - Curso de Ourives está a ter bastante aceitação por parte dos alunos.

1969

25 de Setembro - Isenção de propinas não atingiu 25% dos alunos matriculados. Pedidos indeferidos a 14 alunos por falta de aproveitamento, 3 dos quais provenientes de Instituições de Assistência; Deferidos 96 alunos sendo 45 de Instituição de Assistência.

6 de Outubro - Aumento substancial de alunos, neste ano-lectivo. Foi nomeado Director dos Cursos de Aperfeiçoamento (por despacho Ministerial) o professor José Pereira dos Santos. Regulamento Geral da Escola: Pontualidade para os professores e alunos; constata-se que muitos alunos moram longe e não têm tempo para almoçar; deve haver tolerância para os alunos da noite, pois nem sempre podem entrar às 18 horas por impedimentos das empresas. Nas aulas de 2 horas os alunos nocturnos devem ter 10 minutos de intervalo. A bata (brancas) é obrigatória para as alunas que a devem trazer limpa e asseada. Os alunos não devem entrar sozinhos nas salas de aula. Coordenação/Planificação do ensino na Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis. Como coordenadores foram nomeados os seguintes professores: Matemática – Álvaro Pereira Gomes – Director; Física e Química – Quirino dos Reis; Projectções, Arquitectura de Interiores e Desenho Geral – Arquitecto Teixeira Lopes; Esboço Natural e Desenho de Figura – Escultor Xavier Costa; Modelação – Escultor Pereira Santos; História da Arte – Pintora Esmeralda Calvário; Composição Decorativa e Pintura – Pintor Martins da Costa, Desenho de Letra e de Ornato – Escultor Mário Costa de Almeida Truta. Exposição de trabalhos no final do ano, onde deve primar a qualidade e não a quantidade – “e que pelo seu conteúdo daria a conhecer ao público que existe uma Escola de Artes Decorativas”.

1970

31 de Julho - Falta de pessoal administrativo e desigualdade de tratamento ministerial em relação Escola António Arroio. Recrutamento dos agentes de ensino necessários para o próximo ano-lectivo – Artigo 123º do Estatuto.

25 de Setembro - Professores a frequentarem cursos de actualização. 150 isenções de propinas a alunos carenciados mas com aproveitamento escolar, destes 47 são provenientes de várias instituições de assistência como a Tutoria – 1 aluno; Padre Américo – 3 alunos; Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Sintra – 4 alunos; Instituto Profissional do Terço – 1 aluno; Oficinas S. José – 38 alunos.

6 de Outubro - Diminuição da frequência da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, o que se afigura normal numa altura de Reforma. Nos exames de aptidão profissional fazem parte dos júris elementos dos organismos corporativos. Pedidos de obras na escola não foram atendidas pela tutela. Normas a serem afixadas e cumpridas com vista a uma perfeita organização interna: 1.º Uso de batas brancas; 2.º Funcionamento dos vestiários; 3.º Funcionamento da papelaria; 4.º Circulação dentro da Escola; 5.º Recreios e permanência nos corredores; 6.º Entrada e saída das aulas; 7.º Limpeza; 8.º Faltas. Actividades circum - escolares: Fotografia, Cinema Cultural, Visitas de Estudo e Excursões, Acção Social e Enfermagem; Planificação dos Cursos (Novo Programa). Modificação de programas nas disciplinas: Português, Geografia e Matemática. Professores do 5º grupo que frequentaram os Cursos de Actualização devem formar uma equipa com o professor de Desenho + Práticas Oficinais no 1º ano para orientarem o ensino dentro dos novos moldes. Exposições permanentes no átrio da Escola e na Exposição final de ano. Pintor João Martins da Costa orientador de Estágio (5º grupo). Exposição de acordo com os novos programas. Ensaios de novos programas.

1971

6 de Março - Discussão do Projecto do Sistema Escolar I e pedido de parecer (Reforma Veiga Simão). Houve uma reunião dos Directores das Escolas Técnicas no Porto. Antecipação na entrada do Ensino Primário (dos 7 para os 6 anos). Novas propostas sobre o ensino secundário. Ensino Superior (Bacharelato/Licenciatura). As Artes irão abraçar as Artes Plásticas o Teatro a Música e a Dança – Liceu Artístico ou Ensino Liceal Artístico. Grupos de trabalho para dissecarem o Projecto do Sistema Escolar: Análise geral do organograma – Professor Marques da Silva; D. Maria Margarida Teixeira; D. Maria Luísa Pedrosa; A carreira docente – Professor João Martins da Costa; Professor Hernâni Dias da Silva; D. Maria Alexandra Barrote; Organização Geral do Ensino Secundário – Professor Xavier da Costa; Quirino dos Reis; Castro Guimarães; Márcia

Ramalho; O Ensino Liceal Artístico – Professor Dário Boaventura; Coelho de Figueiredo; Bessa e Meneses e Moreira Azevedo.

20 de Março - Projecto do Sistema Escolar II (Reforma V. Simão). Reunião Geral de Professores e Mestres que constituem o Conselho Plenário para continuar a discussão do Projecto do Sistema Escolar II e elaboração de um parecer. Proposta de gravação de reuniões com estas características com recurso à fita magnética.

24 de Abril - Parecer final (linhas principais) sobre o Projecto do Sistema Escolar III (Reforma Veiga Simão): O ensino artístico deve ser ministrado em ambos os liceus (clássico e técnico); o ensino artístico deve ter igual acesso a todos os cursos universitários; inviável haver só um liceu artístico; o ensino artístico deveria ser, pois, integrado na formação global do indivíduo; os dois últimos anos do liceu artístico (complementar) já preparavam/tinham um carácter relativamente especializado; verifica-se nítido predomínio do Ensino Clássico sobre o Ensino Técnico ou Artístico; sobre o ensino nocturno, nada se fala; formação dos conselhos escolares, conferindo-lhes plena responsabilidade na gestão dos liceus; nomeação de reitores ou directores por proposta do Conselho Escolar (integrados por todos os agentes de ensino), em comissão de serviço renovável ou não. Este parecer deve ser enviado ao Secretariado da Reforma. A lei os cônjuges foi alargada a quem seja casado(a) com quaisquer funcionários públicos e não só com professores como até aqui.

14 de Outubro - Nasce o Instituto de Acção Social Escolar. O Número de apoiados não ultrapassa os 25% do total de alunos. Reunião do Ministro Veiga Simão com os diversos Directores das Escolas afim de ser implementada a reforma. Cursos de Formação. Introdução de cadeiras novas (1º e 2º anos experimentais) Inglês, Biologia, Educação Visual entra no 2º ano Desenho de Projectação e Desenho Analítico. Experiência para acerto dos critérios e coordenação das actividades. Regulamento Interno a fixar na sala do aluno (disciplinar).

1972

Criação dos cursos técnicos gerais e complementares.

5 de Março - José Pereira dos Santos (escultor) aposentação. Intercâmbio entre os serviços culturais da embaixada de França e a Direcção Geral do Ensino Secundário. Esvaziamento das atribuições dos Conselhos Escolares. Proposta de aulas de substituição quando um professor faltar de uma forma continuada. O prestígio social dos professores deve ser idêntico ao da magistratura. Escolha do Director deverá a ser feita pelo Conselho Escolar. Os mestres passarão a denominar-se professores técnicos. A Estética e Filosofia de Arte é uma carência sentida principalmente para alunos que se destinam às Belas Artes.

24 de Julho - Menos faltas que em anos anteriores. Encontramo-nos em plena reforma com a circular que inclui os planos de todos os novos cursos que vão vigorar no ano lectivo 72-73. Quanto aos livros adoptados (aguardar novo programa de Artes Visuais) são os mesmos de anos anteriores.

1973

25 de Julho - Lei n.º 5/73, que promulga a reforma de Veiga Simão (Diário do Governo, n.º173,I série, pp.1315-1321).